

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709

O comunismo no Brasil

V- A AÇÃO VIOLENTA

Biblioteca do Exército - Editora



**COLEÇÃO
GENERAL
BENÍCIO**

**VOL. 53 — PUB. 258
FEVEREIRO DE 1967**

O COMUNISMO NO BRASIL

4º VOLUME

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709

O COMUNISMO
NO
BRASIL

4º VOLUME

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO — Editôra

Rio de Janeiro

1967

Capa de:
MURILLO MACHADO

A presente obra é composta de 4 volumes cujos assuntos são os abaixo discriminados :

1.º Vol: — Introdução — O Comunismo no Brasil.

2.º Vol: — As atividades Comunistas no Brasil.

Cap I — A Construção.

Cap II — A Infiltração.

3.º Vol: — As Atividades Comunistas no Brasil.

Cap III — A Agitação e a Propaganda.

Cap IV — A Movimentação de Massas.

4.º Vol: — As Atividades Comunistas no Brasil.

Cap V — A Ação Violenta.

ORGANIZAÇÃO DO IPM 709

CHEFE — Coronel FERDINANDO DE CARVALHO

ASSISTENTE — Major PAULO CESAR CHAVES DE AMARANTE

1. Seção de Justiça:

Major Jairo Lery Santos
2.º Sgt Antonio Ferreira

2. Seção de Estudos e Investigações:

Major Cesário Corrêa de Arruda Filho
Major Paulo Machado de Lacerda
Major Luiz Gonzaga Costa de Araújo
Capitão Eri Maia Gonçalves
Capitão Bernardino Nazareth Machado de Souza
Capitão Tiburcio Geraldo Alves Ribeiro
Capitão Adilson Falcão da Mota
2.º Sgt Osmir Fausto da Fonseca
2.º Sgt Airton dos Santos Ribeiro
3.º Sgt Walter Luiz Bonfim

3. Seção de Depoimentos:

Capitão Darci Carmen de David
3.º Sgt Roberto Telles da Silva
Sr Francisco de Assis Lima

4. Seção de Administração:

Capitão Hilton da Rocha Villarinho
1.º Sgt Humberto José Barbosa
2.º Sgt Geraldo Alves de Souza
2.º Sgt Adalberto Casas Mendonça
2.º Sgt Josué Casado da Silva

Í N D I C E

O COMUNISMO NO BRASIL

2ª PARTE — CAPÍTULO V

A AÇÃO VIOLENTA

	Págs.
1. <i>A Guerra Revolucionária na Estratégia Comunista</i>	3
2. <i>A Técnica Revolucionária Comunista</i>	33
3. <i>Os Modernos Edificadores da Guerra Revolucionária</i>	44
4. <i>Os Objetivos e Ações da Guerra Revolucionária</i>	70
5. <i>A Luta Política e a Luta Armada na Guerra Revolucionária</i>	93
6. <i>A Doutrina Moderna da Revolução Socialista</i>	98
7. <i>A Doutrinação Psicológica</i>	121
8. <i>A Técnica da Lavagem Cerebral</i>	186
9. <i>As Guerrilhas no Quadro da Guerra Revolucionária</i>	197
10. <i>Dois Casos Históricos de Guerra Revolucionária: Grécia e Indochina</i>	203
11. <i>Como o Partido Comunista Considera a Intentona de 1935</i>	228
12. <i>As Manifestações do P C B no Governo João Goulart</i>	244
13. <i>Considerações Sôbre a Guerra Revolucionária no Período Presidencial de João Goulart</i>	361
14. <i>As Guerrilhas no Brasil</i>	372

2.^a Parte

CAPÍTULO V

A Ação Violenta

2.a PARTE

CAPÍTULO V

A AÇÃO VIOLENTA

A ação comunista obedece a uma estratégia que se dispõe nos quadros de um fenômeno atual e atuante que se chama Guerra Revolucionária e se desenvolve em quase todos os recantos do globo.

A implantação do comunismo tem sido sempre um produto da violência: por meios sub-reptícios e por ações militares armadas. Na realidade, em nenhum país, os comunistas lograram alcançar o poder por meio do convencimento pacífico dos povos subjugados. A violência está sempre caracterizada, em tôdas as ocasiões.

O sofisma comunista, que procuram impor constantemente, é o de que a preservação da paz exige a rendição de seus adversários a seus métodos, a suas ações, a suas iniciativas. Baseados nesse conceito, os comunistas procuram obter pacificamente conquistas progressivas. A violência é, nesse caso, disfarçada e subliminar.

No presente capítulo procuraremos caracterizar a Guerra Revolucionária, as suas formas de ação, inclusive as de violência armada.

O Capítulo comporta os seguintes itens:

1. A Guerra Revolucionária na Estratégia Comunista.

2. A técnica revolucionária comunista.
3. Os modernos edificadores da Guerra Revolucionária.
4. Os objetivos e ações da Guerra Revolucionária.
5. A luta política e a luta armada na Guerra Revolucionária.
6. A doutrina moderna da revolução socialista.
7. A doutrinação psicológica.
8. A técnica da lavagem-cerebral.
9. As guerrilhas no quadro da Guerra Revolucionária.
10. Dois casos históricos de Guerra Revolucionária: Grécia e Indochina.
11. Como o Partido Comunista considera a intentona de 1935.
12. As manifestações do PCB no Governo João Goulart.
13. Considerações sobre a Guerra Revolucionária no período Presidencial de João Goulart.
14. As guerrilhas no Brasil.

1. A GUERRA REVOLUCIONÁRIA NA ESTRATÉGIA COMUNISTA

A ordem comunista foi instalada pela primeira vez no mundo através de uma das mais violentas revoluções da história. Cumpria-se a previsão de Marx de que somente pela revolução a classe burguesa dominante cederia o seu lugar no poder à classe proletária. A revolução tornou-se pois o ato culminante da luta entre as classes, e a idéia da implantação do comunismo se associou inevitavelmente ao conceito da revolução violenta.

Em tôdas as nações em que se consegue instalar o sistema socialista moderno, o fenômeno social dessa transformação se liga infalivelmente a acontecimentos revolucionários, como golpes, insurreições e guerras. Não há nenhum exemplo de conversão ao comunismo nos quadros de uma evolução pacífica e natural. A Guerra Revolucionária tornou-se um corolário da expansão comunista.

Reflitamos sobre as condições-natureza da ordem comunista para chegarmos a conclusões sobre essa natural associatividade entre comunismo e revolução. As seguintes características surgem, de imediato, em qualquer análise dos fatores condicionantes da estratégia comunista:

- 1.º) A estratégia comunista não pode deixar de ter como objetivo o domínio mundial. Não são absolutamente razões humanísticas e fraternais que conduzem o comunismo a procurar uma associação universal, através do proletarismo mundial. A sentença "Proletários de todos os países, unidos!", proferida por Marx em seu Manifesto, é uma razão de sobrevivência. Enquanto houver um país capitalista no mundo o sistema comu-

nista estará ameaçado. Na realidade, há mais do que ameaça. Há impossibilidade material de instalação. O comunismo, como se define em todos os programas que prevêem, e, de um modo geral, as classes, só pode ser instaurado em uma amplitude universal. Enquanto perdurar, sobre a face da terra, um núcleo qualquer do sistema capitalista ou de outro sistema onde exista o Estado organizado, o regime comunista terá que se manter dentro da forma transitória de "ditadura do proletariado", tipo de super-Estado, baseado na opressão, no policiamento, na força militar, apoiado, em suma, naquilo que justamente os comunistas prometem extinguir. Forma-se destarte uma contradição permanente que os comunistas não podem esconder e que se torna para eles um ponto de constante desgaste físico e moral.

2.º) A estratégia comunista não pode deixar de ser ofensiva.

Dentro do princípio de que só o domínio mundial permitirá a implantação cabal do comunismo, toda estratégia comunista terá que ser ofensiva. A divergência entre Trotsky e Stalin consistiu na oportunidade do desencadeamento dessa ofensiva.

Trotsky desejava empreendê-la imediatamente. Stalin julgava necessário inicialmente montar a base de operações, fortificando o Estado Comunista Soviético para, em seguida, lançar o ataque. E isto foi feito, justamente após a Segunda Guerra Mundial. Aproveitando a vitória, a União Soviética desencadeou, em todo o globo, poderosa ofensiva contra o sistema capitalista, atacando-o violentamente em seus flancos mais vulneráveis: o sistema colonial africano e asiático e o sistema econômico na América Latina. Esta ofensiva procurou naturalmente apoiar-se na ação conjugada das revoluções locais com o apoio do mundo comunista.

3.º) A estratégia comunista não pode aceitar o engajamento direto com as grandes potências capitalistas.

Essa premissa tornou-se ainda mais importante após a introdução das armas atômicas no arsenal dos meios bélicos das grandes potências. É uma condição de sobrevivência. Tal fato acarretou o deslocamento da frente de atrição entre o capitalismo e o comunismo para o campo do conflito indireto que abrange as revoluções locais, as disputas científicas e a guerra da propaganda.

É uma forma de adiamento do engajamento direto que o Mundo Comunista só deseja enfrentar em condições de completa supremacia de fôrças.

4.º) A estratégia comunista não pode deixar de ser global.

A implantação do comunismo no mundo não pode firmar-se em governos oligárquicos, desprovidos de apoio de massas. Isso decorre da natureza própria do regime comunista, como regime de domínio do proletariado. A estratégia comunista terá que enquadrar-se nos marcos de uma guerra política que vise a dominação global das populações em todos os campos de atividade humana: político, econômico, social e militar.

As quatro características naturais da estratégia comunista, acima apontadas e sumariamente definidas conduziram-na à criação do Movimento de Libertação Nacional que constitui a sua aplicação atual nas áreas denominadas subdesenvolvidas do globo.

Morris Watnick, em seu livro "O Progresso das Áreas Subdesenvolvidas (Editor Bert F. Hoselitz, Imprensa da Universidade de Chicago, 1952), examinou os diversos fatores explorados pelo comunismo e declarou:

"Se tempo é um fator dimensional na estratégia política, as desvantagens estão preponderando nos dias atuais para o Ocidente, nas regiões subdesenvolvidas do mundo. O esforço de capturar a imaginação e as lealdades dos povos dessas áreas não foi iniciado pelo Ocidente com o período do Presidente Truman por

um "programa nôvo e audacioso" de assistência técnica dêsses países. Começou há mais de uma geração, quando a Internacional Comunista e seu Segundo Congresso Mundial em 1920 lançaram o brado da revolução aos povos das nações coloniais e dependentes e firmaram uma linha de ação destinada a extinguir o domínio ocidental em tais nacionalidades. Começamos assim com um grande atraso e hoje é uma questão discutível se ainda poderemos suplantar essas desvantagens, através de uma apreciação radicalmente nova dos problemas humanos, para enfrentar o apêlo comunista aos povos dessas áreas".

Watnick analisa pormenorizadamente todos os fatores explorados pela propaganda e pela agitação comunista nas áreas subdesenvolvidas, demonstrando a necessidade de uma completa alteração na linha política ocidental para fazer face a questão.

Após a Segunda Guerra Mundial e particularmente com a ascensão de Krushov, o apêlo do comunismo internacional assumiu a forma do Movimento de Libertação Nacional que se caracterizou principalmente por uma ação contra o colonialismo e a dependência dos povos das áreas subdesenvolvidas, sob a forma de revoluções ou intensa propaganda.

As grandes potências do mundo capitalista não têm enfrentado, com orientação positiva, o desafio lançado pelo Movimento de Libertação Nacional. As reações oferecidas à independência dos povos coloniais e o sistema de assistência econômica aos povos subdesenvolvidos, na maioria dos casos, só tem feito agravar as insatisfações contra essas potências, servindo como fator primordial de prestígio e incentivo às ações da propaganda comunista.

O conceito da Guerra Revolucionária Comunista é amplo e abrange um sem número de ações políticas, econômicas, sociais e militares para a implantação do comunismo, em escala mundial. Várias definições têm sido tentadas para o fenômeno, mas, em geral se limitou a apreciar características parciais, falhando em situar o proble-

ma com a amplitude que merece. No entanto, uma definição simples poderia exprimir fielmente a natureza global pelo fenômeno; "Guerra Revolucionária é a ação comunista todos os aspectos, tôdas as formas que apresenta, tôdas as modalidades de que se reveste.

Assim, nas áreas subdesenvolvidas, o Movimento de Libertação Nacional é a expressão da Guerra Revolucionária comunista que explorando os legítimos anseios da autonomia e da liberdade dos povos, procura arrebanhá-los para a comunidade socialista.

A deficiente compreensão do que é a Guerra Revolucionária e seus reais objetivos é o fator preponderante dos insucessos e das derrotas das nações capitalistas e do avanço comunista no mundo inteiro.

A vulnerabilidade das áreas subdesenvolvidas à Guerra Revolucionária.

São tão grandes e evidentes as vulnerabilidades das áreas subdesenvolvidas às ações da Guerra Revolucionária que esta passa, em geral, a integrar o ambiente normal da existência dessas nações. A instabilidade e a corrupção dos costumes políticos, as deficiências econômicas sempre agravadas pelo primitivismo das indústrias e da agricultura e pelo crescimento populacional exagerado, os desequilíbrios sociais, a desvalorização tradicional do trabalho e dos trabalhadores, a ação da propaganda e da agitação veiculada pelo sistema internacional de partidos e organizações comunistas, o anseio dêesses povos por condições de bem-estar superiores e humanos, todos êsses fatos são elementos que favorecem o desenvolvimento da Guerra Revolucionária.

James Elliot Gross acrescenta a esta série de fatores mais alguns que convém enumerar. Diz êle:

"Obviamente, um fator preponderante é a existência e organização dos partidos comunistas nacionais através das regiões subdesenvolvidas. Não se pode negar que os pequenos mas bem treinados grupos dos partidos comunistas nacionais são instrumentos extremamente adaptáveis e eficazes da política, e isto

é particularmente verdadeiro nas áreas subdesenvolvidas, onde a mudança de atitude a respeito da autoridade política e meios tradicionais tendem a ser os mais repentinos e explosivos. Estes grupos são bem adaptados para identificar-se e agir sobre queixas populares e provocar uma agitação considerável, mesmo onde as reivindicações não são prementes, nem sérias. Na maior parte das regiões subdesenvolvidas tem havido grande quantidade de reivindicações convencionais com as quais têm trabalhado. Estas minorias rebeldes têm demonstrado que ao exacerbar e explorar as tensões existentes, podem, com o tempo, apoio e assistência adequados, construir uma agressiva oposição militar que pode, finalmente, destruir a habilidade do governo para governar e assim levar o país a um tumulto e à guerra civil.

Mas, igualmente, importante é o fato de que o comunismo tem sido há muito preconizado por seus líderes como a onda do futuro. Um elemento essencial no apêlo que êle apresenta para os seus seguidores em tôdas as partes do mundo é a crença de que o comunismo deve inevitavelmente crescer e espalhar-se para dominar tôdas as nações e todos os homens. O processo inexorável da "libertação" de todos os Estados capitalistas é a chave de todo o conceito. Uma vez que nenhum crente verdadeiro pode aceitar a noção de que o comunismo como um movimento mundial retroceda, deve, como a onda que pretende ser, mover-se constantemente para diante. Perder o ímpeto significaria o colapso e a desintegração.

Os comunistas há muito reconheceram e informaram que êste processo devia inevitavelmente envolver violência e guerra. Na era pré-nuclear, esta perspectiva otimista, pelo menos de forma abstrata, não afligiu qualquer comunista ortodoxo e, aparentemente, não perturba grandemente alguns líderes comunistas chineses. Entretanto, mesmo o mais descuidado olhar às espantosas conseqüências de um total conflito termo-nuclear torna claro que não pode haver um vencedor definitivo e esta conclusão é tão evidente em Moscou e Peiping como no Ocidente. O impulso para diante exigido pelo credo comunista

deve portanto ser assegurado por uma forma menor de conflito; preferentemente pela forma menos provável de levar o ataque a um inútil e quase certamente desastroso holocausto”.

(J. E. Gross — *Conflito nas Sombras* — Ed. Doubleday Co, N. Y., 1963, p. 24).

Em outro local de seu livro mostra a influência das condições que se sucederam à Segunda Guerra Mundial.

“Como mencionei antes, a II Guerra Mundial e as mudanças de longo alcance que a seguiram, reduziram algumas destas regiões a um estado de desordem beirando o caos. À medida que os poderes coloniais retiraram-se ou eram depostos, os novos governos locais que os substituíram encontraram-se frente a problemas políticos, sociais e econômicos que os pressionaram até os seus limites. Inevitavelmente, a situação aparece compulsivamente tentadora aos estrangeiros de mentalidade agressiva e aos homens ambiciosos das nações instáveis. Outros países que se defrontam com os mesmos desafios e dificuldades que as nações recém-emergidas, gozaram sua independência por muitos anos, mas não desenvolveram as estruturas políticas e sociais necessárias para enfrentar os problemas que hoje as estão pressionando. O Irã e o Peru são algumas vezes citados como exemplo de países nesta situação. O poder político e financeiro concentra-se nas mãos de um número relativamente pequeno de cidadãos que estão no cume, e a vida da grande maioria da população tem sido pouco afetada pelos avanços técnicos e econômicos do século XX. Programas de reformas e desenvolvimento estão sendo agora urgentemente postos em prática em várias destas regiões, mas passará algum tempo antes que seu impacto possa ser sentido amplamente. Estas sociedades e governos são inerentemente instáveis pois suas populações são obviamente muito susceptíveis à propaganda revolucionária e à subversão. Os pregadores comunistas encontram muitos dos seus fundamentos políticos e emocionais já de ante-mão preparados.

Portanto, nações subdesenvolvidas são vulneráveis à insurreição e aos ataques não-convencionais, tanto quando seus governos são muito fracos e inexperientes para enfrentar as necessidades populares, como também quando seus regimes tornaram-se muito rígidos nas engrenagens para corresponder em tempo às exigências das condições mutáveis. No primeiro caso, os revolucionários ambiciosos são estimulados pela aparente facilidade de afastar um sistema mal formado; no outro, pelas frustrações de tentar influenciar e movimentar uma burocracia inerte. Ambos os meios servem aos comunistas que podem eles mesmos atear fogo e liderar uma revolta ou procurar capitalizar a confusão de uma revolução não-comunista e terminar no cume quando as mudanças acabarem.

A vulnerabilidade que muitas nações subdesenvolvidas têm para a insurreição e para os ataques de guerrilhas são grandemente aumentadas pela sua geografia e sua economia primitiva. Os sistemas de transportes são, na melhor das hipóteses, rudimentares. As estradas de ferro tendem a ser poucas e distantes umas das outras e, de qualquer modo, não muito eficientes. Estradas, com a notável exceção de umas poucas linhas que são meticulosamente mantidas como aparência, costumam ser raras e pobres e no interior são pouco mais que trilhas. Nas áreas de monção muitas destas últimas tornar-se-ão quase intransitáveis para o tráfego de carros em certas épocas do ano. Naturalmente, há exceções brilhantes a estas rápidas generalizações e às que seguem mas, como regra geral, viajar é difícil, e a isto segue-se que as autoridades militares e civis são prejudicadas para exercerem um controle centralizado. Em vários graus as comunidades rurais tendem a ficar isoladas e autosuficientes de tal forma que não se vê igual na Europa Ocidental, desde o término do feudalismo.

Em algumas das novas nações, como o Congo, virtualmente, o governo não existe. As fronteiras do Estado foram arbitrariamente assentadas numa época quando elas mal tinham sido exploradas e muito

menos avaliadas de forma adequada, e a determinação teve muito pouco ou quase nada que ver com os padrões étnicos que pudessem já ter existido. No Congo, a reversão à guerra tribal após a independência foi quase imediata, seguida por uma grosseira divisão baseada nos interesses competitivos que tinham pouca relação com as necessidades e os interesses da região como um todo. No caso do Congo, uma entidade nacional foi somente restabelecida pelos cavalos e homens das Nações Unidas que conseguiram reconstruir o "Humpty Dumpty" nas lutas e manobras controversas que se têm dado esporadicamente desde 1961. Apenas o tempo dirá se os pontos destas um tanto frenéticas operações manterão inteira a fina casca nacional. A guerrilha tribal está ainda perigosamente próxima à superfície e permanecerá lá por longo tempo ainda.

Nestas circunstâncias é natural que a xenofobia ou antipatia, e a desconfiança de estrangeiros que aligem todos nós até um certo ponto, evidenciam-se freqüentemente e desempenha importante papel na formação de atitudes políticas e sociais. Tribalismo, e provincialismo agudo e algumas vezes racismo são fortemente sentidos e tendem a tornarem-se fortemente demonstráveis. Para o cidadão em particular, os representantes e as autoridades de seu próprio governo nacional, vindo de uma estranha e algumas vezes distante capital, podem ser tão estranho e tão ofensivo quanto homens surgindo do outro lado do mundo.

Freqüentemente, o terreno áspero e proibitivo é a razão principal da pobreza de transporte e comunicações nestas regiões e, além disto, complica mais ainda a tarefa do governo de manter a paz e a ordem. As guerrilhas podem e têm sido travadas em tôdas as espécies de clima e países mas não há dúvida que as matas, os pantanais e as montanhas são os locais ideais para estas atividades, especialmente onde as distâncias são grandes e as forças da lei e da ordem, pequenas.

Regiões rudes e inacessíveis podem fornecer às guerrilhas as bases seguras, as quais T. E. Lawrence

e os subseqüentes escritores comunistas, sôbre a teoria e a prática dos conflitos de guerrilhas, apontam como essenciais para o sucesso nestas operações. Nestas bases ou esconderijos, suprimentos podem ser guardados, homens feridos tratados e algum treino para recrutas dirigido. De tais bases, sem grande perigo de interferência das fôrças do govêrno, as guerrilhas podem trabalhar abertamente para conduzir suas ofensivas, fortalecer seus laços, controlar a população local e, gradualmente, expandir suas áreas de poder através do país.

Vilas isoladas e colônias raramente têm a fôrça, mesmo que possuam o desejo, para resistir à coerção e às instruções das operações de guerrilhas em sua vizinhança. Têm de recorrer ao govêrno nacional para que êste forneça proteção ou pelo menos o auxílio. Mas, freqüentemente, o govêrno nacional está tão distante que a proteção fornecida ou é muito pouca ou chega demasiado tarde.

Os problemas combinados de uma população mal informada e isolada em um terreno difícil e com transportes inadequados seriam suficientemente difíceis mesmo para o mais experiente, esclarecido e bem financiado govêrno. Mas os governos da maior parte dos países subdesenvolvidos provàvelmente não preenchem estas exigências”.

(J. E. Gross, Op. Cit., p. 30).

Mais adiante, mostra o autor citado que o desenvolvimento algumas vêzes agrava problemas, proporcionando novos incentivos para a Guerra Revolucionária:

“Em lugar algum, a situação está realmente estática. As velhas estruturas políticas, sociais e econômicas estão sendo afastadas, estejam as novas prontas ou não para substituí-las e com estas estão seguindo os moldes culturais que agora estão se tornando cada vez mais ultrapassados e inadequados.

Mesmo as mais isoladas e distantes estagnações estão sendo expostas a novas idéias e novas pressões que, ao mesmo tempo, parecem ser ameaças sinistras

aos sempre honrados meios e às admiráveis oportunidades de escapar das há muito ressentidas limitações e restrições. Idéias novas e inovações materiais, juntamente com as tensões emocionais que as acompanham, têm sido mais introduzidas nestas partes do mundo nos últimos vinte anos do que nos últimos quinhentos. O resultado é perturbador, na melhor das hipóteses.

Embora seja permissível generalizar sôbre a natureza e origem das regiões subdesenvolvidas, é inteiramente impossível fazer generalizações sôbre os meios nos quais a modernização as está afetando. Cada área difere histórica e geográficamente das outras e cada uma está se desenvolvendo e crescendo de uma maneira diferente e num grau de rapidez diverso. Os separados, mas interrelacionados processos da evolução econômica, social e política, e a modernização, progridem a seu próprio modo em cada região. Determinar sua atuação média ou chegar a um significativo padrão uniforme de progresso para regiões tão diferentes como, digamos, ao norte do Laos, Tanganica e as montanhas da Colômbia oriental, é quase tão desesperada e inútil como tentar achar um padrão de impressões digitais.

À medida que as variadas argamassas que têm mantido unidas as sociedades tradicionais racham e se desfazem, cada sociedade deve encontrá-las e construí-las baseadas em suas próprias fôrças e oportunidades e cada uma está em perigo de sucumbir às suas próprias vulnerabilidades particulares, sejam elas inimizade tribal, conflito religioso, rivalidade de classe ou nacionalismo violentamente agressivo.

Infelizmente, estas vulnerabilidades continuam a aparecer através dos primeiros estágios do desenvolvimento econômico, não importa quão bem intencionado esteja o govêrno. Em seu livro, "The Anatomy of Revolution" — o Dr. Crane Briton fêz um estudo detalhado e penetrante de quatro grandes levantes políticos: o americano, o francês, as revoluções russas e a revolução inglêsa na década de 1640. Afirmou que estas revoluções "não nasceram em sociedades

econômicamente retrógradas; ao contrário, aconteceram em sociedades econômicamente progressistas". Apontou que a miséria e a privação não são os principais fatores desencadeantes e citou o comentário de Trotsky: "Na realidade, a mera existência de privações não é suficiente para causar uma insurreição; se o fôsse, as massas estariam sempre em revolta".

Assim, o govêrno de uma terra subdesenvolvida tende a enfrentar suas maiores tensões e desafios durante um período quando o seu povo está dando os maiores passos em seus primeiros movimentos em direção à modernização. Durante êste período caótico é extraordinariamente difícil assegurar, ao mesmo tempo, um progresso razoável ao desenvolvimento econômico e um aperfeiçoado padrão de vida, manter uma experiência satisfatória de lei e de ordem, trabalhar em prol dos conceitos de liberdade individual e talvez um moderado govêrno representativo, e conduzir a política externa conservando as responsabilidades e prerrogativas de uma nação independente.

Enquanto as nações subdesenvolvidas gradualmente se modernizam, suas vulnerabilidades mais instáveis mudarão de caráter. Seus problemas, enquanto progridem, não derivarão tanto de falta de experiência e da insuficiência de homens treinados e de líderes como das inevitáveis discrepâncias que aparecerão entre a realidade de um modesto grau de progresso e as expectativas inteiramente irreais de novos padrões de vida e novas maneiras de viver que deveriam, de alguma maneira, aparecer quase da noite para o dia.

Por exemplo, em alguns dos novos países africanos, tais como o Congo, há uma falta verdadeiramente desesperada de advogados para servirem como juizes e para manterem o sistema de tribunais. As incertezas resultantes, as demoras e as iniquidades dão lugar, exatamente, à espécie de confusão e descontentamento nos quais as revoluções se desenvolvem. Por outro lado, em sociedades um pouco mais avançadas há um desenvolvimento excessivo de advogados. O direito é amplamente considerado como

sendo uma profissão elegante e desejável e, como resultado, mais homens são muitas vezes treinados neste campo do que a economia do país pode absorver. Como resultado, o Partido Comunista do país pode tirar muitos de seus mais hábeis e dedicados recrutas dos homens desapontados e desiludidos que descobriram que não podiam atingir uma vida condizente na sua profissão e acusam o sistema de sua falha. Enquanto a estrutura política, social e econômica da nação se torna mais complexa, as inevitáveis doenças infantis da industrialização criam dôres e febres que simplesmente devem ser vividas pois ninguém descobriu um meio completo para evitá-las. As cidades crescem lotadas de provincianos que não estão ajustados às exigências da vida urbana. Algumas velhas afrontas são acalmadas, mas, ao mesmo tempo, antigos privilégios, padrões e tradições confortáveis desaparecem. Aquêles, na população, que se sentem forçados a indesejáveis transições e aquêles que se sentem frustrados e limitados pela forma e pela rapidez de mudança, criam faixas de tensão dentro do corpo político. Êstes homens são rebeldes em potencial, homens que poderão tornar-se guerrilheiros e que, incapazes disto, podem aberta ou secretamente apoiar outros em insurreições contra o govêrno, que sentiram ter falhado em compreender suas necessidades e proteger seus interêsses num mundo estranho, nôvo e desorientador”.

(J. E. Gross, Op. Cit., p. 35).

O discurso de Krushov sôbre o Movimento de Libertação Nacional.

A 6 de janeiro de 1961, Nikita Krushov apresentou, na assembléia geral das organizações do Partido, da Escola Superior do PCUS, da Academia de Ciências Sociais e do Instituto do Marxismo-Leninismo, um informe denominado: “Por novas vitórias do Movimento Comunista Mundial”, sôbre a Conferência dos representantes dos Partidos Comunistas e Operários, realizada em Moscou em novembro de 1960. Êsse pronunciamento foi considerado como da maior importância sôbre a política ex-

terna Soviética em relação à Guerra Revolucionária. No informe Krushov

... acrescentava um novo termo ao vocabulário da doutrina comunista, quando anunciava que a União Soviética, conquanto se opusesse à guerra termo-nuclear e à guerra local, passaria conseqüentemente a apoiar de modo claro às "guerras de libertação nacional", isto é, revoluções contra os regimes capitalistas e coloniais — como o principal dos instrumentos da expansão comunista. Essa declaração foi amplamente considerada como englobando a aceitação soviética, por enquanto, do fato do impasse nuclear e o reconhecimento dos perigos de uma ampliação dos conflitos limitados entre nações. Deve notar-se que a expressão "guerras de libertação nacional" foi deixada convenientemente imprecisa", permitindo ao Kremlin aplicar essa denominação estimulante a qualquer insurreição comunista, colocando na mesma categoria épica a Guerra da Indochina de 1945-54, a invasão da Coréia do Sul em 1950 e a guerra civil da China que após longa duração, terminou em 1949".

(Novas dimensões da Guerra Fria-Industrial College of the Armed Forces, Washington, D.C., 1963).

Passaremos a transcrever os trechos mais significativos, para as presentes considerações, do aludido informe de Krushov, extraído de publicação do Editorial "Paz e Socialismo", Praga, 1963:

"Nas condições atuais, devemos distinguir as seguintes categorias de guerras: guerras mundiais, guerras locais e guerras de libertação ou insurreições populares. Isto se faz necessário para elaboração de uma tática apropriada em relação a essas guerras.

Começemos pela questão das *guerras mundiais*. Nós os comunistas, somos os inimigos mais decididos das guerras mundiais; somos, em geral inimigos das guerras entre Estados. De tais guerras precisam unicamente os imperialistas para anexar territórios alheios para escravizar e saquear os povos. Antes

do surgimento do campo socialista mundial, a classe operária não podia exercer um influxo determinante na solução do problema da guerra ou da paz. Nas aquelas circunstâncias, os melhores representantes da classe operária lançaram a palavra-de-ordem de converter a guerra imperialista em guerra civil, quer dizer, de aproveitar a situação criada para a conquista do Poder pela classe operária, pelo povo trabalhador. Tal situação surgiu na primeira guerra mundial e foi aproveitada na forma clássica pelo Partido Bolchevista, por Lênin.

Em nossa época as condições são outras. O campo socialista mundial, com sua poderosa economia e suas poderosas forças armadas, exerce uma influência cada vez maior na solução dos problemas da guerra e da paz. Naturalmente, hoje também existem, entre os países imperialistas, agudas contradições e antagonismos; cada um deles deseja enriquecer-se à custa dos mais débeis. Todavia, os imperialistas se vêm obrigados a voltar a cabeça para a União Soviética e a todo o campo socialista e temem engajar-se em guerras, entre êles mesmos. Tratam de silenciar as suas contradições. Criaram blocos militares que arrastavam muitos países capitalistas. Apesar de estarem êsses blocos separados por uma luta interna, seus integrantes se unem, como êles próprios confessam, no ódio contra o comunismo e, naturalmente, na identidade de sua natureza e de suas aspirações imperialistas.

Nas circunstâncias atuais, as mais prováveis não são as guerras entre os países capitalistas, embora não se possa desprezá-las. Os imperialistas preparam guerras principalmente contra os países do socialismo e, em primeiro lugar, contra a União Soviética, o mais poderoso dos Estados Socialistas. Os imperialistas desejariam alquebrar nosso poderio e, dêste modo, restabelecer o domínio do capital monopolista.

A tarefa consiste em opor obstáculos insuperáveis para o desencadeamento de guerras pelos imperialistas. Nossas possibilidades de levantar barreiras entre os incendiários de guerra crescem e, por

consequente, podemos evitar que estale uma conflagração mundial. É evidente que ainda não podemos excluir por completo a possibilidade das guerras, porquanto existem Estados imperialistas. Entretanto, desencadear guerras é hoje, para os imperialistas, muito mais difícil que no passado, antes do aparecimento do poderoso campo do socialismo. Os imperialistas podem desencadear a guerra, mas se vêem forçados a meditar em suas conseqüências.

Em certa ocasião, eu disse que se o alucinado Hitler tivesse imaginado a derrota esmagadora que iria terminar a sua aventura sangrenta, se tivesse, imaginaria que haveria de terminar suicidando-se, inclusive êle teria pensado duas vêzes antes de se decidir a atacar a União Soviética. Mas, nessa época só haviam dois países socialistas: a União Soviética e a República Popular da Mongólia. Derrotamos, entretanto, os agressores, utilizando também as contradições entre os Estados imperialistas.

Hoje o quadro é completamente distinto. Ao campo imperialista se opõem os países socialistas, que constituem uma poderosa fôrça. Seria errôneo subestimar a fôrça do campo socialista, uma influência no curso dos acontecimentos mundiais e, por conseguinte, na solução dos problemas da guerra ou da paz. Nas condições criadas pela existência do pujante campo do socialismo, que possui poderosas fôrças armadas, os povos mobilizam tôdas as suas energias, para lutar ativamente contra os belicosos imperialistas, poderão, sem dúvida, impedir a guerra e assegurar dêsse modo a coexistência pacífica.

Krushov definiu através dêsse texto a política externa da União Soviética face às grandes potências ocidentais. Essa política consiste em manter uma atitude de coexistência que não se poderá qualificar adequadamente como pacífica, pois se apóia no poderio das fôrças militares e nas possibilidades do bloco socialista mundial. É uma coexistência de confronto de podêres internacionais. A estratégia correspondente tem um caráter defensivo-ofensivo, de agressividade e recursos oportunos, que já se tem manifestado em várias oportunidades como no episódio da construção e retirada das bases de mísseis no

território cubano. Prosseguindo em seu informe, Kruhov fala sobre as guerras locais:

“Agora, algumas palavras sobre as *guerras locais*. Atualmente, no campo imperialista falava-se muito de guerras locais e até se produziam armas atômicas de pequeno calibre para utilização nessas guerras. Uma teoria especial sobre guerras locais foi enquadrada. Será isso uma casualidade? Claro que não. Alguns círculos imperialistas, temerosos de que uma guerra mundial pudesse redundar na destruição completa do capitalismo, jogam as cartas das guerras locais.

Tem havido e pode haver no futuro guerras desse tipo. Todavia, a possibilidade de que os imperialistas desencadeiam tais guerras é também cada vez limitada. Uma pequena guerra imperialista pode converter-se, quaisquer que sejam os imperialistas que as tenham iniciado, em uma guerra mundial de mísseis e outras armas nucleares. Por isso devemos lutar tanto contra as guerras mundiais, como contra as guerras locais.

O Secretário Geral do PCUS estabeleceu esse modo a política soviética em relação às guerras locais identificando-as, por sua possibilidade de generalização, com as guerras mundiais. E a seguir exemplificou:

“A agressão da Inglaterra, França e Israel ao Egito é um exemplo de guerra local desencadeada pelos imperialistas. Queriam abater o Egito e, desse modo, intimidar os países árabes que lutam por sua independência, assim como os outros povos da Ásia e da África. De sua intenção de ajustar as contas com o Egito, nos falaram com bastante franqueza os estadistas ingleses, Eden entre eles, quando estivemos em Londres. Dissemo-lhes, sem rodeios: se começarem a guerra, perdê-la-ão; não permaneceremos neutros. Quando essa guerra se iniciou, a Organização das Nações Unidas condenou-a formalmente, mas os agressores não deram importância a isto e continuaram sua imunda empreitada; estavam certos, inclusive, de que já lhes faltava pouco para con-

seguir o objetivo a que visavam. A União Soviética e todo o campo socialista levantaram-se em defesa do Egito. A severa advertência do governo soviético a Eden e Guy Molet deteve a guerra. A guerra local, a aventura no Egito, sofreu um vergonhoso fracasso. Isso foi em 1956, quando a correlação de forças entre os países socialistas e os do imperialismo não era a de hoje. Então, não éramos tão poderosos como no presente. Ademais, os governantes da Inglaterra, França e Israel pensavam aproveitar-se das dificuldades que surgiram então na Hungria e na Polônia. Os representantes dos Estados imperialistas nos sussurravam ao ouvido: vocês têm dificuldades na Hungria, nós as temos no Egito, e, por isso, não interferiram em nossos assuntos. Mas nós demos digna resposta a êsses murmuradores. Não fechamos os olhos às suas criminosas ações. Demos as cartas no assunto e frustramos a agressão.

Aí temos o exemplo de uma guerra local, desencadeada pelos imperialistas, à qual se pôs fim graças à intervenção da União Soviética e de todo o campo socialista”.

Já tenho dito que não está afastado o perigo de guerras locais no futuro. Por essa razão, nossa tarefa consiste em mantermo-nos sempre alerta, em mobilizar tanto as forças do campo socialista, como aos povos de todos os países, a tôdas as forças pacíficas, para impedir as guerras agressivas. Se os povos de todos os países se mantiverem unidos e mobilizados, se lutarem infatigavelmente, conjugando seus esforços dentro de cada país e no âmbito internacional, as guerras podem ser evitadas.

Krushov passa, em seguida, a encarar a questão das guerras que denominou de “libertação nacional”.

“Agora, acêrca das guerras de libertação nacional. Como exemplos de tais guerras, nos últimos tempos podem servir a luta armada do povo vietnamita ou a guerra do povo argelino que se prolonga há mais de seis anos.

Começaram essas guerras como insurreições dos povos coloniais contra seus opressores e se converteram em guerras de guerrilhas.

Enquanto existir o imperialismo, enquanto existir o colonialismo, haverá guerras de libertação. São guerras revolucionárias. E não só são admissíveis, mas inevitáveis, já que os colonialistas não outorgam voluntariamente a independência dos povos. Por isso, só com a luta, compreendendo a luta armada, é que os povos podem conquistar sua liberdade e independência.

Por que os imperialistas norte-americanos, em que pese todo o seu desejo de ajudar os colonialistas franceses, não se decidiram a imiscuir-se diretamente na guerra do Vietnam? Não o fizeram porque sabiam que se ajudassem a França com forças armadas, o Vietnam receberia ajuda correspondente da China, da União Soviética e outros países socialistas e que isso poderia transformar-se em uma guerra mundial. O desenlace da guerra é conhecido. O Vietnam do Norte triunfou.

Agora se desenvolve uma guerra semelhante na Argélia. Qual é essa guerra? É a insurreição do povo árabe da Argélia contra os colonialistas franceses e se realiza sob a forma de guerrilhas. Os imperialistas dos EE.UU. e da Inglaterra ajudam com armas os seus aliados franceses. E ainda mais, permitiram que a França, integrante da OTAN, deslocasse unidades militares da Europa para lançá-las na luta contra o povo argelino. Este recebe também ajuda, a que lhe prestam os países vizinhos e outros que simpatizam com os seus anseios de liberdade. No entanto, esta é uma guerra de um povo por sua independência. É uma guerra sagrada. Nós reconhecemos tais guerras e ajudaremos os povos que lutam por sua liberdade.

Tomemos o exemplo de Cuba. Ali também começou como insurreição contra o regime tirânico interno, apoiado pelo imperialismo norte-americano. Batista era um testa-de-ferro dos EE. UU. que o ajudavam ativamente. Entretanto, os EE.UU. não intervieram diretamente nessa guerra com suas forças armadas. O povo cubano, sob a direção de Fidel Castro, venceu.

Podem ter lugar, no futuro, guerras como esta? Sim, podem. Mas são, precisamente, insurreições

populares. Podem criar-se em outros países condições, nas quais o povo, com a paciência esgotada, se levante de armas na mão? Sim, podem criar-se. Qual a atitude dos marxistas em face dessas insurreições? A mais positiva. Essas insurreições não se podem confundir com as guerras entre Estados, com as guerras locais, porque nessas insurreições o povo luta por exercer o seu direito de auto-determinação, por seu desenvolvimento social e nacional independente; são insurreições contra regimes reacionários apodrecidos, contra os colonialistas. Os comunistas apóiam totalmente essas guerras justas e marcham nas primeiras filas dos povos que sustentam uma luta de libertação.

Camaradas, a humanidade chegou a uma etapa histórica, na qual já está em condições de dar solução a problemas insolúveis para as gerações anteriores. Isto se refere também ao mais candente de todos os problemas, o problema de evitar uma guerra mundial.

A classe operária, que hoje dirige uma parte imensa do mundo e que, oportunamente dirigirá o mundo inteiro, não pode consentir que fôrças condenadas a perecerem, arrastem consigo, para a tumba, a centenas de milhões de seres. A guerra mundial, nas condições atuais, seria uma guerra com a intervenção de mísseis e de armas nucleares, quer dizer, as mais destruidoras que a história conheceu.

Entre as bombas de hidrogênio, já experimentadas, existem algumas que superam em várias vezes a potência de todos os explosivos utilizados durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo os cálculos dos cientistas, a explosão de uma só bomba de hidrogênio pode exterminar de um golpe até um milhão e meio de pessoas e causar a morte, em virtude da radiação subsequente, a mais de quatrocentas mil pessoas. Uma bomba média de hidrogênio basta para eliminar da face da terra uma grande cidade. Os cientistas ingleses chegaram à conclusão de que quatro bombas de um megaton lançadas em Londres, Birmingham e nos condados de Lancaster e York aniquilariam, pelo menos a vinte milhões de pessoas. Segundo dados apresentados por especialistas norte-americanos ao Senado, as perdas que os EE. UU. so-

freriam depois de vinte e quatro horas de guerra nuclear seriam de 50 a 75 milhões de pessoas. O conhecido cientista norte-americano Pauling disse: "No total, as zonas sôbre as quais se assentariam fortes golpes nucleares, vivem cêrca de mil milhões de pessoas. Nos sessenta dias seguintes ao golpe atômico, 500 a 750 milhões de pessoas poderiam perecer". A guerra nuclear causaria também incalculáveis calamidades aos povos daqueles países que não fôsem submetidos diretamente a bombardeio, já que muitos milhões de pessoas pereceriam pelos efeitos destruidores da radiação.

Sabemos que se os dementes imperialistas desencadearem a guerra mundial, o capitalismo será varrido e aniquilado pelos povos. Somos porém resolutamente contra a guerra, antes de tudo, porque pensamos nos destinos da humanidade, em seu presente e em seu futuro. Sabemos que, em caso de guerra sofreriam mais do que ninguém os trabalhadores e sua vanguarda, a classe operária.

Recordamos como colocava Lênin a questão dos destinos da classe operária. Já nos primeiros anos que se seguiram à revolução, quando o primeiro Estado socialista operário e camponês do mundo estava cercado por um anel de fogo, dizia Lênin: "se salvarmos os trabalhadores, se salvarmos a principal força produtiva da humanidade, os operários, recuperaremos tudo; mas se não formos capazes de salvá-los, pereceremos..." (Obras t. XXIX, págs. 334-335).

Atualmente já não há no mundo um único Estado de operário e camponeses, mas um sistema de Estados socialistas. Nosso dever perante a história, consiste em assegurar a paz e o desenvolvimento pacífico desta grande obra da classe operária internacional, preservar todos os povos contra uma nova guerra de extermínio. A vitória do socialismo no mundo inteiro, inevitável em virtude das leis do desenvolvimento histórico, já está próxima. Para essa vitória não é necessário a guerra entre Estados.

O cálculo ponderado das inevitáveis conseqüências de uma guerra nuclear é condição inalienável para a aplicação conseqüente de uma política de prevenção da guerra e de mobilização de massas a fim

de resolver essa tarefa. A compreensão do perigo de uma guerra exterminadora, só por ela mesma já eleva a vontade das massas de lutar contra ela. Por isso é necessário prevenir as massas ante às perigosíssimas conseqüências de uma nova conflagração mundial e de acender, dêsse modo, o ódio sagrado dos povos contra aquêles que planejam êsse crime. A possibilidade de conjurar a guerra não é um dom caído do céu. A paz não pode ser conseguida, mendigando-a. É sòmente possível garanti-la mediante uma luta ativa e conseqüente. Por ela temos evitado e continuaremos a evitar essa luta.

Tôda a política exterior da União Soviética está orientada para fortalecer a paz. Temos utilizado e continuaremos a utilizar o crescente poderio de nosso Estado, não para ameaçar ninguém, nem aticar paixões belicistas, mas para aplicar a todo o instante uma política de luta contra o perigo da guerra, pela conjuração de um conflito mundial.

Temos partido e continuaremos a partir do pressuposto de que é necessário manter e consolidar as relações amistosas com todos os povos, pelo bem da paz, na base dos princípios da coexistência pacífica”.

Krushov passa a desenvolver considerações sôbre a política da coexistência pacífica, procurando demonstrar que essa orientação concorrerá para o fortalecimento do sistema socialista mundial. Mostra que essa política é, “por seu conteúdo social, uma das formas de intensa luta econômica, política e ideológica do proletariado contra as fôrças agressivas do imperialismo na arena internacional”. E dentro dessa política considera que “só existe um caminho para frear o imperialismo: a vigorização compatível do poderio econômico, político e militar dos Estados Socialistas e o máximo fortalecimento do movimento revolucionário mundial”. Fala sôbre o desarmamento e o partido que o comunista luta pela paz.

E a seguir, encara o problema do colonialismo.

“Os comunistas consideram um dever sagrado aproveitar plenamente tôdas as possibilidades que a época atual oferece ao povo para pôr freio às fôrças

belicosas do imperialismo, para cooperar numa nova guerra.

O movimento comunista e operário internacional alcançou hoje tal força e tal organização que planeja, como tarefa tática, a de livrar a humanidade das calamidades de uma nova guerra. Na declaração da Conferência foi dito:

“Os comunistas consideram que sua missão consiste não apenas em suprimir a exploração e a miséria em escala mundial e em excluir para sempre da vida da sociedade humana a possibilidade de qualquer guerra, como também em livrar a humanidade, já na época atual, dos horrores que deveriam ocorrer em uma nova conflagração mundial. Os partidos comunistas de todos os países consagram a totalidade de suas forças e energias ao cumprimento dessa grande missão histórica”.

Camaradas: Os povos que conseguiram a independência nacional são hoje uma nova e poderosa força na luta pela paz e o progresso social. O movimento de libertação nacional vai aplicando golpes cada vez mais contundentes no imperialismo, ajuda a consolidar a paz e a acelerar o desenvolvimento da humanidade pelo caminho do progresso social. No presente, a Ásia, África e América Latina são importantíssimos centros da luta revolucionária, contra o imperialismo. Desde o término da guerra, cerca de quarenta países conquistaram a independência nacional. Quase um bilhão e quinhentos milhões de homens se livraram do jugo da escravidão colonial.

A Conferência assinalou com toda a razão que o desmoronamento do sistema da escravidão colonial sob os embates do movimento de libertação nacional é, por sua importância histórica o fenômeno mais transcendental, depois da formação do sistema mundial do socialismo.

Abre-se uma nova e brilhante página na História da humanidade. É fácil imaginar que grandiosas obras realizarão estes povos quando expulsarem totalmente de seus países os imperialistas e quando se sentirem efetivamente donos de seus destinos. Isto multiplica em grande medida as forças progressistas da humanidade. Tomai, por exemplo, a Ásia, esse

antigo bêrço da civilização humana. Que forças tão inesgotáveis se ocultam nos povos dêste continente! E não menor é o papel que na solução das tarefas colocadas diante da humanidade podem desempenhar os povos árabes, de heróicas tradições, já emancipadas ou que estão emancipando-se da dependência política e econômica do imperialismo, e todos os povos do Oriente Próximo e Médio!

Um dos fenômenos mais notáveis de nossa época é o despertar dos povos africanos. Conseguiram já a independência dezenas de Estado do Norte e do centro da África; começa a ferver o sul dêste continente, e não cabe dúvida quanto a que as masmorras fascistas da União Sul-Africana virão abaixo e a que a Rodésia, Uganda e outras partes da África alcançarão a liberdade.

As forças do movimento de libertação nacional se multiplicam, em grande medida, graças a que nos últimos anos se formou uma nova frente de luta ativa contra o imperialismo norte-americano. Esta frente é a América Latina. Faz ainda pouco, um enorme continente se identificava com um só conceito: América. E êste conceito expressava em considerável medida um conteúdo; a América Latina estava atada de pés e mãos pelo imperialismo ianque. Hoje, os povos latino-americanos demonstram, com sua luta, que o continente americano não é um feudo dos EE. UU. A América Latina é um vulcão em erupção. A lava da luta libertadora varreu as tiranias numa série de países latino-americanos. Em todo o mundo retumbou o trovão da heróica Revolução Cubana. Esta não só rechaça as investidas dos imperialistas, mas também se desenvolve em profundidade e extensão, marcando uma nova etapa, superior, da luta de libertação nacional, na qual o povo chega ao poder, na qual o povo passa a ser dono de suas riquezas. A solidariedade com Cuba revolucionária não só é dever dos povos da América Latina, como também, dos países socialistas, de todo o movimento comunista mundial, do proletariado de tôdas as partes do mundo.

O movimento de libertação nacional é um movimento antiimperialista. O imperialismo debilitou-se

muito mais, ao ruir o sistema colonial. Extensos territórios e enormes massas humanas deixaram ou vão deixando de ser sua reserva e sua fonte de matérias-primas baratas e de carne de canhão. Os países asiáticos, africanos e latino-americanos, apoiados pelos Estados socialistas e por tôdas as fôrças progressistas internacionais infligem derrotas cada vez mais freqüentes às potências e coalizões imperialistas”.

Depois de citar Lênin sôbre o despertar da mentalidade revolucionária nas classes trabalhadoras, Krushov fala sôbre o socialismo e a luta emancipadora dos povos, considerando como “charlatanice” a constituição de uma “terceira fôrça”. Diz êle:

“A renovação do mundo baseada nos princípios da liberdade, da democracia e do socialismo, renovação na qual nós tomamos parte, é um processo histórico em que se reúnem e interligam os diferentes movimentos revolucionários, democráticos, sob a influência determinante das revoluções socialistas. Os êxitos do movimento de libertação nacional estão condicionados em grande medida pelas vitórias do socialismo e, por sua vez, reforçam as posições internacionais do socialismo na luta contra o imperialismo. Nesta compreensão autênticamente leninista dos referidos processos históricos se baseia a política dos partidos comunistas e dos Estados socialistas, dirigida para a consolidação da estreita aliança com os povos que lutam pela independência ou que já a conquistaram.

Os políticos burgueses e revisionistas dizem que o movimento de libertação nacional se desenvolve independentemente da luta da classe operária pelo socialismo e independentemente do apoio dos Estados socialistas; dizem também que os colonialistas presenteiam com a liberdade os povos das antigas colônias. Semelhantes embustes são propagados com o fim de isolar dos países do campo socialista os jovens Estados independentes, demonstrar que devem desempenhar na arena internacional o papel de uma pretensa “terceira fôrça” e não se pronunciar contra o imperialismo. Resta dizer que tais raciocínios são pura charlatanice.

É um fato histórico que, antes da vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro, os povos não haviam conseguido romper os grilhões do colonialismo. A história demonstrou que, sem a garantia do socialismo, embora não se tivesse realizado senão numa parte do mundo, não se poderia falar em pôr fim ao colonialismo.

As potências imperialistas, sobretudo os EE.UU., estão fazendo todos os esforços possíveis para submeter os países libertos do jugo colonial a seu sistema e reforçar assim as posições do capitalismo mundial, para lhe transfundir, como escrevem os ideólogos burgueses, sangue fresco, a fim de rejuvenescê-lo e garanti-lo. Se se encara de frente os fatos, é preciso reconhecer que os imperialistas dispõem de fortes recursos econômicos para pressionar os países emancipados. Ainda conseguem envolver nas malhas da dependência econômica alguns países politicamente independentes. Agora, quando já se tornou impossível instaurar regimes abertamente coloniais, os imperialistas recorrem a formas e métodos disfarçados de avassalamento e saque dos países emancipados. Ao mesmo tempo, as potências coloniais prestam apoio por toda parte às forças reacionárias internas dos países emancipados e tratam de implantar regimes ditatoriais de fantoches e de atrair êstes países para os blocos agressivos. Embora entre os Estados imperialistas se observem contradições muito agudas, amiúde êles atuam de comum acôrdo contra o movimento de libertação nacional.

Mas, se se têm em conta todos os fatores que influem nos destinos dos povos libertos do jugo colonial, deverá tirar-se a conclusão de que, definitivamente, prevalecerão as tendências ao progresso social, opostas ao imperialismo. Não obstante, estas questões resultam em acirrada luta dentro de cada país. A Declaração da Conferência contém importantes teses concernentes às questões fundamentais do desenvolvimento do movimento de libertação nacional e assinala as tarefas por cujo cumprimento lutam os partidos comunistas, assim como a posição dêstes em relação com as diversas classes e os diversos grupos sociais. Expressando a unidade de princípio dos

partidos marxistas-leninistas, a Declaração orienta-os no sentido de utilizar ao máximo as possibilidades revolucionárias das diversas classes e camadas sociais, de incorporar à luta contra o imperialismo todos os aliados, inclusive os inconseqüentes, instáveis e vacilantes.

Nós, os comunistas, somos revolucionários, e procederíamos indevidamente se não advertíssemos as novas possibilidades, se não encontrássemos os métodos e as formas novas que nos conduzam melhor à realização do objetivo visado. Deve destacar-se, particularmente, a idéia exposta na Declaração acêrca da formação de Estados de democracia nacional. Na Declaração são definidos os traços fundamentais destes Estados e as tarefas que estão chamados a cumprir. É importante sublinhar que, dada a enorme diversidade de condições concretas nos países cujos povos despertaram e fazem já a História, é inevitável o surgimento de múltiplas formas de solução dos problemas colocados pelo progresso social.

A aplicação correta da teoria marxista-leninista nos países emancipados se baseia precisamente em dar conta dos traços específicos da vida econômica, política e cultural dos povos aos buscarem-se as formas de reunir tôdas as fôrças íntegras da nação e de assegurar o papel dirigente da classe operária na frente nacional, na luta pela extirpação decidida das raízes do imperialismo e dos restos do feudalismo, pelo desbastamento do caminho de avanço, afinal, para o socialismo.

Nos tempos atuais, quando a reação imperialista trata de impôr aos jovens Estados independentes a política do anticomunismo, adquire singular importância e cabal esclarecimento das idéias e das aspirações dos comunistas. Os comunistas amparam as medidas de caráter democrático geral dos governos nacionais. Ao mesmo tempo, os comunistas explicam às massas que estas medidas nada têm de socialistas.

Ninguém compreende tão bem nem considera tão seus os anseios dos povos que vão rompendo os grilhões do colonialismo como os trabalhadores dos países socialistas e os comunistas do mundo inteiro. Nossa filosofia mesma e os interêsses da humanidade tra-

balhadora, pelos quais lutamos, nos impelem a fazer todo o possível para que os povos marchem pelo bom caminho para o progresso. Com nossa política, devemos reforçar a confiança dos povos em relação aos países socialistas.

A ajuda que a URSS e os demais Estados socialistas prestam aos países que conquistaram sua independência tem um só objetivo: o de contribuir para o fortalecimento das posições destes países na luta contra o imperialismo, para o desenvolvimento da economia nacional e a melhoria da vida dos povos. F. Engels, ao assinalar o grande interesse da classe operária dos países avançados em "conduzir, o mais breve possível, as colônias à independência", escreveu: "Uma coisa é indubitável: o proletariado vitorioso não pode impor nenhuma felicidade a nenhum outro povo sem minar com isso sua própria vitória"

O dever internacionalista da classe operária vitoriosa consiste em ajudar os povos dos países economicamente subdesenvolvidos a romper definitivamente os grilhões da escravidão colonial e em prestar-lhes pleno apoio em sua luta contra o imperialismo, pelo direito à autodeterminação e ao desenvolvimento independente. Contudo, não se deve extrair disso, de modo nenhum a conclusão de que a ajuda socialista não influi nas perspectivas do desenvolvimento dos países emancipados.

A União Soviética foi e continua sendo um amigo sincero dos povos coloniais; sempre defendeu seus direitos, seus interesses e sua aspiração à independência. Continuaremos incrementando e desenvolvendo a cooperação econômica e cultural com os países que tomarem o caminho da existência independente.

A União Soviética submeteu ao exame da XV Sessão da Assembléia Geral da ONU uma declaração acêrca da independência para os países e povos coloniais. Como resultado da acirrada luta política que se desdobrou em tórno desta proposta não só na ONU, mas também fora dela, a Assembléia Geral aprovou a declaração sôbre a independência para os países e povos coloniais. A principal conclusão da declaração soviética, a necessidade de liquidar rápida e definitivamente o colonialismo em tôdas

as suas formas e manifestações, está refletida, no fundamental, na resolução adotada pela ONU. É uma grande vitória das forças progressistas e de todos os Estados socialistas, que defendem firme e conseqüentemente a causa da liberdade e do desenvolvimento nacional independente dos povos”.

Kruschov ataca, em seguida os EE. UU., a Inglaterra, a França, Espanha, Portugal e Bélgica, acusando-os de atitude de abstenção dêsses na ONU quando se cogita da liquidação do sistema colonial. E declara depois:

“Embora esteja condenado a perecer, o colonialismo possui ainda uma considerável força de resistência e causa enorme malefício a muitos povos. Em tôrno dêle se agrupa tudo o que é caduco e reacionário. O colonialismo é a causa direta ou indireta de muitos conflitos que representam para a humanidade a ameaça de uma nova guerra. O colonialismo, que mais de uma vez foi a causa de derramamentos de sangue, continua encerrando um perigo de guerra. Com freqüência, se manifesta sob a forma de arrebatamento de demência furibunda, como o evidenciam patentemente os sangrentos fatos da Argélia, Congo e Laos; ainda mantém em suas ávidas garras dezenas de milhões de sêres humanos. E nem todos os povos que conquistaram a independência política gozam dos benefícios desta, já que a economia de seus países permanece dominada pelos monopólios estrangeiros.

Os povos dos países socialistas, os comunistas e os progressistas de todo o mundo consideram seu dever destruir os últimos vestígios do sistema colonial do imperialismo, proteger os povos que se libertam contra os atentados das potências coloniais e ajudá-los a realizar seus ideais de emancipação”.

Êsse discurso de Krushov teve profunda repercussão na atitude do Mundo Ocidental que passou a compreender a política externa soviética em bases mais definidas.

Em síntese, a orientação política do comunismo internacional coloca em primeiro plano o esforço em evitar uma guerra mundial, passando a competição direta entre

as lideranças mundiais para os campos não militares, sem todavia excluir o fortalecimento e o aperfeiçoamento do poder militar. Nas áreas subdesenvolvidas, entretanto, o comunismo internacional apóia as lutas pacíficas ou armadas contra o colonialismo e o domínio econômico pelas grandes potências ocidentais, buscando sempre a integração das novas nacionalidades no bloco socialista.

Krushov não fêz nenhuma menção ao caso da Hungria ou do Tibét, ambos desmentindo as bases morais que êle anuncia para a política do comunismo. Na Hungria, uma revolução libertária foi sufocada pela fôrça dos carros de combate soviéticos. No Tibét, os chineses invadiram e se apossaram de uma nação independente. Êsses dois casos contrariam os têrmos das afirmações do líder soviético, demonstrando o parcialismo de suas intenções.

De qualquer sorte esta foi uma definição política de grande relevância, emprestando à guerra revolucionária um papel dominante na história atual do grande conflito entre os dois mundos.

2. A TÉCNICA REVOLUCIONÁRIA COMUNISTA

Vários séculos antes da era cristã, os chineses aperfeiçoaram uma invenção que, desde aquela época até os dias atuais, seria responsável pela destruição de muitos milhões de seres humanos: a pólvora. Agora êsse mesmo paciente e legendário povo desenvolveu uma técnica muito mais perigosa que as armas nucleares, porque seu extraordinário efeito destrutivo atinge a mente humana, envolve e escraviza populações inteiras, dissolve as tradições e os valores morais: a guerra revolucionária. A estratégia e a tática dêsse movimento insidioso que o Comunismo Universal adotou entre os recursos da Guerra Fria, lançada contra o Mundo Livre, foram realmente modeladas na doutrina de Mao Tse-tung, cujos preceitos se tornaram clássicos e são a inspiração dos modernos promotores da subversão.

A Evidência da Subversão Comunista

O Estado-Maior das Fôrças Armadas assim conceituou a Guerra Revolucionária: “É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que, apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo auxiliados do exterior, visam à conquista do poder através do contrôle progressivo, físico e espiritual, da população sôbre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim submetida”. Essa definição, fruto de um meticuloso e aprofundado estudo, reflete os episódios históricos que culminaram com o domínio comunista da Tcheco-eslováquia, da China, da Indochina, de Cuba e de outras áreas, e permitiram aos vermelhos adicionarem uma população de 800 milhões de pessoas a seu primitivo império.

A análise da Guerra Revolucionária na América Latina, consoante a opinião da maioria dos estrategistas e sociólogos modernos, situa-se no quadro da expansionista estratégia soviética, como uma das manifestações da Guerra Fria, desencadeada em todo o planêta. Tolhidos pelo "equilíbrio do terror", resultante do impasse nuclear, vislumbraram, os comunistas, uma solução magistral para o prosseguimento de sua ofensiva. Inspiraram-se em uma extensão do conceito de Clausewitz de que "a guerra é o prosseguimento da política por outros meios", através da afirmação de Chaposhnicow: "A paz é o prosseguimento da guerra por outros meios". Nessa asserção maquiavélica apóiam os princípios revolucionários que visam à conquista e à comunização de nações, mediante movimentos subversivos intestinos, baseados em uma doutrinação ideológica premeditada, que explora a fundo os problemas e as aspirações nacionais.

Krushov, em sua alocução, na Conferência de Moscou, em novembro de 1960, declarou: "O movimento de libertação nacional vem executando um número crescente de golpes contra o imperialismo, auxiliando a consolidação da paz e contribuindo para apressar o desenvolvimento da humanidade na linha do progresso social. A Ásia e a América Latina são agora os mais importantes centros da luta revolucionária contra o imperialismo". "O mundo inteiro já ouviu o reboar da heróica revolução cubana. Essa revolução não está apenas repelindo a investida do imperialismo: está-se alargando, marcando um nôvo e mais alto estágio na luta pela libertação nacional, com a conquista do poder pelo povo, com o povo a tornar-se o dono de suas próprias riquezas. A solidariedade a Cuba não é apenas o dever de todos os povos da América Latina, é também o dever de todos os países socialistas, do movimento comunista internacional, do proletariado de tôdas as áreas do mundo".

Essas palavras do Chefe do Govêrno Soviético demonstram claramente a natureza e as origens da Guerra Revolucionária latino-americana.

Em seu livro "A Foward Strategy for America", uma equipe de estrategista norte-americanos — Robert Strausz-Hupé, William R. Kintner e Stefan T. Possony — caracteriza a inspiração ofensiva dos soviéticos ao afir-

mar: "A doutrina estratégica comunista estabelece que o poder nuclear deverá constituir uma força de contenção contra as tentativas imperialistas de intervir em revoluções locais, operações de guerrilhas e nas guerras por procuração. Onde quer que se desenvolva um enfraquecimento militar, as crescentes possibilidades soviéticas podem apoiar os comunistas na realização de manipulações políticas, a milhares de milhas das bases efetivas desse poder. Antigamente, o apoio militar das operações políticas dos comunistas só se podia estender à sombra do alcance do Exército Vermelho. Hoje, e amanhã ainda mais, os sistemas de lançamento de armas nucleares que os soviéticos possuem permitem apoiar operações sucessivas na própria retaguarda dos Estados Unidos. A penetração em Cuba pode ter sido o prelúdio de uma ofensiva comunista mais audaciosa na América Latina e, por essa mesma razão, sôbre outras regiões subdesenvolvidas.

Essa opinião de eminentes estudiosos do problema político-militar de nossos dias revela-nos a angustiosa atenção que os Estados Unidos, contrariamente ao que pensam muitos, dedicam à influência comunista na América Latina e demonstra-nos como a Guerra Revolucionária, em nosso continente, encontra seu apoio no imenso poderio nuclear dos soviéticos, situados a milhares de quilômetros de distância.

As Características da Guerra Revolucionária

O fenômeno da Guerra Revolucionária mundial, conquanto demonstre claramente a unidade de origem e bases ideológicas, adaptou-se às condições locais, procurando explorar, de forma hábil e eficiente, os problemas regionais.

Pierre Letelier, na "Revue Militaire Générale" da OTAN (Abr. 62), declara: "O continente latino-americano demonstrou uma surpreendente vulnerabilidade à guerra política conduzida pelos soviéticos. De certo, era êle conhecido até agora por suas revoluções e seus pronunciamentos militares, por suas ditaduras e por sua instabilidade constitucional, mas nada permitia, entretanto, prever a facilidade com que os comunistas se aposariam do poder em Cuba, um país tão próximo dos Esta-

dos Unidos que semelhante aventura parecia excluída, a priori”.

A facilidade com que se propagou na América Latina a chama revolucionária, insuflada pela Rússia e pela China, explica-se, em grande parte, no anseio por vencer as condições de atraso que dominam êsses povos, extenuados de suportar uma opressiva submissão político-econômica, face aos elevados padrões de bem-estar que prevalecem na América do Norte e na Europa. Êsses legítimos sentimentos têm sido aproveitados a fundo pelos idealizadores e líderes da Guerra Revolucionária, os quais apresentam sempre os problemas em termos de libertação nacional do jugo capitalista, escondendo propositadamente a parcela de responsabilidade que deriva das deficiências e desorientação das possibilidades e dos esforços nacionais. Os comunistas acenaram soluções milagrosas, ofereceram a consecução das aspirações nacionais, ao preço da implantação de uma ordem socialista e da “satelização” na órbita soviética.

As características fundamentais dêsse movimento de mobilização geral e transformação completa dos valores institucionais são as seguintes:

1.a — *Necessidade de apoio da população.* Expressando êsse aspecto, tem sido generalizado um aforismo, atribuído a Mao-Tse-tung sôbre a ação das guerrilhas: “A população é para a Guerra Revolucionária o que a água é para o peixe”. Dêsse princípio decorre ser, o indivíduo, o objetivo essencial da guerra revolucionária. Sua adesão deve ser conquistada como na guerra convencional, o terreno inimigo. Para essa conquista todos os meios são válidos: desde a persuasão insinuante à submissão violenta, desde a corrupção criminosa à “lavagem-cerebral”, desfiguradora da personalidade humana.

2.a — *Universalidade.* A Guerra Revolucionária não tem fronteiras. Não se limita a um único país ou região. Estabelecido o foco revolucionário ou a chamada “zona liberada”, a subversão comunista procura expraiar-se por meios pacíficos ou violentos. Assim, na Ásia, a onda comunizante partiu da União Soviética, conquistou a China, avançou sôbre a Coréia, onde foi barrada pela fôrça do Paralelo 38, dominou o Vietnam do Norte e agora, por

meio da ação de forças regulares ou de guerrilheiros e pela infiltração subversiva, procura estender-se sobre o Laos, Vietnam do Sul, a Índia e a Indonésia. Na América Latina, após a dominação de Cuba, lançou uma ofensiva sobre o continente, particularmente na Venezuela, na Colômbia e no Brasil. Praticamente, as guerrilhas comunistas atuam, hoje em dia, em todos os países latino-americanos, com intensidade variável, de acordo com a situação.

3.a — *Permanência*. A Guerra Revolucionária é uma ação duradoura e constante. Conquanto apresente flutuações, recuos táticos e estratégicos, constitui, para os comunistas, manifestações da luta sem tréguas que empreendem contra o regime democrático, a qual, propalam eles, só poderá ser concluída pelo aniquilamento do capitalismo. A denominada “coexistência pacífica” é uma expressão artificiosa de que lançam mão para apoiar a conquista mundial, sem o desencadeamento da guerra total.

Krushov declarou em 1961: “As guerras de libertação continuarão a existir, enquanto existir o capitalismo, enquanto existir o colonialismo. Estas são guerras revolucionárias. Tais guerras são não somente admissíveis, como também inevitáveis, porque os colonialistas nada cedem voluntariamente. Em consequência, os povos só podem atingir a liberdade e a independência através da luta, inclusive da luta armada”.

3.a — *Totalidade*. A Guerra Revolucionária é uma guerra total, visando ao domínio moral e material, e utilizando todos os processos, todos os subterfúgios, todos os disfarces e todos os graus ou formas de violência. O importante é atingir os objetivos, convencendo ou enganando, atraindo ou corrompendo, obedecendo ou contrariando valores éticos ou convenções arraigadas.

Como se Desenvolve a Guerra Revolucionária

Um dos esquemas de maior divulgação, a respeito do processo da Guerra Revolucionária, foi apresentado por J. Hogard na “Revue Militaire d’Information”, de junho de 1958, o qual admitia cinco fases, assim definidas:

- 1.a — Entrada em ação de uma infra-estrutura clandestina.
- 2.a — Criação de uma situação revolucionária.
- 3.a — Utilização da violência sistemática.
- 4.a — Criação de “zonas liberadas”.
- 5.a — Ofensiva final.

Tal sistematização, concebida à luz das guerras revolucionárias da China, da Indochina e da Argélia, não tenta apresentar uma sucessividade obrigatória de acontecimentos. Caracteriza apenas uma classificação bem estudada de atividades diversas, capazes de evidenciar e enquadrar os fatos subversivos, no panorama geral do fenômeno. O Comandante Boulnoie, do Exército Francês, esclarecendo esse aspecto, declara: “Não se deve, entretanto, atribuir-lhe um rigor absoluto. As reações do poder legal, os erros táticos dos insurretos, a influência dos acontecimentos exteriores à própria subversão podem conduzir a retrocessos; as fases podem, mais ou menos, superpor-se”.

Em cada região, em cada país o processo revolucionário se apresenta sob um aspecto diversificado, tornando muito aleatória qualquer tentativa de sistematização pouco flexível. Vejamos o que ocorreu, por exemplo, na Tcheco-eslováquia. Nesse país, o Partido Comunista, aproveitando-se do prestígio que seus integrantes haviam obtido na resistência contra os alemães, durante a Guerra, procurara infiltrar-se nos órgãos do governo e formar uma “frente nacional” com elementos colaboracionistas de outros partidos. Com a complacência simpatizante do gabinete chefiado por Fierlinger e da chefia da Defesa Nacional exercido pelo General Svoboda, ocuparam os postos-chaves da administração pública, os comandos das unidades principais e introduziram-se em todos os partidos políticos. Quando se aproximaram as eleições de 1948, nas quais se esperava uma derrota dos comunistas, estes desencadearam, por surpresa, um golpe-de-Estado e tomaram conta do poder, com o emprêgo das milícias operárias e da tropa policial do Ministério do Interior, transformando, em congresso nacional, uma assembléia de comitês em empresas que, “por acaso”, estava sendo realizada em Praga.

Outros analistas preferem apresentar o processo revolucionário segundo fases que marcam, sem idéia de cronologia, os objetivos essenciais. Assim estabelece tal esquematização:

1.^a — Fase — Conquista da população — através das seguintes atividades:

- Criação de um núcleo de ativistas ou revolucionários profissionais, que procuram desmantelar os valores tradicionais e implantar os padrões revolucionários.
- Infiltração e aliciamento, de preferência sôbre os partidos políticos, o Congresso e as Assembléias legislativas, a Justiça, a Administração Pública, as Associações de Classe, o Ensino, a Imprensa e as Fôrças Armadas. Para isso utilizam técnicas com a persuasão, a sedução, a corrupção, o comprometimento e a intimidação.
- Enquadramento da população, envolvendo os indivíduos numa rêde de associações, que o Cel Lacheroy denominou de "hierarquias paralelas", como grupos, frentes, clubes e sociedades culturais, esportivas profissionais, políticas, etc.
- Verificação através de campanhas, concentrações, comícios, greves, memoriais, apelos e outros recursos semelhantes.

2.^a — Fase — Preparo dos meios para a ação violenta, se necessária.

Esse objetivo pode ser buscado concomitantemente com a conquista do apoio popular. Para isso, promovem-se as seguintes atividades gerais:

- Seleção e preparo de líderes, que podem receber treinamento especializado, inclusivve no estrangeiro.
- Montagem e adestramento de uma organização para militar composta de agitadores, brigadas de choque, terroristas e guerrilheiros.
- Obtenção de material bélico, nacional ou estrangeiro, mediante furto, contrabando, saque, etc.

— Verificação por meio de depredações organizadas, ocupação de instalação, paralisações de serviços, assaltos e invasões de fazendas e localidades.

3.a — Fase — Criação e exploração do clima revolucionário, derrubada do Governo e do regime. Para êsse fim, as seguintes ações podem ser adotadas:

- Criação ou agravamento de insatisfações e insegurança procurando abalar a confiança nas instituições vigentes.
- Derrubada do Governo e do regime, por meio da provocação de medidas de “suposta salvação nacional”, que permitem o golpe-de-Estado ou da rebelião armada.
- Acionamento da Organização político-administrativa já montada.
- Criação de “zonas liberadas”.
- Mobilização e organização das forças militares revolucionárias.
- Operações regulares.

O processo revolucionário culmina com a implantação do nôvo regime e a “satelização”.

Deve ser observado que os comunistas não consideram a maturidade do processo como condição essencial de sucesso. Ernesto Guevara diz que, na América Latina a revolução comunista deve firmar-se em três considerações fundamentais:

- 1.a — As forças populares são capazes de vencer uma guerra contra o Exército.
- 2.a — Nem sempre se deve esperar que existam tôdas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las.
- 3.a — Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo.

As Técnicas Utilizadas

A ação revolucionária executa-se através de técnicas extremamente diversificadas, cuja originalidade desafia

as sistematizações acadêmicas. Existem, todavia, certas categorias de ações já conhecidas, por sua freqüência de emprêgo, cuja observação permite identificar o processo subversivo. Alguns autores reúnem tais atividades em dois grupos gerais: técnicas destrutivas e técnicas construtivas. Nesta exposição, procuraremos defini-las por seus objetivos fundamentais:

- 1.º — Processos de imposição psicológica — que visam a aniquilar a vontade dos indivíduos, destruir os valores morais existentes e formar uma sociedade submissa e aquiescente.
- 2.º — Processos de ação violenta — que procuram destruir o material e o pessoal oponente, para possibilitar e consolidar o domínio psicológico.

Entre os primeiros, agrupam-se as seguintes variações:

a) — O aliciamento — através de uma propaganda bem conduzida, baseada nos princípios psicológicos de impregnação ideativa como o conformismo, a autoridade, o testemunho, a adesão, a refeição, a associação e a repetição.

b) — A intimidação que visa a submeter através do medo, face a ameaças ou execução de atentados pessoais, como prisão, deportação, tortura, desemprêgo, ataque à família, etc.

c) — A lavagem-cerebral que consiste num artifício psicológico, de extraordinária virulência, baseado no condicionamento moral. Êste é obtido por meio de técnicas deliberadas, capazes de alterar profundamente as bases da compreensão, a mentalidade e as crenças do indivíduo.

d) — A desmoralização pela calúnia, pelo medo, pelo terror e pela ridicularização.

e) — A corrupção, explorando as ambições, as vaidades e outros vícios pessoais.

f) — A impregnação psicológica, individual ou coletiva, por meio da criação de estímulos e “slogans”, sistematicamente repetidos.

g) — O desmembramento que procura destruir as instituições vigentes e a ordem tradicional.

h) — A formação, o adestramento e a educação de líderes e ativistas revolucionários, em curso e escolas especializadas.

i) — A semeadura que consiste na disseminação desses ativistas e líderes nos organismos e instituições existentes.

j) — O enquadramento, através do qual as pessoas e os grupos são reunidos em associações com um rótulo ostensivo, que disfarça seus reais objetivos.

l) — O exacerbamento, procurando agravar tensões morais ou físicas, pelo alarmismo deliberado e sistemático, pela desmoralização da autoridade, etc.

m) — A infiltração de elementos doutrinadores ou agitadores, nos órgãos vitais, como a Imprensa, as organizações oficiais, as universidades, a Igreja, os sindicatos e os partidos.

A propagação de idéias necessárias à prática desses processos utiliza todos os meios de difusão, ostensivos ou encobertos, abrangendo desde a conversa familiar a carta anônima até os comícios monstros.

Os processos de ação violenta são principalmente os seguintes:

- a) — as perturbações da ordem pública;
- b) — o terrorismo seletivo ou sistemático;
- c) — a sabotagem;
- d) — os distúrbios populares;
- e) — o “quebra-quebra” e o saque;
- f) — a guerrilha;
- g) — a insurreição armada;
- h) — as operações de guerra regular.

Entre as ações puramente psicológicas e as violentas situam-se as manifestações de massa como a resistência passiva e as greves que podem dar origem a formas de violência, embora seu caráter geral seja pacífico.

Cada uma das técnicas acima enumeradas pode inspirar uma aprofundada análise e comportar impressionante exemplificação. Na verdade a Guerra Revolucionária não as inventou. Utilizou-as apenas para atingir seus objetivos de destruição, com uma incrível eficiência. A variedade ilimitada desses tipos de agressão moral e física demonstra que a Guerra Revolucionária só pode ser combatida, se enfrentada em todos os seus domínios, com uma determinação inflexível de vencê-la.

3. OS MODERNOS EDIFICADORES DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A moderna Guerra Revolucionária comunista tem como seus principais artífices Lênin e Mao Tse-tung. Entre os precursores dêsse movimento mundial e, particularmente no que respeita à integração da guerra de guerrilhas no quadro da Guerra Revolucionária, não se pode deixar de citar Lawrence, Giap e Guevara.

É uma galeria extravagante e heterogênea. Todos êsses componentes deram porém contribuições importantes a êsse maior instrumento do atual imperialismo marxista.

Identifiquemo-los:

Lawrence:

Chamava-se Thomas Edward Lawrence. Era um obscuro oficial inglês e trabalhava no início da Primeira Guerra Mundial, em uma repartição do serviço geográfico do Ministério da Guerra. Havia feito alguns anos antes uma viagem a pé através da Síria, estudando a arquitetura local deixada pelas Cruzadas. Tinha estado na Mesopotâmia e na Síria, a serviço do Museu Britânico, realizando escavações.

Quando se desencadeou a guerra foi mandado para o Egito onde ficou a disposição de uma Seção de Informações rudimentar do Exército Britânico.

Lawrence associou-se intimamente aos árabes. Vestia roupa de beduíno, alimentava-se como um árabe, comungava de seus costumes e de suas provações. Vivia entre êles e conseguiu uma extraordinária liderança.

Em 1916, Lawrence percebeu que a guerra no Oriente Médio, contra os turcos, não poderia ter sucesso se não houvesse uma estreita ligação entre os árabes em revolta

e os ingleses. Com a permissão do Comando Inglês, procurou o Emir Faisal e obtendo a confiança d'este e de outros chefes árabes, implantou uma nova modalidade de ação, baseada na surpresa e na mobilidade conseguindo ocupar o importante posto de Akaba em agosto de 1917. A sua pessoa tornou-se legendária. A tomada de Damasco em 1918 culminou com um feito heróico a sua carreira luminosa.

Em sua obra denominada "Os sete pilares da Sche-doria", Lawrence narra os episódios dramáticos da luta no deserto. Este livro era uma das leituras de cabeceira de Mao Tse-tung. Nêle, expondo a sua nova concepção guerrilheira, diz Lawrence:

"Mas, durante êsses dias de febre e disenteria no acampamento de Abdullah, tive oportunidade de meditar sobre a estratégia e a tática da guerra irregular e de concluir que, não somente em seus pormenores, como também em sua própria essência, o plano previsto se me afigurava errôneo. Era necessário por conseguinte que eu expusesse a meus superiores as alterações que pensava e procurasse convertê-los à minha nova teoria.

Baseava-se em três princípios essenciais:

Primeiro, nossas tropas irregulares recusavam-se a atacar posições fortificadas e eram, por conseguinte, incapazes de forçar uma decisão; segundo nossas tropas eram incapazes de defender uma linha, ou mesmo um ponto; terceiro, a fôrça dessas tropas não se condensava em uma frente, mas estendia-se em profundidade e na retaguarda.

A guerra árabe era geográfica, e o Exército dos turcos, um acidente nessa geografia. O que se devia então fazer? Procurar o elo mais fraco da cadeia inimiga, lançar sobre êle todo o nosso esforço, até o momento em que essa cadeia cedesse em conjunto.

Os beduínos que formavam a nossa massa de manobra e sobre a qual nos devíamos apoiar, não tinham o hábito de operações metódicas. Suas ativi-

dades eram completamente diversas e se baseavam na confiança própria, no conhecimento do terreno e na coragem inteligente. A sua fôrça crescia com a disposição. Devíamos, portanto, estender a nossa frente ao máximo, impôr aos turcos uma defesa passiva, por que era essa, materialmente, a forma de guerra mais dispendiosa para êles.

Nosso dever era procurar alcançar êsse objetivo com a maior economia de vidas humanas, porquanto a vida era mais preciosa para nós do que o dinheiro ou o tempo.

Com uma paciência e uma habilidade sobre-humanas, poderíamos seguir a tática do Marechal Saxe e obter a vitória sem combate, utilizando simplesmente as nossas vantagens matemáticas e psicológicas”.

Lawrence, prossegue mostrando as inconveniências do plano que ia ser adotado. A guerra tinha de ser uma luta de inteligência. “A estupidez do inimigo era nosso principal aliado. Sem dúvida, êle preferia manter a posse ou crer que mantinha a posse de velhas províncias. Êsse orgulho de uma herança imperial o conservaria em sua absurda posição: sem frente, nada mais do que flancos”.

A doutrina de Lawrence não foi entendida, porém. Não lhe deram o merecido crédito.

“Resolvi então seguir o meu caminho com ou sem ordens. Escrevi a Clayton uma carta cheia de desculpas, afirmando que as minhas intenções eram boas; e parti”.

A conquista de Akaba consagrou as idéias de Lawrence. A guerra baseada na surprêsa e na mobilidade havia firmado a sua preponderância no deserto.

Lênin:

A obra de Lênin é o fundamento da própria Guerra Revolucionária. Na sua imensa bagagem literária encontra-se a fonte de tôdas as doutrinas. É nela que os comunistas vão buscar a principal inspiração de sua tática e de sua estratégia.

Antes de tudo deve-se dizer que Lênin considera a Guerra Revolucionária como permanente e indispensável. Era um obcecado pela Revolução. Chega ao ponto de escrever: "Sou de opinião de que a palavra-de-ordem "paz" é um erro. A palavra de ordem proletária deve ser: "guerra social".

Por isso considera que a hegemonia política deve caber à classe operária que é, para ele, aquela classe capaz de fazer a revolução. E preconiza um partido político constituído de revolucionários profissionais: o Partido Comunista.

Estuda profundamente toda a técnica e a tática revolucionária. Critica, inova e define conceitos. Vai desde as generalizações estratégicas ao pormenor do combate de rua. Disseca a revolução e constrói o edifício do comunismo internacional sobre os alicerces lançados por Marx e Engels.

Vamos transcrever um dos seus trabalhos, exatamente aquêle em que trata da "guerra de guerrilhas".

Diz Lênin:

"A questão das operações de guerrilhas interessa vivamente ao nosso Partido e à massa operária. Já por várias vezes tratamos superficialmente deste assunto, de um modo acidental, e nossa intenção agora é fazer, conforme o prometido, uma exposição mais de conjunto de nossas idéias.

Procedamos por ordem. Quais devem ser as exigências fundamentais de todo marxista na análise da questão das formas de luta? Em primeiro lugar, o marxismo distingue-se de todas as formas primitivas do socialismo por não vincular o movimento a uma única forma determinada de luta. O marxismo admite as formas mais diversas; além disso, não as "inventa", limitando-se a generalizar, a organizar, a tornar conscientes as formas da luta das classes revolucionárias que surgem por si mesmas no curso do movimento. Inimigo absoluto de toda fórmula abstrata, de toda receita doutrinária, o marxismo exige que se dê atenção à luta de massas a qual, à medida que o movimento se estende, à medida que cresce a consciência das massas à medida que

as crises econômicas e políticas se acentuam, gera processos sempre novos e sempre mais diversos de defesa e de ataque. Por isso, o marxismo não renuncia terminantemente a nenhuma forma de luta. O marxismo não se limita em nenhum caso às formas praticáveis e somente existentes em um momento dado, admitindo o aparecimento inevitável de formas de luta novas, desconhecidas dos militantes de um período determinado ao mudar uma conjuntura social determinada. O marxismo, neste sentido, aprende — se assim se pode dizer — com a prática das massas, longe de pretender ensinar às massas as formas de luta inventadas por “sistematozadores” de gabinete. Sabemos — dizia, por exemplo, Kautsky, ao examinar as formas de revolução social — que a crise futura nos proporcionará formas novas de luta que agora não podemos prever”.

Assim, segundo Lênin, o marxismo é prático, é utilitário, e flexível. Não deseja ensinar, mas sim aprender com as massas. Este é o primeiro princípio. O segundo é o de que o marxismo é essencialmente conjuntural.

“Em segundo lugar o marxismo exige que o problema das formas de luta seja considerado de um ponto de vista absolutamente histórico. Colocar esta questão fora da situação histórica concreta é não compreender o a-be-ce do materialismo dialético. Nos diversos momentos da evolução econômica, segundo as diferentes condições políticas, a cultura nacional, os costumes, etc., aparecem em primeiro plano com diferentes formas de luta, passam a preponderar diferentes formas de luta secundárias, acessórias. Querer responder sim ou não a propósito deste ou daquele procedimento determinado de luta, sem examinar pormenorizadamente a situação concreta de um movimento dado, em dado estágio de seu desenvolvimento, significa abandonar completamente o terreno do marxismo.

São esses os dois princípios teóricos fundamentais que devem guiar-nos. A história do marxismo na Europa Ocidental propicia-nos inumeráveis exemplos que conformam o que acabamos de dizer. A so-

cial-democracia européia considera no momento atual o parlamentarismo e o movimento sindical como as principais formas de luta; no passado reconhecia a insurreição e está pronta a reconhecê-la no futuro se a situação mudar, em que pese à opinião dos liberais burgueses, como os kadetes e os bessaglatsi russos. A social-democracia regou a greve geral na década de 70 como panacéia social, como meio de derrubar de um golpe a burguesia pelo caminho político, mas a social-democracia admite plenamente a greve geral política (sobretudo depois da experiência russa de 1905) como um dos procedimentos de luta, indispensável em certas condições. A social-democracia admitiu a luta de barricadas na década de 40 do século XIX, rechaçou-a baseando-se em dados concretos em fins do século XIX, declarou-se plenamente disposta a revisar esta última opinião e a reconhecer a utilidade da luta de barricadas depois da experiência de Moscou, que fêz nascer, segundo Kautsky, uma nova tática das barricadas”.

Lênin, estabelece a seguir o quadro político social da Rússia em 1906 e mostra como nêle se situa a lua armada das organizações revolucionárias contra o poder legal e a situação vigente. Essa organização tem um duplo objetivo: em primeiro lugar, a eliminação de autoridades militares e civis e, em segundo, o confisco de recursos. Em outras palavras mais claras, eram grupos de terrorismo ou saque.

“Estabelecidos os princípios gerais do marxismo, passemos à revolução russa. Recordemos o desenvolvimento histórico das formas de luta que ela fêz surgir. Em primeiro lugar, as greves econômicas dos operários (1896-1900), depois, as manifestações políticas dos operários e estudantes (1901-1902), os levantes camponeses (1902), o princípio das greves políticas de massas diversamente combinadas com as manifestações (Rostov, 1902), as greves do verão de 1903, o 9 de janeiro de 1905, a greve política de tôda a Rússia com casos locais de combates de barricadas (outubro de 1905), a luta de barricadas geral e a insurreição armada (dezembro de 1905), a luta parlamentar pacífica (abril-junho

de 1906), os motins militares parciais (junho de 1905-julho de 1906), as sublevações parciais de camponeses (outono de 1905-outono de 1906).

Tal é o estado de coisas no outono de 1906, do ponto de vista das formas de luta em geral. A forma de luta com que a autocracia "responde" é o programa das "Centúrias Negras", de Kishinev na primavera de 1903 até Siedlec no outono de 1906. Durante todo êsse período a organização dos programas ultra-reacionários e das matanças de judeus, estudantes, revolucionários e operários conscientes não cessa de progredir, de aperfeiçoar-se, unindo-se a violência da população subornada à violência das tropas reacionárias, chegando até a utilizar a artilharia contra as aldeias e as cidades, em combinação com as expedições punitivas, os trens de represão, etc.

Tal é, em largos traços, o fundo do quadro. Sobre êste fundo desenha-se — evidentemente como algo particular, secundário, acessório — o fenômeno a cujo estudo e apreciação está consagrado o presente artigo. Em que consiste êste fenômeno? Quais são suas formas? Quais suas causas? Qual a data de seu aparecimento e seu grau de difusão? Qual seu papel na marcha geral da revolução? Quais suas relações com a luta da classe operária, luta organizada, dirigida pela social-democracia? Estas são as questões que devemos abordar agora, depois de têmos esboçado o fundo geral do quadro.

O fenômeno que nos interessa é a luta à mão armada. Esta luta é travada por indivíduos isolados e pequenos grupos. Uns pertencem às organizações revolucionárias, outros (em certos pontos da Rússia, a maior parte) não pertencem a nenhuma organização revolucionária. A luta armada persegue duas finalidades diferentes, que é preciso distinguir rigorosamente: em primeiro lugar, esta luta se propõe a execução de certos indivíduos, chefes e subalternos do Exército e da Polícia; em segundo lugar, o confisco de recursos pertencentes ao govêrno e a particulares. Parte das somas confiscadas vai para o Partido, parte é consagrada especialmente ao armamento e à preparação da insurreição, e parte à ma-

nutrição dos que empreendem a luta que caracterizamos. As grandes expropriações (a do Cáucaso, de mais de 200.000 rublos; a de Moscou, de 875.000 rublos) estavam destinadas precisamente aos partidos revolucionários em primeiro lugar; as pequenas expropriações servem em primeiro lugar, e inclusive às vezes inteiramente, à manutenção dos "expropriadores". Esta forma de luta adquiriu amplo desenvolvimento e extensão, sem dúvida alguma, somente em 1906, isto é, depois da insurreição de dezembro. O aguçamento da crise política até chegar à luta armada e, sobretudo, o agravamento da miséria, da fome e do desemprego nas aldeias e nas cidades desempenharam um importante papel entre as causas que originaram a luta descrita. O mundo dos vagabundos, o Lumpenproletariat e os grupos anarquistas adotaram esta forma de luta como a forma principal e até exclusiva de luta social. Como forma de luta empregada em "resposta" pela autocracia é preciso considerar o estado de guerra, a mobilização de novas tropas, os programas das "Centúrias Negras (Siedlec) e os conselhos de guerra sumaríssimos."

No prosseguimento de seu texto Lênin defende a guerra de guerrilhas, justificando o seu caráter desordenado e espontâneo, e mostrando que o problema não exige a proscrição da guerrilha, mas a aceitação desta como uma forma de luta realista e atual. Declara assim:

"O julgamento que habitualmente se emite sobre a luta em questão reduz-se ao seguinte: isto é anarquismo, é blanquismo (3), é o antigo terror, são atos de indivíduos isolados da massa que desmoralizam os operários, que os isolam dos amplos círculos da população, que desorganizam o movimento, que prejudicam as revoluções. Encontram-se sem dificuldade exemplos para confirmar esse julgamento nos fatos noticiados todos os dias pelos jornais.

Mas, são convincentes esses exemplos? Para provar isso tomemos a região em que esta forma de luta está mais desenvolvida: o país letão. Aqui está em que termos, lamenta-se Novoe Vremia ("O Tempo Novo") de 21 e de 25 de setembro da atividade da

social-democracia letã: O Partido operário social-democrata letão (seção do Partido operário social-democrata da Rússia) publica regularmente seu jornal, com uma tiragem de 30.000 exemplares; na seção oficial aparecem listas de espiões cuja supressão constitui um dever para todo homem honrado; os que ajudam a polícia são declarados "inimigos da revolução" e devem ser executados, respondendo ainda com seus bens; ordena-se à população não dar dinheiro para o partido social-democrata a não ser contra um recibo selado; no último relatório do Partido figuram, entre os 45.000 rublos de renda do ano, 5.600 rublos da seção de Libava destinado à compra de armas e obtidos mediante a expropriação. Novoe Vremia fulmina, naturalmente, contra essa "legislação revolucionária", contra esse "governo do terror".

Ninguém se atreverá a qualificar de anarquismo, de blanquismo, de terrorismo, esta ação dos social-democratas letões. Mas, por que? Porque neste caso é evidente a relação entre essa nova forma de luta e a insurreição ocorrida em dezembro e que amadurece de novo. No que concerne a toda a Rússia, esta relação não é tão evidente, mas existe. A propagação da luta de "guerrilhas" precisamente depois de dezembro, sua relação com o agravamento da crise não só econômica, mas política, são inegáveis. O velho terrorismo russo era coisa do intelectual conspirador; agora quem trava a luta de guerrilhas é, como regra geral, o combatente operário desempregado. As expressões de blanquismo e de anarquismo ocorrem facilmente aos indivíduos que gostam de clichês mas na atmosfera de insurreição que de um modo tão evidente existe no país letão, é indubiável que estas etiquetas aprendidas de cor não têm valor algum.

O exemplo dos letões realça a falsidade completa, o caráter anticientífico, anti-histórico da análise que com tanta freqüência se faz entre nós da guerra de guerrilhas, sem estabelecer relação alguma entre ela e a insurreição. É preciso ter em conta esta atmosfera insurrecional, refletir sobre as particularidades do período transitório entre os grandes atos da insur-

reição, compreender que formas de luta surgem necessariamente como consequência disso e não resolver a questão por um sentido de palavras aprendidas de uma vez para sempre empregadas tanto pelos kadetes como por Novoe Vremia: anarquia, pilhagem e vagabundagem!

Diz-se que as operações de guerrilhas desorganizam nosso trabalho. Apliquemos este raciocínio à situação criada depois de dezembro de 1905, à época dos prógromos das "Centúrias Negras" e do estado de sítio. O que é que desorganiza mais o movimento na referida época? A falta de resistência ou então a luta organizada dos guerrilheiros? Compare-se a Rússia Central com seus confins do Oeste, com a Polônia e com o país letão. A luta de guerrilhas adquiriu indiscutivelmente muito mais difusão e desenvolvimento nesses confins ocidentais. Não é menos inegável que o movimento revolucionário em geral, o movimento social-democrata em particular, estão mais desorganizados na Rússia Central do que nas regiões do Oeste. Evidentemente, nem ao menos nos ocorre a idéia de deduzir que se os movimentos social-democratas polônês e letão estão menos desorganizados é graças à guerra de guerrilhas. Não. A conclusão não influenciou em nada na desorganização do movimento operário social-democrata na Rússia em 1906.

Invocam-se freqüentemente as particularidades nacionais, o que revela manifestamente a debilidade da argumentação corrente. Se se trata das condições nacionais, é por que não se trata do anarquismo, do blanquismo, de terrorismo — pecados comuns à toda Rússia e inclusive especificamente russos — mas de algo diferente. Dêem a este, algo diferente, um conteúdo concreto, senhores! Verão então que a opressão ou o antagonismo nacionais não explicam nada, pois sempre existiu nos confins ocidentais, enquanto que a luta de guerrilhas foi gerada somente pelo período histórico atual. Existem muitas regiões em que há a opressão e o antagonismo nacionais, mas não a luta de guerrilhas, que se desenvolve às vezes sem que se dê a opressão nacional. Uma análise concreta da questão provará que não se trata do

jugo nacional, mas de atmosfera de insurreição. A luta de guerrilhas é uma forma inevitável de luta em um momento em que o movimento das massas já chegou realmente à insurreição e em que se produzem intervalos mais ou menos consideráveis entre "grandes batalhas" da guerra civil.

Não são as ações de guerrilhas que desorganizam o movimento, mas a debilidade do Partido, que não sabe tomar em suas mãos ditas ações. Eis porque os anátemas habituais entre nós, russos, contra as ações de guerrilhas, são acompanhados de ações de guerrilhas, clandestinas, acidentais, não organizadas, que realmente desorganizam o Partido. Incapazes de compreender as condições históricas que determinam esta luta, somos igualmente incapazes de suprimir os aspectos negativos da mesma. A luta nem por isso deixa de continuar, pois foi provocada por poderosos fatores econômicos e políticos. Não temos força para suprimir êsses fatores nem essa luta. Nossas queixas contra a luta de guerrilhas são queixas contra a debilidade de nosso Partido em matéria de insurreição.

O que dissemos a respeito da desorganização corresponde igualmente à desmoralização. Não é a guerra de guerrilhas o que desmoraliza, mas o caráter inorganizado, desordenado, sem partido, das ações de guerrilhas. As condenações e as imprecações com que se esmagam as ações de guerrilhas não nos evitam absolutamente esta inegável desmoralização, pois estas condenações e imprecações são de todo impotentes para deter um fenômeno provocado por causas econômicas e políticas profundas. Objetar-nos-ão que se somos incapazes de deter um fenômeno anormal e desmoralizador, isto não é uma razão para que o Partido adote processos de lutas anormais e desmoralizadoras. Mas tal objeção seria puramente liberal burguesa e não marxista, pois um marxista não pode considerar em geral anormais e desmoralizadoras a guerra civil ou a guerra de guerrilhas, como uma de suas formas. O marxista coloca-se no terreno da luta de classe e não no da paz social. Em certas épocas de crises econômicas e políticas agudas, a luta de classes, ao desenvolver-se, transforma-se em

guerra civil aberta, isto é, em luta armada entre duas partes do povo. Em tais períodos, o marxismo é obrigado a colocar-se no terreno da guerra civil. Tôda condenação moral a esta é completamente inadmissível do ponto de vista do marxismo.

Em uma época de guerra civil, o ideal do Partido do proletariado é o Partido de combate. Isto é absolutamente incontrovertível. Admitimos perfeitamente que do ponto de vista da guerra civil se pode demonstrar, e se demonstra com efeito, a inconveniência dessa ou daquela forma de guerra civil, nesse ou naquele momento. Admitimos plenamente a crítica das diversas formas de guerra civil do ponto de vista da conveniência militar e estamos incondicionalmente de acôrdo com que, nesta questão, o voto decisivo corresponde aos militantes ativos social-democratas de cada localidade. Mas em nome dos princípios do marxismo exigimos absolutamente que ninguém se subtraia à análise das condições da guerra civil mediante lugares-comuns sôbre o anarquismo, o blanquismo e o terrorismo; que não se faça dos processos insensatos empregados na guerra de guerrilhas em certo momento por certa organização do P.P.S. (4), um espantelho em questão da participação da social-democracia na guerra de guerrilhas em geral.

Tem-se de acolher com espírito crítico os argumentos relativos à desorganização do movimento por meio da guerra de guerrilhas. Tôda forma nova de luta, que acarreta novos perigos e novos sacrifícios, "desorganiza" infalivelmente as organizações não preparadas para esta nova forma de luta. A passagem para a agitação desorganizou nossos antigos círculos de propagandistas. Mais tarde a passagem para as manifestações desorganizou nossos comitês. Em tôda guerra, tôda operação leva uma certa desordem às fileiras dos combatentes. Disso não se pode deduzir que não se deva fazer a guerra. Disso é preciso deduzir que é preciso aprender a fazer a guerra. Isso é tudo.

Quando vejo sociais-democratas que declaram com soberba e com suficiência: nós não somos anarquistas, nem ladrões, nem bandidos; estamos acima de tudo isso, rechaçamos a guerra de guerrilhas —

pergunto a mim mesmo: será que êsses indivíduos compreendem o que dizem? Em todo o país ocorrem encontros armados e refregas entre o govêrno arqui-reacionário e a população. É um fenômeno absolutamente inevitável na fase atual da revolução. Espontaneamente, sem organização — e por tanto em formas amiúde pouco felizes mas — a população reage também mediante choques e ataques armados. Estou de acôrdo com que, por causa da fraqueza ou da falta de preparo de nossa organização, podemos renunciar, em uma localidade e em um momento dado, a colocar esta luta espontânea sob a direção do Partido. Estou de acôrdo em que esta questão deve ser resolvida pelos militantes ativos locais, que a transformação de organizações fracas e mal preparadas não é coisa fácil. Mas quando vejo um teórico ou um publicista da social-democracia que, em lugar de ficar penalizado com esta falta de preparo, repete com orgulhosa suficiência e entusiasmo as frases decoradas em sua primeira juventude sôbre o anarquismo, o blanquismo e o terrorismo, experimento um sentimento de desgosto ao vê-lo rebaixar assim a doutrina mais revolucionária do mundo.

A guerra de guerrilhas, diz-se, aproxima o proletariado consciente dos vagabundos êbrios. Exato. Mas, que se depreende disso? Únicamente que o partido do proletariado não pode nunca considerar a guerra de guerrilhas como o único, nem sequer como o principal processo de luta; que êste processo deve estar subordinado aos outros, deve ser proporcional aos procedimentos essenciais de luta, enobrecido pela influência civilizadora e organizadora do socialismo. Sem esta última condição, todos, absolutamente todos os processos de luta, na sociedade burguesa, aproximam o proletariado das diversas camadas não proletárias, situadas acima ou abaixo dêle, e, abandonados ao curso espontâneo dos acontecimentos, desgastam-se, pervertem-se, prostituem-se. As greves, largadas ao capricho dos acontecimentos, degeneram em “alianças”, em acôrds entre patrões e operários contra o consumidor. O Parlamento converte-se em uma casa pública em que um bando de politiqueiros burgueses negocia, por atacado e a varejo, a “liberdade

popular", o "liberalismo", a "democracia", o republicanismo, o anticlericalismo, o socialismo e todas as outras mercadorias correntes. A imprensa transforma-se em alcoviteira barata, em instrumento de corrupção das massas, de adulação grosseira dos baixos instintos da multidão, etc. A social-democracia não conhece processos de luta universal que separem o proletariado, como se fôra uma muralha da China, das camadas situadas um pouco mais acima ou um pouco mais abaixo dêle. A social-democracia usa em diversas épocas diversos processos, cercando sempre sua aplicação de condições rigorosas no que se refere à doutrina e à organização (5).

As formas de luta da revolução russa, comparadas com as revoluções burguesas do Ocidente, distinguem-se por sua extraordinária variedade. Kautsky predissera isso em parte ao dizer em 1902 que a futura revolução (e acrescentava: salvo, por acaso, na Rússia) seria não tanto uma luta do povo contra o govêrno como uma luta entre duas partes do povo. Na Rússia vemos que esta segunda luta toma indiscutivelmente mais extensão que nas revoluções burguesas do Ocidente. Os inimigos de nossa revolução são pouco numerosos entre o povo, mas organizam-se cada vez mais à medida que a luta se exaspera e recebem apoio das camadas reacionárias da burguesia. É, pois, completamente natural e inevitável que em uma época semelhante, em uma época de greves políticas gerais, a insurreição não possa conservar sua antiga forma de atos isolados, limitados a um lapso de tempo muito breve e a um espaço muito restrito. É completamente natural e inevitável que a insurreição tome as formas mais elevadas e mais complexas de uma guerra civil prolongada, abrangendo todo o país, isto é, de uma luta armada entre duas partes do povo. Não se pode conceber esta guerra de outra maneira senão como uma sucessão de grandes batalhas e, se fôr possível, nestas pequenas escaramuças. A social-democracia deve, na época em que a luta de classes se exarceba até o ponto de converter-se em guerra civil, propor-se não somente tomar parte nesta guerra civil, como ainda desempenhar a função dirigente. A social-democracia deve edu-

car e preparar suas organizações de forma que atuem como uma parte beligerante, não deixando passar nenhuma ocasião de associar um golpe nas forças do adversário.

Esta é — impossível negá-lo — uma tarefa difícil, que não se pode resolver da noite para o dia. Assim como todo o povo se educa e se instrui na luta do decurso da guerra civil, nossas organizações devem ser educadas, devem ser reformadas à base das lições dadas pela experiência, a fim de estar à altura de sua missão.

Não temos a menor pretensão de impor aos militantes uma forma de luta qualquer inventada por nós, nem sequer resolver de nosso gabinete a questão do papel que uma ou outra forma de guerra de guerrilhas pode desempenhar no decorrer da guerra civil na Rússia. Longe de nós a idéia de ver na apreciação concreta feita dessa ou daquela ação de guerrilhas uma questão de tendência na social-democracia. Mas achamos que constitui para nós um dever contribuir na medida de nossas forças para a justa apreciação teórica das formas novas de luta que a vida faz surgir; que devemos combater sem quartel a rotina e os preconceitos que impedem aos operários concientes colocar como convém esta nova e difícil questão, e abordar como é devido sua solução. V.I. Lênin, Obras Completas, t. X, págs. 80-88, ed. russa.

NOTAS

1. Kadetes — ou democratas constitucionais; membros do partido da burguesia liberal-monárquica russa, fundado no ano de 1905.
2. Bessagiavtsi: colaboradores e partidários da revista semanal *Bes Saglavia* ("Sem Título"), que apareceu em 1906 em Petersburgo. Os bessagiavtsi apoiavam os liberais e os mencheviques e opunham-se à atuação política independente do proletariado.
3. Blanquismo: derivado do nome do revolucionário francês Auguste Blanqui (1805-1881), que afirmava errôneamente que, mediante conjurações de um punhado de revolucionários, sem contato com

as massas e sem apoio, podia-se mudar o regime social.

4. P.P.S. (Partido Socialista Polonês): partido pequeno-burguês nacionalista da Polônia, fundado em 1892. Por trás de uma fraseologia socialista, a direção do P.P.S. tendia a separar os operários poloneses dos operários russos e solapar assim a unidade da luta revolucionária contra o tzarismo.
5. Acusa-se freqüentemente os sociais-democratas bolcheviques de assumirem uma atitude irrefletida e parcial diante das ações de guerrilhas. Por isso não será supérfluo lembrar que no projeto de resolução sôbre as ações de guerrilhas, o grupo dos bolcheviques que as defende colocou as seguintes condições de sua aprovação: não são toleradas em absoluto as "expropriações" de bens privados; as "expropriações" de bens do Estado não são recomendadas; sômente são toleradas com a condição de que se façam sob o contrôle do Partido e que os recursos sejam destinados às necessidades da insurreição. As ações de guerrilhas que revestem a forma do terror são recomendadas contra os opressores governamentais e os elementos ativos das "Centúrias Negras", mas com as seguintes condições: 1) ter em conta o estado de espírito das grandes massas; 2) levar em consideração as condições do movimento operário local; 3) preocupar-se em não desgastar inútilmente as fôrças do proletariado. A diferença prática entre êste projeto e a resolução adotada no Congresso de unificação consiste exclusivamente em que as "expropriações" de bens do Estado não foram admitidas" ("Notas" de Lênin).

Da leitura dêsse texto podemos discernir a reação de Lênin contra os que consideravam a guerra de guerrilhas como verdadeira heresia moral e política. Situada devidamente nas circunstâncias da época, a questão empresta à argumentação de Lênin aquela perspectiva que o tornaram um grande vidente político.

Mao Tse-tung

Mao Tse-tung é considerado como o maior estrategista e tático da guerra revolucionária moderna. Estudou-a

profundamente, pacientemente, vivendo-a dia a dia, durante anos.

Gabriel Bonnet, em seu livro *Guerras Insurreicionais e revolucionárias*, traça a seguinte síntese da histórica luta de Mao:

“Durante êsses doze anos, Mao, cujo prestígio não pára de crescer, instala-se em Yenan, esta extraordinária capital feita de cavernas, onde êle forja suas teorias, escreve seus livros despojados de tôda elegância literária, com uma espécie de serenidade glacial. O primeiro, “A Guerra Prolongada”, classifica-o de improviso entre os maiores estrategistas do Extremo Oriente. O outro, “A Nova Democracia”, dá uma base teórica à sua orientação política e econômica.

Em “A Guerra Prolongada”, Mao primeiramente define um método de estudo das leis da guerra, guerra que, segundo êle, constitui “uma das formas mais elevadas da luta para regular as contradições entre as classe, as nações, os Estados ou os grupos políticos”; expõe, a seguir, as condições sob as quais se desenvolve a guerra revolucionária.

Tôda guerra revolucionária inscreve-se, esquematicamente, num plano estratégico de três fases extremamente flexíveis, que se desenrolam no tempo, confundem-se, por vêzes, e também se subdividem. São: a defensiva estratégica, a fase de equilíbrio e a ofensiva estratégica.

Na defensiva estratégica, as fôrças de guerrilhas sacrificam o espaço e preparam o apoio popular. Organizações secretas de propaganda, de informações e de agitação compõem uma primeira infraestrutura clandestina. Vigiam e minam o inimigo, sufocam sua administração, sabotam sua atividade industrial, servem de ralé, ocultam os rebeldes, isolam e intimidam os colaboradores. Milícias locais são organizadas, prontas, ao menor sinal, a se reunir e a se dispersar.

Na fase do equilíbrio, as fôrças de guerrilhas instalam uma rêde de bases no país e apertam, metódicamente, suas malhas. As células, as organizações locais, os bandos prosperam. Unidades regionais, bem comandadas e bem armadas, são criadas e

intensificam as guerrilhas. Trata-se já de obter um fim estratégico: o contrôlo da maior parte do território, forçando o inimigo a restringir-se às cidades e guarnições.

Na terceira fase, chamada "de ofensiva estratégica", a ação psicológica aumenta, o Exército regular se estrutura, infiltra-se gradualmente no dispositivo inimigo, cria "zonas liberais", coordena intimamente as operações clássicas e as ações de guerrilhas, executa uma guerra de objetivo limitado, desgastando aos poucos o adversário, antes de lhe desferir o golpe de misericórdia, numa contra-ofensiva, caracterizada pelo levantamento em massa".

(G. Bonnet, Op. Cit., Ed. Biblioteca do Exército, 1963, pág. 188).

Mao Tse-tung foi sobretudo um organizador e um sistematizador do condicionamento psicológico e político da Guerra Revolucionária.

A propaganda passa a ser usada com uma eficiência ainda não conhecida. A conquista da população, a ação política, a doutrinação política adquirem um extraordinário relêvo. E Mao Tse-tung é o artífice dessa inteligente aplicação.

Para conduzir a sua prolongada luta, Mao foi obrigado a enfrentar as situações mais difíceis, diante das quais o pessimismo era generalizado. Em uma carta ao Comitê Central do Partido Comunista Chinês, a 5 de abril de 1929, dizia êle:

"Em sua carta (de 9 de fevereiro), o Comitê Central fêz uma apreciação muito pessimista da situação objetiva e do estado das forças subjetivas. A terceira "expedição punitiva" lançada pelo Kuomintang contra Tsingkangchan foi a expressão do esforço máximo da contra-revolução. Mas, simultaneamente, marcou o limite além do qual começa o refluxo progressivo da contra-revolução e o impulso igualmente progressivo da revolução.

É verdade que as forças combativas do Partido e sua capacidade de organização diminuíram como constata o Comitê Central. Mas se ocorrer o refluxo

progressivo da contra-revolução, o restabelecimento de nossas forças produzir-se-á certamente em ritmo acelerado e a passividade dos quadros do Partido poderá ser eliminado. As massas passarão seguramente a acompanhar-nos.

O método de repressões sangrentas (utilizado pelas autoridades contra-revolucionárias) conseguiu "espantar os peixes para o fundo".

Quanto ao reformismo, não poderá doravante seduzir as massas. É evidente que as ilusões das massas em relação ao Kuomintang dissipar-se-ão muito rapidamente.

Na situação que se vai criar, nenhum partido poderá rivalizar com o Comunista na luta pela conquista das massas. As linhas traçadas no VI Congresso do Partido no campo da política e da organização estão acertadas; na época atual, a revolução é democrática e não socialista; presentemente, a tarefa do Partido (nas grandes cidades) consiste na luta pela conquista das massas e não na organização imediata da insurreição.

Contudo, a revolução precisa desenvolver-se rapidamente no que concerne à propaganda e à preparação do levante armado, e precisamos adotar uma atitude ativa.

O único meio que pode conduzir a revolução à vitória é uma direção proletária. A criação de base proletária do Partido, a organização das células de produção, nos centros urbanos — tais são atualmente as tarefas mais importantes do Partido, no ponto de vista de organização; mas, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de luta na campanha, a criação do poder vermelho sobre os pequenos territórios, a formação do Exército Vermelho e o aumento de suas fileiras são as condições principais que podem auxiliar a luta nas cidades e acelerar o esforço revolucionário. Isto porque é errôneo renunciar à luta nas cidades. Consideramos, todavia, igualmente errado recusar-se a desenvolver o movimento camponês por medo (se êsse medo existe entre os membros do Partido) que o desenvolvimento rápido desse movimento submerja as forças da classe operária e tenha repressões desfavoráveis no curso da revolução, porque, se

é certo, nas condições semicoloniais da China, que durante a revolução a luta dos camponeses pode terminar por uma derrota em virtude da falta de direção, por parte dos operários é impossível que no caso do desenvolvimento da luta camponesa submergir as forças da classe operária, isso tenha repercussões desfavoráveis no curso da revolução”.

Mao Tse-tung mostrou, nessa carta, a importância da conquista das massas e o papel das populações do campo e da cidade na Guerra Revolucionária. Combate o pessimismo e a sofreguidão de seus correligionários. Encara depois o problema tático.

“O Comitê Central fêz as seguintes propostas:

- não oferecer ao inimigo alvos importantes;
- repartir a tropa em pequenas unidades;
- dispersá-las nas cidades;
- Mao Tse-tung e Chu-The devem deixar o Exército.

Tôdas essas proposições visam a preservar o Exército Vermelho e mobilizar as massas. Colocar o problema dessa maneira é não ter absolutamente em conta a realidade.

Desde o inverno de 1927, propusemos, e realizamos muitas vêzes na prática, a decomposição de companhias e batalhões em unidades separadas, capazes de efetuar ações independentes. Repartimo-las pelas cidades, aplicamos a tática da guerra de guerrilhas para mobilizar as massas e não oferecer grandes alvos ao inimigo.

Fomos entretanto derrotados tôdas as vêzes. Isto se explica pelas razões seguintes:

1. Diversamente dos destacamentos da Guarda Vermelha, as forças principais do Exército Vermelho não se compõem em sua maioria dos habitantes locais;
2. Quando se dissemina as unidades, enfraquece-se o seu comando;
3. O adversário pode, sem dificuldade, esmagar unidade por unidade;

4. Quanto mais desfavorável a situação, mais se torna necessário concentrar as tropas e que os chefes se mantenham firmemente em seus postos de combate.

Sòmente dessa forma se pode conseguir a coesão interna para lutar contra o adversário.

A dispersão das tropas para as ações de guerrilhas só é possível quando a situação fôr favorável.

Com efeito, em tal circunstância os comandantes não estarão também ligados entre si senão em uma situação desfavorável nas quais não deverão abandonar as suas tropas um só instante”.

Mao-Tse-tung coloca assim a questão de dispersão das fôrças para a guerra de guerrilhas: sòmente em uma situação favorável. Isso tem extraordinária importância, principalmente para combater a tendência fracionista dos que julgam que a guerra de guerrilhas é uma panacéia.

Diz êle:

“Mas, não haverá casos em que é indispensável dispersar as tropas? Sim. Na passagem da carta endereçada pelo Comitê da Frente de Combate ao Comitê Central, quando falamos na tática da guerra de guerrilhas empregada pelo Exército Vermelho, dissemos, relativamente à possibilidade de dispersar as tropas a uma pequena distância da base.

A tática que elaboramos no curso da luta, durante os três últimos anos, difere realmente de tudo o que pudemos conhecer até o presente, em todos os países e em tôdas as épocas. Pela aplicação de nossa tática, a amplitude da luta das massas aumenta dia a dia e o adversário mais potente não pode alcançar as nossas fôrças.

Nossa tática é a da guerra de guerrilhas. Resume-se essencialmente nos seguintes princípios:

- Dispersar as tropas para levantar as massas;
- Concentrar as tropas para vencer o adversário;

- Se o inimigo avança, recuamos;
- Se o inimigo pára, inquietâmo-lo;
- Se o inimigo se cansa, atacâmo-lo;
- Se o inimigo recua, perseguímo-lo.
- Com a criação das regiões liberadas estáveis (bases revolucionárias relativamente seguras, criadas pelo Exército Vermelho), recorrer à tática da progressão por vagas.
- No caso de ser perseguido por um adversário potente, descrever um círculo sem se afastar da base.
- Recorrer aos melhores processos possíveis para levantar as massas num mínimo de tempo.

Essa tática é semelhante a da rêde do pescador que se lança no momento oportuno e se retira também no momento oportuno. Lançar-se-á para a conquista das massas, retirar-se-á para lutar contra o adversário.

Durante os últimos anos, recorreremos constantemente a essa tática.

Aqui, lançar a rêde significa dispersar as tropas a uma pequena distância da base”.

Aí está como Mao Tse-tung encara a ação das guerrilhas, subordinando-as às condições ambientes, tirando delas o máximo partido mas fixando-lhes uma oportunidade apropriada.

Giap

Vo Nguyen Giap é o estrategista e o tático do Vietnan. Escreveu o trabalho: “A guerra do povo, o Exército do povo: Manual da insurreição do Vietcong para as nações subdesenvolvidas”.

P. J. Honey traça-lhe a personalidade em largas pinceladas, do seguinte modo:

“Uma dessas personagens é Vo Nguyen Giap, Vice-Premier, Ministro da Defesa, Comandante do Exército Popular Vietnamita e membro do Politburo, um homem resoluto e loquaz, sujeito a emoções violentas, as mais forte das quais é o ódio. Atualmente

entrado nos cinquenta anos, Giap tornou-se professor de história após formar-se em direito na Universidade de Hanoi, e depois surgiu como líder do Partido Comunista Indochinês. Sua obsessão com o estudo de história, que o dominou na mocidade, gerou nêlo um orgulho profundo pelo Vietnan e pelo povo vietnamita, a par de um ressentimento sem limites pelo que êle considerava as injustiças sofridas por seu país no passado. Por motivos que imediatamente se tornarão evidentes a todos que sejam familiarizados com a história do Vietnan, êste ressentimento era dirigido principalmente contra a China, mas também provocou em Giap uma amarga indignação pelo tratamento dado pelos dominadores franceses ao Vietnan. É interessante observar de passagem, e talvez isso seja sintomático, que o personagem histórico por quem êle sempre expressou maior admiração é Napoleão Bonaparte. Seus amigos pessoais sentem que êle tem inclinação para se identificar com Napoleão. Sua indignação pela tirania imposta aos vietnamitas e a visão que tem de si como um grande líder militar naturalmente fizeram com que êle se envolvesse em atividades revolucionárias ainda jovem e em consequência disso, êle foi prêso e encarcerado.

Já na posição de líder do Partido Comunista Indochinês ao estourar a II Guerra Mundial, Giap fugiu para a China, onde se uniu a Ho Chi Minh, e mais tarde organizou uma fôrça guerrilheira nas montanhas do norte de Tonquim. Quando sua mulher e sua cunhada morreram numa prisão francesa após terem sido prêsas por suas atividades políticas, Giap tornou-se inimigo implacável da França e concebeu um ódio tão intenso por tudo quanto fôsse francês que conseguiu, às custas dêle, sustentar-se mesmo nos períodos mais difíceis da guerra Indochinesa. Tão apaixonadas e incontroladas foram suas explosões na Conferência de Dalat em 1946, que Ho Chi Minh foi obrigado a omiti-lo da delegação do Viet Minh às negociações subseqüentes em Fontainebleau. Durante a ausência de Ho, quando estêve na França, foi Giap quem governou o Vietnan do Norte, e sua conduta foi cruel a ponto de criar antagonismos tanto entre os nacionalistas vietnamitas como na opinião

exterior. Contudo, sua direção brilhante da guerra e sua dramática vitória em Dienbienphu tornaram-no herói aos olhos do povo vietnamita, excedido em prestígio e popularidade apenas por Ho Chi Minh em 1954. Essa própria popularidade parece ter-lhe criado inimigos na liderança da RDV que estão resolvidos a reduzir sua importância. Desde o final da guerra sua carreira tem sido vaga; às vezes tem sumido, e por duas vezes desapareceu completamente da vista pública por meses a fio, uma vez em 1957 e novamente em 1960. Não obstante, tem sempre conseguido retornar e reaver sua autoridade aparentemente em dissolução”.

(P. J. Honey, *O Comunismo no Vietnan do Norte*, Ed. GRD, Rio, 1965, p. 37).

Guevara

Ernesto “Che” Guevara é o aventureiro argentino comunista que se evidenciou na Revolução Cubana. O seu livro: “A Guerra de Guerrilhas” reflete o partidarismo da luta em uma ilha de dimensões e população restritas.

Em suas conclusões Guevara procura ainda incentivar a Guerra Revolucionária e o desencadeamento da luta de guerrilhas na América Latina, através de afirmações evidentemente forçadas e contraditórias com os ensinamentos mundiais. Diz Guevara:

“Consideramos que três contribuições, as duas primeiras chocam-se com a posição quietista de revolucionários ou pseudo-revolucionários que se refugiam, e escondem sua inatividade, no pretexto de que contra o Exército profissional nada se pode fazer, e de outros que se sentam à espera que, de uma forma mecânica, se dêem tôdas as condições objetivas necessárias, sem preocupar-se em acelerá-las. Estas verdades indubitáveis, como é claro hoje para todo mundo, foram antes examinadas em Cuba e provavelmente serão também discutidas na América.

Naturalmente, quando se fala das condições para a revolução não se pode pensar que tôdas elas serão criadas pelo impulso que lhes dá o foco guerrilheiro.

É preciso ter sempre em conta que existe um mínimo de exigências para tornar possível o estabelecimento e a consolidação do primeiro foco. Isso é, faz-se necessário demonstrar claramente ao povo a inviabilidade de realizar a luta pelas reivindicações sociais no plano das contendas legais. Precisamente, a paz é rompida pelas forças opressoras que se mantêm no poder contrariando o direito estabelecido no país.

Nestas circunstâncias, o descontentamento popular vai assumindo formas e proporções cada vez mais consolidadas, um estado de resistência se cristaliza ao brotar a luta inicialmente provocada pela atitude das autoridades.

Onde um govêrno, de certa forma, foi ao poder através da consulta popular, fraudulenta ou não, e ao menos mantém uma aparência de legalidade constitucional, é impossível iniciar a luta guerrilheira por não se ter esgotado as possibilidades da luta legal.

A terceira contribuição é, fundamentalmente, de caráter estratêgico e constitui um alerta para os que pretendem, com critérios dogmáticos, centralizar as lutas das massas nos movimentos das cidades, esquecendo totalmente a imensa participação do homem do campo na vida de todos os países subdesenvolvidos da América. Isto não significa que se deprecie as lutas das massas operárias organizadas, mas, simplesmente, se analise, de um ponto-de-vista realista, as possibilidades do movimento nas difíceis condições da luta armada, quando as garantias que costumam adornar nossas constituições estão suspensas ou são ignoradas. Nestas condições, os movimentos dos operários são clandestinos, sem armas, na ilegalidade e enfrentam imensos perigos; não é tão árdua a luta em campo aberto, com a guerrilha armada apoiada pelos habitantes, e em lugares onde as forças de repressão não podem chegar.

Independente de que, posteriormente, faremos cuidadosa análise, estas três conclusões que se depreende da experiência revolucionária cubana são apresentadas no início dêste trabalho porque as consideramos nossa contribuição fundamental".

(Ernesto Guevara, *A Guerra de Guerrilhas*, Ed. Futuro, Rio, 1961, p. 17).

Guevara procurou encorajar o levante de elementos irregulares, insuflados ou comandados por comunistas, contra os exércitos legais nos países da América Latina. É uma forma de propaganda e agitação. Em outras palavras, o seu primeiro princípio diz o seguinte: "Em Cuba, derrotamos o Exército regular. O povo pode derrotar o Exército quando assim o desejar".

O seu segundo princípio é também de incentivo ao levante popular. O guerrilheiro argentino procura incutir a idéia de que a insurreição cria a revolução.

Um dos princípios, por conseguinte, são motivos de propaganda e agitação, aptos a se transformarem em palavras-de-ordem.

Guevara expõe a seguir as características da guerra de guerrilhas expondo a sua aplicação eficiente. Mas, precavidamente, declarou ao final que a luta de guerrilhas, jamais decide a guerra.

A vitória final é sempre "o resultado da ação de um Exército regular". Neste conceito Guevara retorna ao pensamento de Mao Tse-tung, colocando a guerra de guerrilhas em seu devido lugar.

O livro de Guevara expõe em continuação os pormenores da tática guerrilheira, acentuando a importância do apoio popular. Entra em pormenores técnicos e faz considerações políticas, inclusive sobre a revolução cubana. Como Mao Tse-tung e Giap, Guevara coloca em especial relêvo as atividades de propaganda e o problema das informações. A propaganda e a informação são como o ar que as guerrilhas respiram. Não podem subsistir sem elas, nesse ambiente de insegurança e permanente mobilidade em que atuam.

4. OS OBJETIVOS E AÇÕES DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

“O estudo da história do PCUS (bolchevista) fortalece a confiança no triunfo definitivo da grande causa do Partido de Lênin e Stalin, na vitória do comunismo no mundo inteiro”.

(*Comitê Central do PC (b) da URSS — História do PCUS (b)*, Editorial Problemas, Buenos Aires, 1946, p. 8).

Sem dúvida, o grande objetivo da Guerra Revolucionária é o domínio comunista em escala universal. Sobre esse fato, explícito e evidente, há perfeita concordância de todos os analistas da política mundial.

Muitos estudiosos da estratégia do comunismo internacional procuram, entretanto, associar direções e alvos geográficos sucessivos, elaborando uma série de hipóteses grandiosas sobre o desdobramento das gigantescas ofensivas do marxismo-leninismo, imaginando-as a propagar-se como verdadeiras ondulações, originárias de centros em Moscou e Pequim, num vultoso movimento para isolar os Estados Unidos e o Oeste Europeu, pela conquista do Sudeste Asiático, da África e da América Latina.

Creemos que tais hipóteses não deixam de ser, no fundo, especulações teóricas. O que está ocorrendo, na verdade, é uma Guerra Revolucionária que abrange toda a superfície do planeta e que, mercê das circunstâncias da atualidade, transforma em críticas de determinadas áreas mais vulneráveis a seu desenvolvimento. A estratégia comunista é na realidade uma estratégia de objetivos limitados que se executa através de ofensivas restritas, com objetivos sucessivos. Isso lhes permite constantes avanços, sem se exporem demasiadamente, sem provocarem uma guerra geral, conservando a possibilidade de recuos táticos.

Essa estratégia de objetivos limitados manifesta-se constantemente nos surtos revolucionários que explodem, aqui e ali, deixando os governos democráticos embaralhados e perplexos. É característica própria da Guerra Revolucionária essa flexibilidade extrema que a permite adaptar-se às condições ambientais e disfarçando-se sob os aspectos mais diversificados.

O problema é, entretanto, de simples definição. Toda a sua complexidade deriva da maneira subjetiva pela qual é encarado. Em outras palavras, a complexidade não é própria do problema, mas está na mentalidade dos que pretendem estudá-lo. Resume-se o fenômeno no seguinte fato: "O Mundo Comunista considera-se em guerra permanente com o Mundo Capitalista". Como não é possível empreender uma guerra global, rápida, definitiva e decisiva, a solução que se impõe é o conflito disfarçado, subreptício, capaz de carcomer, de enfraquecer, de desgastar o poder adversário.

Lembramo-nos que Lênin escreveu:

"A paz também, a paz também não é outra coisa senão a continuação da luta por outros meios. A paz e a guerra não são senão dois aspectos da mesma luta permanente e necessária".

É esse fundamento da Guerra Revolucionária, concretização do permanente conflito entre os dois Mundos, encontra-se constantemente nas afirmações dos líderes comunistas que deixam claro essa condição. Assim, por exemplo, Lênin declarou:

"Grande parte do que desejamos construir depende do nosso êxito em adiar a guerra com os países capitalistas, guerra que é inevitável, mas que pode ser procrastinada até que a revolução amadureça na Europa, ou até que as revoluções coloniais se fortaleçam, ou finalmente, até que os capitalistas lutem entre si pela divisão das colônias".

Stalin, citado por George A. Morgan, na Revista "Foreign Affairs" (Jan. 1949) explicava:

de tudo, ao aumento das forças do sistema socialista e ao crescimento de sua influência. O exemplo do socialismo influi poderosamente na mente dos homens e os converte em ativos lutadores pela consolidação do novo regime. Os povos que se lançam à revolução têm a possibilidade de contar com o apoio dos países socialistas para lutar contra as tentativas de exportação da contra-revolução por parte da reação mundial. Na construção da nova sociedade, podem obter a mais ampla ajuda dos países socialistas.

Na época atual, são também mais favoráveis as condições internas para a passagem de novos países ao socialismo. Entre tais condições figuram: o enfraquecimento de suas contradições; o aumento numérico da classe operária, sua maior organização e coesão e sua crescente influência na sociedade; o aumento do número dos aliados da classe operária objetivando os interessados na luta contra o imperialismo, na liquidação da onipotência dos monopólios; o aparecimento e fortalecimento dos partidos comunistas em quase todos os países do mundo”.

(Rumo ao Comunismo, Ed. Vitória, 1962, p. 211).

Krushov revela a unidade do movimento revolucionário mundial e, mais do que isso, o empenho dos países comunistas quando declara: “na construção da nova sociedade podem obter a mais ampla ajuda dos países socialistas”.

A possibilidade da violência e de conflagração mundial é encarada, a seguir, por Krushov:

“Mas não devem ser esquecidas as dificuldades no caminho das forças revolucionárias. No período de após-guerra, a burguesia monopolista criou uma nova e reacionária “santa aliança”, constituiu blocos militares cujo gume está voltado não apenas contra os países socialistas, mas também contra o movimento operário revolucionário e o de libertação nacional. Ampliou em proporções monstruosas o aparelho de violência e repressão. Ao mesmo tempo, a burguesia monopolista recorre a métodos novos e sutis para dividir a classe operária, para decompor

o movimento sindical, para cujo fim utiliza amplamente os líderes reacionários da social-democracia e dos sindicatos. Desencadeou uma raivosa campanha anticomunista, agrupando sob esta bandeira imunda todos os inimigos do povo trabalhador. Não pode ser excluída, de modo algum, a possibilidade de que a burguesia monopolista chegue às medidas mais extremas, aos métodos mais sanguinários para manter sua posição. Nestas condições, soam com maior atualidade do que nunca as palavras de Lênin: a classe operária deve “saber utilizar tôdas as formas ou aspectos, sem a menor exceção, da atividade social...”, deve estar preparada “para substituir uma forma por outra do modo mais rápido e inesperado”.

(Obras, t. XXXI, p. 76).

(Op. Cit. p. 212).

Prossegue o informe, abrangendo agora o processo revolucionário comunista mundial, “abarcando todos os continentes”. Revela a generalização do fenômeno e a firme intenção de absorver as nações independentes no bloco socialista. Diz Krushov:

“Na época atual, aproximam-se e entrelaçam-se mais e mais as tarefas das revoluções populares e democráticas, nacional-libertadoras e socialistas. A lógica do desenvolvimento social fêz com que tôdas estas revoluções estejam dirigidas antes de tudo contra um mesmo inimigo principal: o imperialismo, a burguesia monopolista.

Coloca-se com freqüência esta questão: como continuará a desenvolver-se o movimento mundial de libertação?

Compreende-se que nos países capitalistas altamente desenvolvidos estão plenamente maduras as premissas necessárias para a passagem ao socialismo. Os agitados países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina depois de levar a têrmo a revolução nacional-libertadora, a revolução antiimperialista, poderão realizar a passagem ao socialismo. Na época atual, praticamente qualquer país, independentemente

do seu nível de desenvolvimento, pode empreender o caminho que leva ao socialismo.

O processo revolucionário mundial desencadeia-se cada vez mais amplamente, abarcando todos os continentes. No passado, ao ver-se incapaz de destruir pela força das armas o primeiro Estado socialista, o imperialismo procurou isolá-lo do resto do mundo com um "cordão sanitário". Mas, a energia revolucionária dos povos da Europa e da Ásia alargou as fronteiras do socialismo até o Elba e aos mares do sul da China. Os imperialistas fizeram todo o possível para confinar nesses limites as idéias da revolução. Entretanto, nem as montanhas, nem os oceanos podem ser uma barreira para as idéias da liberdade. Prova eloqüente disto tê-mo-la na vitoriosa revolução em Cuba. (Tempestuosos aplausos)

Depois de desfraldar a bandeira da revolução popular antiimperialista, o povo cubano amante da liberdade expulsou de sua terra os espoliadores estrangeiros e seus cúmplices. Sob a bandeira da revolução agruparam-se os operários, os camponeses, os intelectuais e as camadas médias da cidade, constituindo êste fato uma das principais fontes da força da revolução cubana e a garantia do seu ulterior desenvolvimento pela via do progresso social. Uma pequena ilha, perdida nos mares, converteu-se num farol inapagável da liberdade, que ilumina o caminho do progresso a todos os povos da América Latina. (Tempestuosos e prolongados aplausos)

Cuba está distante da União Soviética. Mas, os nossos povos estão próximos. Nossos corações estão convosco, heróis de Cuba, que defendeis vossa independência e vossa liberdade em face do imperialismo ianque e haveis inscrito os objetivos socialistas em vossa bandeira de combate (Tempestuosos e prolongados aplausos). Nosso povo ajudou e continuará ajudando o fraterno povo cubano na sagrada luta em defesa de sua justa causa (Prolongados aplausos).

À medida que se fortalecer o sistema socialista e suas vantagens sobre o capitalismo tornarem-se mais evidentes, à medida que crescerem as forças socialistas e democráticas no mundo inteiro, irá au-

mentando o número de países de diferentes níveis de desenvolvimento que vão tomando o caminho da revolução, incorporando-se ao sistema socialista, tal qual arroios que confluem para formar um poderoso rio de abundantes águas.

Em sua luta revolucionária, a classe operária terá de tropeçar ainda com diferentes correntes oportunistas que serão outros tantos obstáculos à coesão de suas forças e à consecução dos seus objetivos. Enquanto existir o capitalismo, estas correntes continuarão surgindo, com diferentes roupagens. Esta é a razão por que o projeto de programa acentua a necessidade da luta tanto contra a ideologia da social-democracia e do revisionismo, como contra o dogmatismo e o sectarismo.

O PCUS continuará a fazer todo o possível para cumprir honradamente o seu dever internacional diante da classe operária e dos trabalhadores de todo o mundo; continuará orientando os seus esforços para aumentar a unidade e a coesão nas fileiras do grande Exército dos comunistas de todos os países. (Prolongados aplausos)

Camaradas! Nossos êxitos na edificação do comunismo terão excepcional importância para os destinos dos povos da Ásia, África e América Latina, êsses enormes e tão sofridos continentes que hoje se levantam em tôda a estatura para empreender sua obra histórica independente e buscar os caminhos para a rápida expansão de sua economia e de sua cultura.

O movimento nacional-libertador ingressou na fase conclusiva da liquidação dos regimes coloniais. Os povos emancipados colocam diante de si a tarefa de consolidar a independência política, empreender a ofensiva contra o atraso econômico, liquidando-o, e destruir tôdas as formas de dependência do imperialismo.

Mas, seu caminho não é fácil. Se bem que esteja perdendo os combates travados em campo aberto com o movimento de libertação nacional, o imperialismo não depõe as armas. Seus métodos são cada vez mais

refinados. Os monopolistas procuram pôr em prática um plano de longo alcance para conservar e consolidar suas posições nos países subdesenvolvidos, encobrendo a verdadeira natureza dêste plano com reflexões bem arquitetadas sôbre a ajuda. E neste particular, ninguém arrebatou a palma aos imperialistas norte-americanos.

Naturalmente, não tem sequer sentido falar de uma ajuda desinteressada das potências imperialistas aos países subdesenvolvidos. Os monopólios não podem renunciar aos seus superlucros.

Os objetivos dos monopólios continuam sendo os mesmos: manter os países subdesenvolvidos na condição de apêndices agrários e produtores de matérias-primas e explorar os seus povos. E se, apesar de tudo, os imperialistas proclamam uma hipócrita política de "ajuda", trata-se de um passo em que não são sinceros e a que são obrigados. À oligarquia financeira jamais ocorreu pensar em qualquer tipo de ajuda aos países subdesenvolvidos enquanto o imperialismo reinava incontestável no mundo. A situação modificou-se quando a União Soviética e todo o sistema socialista mundial socavaram o monopólio das potências imperialistas quanto ao fornecimento de equipamento industrial, à concessão de créditos e empréstimos e à experiência e aos conhecimentos técnicos. Os imperialistas tiveram, por assim, dizer, que mudar de tática e falar de "ajuda" econômica aos países subdesenvolvidos.

Acreditavam que em todos êstes países renderiam graças e agradeceriam àqueles que lhes lançavam um punhado de dólares. Em vez disso, os imperialistas norte-americanos só ouviram maldições. Por que? Porque, na realidade, os Estados Unidos não dão mais do que uma míssera esmola em troca das enormes somas que extraem dos países subdesenvolvidos. Com efeito, por cada dólar invertido, entre 1946 e 1959 nos países subdesenvolvidos, os Estados Unidos extraíram desses dois países, digo, desses países dois dólares de lucros. Segundo cálculos dos economistas soviéticos, os monopólios dos Estados Unidos e de outros países ocidentais extraem anualmente dos países subdesenvolvidos 20 bilhões de dólares. Se isto se cha-

ma ajuda, então o que é que se chama exploração?
Mas, aos espoliadores não se agradece: se os maldiz.
(Aplausos)

Os monopolistas procuram conseguir que os países subdesenvolvidos continuem marchando a reboque do imperialismo e procuram perpetuar sua inferioridade de direitos do sistema econômico mundial do capitalismo. Vã tentativa! Os povos dos países subdesenvolvidos não querem continuar agrilhoados ao imperialismo. Vêem o exemplo do socialismo, que agora julga não apenas pelos livros, mas, antes de tudo, por suas realizações palpáveis. Os povos vêem que não foram precisos séculos, que bastou a duração da vida de uma geração, para que o poder soviético acabasse com o atraso secular do país e para que a União Soviética se convertesse numa grande potência mundial.

A conquista da independência política pelas antigas colônias exerceu uma influência benéfica em seu desenvolvimento econômico. Acelerou-se o ritmo de aumento da produção. Se antes da Segunda Guerra Mundial o ritmo médio anual de desenvolvimento da produção nesses países era de um por cento, nos últimos anos cresceu para quatro por cento. Em muitos países, constituiu-se um setor estatal e começou a desenvolver-se a indústria nacional.

Entretanto, êstes são apenas os primeiros passos. A herança do colonialismo ainda é muito forte. Estão ainda por ser realizadas as principais tarefas econômicas. Entretanto, as camadas altas da burguesia e os latifundiários, que ligaram seu destino ao capital estrangeiro, procuram atrelar os países subdesenvolvidos ao sistema capitalista mundial. O caminho para o qual os imperialistas e seus acólitos empurram êstes países não pode de maneira nenhuma assegurar a solução daqueles problemas, em nome dos quais os povos levantaram-se para a luta contra os colonizadores.

Onde, pois, a saída? A história oferece a esta indagação uma resposta clara: a saída deve ser procurada no caminho não capitalista de desenvolvimento. Quem quiser saber que frutos êle oferece,

basta olhar para as florescentes repúblicas da Ásia Média Soviética e para outras regiões do nosso país que, depois da Revolução de Outubro, evitaram o doloroso caminho do desenvolvimento capitalista. (Aplausos)

Mas, não se pode empreender de modo espontâneo o caminho do desenvolvimento não capitalista. Sômente a luta ativa da classe operária, das massas trabalhadoras, a união de tôdas as fôrças democráticas e patrióticas numa ampla frente nacional podem levar os povos a êsse caminho.

O pensamento teórico marxista, depois de estudar profundamente a marcha objetiva do desenvolvimento, descobriu a forma pela qual pode ser realizada da melhor maneira a união de tôdas as fôrças sadias da nação. Tal forma é o Estado de democracia nacional. Êsse Estado, que reflete os interêsses não de uma única classe, mas dos amplos setores do povo, está chamado a resolver conseqüentemente as questões da revolução antiimperialista e nacional libertadora.

Os povos que conquistaram a independência nacional têm a felicidade de empreender o caminho do desenvolvimento independente numa situação em que as fôrças e a influência do socialismo aumentam mais e mais. Em tais condições, será para êles incomparavelmente mais fácil resolver os problemas do desenvolvimento econômico e social.

A União Soviética, tal como os demais países socialistas, não tem a intenção de intrometer-se nos assuntos internos dos jovens Estados livres, nem de impôr o socialismo a quem quer que seja. Nunca houve, não há e não haverá exportação do socialismo. Mas, também não deve haver a imposição do colonialismo, não deve haver a exportação da contra-revolução.

O PCUS considera a aliança com os povos que sacudiram o jugo colonial como uma das pedras angulares de sua política exterior. Nosso Partido acha que é seu dever internacional ajudar os povos que caminham para a conquista e a consolidação de sua

independência nacional, todos os povos que lutam pela completa destruição do sistema colonial. (Aplausos)”

(*Op. Cit.* p. 212).

Vale a pena, analisar ainda a continuação do Informe de Krushov por que agora êle coloca diante da face do Mundo Ocidental a ameaça de fôrças poderosas, nas quais engloba os efetivos comunistas no seio das próprias nações capitalistas e o seu intuito de aniquilar a capacidade de reações dessas nações.

“Camaradas! O cumprimento dos nossos grandiosos planos contribuirá em escala considerável para que o comunismo realize sua missão histórica — a supressão das guerras e a instauração de uma paz eterna sôbre a terra.

A experiência histórica confirmou que se a guerra é inseparável do imperialismo, na mesma medida a luta contra as guerras imperialistas e a política de fortalecimento da paz é orgânicamente inerente ao socialismo. Os homens não poderão arrancar de sua memória acontecimentos que entraram para as páginas da história, não pela pena dos cronistas, mas escritos com sangue de milhões de sêres. A começar do ano de 1898, quando os Estados Unidos desencadearam a primeira guerra da época do imperialismo, êste foi impondo aos povos, ininterruptamente, “guerras locais”, uma após outra, e por duas vêzes mergulhou a humanidade no abismo de matanças mundiais sem precedentes. Além disto, ainda fumegavam as ruínas das cidades e aldeias, ainda estavam abertas as cicatrizes nos corações de milhões de pessoas que haviam perdido os entes mais queridos na voragem da Segunda Guerra Mundial, e os imperialistas dos Estados Unidos já evidenciavam estar ansiosos pela terceira guerra mundial.

No campo imperialista e sobretudo nos Estados Unidos atuam pessoas que se comportam como os viciados em jogos de azar. Não se detêm em pensar nas desgraças que significaria para a humanidade a nova guerra que êles estão preparando. O emprêgo

de armas termonucleares e foguetes converteria todos os continentes do globo numa zona de morte maciça de homens e de destruição dos valores materiais. Em caso de uma guerra mundial termonuclear o fator distância perderia tôda a sua significação anterior. Também o hemisfério ocidental seria transformado em arena sôbre a qual se abateria a tromba do extermínio. Em nosso tempo, a guerra não pode nem deve servir de meio para resolver os litígios internacionais.

Poderá perguntar-se: não haverá uma contradição entre o reconhecimento da existência do perigo de guerra e o nosso desejo de excluir a guerra da vida da sociedade? Não, camaradas, aqui não existe qualquer contradição.

A convicção do Partido de que já a presente geração tem tôdas as possibilidades para evitar uma guerra mundial baseia-se numa análise completa e profunda das fôrças em presença na arena internacional. Esta análise leva-nos a uma conclusão indubitável: a correlação das fôrças políticas, econômicas e militares no mundo já se modificou em favor do campo pacífico.

Graças a quê esta superioridade? Antes de tudo, decorre dos seguintes fatôres fundamentais:

Primeiro — A União Soviética, poderosíssima potência da época atual, dedica tôdas as suas fôrças à manutenção e à consolidação da paz universal. Enquanto o crescimento do poderio de qualquer grande potência imperialista era inevitavelmente acompanhado por uma acentuação de suas tendências agressivas e conduzia, portanto, ao agravamento do perigo de guerra, o incremento das fôrças do primeiro Estado socialista do mundo criou e cria garantias eficazes contra o perigo de guerra e aumenta as probabilidades de evitar uma conflagração. A partir do momento em que a União Soviética conquistou a supremacia mundial nos ramos decisivos da ciência e da técnica, colocando essa superioridade no prato da balança da luta pela paz, aumentou consideravelmente a possibilidade de garantir a segurança universal.

Segundo — no caminho dos agressores imperialistas ergue-se hoje, ao lado da União Soviética, uma nova e poderosa força: todos os demais países do campo socialista mundial. Enquanto sob o imperialismo a formação de qualquer bloco de Estado visa ao objetivo de preparar novas guerras, os países de comunidade socialista congregam suas forças exclusivamente em prol do triunfo da paz e do progresso social.

Terceiro — na arena internacional ainda outra nova força: o numeroso grupo de jovens Estados nacionais da Ásia, África e América Latina, interessados na manutenção da paz para a solução dos problemas da renovação nacional. A maioria destes Estados defende a política de paz. A coincidência dos interesses vitais dos povos desses países com os interesses dos povos dos Estados socialistas, constitui uma base objetiva para a união dos seus esforços na causa da defesa da paz. Esta poderosa frente, que exprime a vontade e a força de dois terços da humanidade, pode obrigar os agressores imperialistas a retroceder.

Quarto — também aumentou extraordinariamente o papel das massas populares dos países capitalistas na política internacional. Diante do perigo de uma guerra termo-nuclear, está em desenvolvimento o processo de formação de uma coalizão jamais vista na história, integrada pelos mais variados movimentos de massas, que se unem na aspiração de livrar para sempre a humanidade de uma catástrofe guerreira. A classe operária internacional, cada vez mais consciente de sua responsabilidade histórica pelos destinos da humanidade, converteu-se na grandiosa força organizadora dessa coalizão. A bandeira da paz encontra-se nas mãos seguras do Exército de muitos milhões de comunistas de todos os países.

São essas as principais forças que na época atual fecham o caminho à guerra. Tais forças, já agora, são verdadeiramente incalculáveis. Amanhã serão mais poderosas ainda. Para o seu fortalecimento há de ter importância decisiva a realização dos planos

econômicos dos países socialistas. O cumprimento dos nossos planos traçados no programa, fará com que se torne ainda mais poderosa a base material em que se apóiam os defensores da paz.

A humanidade pode e deve evitar a guerra. Mas, essa tarefa só poderá ser executada se tôdas as fôrças amantes da paz atuarem enérgica e resolutamente. O principal agora é refrear em tempo os imperia- listas, privá-los da possibilidade de pôr em ação a arma mortífera, evitar a guerra, não permitir que ela estale". (Aplausos)

(*Op. Cit.*, p. 216).

Pensamos que, diante dos argumentos e das declarações enunciadas, não paira a menor dúvida de que a Guerra Revolucionária comunista é atualmente o fenômeno mais generalizado em todo o panorama mundial. A compreensão de seus objetivos é meridiana. Por essa razão, vários autores colocam como suas características fundamentais as de ser permanente, global, indivisível e total.

Consideremos, entretanto, a natureza de seu desenvolvimento.

Antes de mais nada, devemos repetir que a Guerra Revolucionária não admite qualquer sistematização ou esteriotipagem. Em cada país, em cada época, em cada momento adquire uma forma diferente e imprevista.

Mao Tse-tung mostra êsse aspecto da Guerra Revolucionária, em seu estudo sôbre os problemas estratégicos da revolução chinesa. E comenta:

"As guerra revolucionárias, isto é as guerras revolucionárias de classe e as guerras nacionais revolucionárias, além das condições e do caráter próprios das guerra em geral têm suas condições e seus caracteres particulares, e isto por que estão sujeitas não apenas às leis de guerra em geral, como também a uma série de leis particulares. Se não se compreender essas condições e êsses caracteres específicos, é impossível dirigir uma guerra revolucionária, é impossível alcançar a vitória em uma guerra revolucionária".

Está perdido aquêle que enfrentar uma guerra revolucionária, alheio às peculiaridades do local e do tempo em que ela se desenvolve. Os franceses estudaram profundamente êste tipo de guerra. E foram derrotados na Indochina e na Argélia. Não podemos absolutamente aplicar ao Brasil, o padrão indochinês ou argelino. Temos que considerar a guerra revolucionária, como ela se realiza no Brasil e nos dias de hoje.

O fundamental é reconhecer a sua existência, é discernir a sua natureza, é perceber os seus objetivos.

Quanto às fases de seu desenvolvimento, à tática empregada e à técnica de sua execução, tudo passa a depender das condições vigentes.

Dessa maneira, tudo o que considerarmos sob o ponto de vista doutrinário, tem um valor essencialmente relativo.

Cabe-nos entretanto buscar um mínimo de conhecimentos peculiares, sem nos prendermos todavia a fórmulas padronizadas.

De um modo geral, poderíamos distinguir dois tipos de ações que têm lugar na Guerra Revolucionária:

- as ações psicológicas e políticas;
- as ações violentas.

Ações psicológicas e políticas

A Guerra Revolucionária é substancialmente uma guerra de fundo ideológico e político. Pretende conquistar as populações de forma duradora e irreversível. As ações psicológicas e políticas têm, em consequência, a maior prioridade.

Mesmo, durante as ações violentas e as operações armadas, os motivos psicológicos e políticos constituem uma preocupação básica.

As ações psicológicas e políticas utilizadas pelos comunistas na Guerra Revolucionária, enquadram-se principalmente no trabalho de agitação e propaganda e no trabalho de educação comunista. Visam destruir, em suas bases, tôda a ordem política, econômica e social vigentes e construir em seu lugar, uma nova ordem segundo o modelo e a orientação socialista.

Por essa razão, vários estudiosos classificam essas ações, segundo seus efeitos em construtivas e destrutivas,

embora, no fundo, tôdas encerrem conseqüências de ambas as naturezas.

Alguns autores franceses, chegaram a desdobrá-las em cinco fases sucessivas que exprimiriam o grau de intensidade e desenvolvimento da Guerra Revolucionária. Essa última sistematização já se nos afigura exagerada em sua tendência terrorista. Na realidade, as ações psicológicas da Guerra Revolucionária, cuja intensidade depende das circunstâncias e dos acontecimentos, não se realizam segundo etapas ordenadas de um processo altamente previsível.

Preferimos pois, sem desprezar o critério de classificação em construtivas e destrutivas, grupar as ações psicológicas de acôrdo com a sua finalidade, adotando, na medida do utilizável, a própria nomenclatura comunista, o que facilita a interpretação dessas ações. Assim, consideramos os seguintes tipos de ações psicológicas:

1.º — *Ações de propaganda e agitação*

a) Propaganda

1. Propaganda ideológica

— *de aliciamento* ou *conversão* — que busca a impregnação intelectual dos indivíduos procurando convertê-los ao comunismo ou, pelo menos, obter nêles uma atitude de simpatia e tolerância.

— *de consolidação* ou *educação* — que tem por objetivo consolidar e firmar as convicções ideológicas ou a atitude aquiescente de convertidos ou simpatizantes.

2. Propaganda política

— *de divisão* — visando a estabelecer a desunião entre os indivíduos pertencentes a um grupo ou coletividade para enfraquecê-los e favorecer à causa comunista.

— *de recrutamento, sedução* ou *adesão* — que procura obter a adesão de pessoas para os

objetivos concretos da linha política do comunismo internacional ou dos partidos comunistas, inclusive através de acôrdos eleitorais.

- *de desmoralização* — que procura desmoralizar direta ou indiretamente pessoas, autoridades ou instituições, para destruí-las ou ameaçá-las e torná-las incapacitadas a reagirem contra o comunismo. Essa propaganda pode ser realizada através da difamação, da calúnia, da exploração de fraquezas pessoais, inclusive, comportando a corrupção, ou o comprometimento dos indivíduos visados.
- *de intimidação* — que objetiva atemorizar as pessoas para neutralizar as suas possibilidades de reação e obrigá-las a cooperar com o comunismo.

b) Agitação

A agitação, consoante o conceito leninista procura incutir nas massas alguns apelos para a ação. Encontramos, destarte, vários tipos de agitação, dos quais os seguintes são mais freqüentes:

- *de mobilização de massas* — tem em vista congregar os grupos em tórno de certos líderes e para determinadas atividades orientadas pelos comunistas.
- *de divisão* — que visa justamente o opôsto ou seja dissociar os grupos, tornando-os alvo de dissensões internas e de enfraquecimento.
- *de exaltação de ânimos* — que procura levantar os ânimos das massas ou grupos para corrigir o tumulto, a desordem, as manifestatações de solidariedade ou desagrado e outras ações coletivas.

2.º — *Ações do trabalho de construção*

Essas ações tem em vista particularmente construir e aperfeiçoar o organismo partidário. É evidente que a

propaganda de aliciamento e de educação são tipos de ações que também se enquadram nesse trabalho quando dizem respeito especificamente ao Partido Comunista. Outras ações, todavia, têm lugar com a finalidade descrita, como sejam as seguintes

- *Campanhas financeiras* para angariar fundos destinados ao Partido, à Imprensa Comunista, etc.
- *Doutrinação comunista* — através de cursos, palestras, conferências e até de simples conversações.
- *Capacitação política* — para a formação de líderes e dirigentes partidários, em todos os escalões.

3.º — *Ações de infiltração*

Essas ações tem por objetivo conseguir a penetração de elementos comunistas em organizações ou setores, por formas a obter o seu domínio paulatino e conseguir a hegemonia do partido e o enquadramento final dos mesmos.

4.º — *Ações de movimentação de massas*

Essas ações, conjugadas com as demais, permitem a manipulação das massas para os objetivos construtivos ou destrutivos do Partido Comunista. São as manifestações mais agudas da Guerra Revolucionária em suas formas ainda não consideradas como violentas, mas já situadas no limiar da violência, na qual se podem converter rapidamente. Entre as ações citaremos algumas, bem conhecidas e já estudadas anteriormente.

- Manifestações de rua (concentrações, passeatas, manifestações de desagrado ou solidariedade, demonstrações de protesto, comícios, acampamentos, etc.).
- Manifestações de interior (assembléias, sessões, reuniões, etc.).
- Resistência passiva (operações "tartaruga").
- Greves.

As Ações Violentas

As ações violentas da Guerra Revolucionária compreendem, como as ações psicológicas e políticas, uma imensa variedade de manifestações. Citaremos as principais:

- 1.º Ações de violência com autoria clandestina:
 - sabotagem (destruições, interrupções de transportes, comunicações, suprimentos, estabelecimento de confusão, etc.);
 - terrorismo (seletivo ou sistemático por meio de assassinatos, incêndios, emboscadas, etc.).
- 2.º Ações de violência por grupos ou massas consumuladas ou exacerbadas:
 - perturbações da ordem pública por meio de desordens, depredações, conflitos, distúrbios, tumultos, apedrejamentos, saques, quebra-quebra, empastelamento;
 - greves revolucionárias.
- 3.º Ação de violência contra pessoas democratas, pelo Partido ou outras organizações comunistas, ou por autoridades ou governos comunistas:
 - perseguições contra pessoas, famílias ou grupos;
 - Prisões, afastamento ou exílio;
 - Execuções;
 - Dissolução de organizações não comunistas.
- 4.º Ações de violência armada:
 - Insurreições e levantes armados;
 - Guerrilhas.

Apesar de tôdas as suas dissensões internas, as nações comunistas manifestam sempre impressionante unanimidade em tudo o que respeita à expansão marxista-leninista no mundo inteiro. Não se pode absolutamente imaginar um setor de conflito ou enfraquecimento na estratégia ofensiva do comunista internacional, tendo em consideração as divergências ideológicas de seus líderes.

Segundo tudo indica, diante do terrível impasse da guerra nuclear, os soviéticos adotaram no campo da guer-

ra geral, uma estratégia de dissuasão, baseada no poderio militar do grande exército vermelho e na posse de um fabuloso potencial nuclear, capaz de ser conduzido, em segundos, contra qualquer ponto do globo terrestre pelo emprêgo de mísseis.

Dessa maneira a Guerra Revolucionária tornou-se o principal instrumento para a consecução de seus objetivos expansionistas de enfraquecer e eliminar a influência da liderança capitalista ocidental nas áreas subdesenvolvidas do mundo.

O modelo cubano tem grandes possibilidades de se tornar um paradigma da atuação comunista nas manifestações dessa estratégia de sucessivos objetivos limitados. A operação consiste, de um modo geral, em duas fases: na primeira, instala-se um governo nacionalista, do tipo ditatorial, apoiado por uma frente-única, dita nacionalista-democrática, que prepara a fase seguinte; nesta, os comunistas se apossam do poder, alijando ou eliminando os elementos dirigentes que não se submeterem.

Na primeira fase, os comunistas procuram apoiar-se em tôdas as forças revolucionárias ou descontentes, seja qual fôr a sua coloração política ou a sua vinculação econômica. A revolução chinesa, por exemplo, iniciou-se com o levante de grupos de trabalhadores do Sul, que não eram comunistas. Na Indochina a revolução começou com a revolta dos plantadores de arroz que também nada tinham de comunistas.

Lênin ensinava que jamais poderá existir uma revolução socialista "pura":

"Quem esperar a revolução social "pura" não a terá jamais".

(VI. Lênin, Obras, t. XXII, p. 340).

E estudou a possibilidade da transformação de revoluções democráticas em socialistas. Sobre êsse assunto, assim registra os "Fundamentos do Marxismo-Leninismo":

"O principal nessa teoria é a idéia da hegemonia (papel dirigente) da classe operária na revolução democrático-burguesa. Era então uma idéia nova, que se chocava com as concepções habituais até então.

Os social-democratas da Europa Ocidental (e com eles os mencheviques russos) raciocinavam de modo simplista de vez que a revolução é democrático-burguesa, a burguesia deve dirigi-la. Assim foi na Europa Ocidental, diziam, e assim será em tôdas as revoluções burguesas, onde quer que elas ocorram. Só depois de um intervalo mais ou menos prolongado, quando o capitalismo tiver cumprido até o fim sua missão de arruinar as camadas médias e o proletariado constituir a maioria da população, chegará a vez da revolução proletária, que pode ser dirigida pela classe operária.

Lênin rompeu êste esquema petrificado, que não correspondia às exigências do tempo e às possibilidades do movimento operário. Demonstrou que na época do imperialismo, entre a revolução burguesa e a revolução proletária não é obrigatório um período de domínio da burguesia, e que em um país mais ou menos desenvolvido a revolução democrático-burguesa pode transformar-se em revolução proletária”.

E mais adiante:

“No que tem de fundamental e principal, a teoria leninista da transformação da revolução democrático-burguesa em socialista é apreciável a *tôdas as revoluções democráticas* de nossa época. Isto não significa, é claro, que tôda revolução democrática se transforme obrigatoriamente em socialista, mas apenas que ela *pode transformar-se*, se a classe operária nela conseguir uma posição dirigente. Assim nos indica, em particular, a experiência das revoluções democrático-populares antifascistas que se desenvolveram no fim da Segunda Guerra Mundial nos países da Europa Central e Sul-Oriental, bem como a experiência das revoluções democráticas de libertação nacional em países da Ásia, como a China, a Coréia e o Vietnan”.

(*Fundamentos do Marxismo-Leninismo*, Ed. Vitória, 1962, p. 508).

Pode-se afirmar que tôda a tática dos comunistas nas áreas subdesenvolvidas adota atualmente êsse esque-

ma de ação. Citar as condições para uma revolução democrático-burguesa e depois se apoderar da direção do movimento e conduzir o país ao domínio socialista. Este é o único padrão tático que realmente podemos discernir na análise do complexo fenômeno da Guerra Revolucionária onde a surpresa, a mobilidade e a flexibilidade são características indeclináveis.

5. A LUTA POLÍTICA E A LUTA ARMADA NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Os comunistas consideram que a luta revolucionária pela posse do poder compreende a luta política e a luta armada. Em ambas, a base ideológica é um fator essencial. A luta armada é um complemento necessário da luta política desde que as forças dominantes se oponham de forma intransigente aos avanços do comunismo.

A luta política é feita pelas massas, lideradas pelos partidos marxistas, valendo-se de tôdas as possibilidades legais, semilegais, ou ilegais. Tem por objetivo a conquista do poder pelo proletariado. É feita objetivamente, dentro das condições concretas de cada país e explora as justas reivindicações das classes e da população em geral.

A luta armada é a resposta revolucionária à oposição das forças legalistas. Consideram, entretanto, os comunistas, a luta política como a forma determinante e o fundamento para a luta armada. Assim, o desencadeamento desta depende de uma base política para cuja constituição, é princípio fundamental "aumentar o número de amigos e diminuir o número de inimigos".

Os táticos da Guerra Revolucionária recomendaram que não se planeje em etapas delimitadas: até aqui, a luta política, daqui em diante, a luta armada. Considerem que o povo deve estar convencido da impossibilidade de se manter a contenda dentro dos quadros pacíficos.

"O êxito da luta armada depende fundamentalmente da justeza do planejamento da luta política".

Acrescentam ainda os comunistas:

"As duas formas de luta devem marchar paralelamente até a vitória final. Em determinados períodos e circunstâncias predominarão uma forma ou

outra da luta. A luta armada predominará nos lugares onde a violência impede a forma política. É preciso, entretanto observar que a luta armada tem sempre fins políticos”.

Os marxistas-leninistas estabelecem, em consequência que a coordenação entre a luta política e a luta armada é uma condição essencial de sucesso. Para que a luta armada possa ser vitoriosa é necessária a participação do povo, obtida através da evolução da luta política. Por isso a Guerra Revolucionária é também denominada de Guerra do povo, por Mao Tse-tung e Giap.

A luta política compreende as ações comunistas de construção, de agitação e propaganda, de infiltração e de movimentação de massas. Cada um desses tipos de ações tem a sua finalidade e a sua importância. Mas a movimentação das massas é a expressão concreta da luta política. As demais ações conduzem, criam e preparam as ações das massas.

Há uma forma de agitação e propaganda que se coloca na faixa de transição entre a ação psicológica e a ação violenta. É a ação que se denomina: propaganda armada.

É feita por grupos pequenos, devidamente armados, trabalhando constantemente entre a massa, na clandestinidade, mantendo o contato com a população. Esses elementos aproximam-se do povo, ajudam-no em seus labores, procuram ganhar a sua confiança, doutrinando as pessoas e procurando conhecer os mais capazes para a luta armada.

Os comunistas atribuem a essa forma enormes possibilidades de sucesso. Recomendam que deve ser agressiva, denunciando os crimes do adversário e desmascarando a sua propaganda.

Dizem eles:

“Os que acreditam ser possível vencer a Guerra Revolucionária apenas com guerrilheiros estão redondamente enganados. As guerrilhas não são mais do que o abraço armado do povo. Os maiores insucessos

das ações de guerrilhas ocorrem quando estas se desvinculam do povo. É necessário que as massas participem diretamente da Guerra Revolucionária”.

Para mobilizar as massas, os comunistas julgam necessário mobilizar também as forças neutras, constituídas por personalidades nacionais e internacionais, homens honrados, de prestígio, intelectuais, médicos, escritores, etc., que não combatem, mas que, com seu protesto podem frear as violências legalistas, exercendo uma intensa pressão política. Esta é uma forma de combinar a luta política com a luta armada.

O entusiasmo revolucionário, de acordo com a doutrina leninista, tem períodos de auge e depressão. Um dos objetivos da propaganda e da agitação comunista é canalizar o entusiasmo revolucionário para os fins do marxismo e criar uma força permanente.

Considerando que o regime dominante procura sempre mobilizar o povo contra a Guerra Revolucionária, os comunistas procuram neutralizar essa convocação organizando comitês familiares, especialmente de mulheres, para protestar contra isso.

Declaram eles que esta é uma contradição insuportável. “Para combater a “Guerra do Povo” o governo tem que se apoiar no próprio povo”.

A tática da guerra revolucionária se baseia na ofensiva pela imposição de determinadas autoridades, pela eleição da forma de luta e pela iniciativa de suspensão da luta quando fôr conveniente.

A guerra de guerrilhas é uma forma da luta armada na Guerra Revolucionária. Sua tônica essencial é a ação rápida, com forças inferiores o que sempre assegura a possibilidade de operar ativamente e debilitar o moral adversário.

Essa forma de guerra inicia-se quase sempre em condições precárias, mal vai ganhando paulatinamente força e intensidade.

Quando a guerra de guerrilhas é feita em complemento a operações das forças regulares, o apoio da população pode ser prescindido em parte, substituído pelo apoio daquelas forças.

De qualquer sorte, a organização das Fôrças para a luta armada é feita segundo as circunstâncias, não havendo padrões regulares e inflexíveis.

Na fase inicial da luta armada, as guerrilhas são de pequenos efetivos. À medida que progride o apoio da população, as guerrilhas são progressivamente ampliadas até a constituição de verdadeiras unidades militares. Não existem esquemas rígidos. O tipo de combate característico da guerrilha é a emboscada. Há dois tipos dessas operações: emboscada de inquietação e emboscada de aniquilamento.

A emboscada de aniquilamento exige maiores efetivos, mais armamento e munições.

Os guerrilheiros são recrutados entre elementos provados na luta, de conduta exemplar e de conceito elevado no seio da população. Não são admitidas as pessoas repelidas pelo povo. O prestígio moral da guerrilha é muito importante. A população se influencia muito por êsse aspecto.

O código dos guerrilheiros deve incluir o respeito à população civil, a disciplina, o sigilo, a camaradagem e o respeito à mulher.

As violações dêsse código podem causar a destruição da guerrilha.

A tática das guerrilhas é baseada essencialmente na surpresa e na mobilidade. Os guerrilheiros aprendem a progressão em condições desfavoráveis de observação, a suportar privações e intempéries e a realizar grandes sacrifícios. A formação de um guerrilheiro dura vários anos. Por essa razão o guerrilheiro é um homem precioso. Considera-se que um guerrilheiro acabado vale por dez soldados regulares.

A luta armada no quadro da Guerra Revolucionária não se resume apenas na guerra de guerrilhas. A doutrina comunista considera que a vitória final só pode ser obtida por fôrças regulares. A guerrilha é uma fase preliminar ou um elemento complementar da luta armada que abrange tôdas as formas: desde o terrorismo urbano até as operações clássicas de combate.

A luta política e a luta armada no quadro da Guerra Revolucionária são as manifestações de uma mesma luta

que em geral se inicia como firmemente democrática, passando depois para a fase socialista. Por essa razão, os comunistas se batem inicialmente por um governo nacionalista e democrático. Dizia Mao Tse-tung.

“Somos partidários da teoria do desenvolvimento da revolução, somos pela transição da revolução democrática em revolução socialista. A revolução democrática transporá as primeiras etapas de seu desenvolvimento com a palavra-de-ordem da república democrática.

“A passagem da preponderância das forças da burguesia para a preponderância das forças do proletariado será um longo processo de luta, de luta pela hegemonia. O ritmo desse processo dependerá da atividade do Partido Comunista para elevar o grau de consciência e de organização do campesinato e da pequena burguesia das cidades.

“O aliado sólido do proletariado é o campesinato; depois vem a pequena burguesia das cidades. A burguesia é a nosso rival na luta pela hegemonia”.

Cabe, por conseguinte, ao Partido Comunista o mais importante papel na Guerra Revolucionária.

Na fase democrática da Revolução é o Partido Comunista que levanta as reivindicações populares, que mobiliza as massas, que orienta a tática revolucionária.

Na fase da transição é o Partido Comunista que organiza o proletariado e o campesinato para esmagar a burguesia.

Na fase da revolução socialista é o Partido Comunista que lidera as transformações e operações revolucionárias.

Na luta política é o Partido Comunista que estabelece a estratégia e a tática, revolucionárias, que fixa as diretrizes e dá a palavra-de-ordem para a movimentação das massas.

Na luta armada é ainda o Partido Comunista que estabelece os objetivos a alcançar, a distribuição dos comandos e as diretrizes da luta.

O Partido Comunista é assim a cabeça da hidra revolucionária.

6. A DOCTRINA MODERNA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

“A vitória da revolução nunca virá por si mesma. É preciso prepará-la e conquistá-la.” (J. V. Stalin, Obras, Ed. russa, t. XII, p. 298)

A experiência que a implantação do socialismo em um terço do mundo proporcionou aos comunistas, durante os últimos cinquenta anos, permitiu-lhes elaborar uma verdadeira doutrina que vem sendo aplicada, com sucesso, no mundo inteiro. Essa aplicação é que denominam “revolução socialista”, cuja inevitabilidade proclamam, num tom determinista e profético, quando, na realidade, não há nenhum determinismo, mas simplesmente determinação dos que a empreendem. O Mundo Livre prefere cognominar “Guerra Revolucionária” a êsse movimento, aceitando a denominação criada pela rude franquesa de Lênin e pela paciente firmeza de Mao Tse-tung.

Os soviéticos, diversamente dos chineses, fogem agora ao termo “Guerra Revolucionária”, porque se empenham em impingir a todos os povos a falsa idéia de que são os maiores pacifistas de todos os séculos.

A verdade é, porém, muito diversa. A Guerra Revolucionária obedece a uma doutrina, eminentemente ofensiva, abrangendo fatôres objetivos e subjetivos e tem sido motivo de pacientes estudos para a descoberta dos meios e processos capazes de, nas condições atuais, assegurar o domínio comunista mundial, com um mínimo de perigo e de desgaste para o socialismo e com o máximo de efeito destrutivo sôbre o capitalismo. Os comunistas consagram esforços onerosos e pacientes à elaboração e aperfeiçoamento constante da doutrina da Guerra Revolucionária. Embora algumas vêzes o neguem e noutras o confessem cìnicamente, o fato é que se consagram, numa dedicação ilimitada a essa tarefa.

Lênin declarou inúmeras vezes: "Não há revolução sem teoria revolucionária".

E o manual do Materialismo Dialético da Academia de Ciências da URSS consigna:

"O marxismo-leninismo ensina que são os homens que sempre criam a História; que na história da sociedade o desenvolvimento não se realiza por si mesmo, automaticamente, mas como resultado da atividade dos homens, através da luta e do trabalho de milhões. Lênin e Stalin ensinam que a queda do capitalismo não sobrevém automaticamente, mas como resultado de uma luta tenaz contra êle, luta empreendida por todos os trabalhadores sob a direção da classe operária e dêsse partido revolucionário." (Academia de Ciências da URSS, *Materialismo Dialético*, Ed. Vitória, Rio, 1955, p. 32).

É principalmente nesses grandes centros de estudos políticos da União Soviética e, atualmente, da China Comunista que se forja a teoria revolucionária mediante a qual os comunistas querem criar a História do mundo contemporâneo à sua feição.

Êsse trabalho, inteligente e racional, que não despertou uma contra-partida adequada no Mundo Livre, estabeleceu uma série de princípios e convenções que vêm sendo inoculados paulatinamente e firmemente na mentalidade das pessoas e das massas, para adormecer os seus instintos e incapacitar a sua reação.

Em suas grandes linhas e principalmente em suas linhas ostensivas, essa doutrina acha-se exposta no livro "Fundamentos do Marxismo-Leninismo", traduzido em um número imenso de línguas nos capítulos 20, 21 e 22, que tratam das "diversas formas de transição à revolução socialista" da "ditadura do proletariado e da democracia proletária" e das "principais tarefas econômicas do período de transição do capitalismo e do socialismo".

Evidentemente, nesse trabalho a doutrina é apresentada sob uma forma amena e atraente evitando ou disfarçando os aspectos de violação da ética, da justiça e dos direitos humanos. Mesmo assim, devemos analisar o texto para compreender o sentido que os comunistas emprestam

a êste movimento de suposta redenção humana que pretende escravisar irremediavelmente tôdas as nações.

Para fidelidade, reproduziremos exatamente alguns trechos dos mencionados capítulos.

Antes de tudo, os comunistas não abdicam da fórmula leninista para a revolução socialista. Essa fórmula baseia-se fundamentalmente na classe operária. Esta é considerada como verdadeira classe revolucionária e a única que é capaz de liderar o movimento marxista-leninista. Ocorre, porém, que nas áreas mais atrasadas industrialmente, o operariado é escasso e em sua maioria, inculto, não estando em condições intelectuais e materiais de liderar qualquer movimento dessa natureza. Nos países adiantados, por outro lado, os aperfeiçoamentos técnicos industriais como automatização tendem a diminuir e não a aumentar os efetivos do proletariado.

Quando os comunistas insistem na liderança operária, sôbre os militares, os estudantes e outras classes mais preparadas, intelectualmente, para a liderança revolucionária, e até mesmo, sôbre os agricultores como classe numericamente mais desenvolvida nesses países, mostram-se irrealistas e parciais, isso revela ser o seu apêlo dirigido não à classe conscientemente mais preparada para um movimento patriótico e emancipador. O que se passa realmente é que o proletariado representa a classe de maiores possibilidades de arregimentação e contrôle, através dos sindicatos infiltrados e das greves políticas.

Mas, nos "Fundamentos", os comunistas declaram, com evidente deturpação:

"Por mais amplas e diversas que sejam as forças sociais que participam da derrubada do capitalismo, o papel decisivo na revolução socialista cabe à classe operária. Ela é a sua principal força de choque, o destacamento avançado dos trabalhadores que se lançam ao assalto contra a velha sociedade.

Mesmo nos países onde o capitalismo é pouco desenvolvido, onde a classe operária constitui a minoria da população, ela é a classe mais organizada e consciente da sociedade e pode, sob a direção de sua vanguarda marxista-leninista, unir em tórno de si, para a luta pelo socialismo, tôdas as camadas trabalhadoras do povo. Isto é tanto mais possível nos países de capitalismo desenvolvido.

A probabilidade e o êxito da revolução socialista dependem diretamente das proporções da luta de classes do proletariado, de sua consciência e organização. Quem quiser tornar mais próxima a revolução e ver o seu triunfo, deverá desenvolver a luta de classes dos operários e trabalhar tenazmente pela elevação de sua consciência política e de sua capacidade de combate.

(*Fundamentos do Marxismo-Leninismo*, Ed. Vitória, Rio, 1962, p. 501).

Como então encaram os comunistas solver o problema de forçar a liderança operária em países onde eles mesmos reconhecem as deficiências do proletariado. O seguinte texto revela a linha de ação que preconizam:

Mas não se deve representar a questão de maneira simplista. O nível de maturidade política e de consciência revolucionária dos operários nem sempre corresponde a tarefas de classe historicamente maduras do proletariado. A burguesia reacionária e seus agentes no movimento operário conseguem frequentemente, por meio do engôdo ou da violência, deter o avanço da consciência de classe dos operários ou, pelo menos, desviar sua luta num sentido menos perigoso para o domínio dos monopólios. Papel particularmente nocivo desempenham, em relação a isso, os líderes social-democratas da direita, que procuram afastar os trabalhadores da luta contra o capitalismo e de qualquer colaboração com o movimento comunista.

Todavia, ninguém conseguirá deter o processo de maturação revolucionária da classe operária, o ascenso de sua luta de classes. O proletariado se tempera nos combates diários com o capital, nas lutas grevistas, nas grandes ações de solidariedade. Em regra, até mesmo uma simples greve — inclusive a que não obtém êxito imediato — enriquece a experiência da classe operária, eleva sua capacidade de luta. A própria luta pelos interesses imediatos possui, assim, uma orientação revolucionária mais ou menos clara. Prepara a classe operária para a futura

revolução socialista, atrai grandes massas de trabalhadores à luta contra o capitalismo e converte-se em uma escola de educação política e de organização, capacitando as massas para formas mais altas do movimento operário.

Não podem alcançar os objetivos visados, as tentativas de reação no sentido de esmagar a luta de classes do proletariado por meio da repressão e da violência aberta. Naturalmente, o terror reacionário pode, em alguns países, tornar durante algum tempo extraordinariamente difícil, e por vêzes mesmo impossível, a luta de massas contra o capital. Tais períodos, entretanto, por mais penosos que sejam para trabalhadores e por mais sacrifícios que exijam, preparam nôvo ascenso e a intensificação da luta de classes. E não pode ser de outra maneira, pôsto que as medidas repressivas, às quais recorre a burguesia reacionária, provocam um crescimento particularmente impetuoso do ódio de classe e acumulam material inflamável, que se incendeia com a primeira faísca. O partido marxista-leninista dá expressão política a êste ódio de classe espontaneamente acumulado e o dirige no sentido da luta consciente pelo socialismo.

(Fundamentos do Marxismo-Leninismo, p. 502).

Eis aí a solução: Compete aos comunistas orientar o "ódio de classe" que, segundo dizem, é acêso pela reação burguesa, mas que, como sabemos, é intrigado pelos próprios comunistas. A ação do marxismo-leninismo se manifesta, pois, num sentido destrutivo, lançando classes contra classes, classes contra govêrno e govêrno contra classes. Os comunistas procuram deixar as classes dominantes no dilema entre a omissão e a reação entre a inação e o ódio.

Proclamam que,

"a revolução proletária é o choque direto e aberto entre os dois antagonistas fundamentais: a classe operária e a burguesia".

(Fundamento do Marxismo-Leninismo, p. 503).

Não admitem a conciliação. Partem do pressuposto de que não há possibilidade de entendimento entre as clas-

ses. Admitem que uma parcela da burguesia se possa associar a êles, para certas lutas através das quais procuram destruir a própria burguesia. Dizem assim:

Tal é a situação, em geral complexa, na qual se desenvolve a luta de massas que conduz à revolução socialista. E quando esta revolução irrompe, arrasta consigo, como uma avalanche, todos os movimentos dos oprimidos e explorados, funde em uma só corrente tôdas as ações de massas contra o jugo nacional, imperialista, latifundiário e de qualquer outra espécie.

Lênin escreveu: "A história em geral, e a história das revoluções em particular, é sempre mais rica de conteúdo, mais variada, mais multilateral, mais viva e "astuta" do que podem imaginar os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes mais avançadas. Compreende-se que seja assim, pois até mesmo as melhores vanguardas expressam a consciência, a vontade, a paixão, a fantasia de dezenas de milhares de homens, enquanto que a revolução é realizada nos momentos de particular entusiasmo e tensão de tôdas as capacidades humanas, pela consciência, pela vontade, pela paixão e pela fantasia de dezenas de milhões, impulsionados pela mais aguda luta de classes".

Lênin extraíra disso duas importantes conclusões práticas. Em primeiro lugar, que a classe revolucionária, para a realização de suas tarefas, deve "dominar, sem nenhuma exceção, tôdas as formas ou aspectos da atividade social". Em segundo lugar, que ela "deve estar preparada para a substituição mais rápida e inesperada de uma forma por outra".

Por que isso é importante? Porque o partido marxista deve participar ativamente, êle próprio, e atrair os operários à participação na luta em todos os terrenos da vida social? Porque qualquer das correntes sociais orientadas contra a reação dominante pode, em determinada reviravolta dos acontecimentos, converter-se no caminho concreto que conduza as massas "a grande luta revolucionária, à luta verdadeira, decisiva e final".

(*Fundamentos do Marxismo-Leninismo*, páginas 503-504).

Aí começam os "Fundamentos" a definir o papel do Partido Comunista orientando a massa proletária e, inculcando a idéia de que a revolução marxista é a única saída para a emancipação do operariado oprimido:

"Diversos movimentos das massas oprimidas e descontentes podem levar à revolução proletária, se a vanguarda consciente da classe operária souber colocá-los nos trilhos da luta revolucionária. Não é causal que Lênin apelasse tão insistentemente ao movimento comunista internacional para concentrar tôdas as forças e a atenção "na procura das formas de passagem ou aproximação à revolução proletária".

O partido marxista se vê obrigado a esta busca pela circunstância de que as grandes massas trabalhadoras só podem elevar-se à luta pelo socialismo quando se convencem, por sua própria experiência, de que a revolução é o único meio de resolver os problemas maduros da vida social. A esta convicção devem chegar tanto as massas fundamentais da própria classe operária como, em particular, as grandes massas de camponeses e as camadas médias que, por força de sua situação na sociedade, não aceitam imediatamente as idéias do socialismo.

Nos últimos decênios, abriram-se novas e grandiosas perspectivas nesse sentido, como consequência do ascenso sem precedentes dos movimentos democráticos de massas dirigidos contra o capital monopolista e o imperialismo. Embora tais movimentos não se proponham objetivos socialistas, estão ligados objetivamente à luta da classe operária pelo socialismo e, em determinadas condições, podem fundir-se com esta luta em uma única torrente, diante da qual não poderá manter-se o poder do capitalismo. Sobre a base desses movimentos, abrem-se novas possibilidades para a unidade de ação da classe operária com todos os trabalhadores e outras camadas da população, que se manifestam contra o jugo da burguesia monopolista.

(Fundamentos do Marxismo-Leninismo, p. 504).

A Teoria da Transformação Revolucionária

Tôdas as revoluções comunistas, inclusive a soviética, iniciaram-se com a natureza de movimentos democráticos. Por essa razão Strauz-Hupé cognomina os comunistas de "grandes aproveitadores de revoluções.

Essa constatação obrigou aos doutrinadores do Comunismo, a começar por Lênin, a meditar sôbre o assunto e engendrar os princípios da transformação das revoluções ou seja a teoria da apropriação marxista das revoluções democráticas.

Assim explicam os comunistas a sua estranha teoria:

Como demonstrou a experiência histórica, as revoluções democráticas na época do imperialismo não se limitam a solucionar tarefas puramente democráticas, manifestam a tendência de desenvolver-se, a elevar-se a uma etapa mais alta.

Essa tendência foi percebida de modo genial por Lênin, que formulou, durante a primeira revolução russa (1905), a teoria cientificamente fundamentada da transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista.

Lênin baseou-se nas valiosas indicações já contidas nas obras dos fundadores do marxismo. Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, depois de observar que a revolução burguesa na Alemanha transcorria nas condições de um capitalismo mais desenvolvido e com um proletariado muito mais temperado do que por ocasião da revolução burguesa da Inglaterra no século XVII e da França no século XVIII, chegaram à seguinte conclusão: "A revolução burguesa alemã, por conseguinte, só pode ser o prólogo imediato da revolução proletária".

Posteriormente, em carta dirigida a Engels em 1856, Marx expôs a interessante idéia da combinação da revolução proletária com o movimento camponês. "Na Alemanha — escreveu Marx — tudo dependerá da possibilidade de apoiar a revolução proletária com uma segunda edição da guerra camponesa".

Os oportunistas da II Internacional não atribuíam importância a estas idéias de Marx. Sômente Lênin percebeu nelas o germe de uma nova tática revolucionária. Partindo da análise da situação real

e baseando-se no pensamento de Marx, elaborou sua teoria da transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista.

O principal nessa teoria é a idéia da hegemonia (papel dirigente) da classe operária na revolução democrático-burguesa. Era uma idéia nova, que se chocava com as concepções habituais até então. Os social-democratas da Europa ocidental (e com eles os mencheviques russos) raciocinavam de modo simplista: de vez que a revolução é democrático-burguesa, a burguesia deve dirigi-la. Assim foi na Europa ocidental, diziam, e assim será em tôdas as revoluções burguesas, onde quer que elas ocorram. Só depois de um intervalo mais ou menos prolongado quando o capitalismo tiver cumprido até o fim sua missão de arruinar as camadas médias e o proletariado constituir a maioria da população chegará a vez da revolução proletária, que pode ser dirigida pela classe operária. Lênin rompeu êste petrificado que não correspondia às exigências do tempo e às possibilidades do movimento operário. Demonstrou que, na época do imperialismo, entre a revolução burguesa e a revolução proletária não é obrigatório um período de domínio da burguesia, e que em um país mais ou menos desenvolvido a revolução democrático-burguesa pode transformar-se em revolução proletária.

A época do imperialismo proporciona os fundamentos suficientes para tal conclusão.

Em primeiro lugar, o sistema capitalista mundial, em conjunto, havia amadurecido para a passagem ao socialismo. Nestas condições, um certo atraso dos países do Oriente não podia ser obstáculo insuperável para essa transição.

Em segundo lugar, tôda luta contra os restos do feudalismo, numa situação em que o imperialismo conserva e sustenta as caducas relações feudais, mais cedo ou mais tarde se transforma em luta decidida contra o imperialismo, isto é, à revolução socialista.

Em terceiro lugar, na época do imperialismo, surgiu um nôvo fator, que não existia no período das revoluções democrático-burguesas no Ocidente: em vá-

rios países, às vésperas da revolução antifeudal, formou-se uma classe operária numerosa e combativa, que criou seu partido político independente.

Nestas condições, se a classe operária encabeçar a revolução democrático-burguesa esta pode transformar-se em revolução socialista.

(*Fundamentos do Marxismo-Leninismo*, páginas 508-509).

Lênin considera assim que a possibilidade de transformação da revolução democrática em revolução comunista, depende da liderança que a classe operária puder assegurar na revolução democrática. Ora, como essa liderança não pode surgir espontaneamente, cabe ao Partido Comunista dar-lhe forma, organização e expressão concreta. Assim na realidade, a condição expressa nos "Fundamentos" de direção da classe operária é um enfermismo, o que existe é a liderança do Partido Comunista, aliás, considerado como a vanguarda do proletariado.

"O novo tipo de revolução democrático-burguesa dirigida pela classe operária engendra, segundo a teoria de Lênin, um novo tipo de poder estatal — a ditadura democrática revolucionária do proletariado e dos camponeses. Esta põe em prática as medidas que correspondem aos interesses comuns dessas classes: elimina a monarquia e proclama a república democrática, entrega a terra aos camponeses, institui a jornada de trabalho de 8 horas, etc.

Ao mesmo tempo, a classe operária, encontrando-se no poder, adota todas as medidas para que a revolução democrática se transforme em socialista. Nas condições da Rússia, isto exigia o reagrupamento das forças de classe: a classe operária realiza a transformação socialista não mais em aliança com todos os camponeses, porém com a sua parte mais pobre, que tem tanto interesse como os operários na passagem ao socialismo.

O desenvolvimento da revolução na Rússia, escrevia Lênin posteriormente, comprovou a teoria dos bolcheviques. A revolução democrático-burguesa na Rússia transformou-se realmente em socialista.

No que tem de fundamental e principal, a teoria leninista da transformação da revolução democrático-burguesa em socialista é aplicável a tôdas as revoluções democráticas de nossa época. Isto não significa, é claro, que tôda revolução democrática se transforme obrigatoriamente em socialista, mas apenas que ela pode transformar-se, se a classe nela conseguir ocupar uma posição dirigente. Assim nos indica, em particular, a experiência das revoluções democrático-populares antifascistas que se desenvolveram no fim da Segunda Guerra Mundial nos países da Europa central e sul-oriental, bem como a experiência das revoluções democráticas de libertação nacional em países da Ásia como a China, a Coréia e o Vietnan.

Tanto em um como em outro caso, as revoluções, que se iniciaram com um caráter democrático geral, não se detiveram na etapa democrática, e mais ou menos rapidamente, com maiores ou menores dificuldades, transformaram-se em revoluções socialistas. Isto revela uma vez mais o quanto é grande a importância daquela teoria leninista, que desencadeia a atividade revolucionária da classe operária e abre uma ampla perspectiva para a passagem ao socialismo, tanto nos países economicamente atrasados como nos países capitalistas desenvolvidos.

Deve-se ter em vista, certamente, que a época atual contém muitos fatores novos em comparação com os tempos da primeira revolução russa. A revolução de tipo democrático apresentava então, no fundamental, um caráter antifeudal. Agora, em muitos países, ela se dirige desde o início não apenas e não tanto contra as sobrevivências feudais, mas contra a ala mais reacionária e monopolista da própria burguesia. Em outras palavras, a revolução democrática é dirigida agora, em essência, contra o mesmo inimigo a que visa a revolução socialista da classe operária. Isto significa que se deu uma aproximação maior dos dois tipos de revolução. Nessas condições, a luta pela solução das tarefas democráticas e socialistas pode também não tomar a forma de duas revoluções distintas, mas constituir apenas duas etapas de um só processo revolucionário.

Os "Fundamentos" mostra, a seguir, o processo revolucionário em vários países europeus, convertidos ao comunismo:

Assim ocorreu precisamente nas revoluções democrático-populares dos países da Europa central e oriental. A luta contra as sobrevivências do feudalismo não teve, ali, significado independente nem determinou o caráter da revolução. O gume da revolução foi dirigido contra o imperialismo estrangeiro e a grande burguesia e os latifundiários nativos, que se haviam associado àquele. Isto conferiu à revolução, desde o início, um novo caráter, criou possibilidades particularmente favoráveis para a sua transformação em revolução socialista. Por isso, em alguns países pode-se observar claramente a substituição da etapa democrática pela etapa socialista, enquanto que em outros países não houve tal separação nítida; em uns países, o desenvolvimento para o socialismo ocorreu de maneira mais suave e encontrou menos resistência, em outros foi acompanhado de brusco aguçamento da luta de classes. Mas, ao mesmo tempo, manifestaram-se plenamente as leis gerais de transformação da revolução, descobertas pelo marxismo-leninismo.

Nos países europeus de democracia popular, na primeira etapa, surgiu o poder democrático do povo, dirigido contra o fascismo e os traidores nacionais, que se encontravam entre a grande burguesia, os latifundiários e o alto clero. A força dirigente do poder popular era a classe operária.

O poder popular, em primeiro lugar, liquidou até o fim as conseqüências do regime de ocupação hitlerista e destruiu o domínio político dos servidores do invasor — os latifundiários e a burguesia monopolista — completando a libertação desses países do jugo do imperialismo, assegurando a independência nacional e realizando amplas transformações democráticas. Em segundo lugar, o poder popular liquidou os vestígios do feudalismo que se conservavam em vários países e efetuou a reforma agrária

democrática, em consequência da qual foi eliminada a classe dos latifundiários e a situação dos camponeses trabalhadores melhorou consideravelmente.

(*Fundamentos do Marxismo-Leninismo*, páginas 510-511).

E mostram como se fez a evolução da etapa democrática à etapa comunista.

Uma vez solucionadas as tarefas democráticas, a classe operária e os partidos comunistas orientaram-se para a transição da etapa democrática à etapa socialista da revolução. Essa transição foi facilitada pelo fato de que, naqueles países, havia partidos comunistas fortes e temperados numa luta clandestina de muitos anos. A revolução nos países europeus de democracia popular decorreu ininterruptamente, as etapas democráticas e socialistas constituíram duas fases de um só processo revolucionário, dirigido em toda a sua extensão pela classe operária.

Particularmente característica da transformação foi o fato de que aqui não se verificou um reagrupamento radical das forças de classes. A maioria esmagadora daqueles que marcharam juntos com a classe operária na etapa democrática da revolução — a maioria dos camponeses, as camadas urbanas, parte considerável da intelectualidade e, em alguns países, até mesmo certas camadas da burguesia — apoiaram a política orientada no sentido da construção do socialismo. Não foram necessárias medidas políticas como a neutralização das camadas médias dos camponeses. Em relação com isso, a passagem da etapa democrática à socialista nos países europeus de democracia popular decorreu, no fundamental, por via pacífica, sem insurreição armada nem guerra civil.

Isto não significa que, nas fileiras do bloco democrático, não houvesse contradições. Sendo o bloco composto de forças de classe heterogêneas, era de esperar que, depois da solução das tarefas democráticas gerais, se acirrassem as contradições de classe. Com efeito, o desenvolvimento da revolução

da primeira para a segunda etapa não se deu através de um processo tranqüilo e suave, mas no curso de choques de classe que, em alguns países (Tcheco-eslováquia, 1948), assumiram momentaneamente um caráter agudo.

Os líderes da extrema direita da social-democracia e os representantes reacionários dos partidos burgueses tentaram mais de uma vez deter o desenvolvimento da revolução e organizar golpes contra-revolucionários, com o apoio da reação internacional. Seu objetivo era afastar a classe da direção do bloco democrático e orientar o desenvolvimento por um caminho democrático-burguês. Todavia, os elementos de direita foram varridos pelo povo revolucionário, e a passagem da etapa socialista, nos países da Europa central e sul-oriental, foi coroada de pleno êxito.

(Fundamentos do Marxismo-Leninismo, p. 512).

Os "Fundamentos" examinam em termos gerais, a técnica de transformação revolucionária, salientando o papel do Partido Comunista.

Ao estudar os fatores do amadurecimento das condições para a revolução comunista, os "Fundamentos" estabelecem que atualmente as contradições internas do capitalismo são causas suficientes para o resto revolucionário:

A guerra não é a fonte, nem a condição necessária das revoluções. Isto é demonstrado, em particular, pela experiência das revoluções de libertação nacional dos últimos tempos. Anteriormente, tais revoluções, em regra geral, só podiam ter êxito numa situação de crise e de confusão causada pela guerra imperialista. Agora conhecemos exemplos de revoluções democráticas vitoriosas em tempo de paz, como a revolução de julho no Iraque (1958) e a insurreição popular em Cuba (1959).

O marxismo-leninismo ensina que a revolução proletária é a conseqüência de um extremo aguçamento das contradições sociais e políticas. Entretanto, como já dissemos antes, na época atual, semelhante aguçamento se tornou um estado crônico na

maioria dos países do capitalismo contemporâneo, que sofre profundíssima crise geral.

Nestas condições, para que as contradições internas do capitalismo se manifestem com enorme força não é necessário esperar as guerras ou quaisquer impulsos exteriores. Com o alto grau de consciência e organização que atingiu em nossa época o movimento operário revolucionário, com a existência de condições internacionais favoráveis, a explosão revolucionária pode ocorrer também como resultado dos processos que se desenvolvem na vida econômica e política dos países capitalistas.

O crescente enfraquecimento interno do capitalismo é a causa decisiva e inevitável de que os trabalhadores, encontrando-se sob o jugo do capital, possam esperar novos e novos êxitos no grandioso movimento por sua emancipação social.

(Fundamentos do Marxismo-Leninismo, p. 518).

Os comunistas designam como “situação revolucionária” à crise política, econômica e social que pode acarretar a explosão insurrecional. Os indícios dessa situação foram enumerados por Lênin. Dizem os “Fundamentos”:

Tôda revolução digna de ser chamada assim é a ação de amplas massas populares, que se erguem numa luta sem tréguas, plenamente decididas a modificar a ordem social e as condições de sua existência. Mas, quando se trata da luta de classes e povos inteiros, seria ingênuo pensar que se pode levá-los à ação pelo capricho de quem quer que seja. Os povos e as classes erguem-se à luta sob a influência de motivos profundos, que tem origem nas condições objetivas de sua vida.

O leninismo elaborou os critérios gerais para julgar se as condições para a revolução estão maduras, se a situação objetiva propicia a luta das massas pelo poder. Na linguagem política, tal situação favorável denomina-se situação revolucionária.

Lênin indicava que a situação revolucionária se caracteriza por três indícios principais: “1) A impossibilidade, para as classe dominantes, de conser-

var seu domínio sob a forma de antes; uma crise na "cúpula", crise de política da classe dominante, com a qual se abre uma fenda por onde se infiltram o descontentamento e a indignação das classes oprimidas. Para que ocorra a revolução não é suficiente, em geral, que "os de baixo não queiram viver como antes", mas é preciso também que "os de cima não possam viver como antes". 2) Um agravamento acima do comum das privações e males que afetam as classes oprimidas. 3) Uma elevação considerável, por força das causas indicadas, da atividade das massas, que em um período "pacífico" se deixam explorar passivamente, mas que, em tempos tempestuosos, são atraídas, tanto pela situação de crise como pela própria "cúpula", a uma ação histórica independente.

Sem estas modificações objetivas, independentes da vontade tanto de grupos e partidos como de uma outra classe, a revolução — em regra geral — é impossível. O conjunto destas mudanças é o que se denomina situação revolucionária".

Particularmente importante é a observação de Lênin no sentido de que, para chegar a uma situação revolucionária, não basta que as massas estejam descontentes e indignadas. Além disso, para que haja a revolução é necessário que as classes dominantes não possam viver e governar como antes. Em outras palavras, a revolução é impossível sem uma crise que abarque toda a nação, isto é, tanto os "de baixo" como os "de cima". Disto se conclui que o partido revolucionário da classe operária não pode construir sua tática partindo apenas do estado de espírito das massas; deve ter em conta também a conduta das classes dominantes.

A situação revolucionária surgiu quando a política dos círculos dominantes entrou em bancarrôta e chegou a um bêco sem saída, quando nas massas populares cresceram e se amplia o descontentamento e na "cúpula" reina a confusão, quando, como se diz, flutua no ar a idéia de mudanças radicais. Isto ocorre geralmente nos períodos tempestuosos da história, quando a sorte das classes e de povos inteiros depende de uma ou de outra mudança dos acontecimentos. As massas, neste momento, encontram-se diante de

uma opção: ou um caminho ou o outro, não havendo terceira alternativa. Elas se levantam para a derrocada do poder existente porque se convencem, por sua própria experiência da impossibilidade de outro meio para alcançar a satisfação de seus interesses vitais e essenciais.

(*Fundamentos do Marxismo-Leninismo*, páginas 518-519).

Dessa forma, Lênin caracteriza a “situação revolucionária” que melhor se pode denominar “crise revolucionária” como preferia Stalin um agravamento agudo das condições de insatisfação, denunciadas por três indícios:

- 1.º crise política no seio da classe dominante;
- 2.º crises econômica e social que afetam extraordinariamente as classes dominadas;
- 3.º recrudescimento da atividade das massas.

O terceiro indício é uma consequência lógica dos dois primeiros. Traduzindo em termos concretos, podemos dizer que a crise se manifesta particularmente sob a forma de:

- crise de autoridade;
- crise de organização;
- crise de produção;
- crise de moralidade.

Lênin ainda considera como fundamental para a “situação revolucionária”, que a crise abranja o país inteiro e todos os setores de atividades nacionais, isto é, seja crise de cúpula e crise popular.

Nessas ocasiões “mesmo nas classes de trabalhadores menos dotadas de consciência de classe, desperta, em tais momentos, a percepção do sentido geral do acontecimento e a decisão de atuar enérgicamente”.

Os “Fundamentos” acentuam entre os fatores principais de agravamento da crise, os de ordem econômica:

Entre as causas objetivas que agravam a situação, o papel decisivo corresponde, via de regra, aos

fatôres econômicos, ao sério pioramento das privações das classes oprimidas. Um reforçamento sem precedentes da exploração, o desemprego, em massa, o aumento rápido do custo de vida, fenômenos de crise na economia, que privam as massas de segurança no dia de amanhã e de perspectivas para o futuro, são fatôres que, sem dúvida, tornam muito provável a explosão da atividade revolucionária das massas. Entretanto, os marxistas nunca consideraram as causas materiais como os únicos fatôres que radicalizam a consciência e a vontade das massas trabalhadoras.

(Fundamentos do Marxismo-Leninismo, p. 520).

A teoria comunista estabelece o princípio de que a "situação revolucionária" não se cria espontaneamente, tem de ser preparada, cabendo ao Partido Comunista, o papel dominante e essencial nessa montagem. Esta é a grande missão do Partido Comunista nos países capitalistas:

Todavia, como indica Lênin, a revolução não surge de qualquer situação revolucionária, mas somente quando às condições objetivas necessárias se unem às condições subjetivas. Um papel imenso é desempenhado pela capacidade e pelo grau de preparação da classe operária para a ação decisiva, que deve ser suficientemente poderosa a fim de destruir ou enfraquecer o poder existente, pois êste nunca, nem mesmo na época de crise, "cai" por si mesmo, se não o "derrubam".

Precisamente na época das crises revolucionárias é que se comprova a maturidade política e a capacidade de luta dos partidos da classe operária. Uma enorme responsabilidade pesa sobre o Partido: êle deve aproveitar as condições favoráveis e escolher acertadamente o momento em que seu apêlo à ação decisiva será apoiado por amplas massas. Lênin acentuou mais uma vez que, nestas horas, os chefes da classe operária devem possuir não apenas a capacidade de analisar cientificamente a situação, mas também um sentido revolucionário especial.

Em particular, Lênin advertia os partidos revolucionários contra um perigo, que não está excluído nos períodos de desenvolvimento tempestuoso dos acontecimentos: o perigo de confiar apenas em suas próprias forças, de tomar o estado de espírito e a decisão da vanguarda pelo estado de espírito de todo o povo.

Sem a direção do Partido, a revolução é impossível. Entretanto, o Partido não pode realizá-la apenas com suas próprias forças. Lênin advertia: "Somente com a vanguarda não é possível triunfar". Seria não só estupidez, mas um crime lançar apenas a vanguarda na luta decisiva, enquanto toda a classe, enquanto as grandes massas não ocuparem a posição de apoio direto à vanguarda ou, pelo menos, de neutralidade favorável em relação a ela, e de completa recusa em apoiar o inimigo. E para que efetivamente toda a classe, as grandes massas trabalhadoras e os oprimidos pelo capital cheguem a tal posição, não é suficiente a propaganda e a agitação. Para isto é necessário a própria experiência política dessas massas. Tal é a lei fundamental de todas as grandes revoluções.

Êstes são, em resumo, os conceitos do marxismo-leninismo sobre a situação revolucionária, que se constitui em virtude de causas objetivas mas que só pode ser utilizada com êxito para a ação revolucionária por um partido que compreenda as exigências do momento histórico, seja estreitamente ligado às massas e saiba conduzi-las.

De situações revolucionárias em condições distintas podem surgir revoluções de diferentes tipos. Na revolução democrática, cria-se uma situação favorável para a subida ao poder de uma ampla coalizão popular; na revolução proletária, para a subida ao poder da classe operária e seus aliados, forma pela qual se realiza a revolução e modo pelo qual chegará ao poder a coalizão popular ou a classe operária, dependem de muitas circunstâncias.

(Fundamentos do Marxismo-Leninismo, páginas 520-521).

Os "Fundamentos" consideram que a classe operária prefere tomar o poder sem violência, mas que a ela pode ser obrigada pela reação da burguesia:

Diante de cada partido da classe operária, quando orienta as massas para a revolução proletária, surge antes de tudo a questão do caráter — pacífico ou não pacífico — que assumirá a transformação socialista. Isto depende, em primeiro lugar, das condições objetivas: da situação dentro de um determinado país, inclusive do nível de desenvolvimento da luta de classe, da tensão a que esta chegou e da força de resistência das classes dominantes, assim como da situação internacional.

Deve-se ter em vista ainda que, em qualquer revolução, a escolha das formas de luta não depende apenas de uma das partes. Na revolução socialista, ela não depende apenas da classe operária, que se lança ao assalto contra o capitalismo, mas também da burguesia e de seus serviçais, que defendem as muralhas cambaleantes do regime de exploração.

A classe operária não aspira a solucionar os problemas sociais por meio da violência. Lênin sempre acentuou que "a classe operária preferiria, como é natural, tomar o poder pacificamente... A burguesia não leva em conta essa preferência e, pode impor aos operários revolucionários os mais agudos e violentos métodos e formas de luta.

(Fundamentals do MarxismoLeninismo, p. 522).

É ainda em Lênin que os "Fundamentos" vão buscar os princípios da insurreição armada, sobre os quais o líder revolucionário russo é extremamente realista:

Ao expor as opiniões do marxismo sobre a insurreição armada, Lênin acentuava constantemente a seriedade e a responsabilidade desta forma de luta, advertia os operários revolucionários contra qualquer espírito de aventura, contra o jôgo conspirativo para "empolgar" o poder. Sempre concebeu a insurreição como uma ampla ação das massas trabalhadoras, dirigidas pela parte consciente da classe operária.

Cinco meses antes da Revolução de Outubro, em maio de 1917, Lênin afirmava: "Nós não queremos" empolgar" o poder, pois tôdas as experiências das revoluções ensinam que só é firme o poder apoiado na maioria da população; precisamente êste poder estável foi criado em consequência da revolução socialista na Rússia em outubro de 1917.

Nos trabalhos de Lênin, é possível encontrar uma análise desenvolvida da insurreição armada, que êle denominava "um tipo especial de luta política." Lênin dava os seguintes conselhos aos revolucionários:

1) Nunca brincar com a insurreição e, ao iniciá-la, saber firmemente que é preciso ir até o fim.

2) É necessário reunir uma grande superioridade de fôrças no lugar decisivo, no momento decisivo, pois do contrário o inimigo, que dispõe de melhor preparação e organização, destruirá os insurretos.

3) Uma vez iniciada a insurreição, é necessário atuar com a maior decisão e passar obrigatoriamente, infalivelmente, à ofensiva. "A defensiva é a morte da insurreição armada".

4) É preciso esforçar-se por colhêr de surpresa o inimigo, aproveitar o momento em que suas tropas estão dispersas.

5) É preciso obter êxitos, ainda que pequenos, diàriamente (poderíamos dizer a cada hora, se se trata de uma cidade), mantendo a todo custo a "superioridade moral".

A acertada aplicação dessas indicações de Lênin foi uma das condições do êxito da Revolução Socialista de Outubro na Rússia, talvez a mais incruenta revolução da história. No assalto ao Palácio do Inverno, que terminou com a queda do Governo Provisório e a passagem do poder aos soviets, morreram de ambos os lados, no total, apenas algumas dezenas de homens.

Ninguém afirma, evidentemente, que as revoluções proletárias em outros países terão obrigatoriamente o mesmo caráter que na Rússia. Explicando o aspecto encarniçado que tomaram posteriormente

as batalhas revolucionárias na Rússia, Lênin assinava duas circunstâncias:

Em primeiro lugar, os exploradores foram derrotados apenas em um país; imediatamente depois da revolução, ainda possuíam uma série de vantagens em relação à classe e, por isso, ofereceram uma resistência prolongada e desesperada, sem perder até o último minuto suas esperanças de uma restauração.

Em segundo lugar, a revolução russa surgiu de “uma grande matança imperialista”, numa situação de inusitado incremento do militarismo. Uma revolução como essa não podia passar “sem conspirações e atentados contra-revolucionários por parte de dezenas e centenas de milhares de oficiais pertencentes à classe dos latifundiários e dos capitalistas... E isto não podia deixar de provocar uma ação contrária por parte do povo insurreto.

Outros países, indicava Lênin, irão ao socialismo por um caminho mais fácil.

(*Fundamentos do Marxismo-Leninismo*, paginas 523-524).

Os princípios condicionantes de Lênin podem ser resumidos nos seguintes vocábulos:

- continuidade;
- superioridade;
- ofensiva e
- surpresa.

O caminho pacífico para a tomada do poder é considerado nos “Fundamentos” como uma possibilidade decorrente das condições atuais e particularmente pela influência

- da nova “correlação de forças entre o socialismo e o capitalismo, em escala mundial, pelo poderio material e militar do Mundo Socialista;
- pela “atração das idéias socialistas”, ampliada por uma propaganda altamente desenvolvida;
- pela “perspectiva de unificar a maioria da população em torno de objetivos antimonopolistas e democráticos”.

A conquista da maioria parlamentar é nesse caso uma das formas possíveis de transição pacífica ao socialismo.

Os “Fundamentos” consagram, em seguida, em grande número de páginas, o estudo da ditadura do proletariado em tôdas as suas formas e características. Não nos deteremos nesses aspectos que fogem ao objetivo do presente capítulo, pois já pressupõem concretizada a conquista proletária do poder.

Um dos itens sumamente interessantes do capítulo que trata nos “Fundamentos” das tarefas econômicas para a transição ao comunismo é porém, o que se refere ao desenvolvimento da tomada do poder pela classe operária, através do Partido Comunista. Nessa doutrina o contrôlo do poder pelo proletariado inicia-se através das duas seguintes medidas:

- 1.º Nacionalização da grande indústria, dos transportes e do sistema bancário. Essa medida tem por objetivo “quebrantar o poderio econômico da burguesia e colocar nas mãos do proletariado os postos de comando da economia nacional”;
- 2.º Confiscação da grande propriedade agrária; segundo os comunistas “a história ensina que a grande propriedade da terra, em tôda a parte, serve de ponto de apoio da reação, e a classe latifundiária desempenha o papel de espinha-dorsal da contra-revolução.

Em suas linhas gerais é esta a doutrina sôbre a transição da democracia ao comunismo. Tôdas as atividades marxistas-leninista desde a infiltração até a ação armada, são processos táticos que se integram dentro do objetivo principal da Guerra Revolucionária ou seja a conquista do poder pelo Comunismo. A partir dêsse momento, consumado o fato capital, o Comunismo, seguindo a experiência histórica, dispõe de meios adequados para manter o seu domínio e impedir que as fôrças democráticas recuperem as suas posições, mesmo que os acontecimentos comprovem as desgraças e os insucessos.

7. A DOUTRINAÇÃO PSICOLÓGICA

A propaganda comunista como qualquer outra forma de propaganda empreende dois tipos essenciais: a propaganda de aliciamento ou conversão e a propaganda de educação ou consolidação. A essa última os comunistas denominam de trabalho de educação, tendo, por finalidade, firmar as convicções ideológicas e aperfeiçoar a capacidade de liderança dos comunistas já convertidos. Mas é a propaganda de aliciamento que constitui o principal objetivo de todo o sistema propagandístico comunista. Suas finalidades mais evidentes são as seguintes:

1.º Assegurar uma atitude de simpatia e acolhimento em relação ao comunismo, e suas atividades e a expansão mundial de seu domínio.

2.º Eliminar a capacidade de reação eficiente às ações ofensivas do comunismo internacional nos países não-comunistas.

3.º Converter indivíduos em aderentes irreversíveis da doutrina comunista.

É a isto que se denomina doutrinação psicológica. Esta é, pois, uma forma típica de propaganda.

Para a primeira das três finalidades, isto é, obter a receptividade em relação ao comunismo, a sua propaganda faz um apêlo a idéias que tocam profundamente nos sentimentos humanos, embora, na realidade, os fatos desmintam os preceitos e concepções que propalam. Essas idéias são as de paz, libertação ou emancipação nacional, progresso material e bem-estar geral.

Para eliminar a reação, seu segundo objetivo, os comunistas desenvolvem duas grandes técnicas: a primeira é a destruição direta das lideranças democráticas. Para êsse fim utilizam recursos que vão desde a desmoralização, até a eliminação pessoal. A segunda é a do divisionismo, procurando estabelecer a confusão, a animosidade entre

as pessoas e os grupos adversários e incentivar a luta entre as classes.

A doutrinação psicológica é o terceiro objetivo da propaganda comunista. As formas e intensidade desse trabalho dependem em grande parte do grau de submissão a que se acham expostos os indivíduos. Nas coletividades não-comunistas assume uma forma sutil e insinuante, procurando aproveitar tendências, explorar sentimentos. Nos campos de prisioneiros ou nas prisões pode adquirir o violento aspecto da "lavagem cerebral". Em todos os casos, entre êsses extremos, há porém um aspecto comum, uma forma bastante característica: A doutrinação não visa, apenas, a incutir determinados conceitos ideológicos. Ela procura atuar profundamente na personalidade dos indivíduos, modelando o seu caráter, criando uma nova consciência que o levará a não apenas pensar, mas agir de forma inteiramente diversa de sua natural propensão.

A doutrinação ideológica segue assim, aos mesmos princípios de condicionamento psíquico da denominada "lavagem cerebral" que é talvez o seu emprêgo levado ao extremo da violência física e moral.

É justamente sôbre a juventude que o processo apresenta a sua mais eficaz aplicação. Isto porque, nessa fase, a personalidade se torna intensamente acessível à moldagem psicológica planejada e hábilmente conduzida.

Fred Schwarz relaciona quatro principais motivos de que se vale a propaganda para o aliciamento da juventude:

1. Desilusão com o capitalismo;
2. Atração da filosofia materialista;
3. Vaidade intelectual e
4. Tendência religiosa insatisfeita.

Não são, entretanto, apenas êsses os grandes fatores de conversão explorados pela doutrinação ideológica comunista. Procuremos enumerar em sua generalidade os motivos de doutrinação, naturalmente englobando os que, com muito acêrto, são aludidos pelo autor citado. Segundo a experiência de nossas observações, os seguintes pontos são aproveitados para a propaganda de conversão.

1.º — Frustrações psicológicas, baseadas na pobreza, nos defeitos físicos, nas injustiças morais e materiais, na

incapacidade intelectual, na inveja, nas desilusões sentimentais, em tôdas as causas em suma, que levam o indivíduo a se revoltar contra o sistema social, a imaginar os sofrimentos que são impostos à sua pessoa ou aos que lhe são caros.

2.º — Desilusão em relação às bases políticas, econômicas e sociais do sistema capitalista vigente. Nesse motivo genérico englobam-se a descrença na capacidade de solução dos atuais problemas sociais e humanos, a convicção das deformações ocasionadas pelo esbanjamento, pela superfluidade, pelos lucros excessivos, pelo desnecessário luxo, a observação das deficiências e erros da prática religiosa e outras imperfeições que se afiguram insanáveis dentro dos quadros do capitalismo.

3.º — Aquisição de um complexo de superioridade baseado na convicção de que o comunista se situa em um plano intelectual e sentimental acima da mediocridade generalizada das massas, que se capacita a vislumbrar as grandes tendências do progresso moral e material da humanidade, que passa a dispor de instrumentos irrecorríveis de liderança e se coloca, perante seus semelhantes, como um pioneiro das grandes verdades. O Comunista se transfigura em autêntico arauto de uma nova belém e isto lhe proporciona a satisfação da vaidade intelectual ou das tendências de sublimação contra as injustiças sociais.

4.º — Esperança de que a ordem comunista solucione, em curto prazo, os grandes problemas políticos, econômicos e sociais, trazendo um futuro de extraordinário bem-estar, superando tôdas as servidões dos vícios e das deficiências humanas. Dentro dêsse motivo se situa a idéia de que os atos de vandalismo, os crimes, as violências e a opressão atual da ordem comunista são justificadas, por seus adeptos, pela felicidade que proporcionará futuramente a todos os homens.

São êsses, a nosso ver os fatôres gerais que a doutrinação psicológica marxista utiliza em seu permanente propósito de aliciamento.

A Técnica da Doutrinação ideológica.

Os comunistas deferenciam as atitudes de propaganda ideológica, conforme se trata de encarar o alicia-

mento individual ou seletivo ou o convencimento das massas. Para o primeiro, o procedimento usual consiste inicialmente na observação e seleção das pessoas acessíveis a elas, elementos habilitados de condições de liderança. Só envolvendo-as progressivamente, penetrando nas brechas de sua personalidade, incentivando determinadas características para conduzi-las insensivelmente aos objetivos procurados.

Êsse trabalho tem em vista formar em tôdas as entidades células de comunistas que depois passarão a constituir as frações partidárias. Lênin escreve:

“Em tôdas as organizações, sindicatos e associações sem exceção, em primeiro lugar nas proletárias, mas logo também nas da massa não proletária de trabalhadores e explorados (nas políticas, sindicais, militares, cooperativas, culturais, desportivas, etc.), devem criar-se grupos ou células de comunistas. Êstes grupos de células serão de preferência organizações abertas, mas também deverão ser secretas em todos os casos em que a burguesia abrigou o propósito de proibi-las e de prender ou desterrar seus membros. Estas células, estreitamente ligadas entre si e com os organismos centrais do Partido, permutando sua experiênciã, realizando um trabalho de agitação, de propaganda e de organização e adaptando-se sem falta a tôdas as esferas da vida social, a tôdas as categorias e setores da massa trabalhadora, devem educar-se a si mesmas com tôda regularidade através desta atividade multilateral e educar o Partido, a classe e as massas.” V.I. Lênin (*O Trabalho do Partido Entre as Massas*, Ed. Vitória, 1961, p. 155).

Uma das técnicas mais comuns nesse aliciamento seletivo abrange, em primeiro lugar, a criação ou o incentivo de um espírito de pessimismo, revolta e ódio contra as instituições existentes. Conseguida essa etapa destrutiva, a fase seguinte é a inoculação da idéia de que uma nova solução se torna necessária para os graves problemas que se apresentam. Êsse trabalho de convencimento pode perdurar durante meses. Os doutrinadores jamais se referem ao comunismo ou a seus objetivos, en-

quanto não se acha devidamente confirmada a atitude acessível das pessoas submetidas ao processo. Fazem, para isso, uma série de verificações, de comprovações, até que se convençam de que já podem, progressivamente, descerrar os aspectos ideológicos sem o perigo de violentas reações.

Quando o trabalho tem por finalidade a conversão de massas, suas características são diferentes, embora o processo geral seja essencialmente o mesmo: uma fase destrutiva inicial e uma posterior, construtiva.

Lênin declara:

“É de extraordinária importância estabelecer praticamente a necessária diferenciação entre os métodos de trabalho, por um lado, com relação aos “líderes” ou aos “representantes responsáveis”, a cada instante depravados irremediavelmente pelos preconceitos pequeno-burgueses e imperialistas (êstes líderes devem ser impiedosamente desmascarados e expulsos do movimento operário) e, por outro lado, com relação às massas, que, sobretudo depois da manobra imperialista, se inclinam em grande parte a escutar e admitir a doutrina sobre a necessidade da direção do proletariado, como única saída da escravidão capitalista. No que se refere às massas, é preciso aprender a abordá-las de maneira mais paciente e cautelosa, com o objetivo de chegar a compreender as particularidades e os traços originais da psicologia de cada camada, profissão, etc. (V. I. Lênin, *O Trabalho do Partido Entre as massas*, Ed. Vitória, 1961, p. 156).”

Lênin, referindo-se evidentemente à conjuntura russa de 1920, quando escreveu o trecho citado, revela, de forma clara, a técnica da propaganda de conversão entre as massas, mostrando as duas fases descritas, cujas finalidades são as seguintes:

- 1.º destruir os líderes originais e inaproveitáveis (“impiedosamente desmascarados”) e assegurar a atitude acessível das massas (“para escutar e admitir a doutrina sobre a necessidade da direção

do proletariado como única saída da escravidão capitalista”).

2.º “de maneira paciente e cautelosa”, levando em consideração as “particularidades e os traços originais da psicologia de cada camada, profissão, etc.”, abordar as massas para convencê-las integralmente e dirigi-las sobre os objetivos visados.

O Cel Hermes de Araújo Oliveira, em sua obra “Guerra Revolucionária” (Ed. Biblioteca do Exército, Rio, 1965) registra o mecanismo psicológico da propaganda, aplicável tanto ao campo individual, como ao campo social. O autor citado examina inicialmente os três efeitos normais dos complexos psicológicos, ou sejam a cristalização, a compensação e a sublimação.

Na cristalização, ao ser criado um complexo, há uma convergência de tôdas as fôrças psíquicas, de tôdas as tendências individuais ou coletivas, conforme o caso, em tôrno dos motivos dêsse complexo.

Na compensação, observa-se a criação de fôrças psíquicas contrárias aos motivos criadores do complexo.

Na sublimação, o complexo se desenvolve e se estende, passando a abranger extensas áreas da vida psíquica.

Ao estudar o aproveitamento dêsses fenômenos pela propaganda comunista assim se expressa o Cel Hermes:

“A ação revolucionária sabe utilizar os três fenômenos. Encarrega-se por ela, por meio da propaganda, de dominar, de abrir as portas diante das “massas” sociais.

Quando um regime é demasiado duro no seu proceder, torna-se necessário compensá-lo pela propaganda. Não se deixarão as tendências desenvolver naturalmente para se cristalizarem e se equilibrarem; bem ao contrário, há que tomar conta delas e dirigi-las. A título de exemplo, citaremos a compensação da agressividade originada por um regime daquela natureza, orientando-a sobre o inimigo ou sobre a reivindicação dos “direitos” sociais. Assim, o comunismo, verificando que o proletariado está submetido a um recalçamento extremo pela miséria, utiliza o mecanismo da compensação: ao anunciar o fim da miséria, abre uma porta, dá a esperança... o paraíso soviético.

Quer dizer, a ação revolucionária organiza a compensação, desenvolvendo uma outra tendência que compense a que foi ou está bloqueada. Compreende-se assim que, nos países totalitários, a tendência da crítica — tendência bem natural — seja compensada, pelo regime, com a organização de sessões públicas, terminadas muita vêzes por verdadeiros assassínios oficiais e coletivos.

Logo que descobre uma tendência coletiva, a propaganda procura sublimá-la, isto é, procura, através dum processo artificial, que essa tendência domine tôda a vida psíquica dos indivíduos. Assim, por exemplo, para o proletariado, para os “oprimidos”, sublima-se o “direito à felicidade”. Para tanto, interessa manter a miséria, de modo a fazer nascer a esperança que levará ao espírito de luta e de sacrifício. Por isso, os comunistas recusam e atacam o “trabalhismo”, isto é, a evolução progressiva para o melhoramento social da vida dos operários, porque êstes “seriam felizes” e o que importa àqueles é a Revolução.

Por outras palavras, a ação revolucionária utiliza a sublimação, sugerindo o sacrifício do indivíduo em proveito dos objetivos superiores da coletividade. É, por exemplo, a instituição dos “voluntários da morte”, que encontramos sob formas diferentes em todos os regimes totalitários.

A propaganda, pela cristalização, pela compensação e pela sublimação, tem como finalidade dominar as “massas”, devendo demonstrar que a causa do recalçamento está em vias de desaparecer graças ao regime que lhes propõe. Assim se explica o êxito do comunismo junto das populações miseráveis; porque anuncia o fim da miséria.

O recalçamento não é, pois, unicamente individual. Há que considerar também o recalçamento social, provocado por obstáculos às tendências sociais. A utilização dos neoanticolonialismos afroasiáticos baseia-se na exploração do recalçamento; faz-se o desvio para o sacrifício e, em seguida, procede-se à sublimação, obtendo-se desta forma o sacrifício organizado.

Reveste-se o recalçamento, no campo social, de dois aspectos bem característicos; a frustração e a tensão.

Tem a primeira, como consequência, a agressividade, e a propaganda apodera-se dela para a orientar em duas direções; a racionalização e a projeção.

Quando se reconhece haver frustração, pode-se “criar com base nela uma razão”; é a fábula da garça real que se engana a si própria, contentando-se com um caracol. A propaganda orienta esta racionalização, organizando uma fraude para explicar a frustração. Bem esclarecedor é o caso dos jardins de infância na China.

A coletividade, que se sente frustrada, se recusa o revés, procura um “responsável”. Daí, a indispensabilidade, para os regimes totalitários, de disporem de informações precisas sôbre as diferentes frustrações que poderão existir nas “massas”, depois de transformarem as necessidades em exigências, em reivindicações. Com efeito, se o homem pode suportar uma necessidade, não suporta uma “exigência” porque é intolerável.

É essa a principal tarefa de certas propagandas. E, assim, se um regime político chega a realizar o bem-estar social, a revolução procurará outras frustrações.

O recalçamento pode provocar um desacôrdo no indivíduo ou na coletividade que cria uma tensão psíquica. Assim sucedeu, por exemplo, com a campanha das torturas desencadeadas pela F. L. N. contra a França, origem de uma inquietação que provocou o desacôrdo entre os franceses, desacôrdo que, por sua vez, levou à instabilidade.

Como, porém, o homem não pode viver com um desacôrdo psíquico, procura uma redução, uma atividade exterior determinada pelo seu sofrimento. Desta maneira, a tensão provoca a redução, que leva à ação. E como o que interessa à propaganda é a ação num fim político, poderá ela, quer aproveitar um fato concreto — como a derrota francesa de 1940, que os alemães exploraram, estudando as suas causas, para levarem os franceses à colaboração — quer criar artificialmente a inquietação, lançando a

idéia de traição — haja vista a campanha antipartido na URSS e o “desviacionismo”. (Op. Cit., p. 192)

O Cel Hermes apresenta, em seguida, uma excelente exposição sobre os meios de ação da propaganda para orientar a opinião dos grupos através da criação de “mitos” e da utilização de “estímulos”.

O “mito” é uma imagem que se estabelece no instinto da coletividade como uma verdade definitiva e indiscutível. É geralmente associado a “slogans”, apropriadamente engendrados.

Para fixar o “mito”, a propaganda utiliza as leis da simplificação, da repetição e orquestração, da derivação e sugestão, e da unanimidade e contágio.

O estímulo é o recurso da propaganda para despertar o inconsciente e levá-lo às ações desejadas.

Vamos transcrever, para maior fidelidade, o trecho em referência, do livro do Cel Hermes.

“Os meios de ação empregados pela escola soviética e pela escola americana para “deslocar” a opinião do grupo são, respectivamente, o mito e o estímulo.

a) — *Mito*

O homem moderno pensa pelas imagens, como vimos. O mito mais não é que a imagem organizada.

Ellul define-o, como sendo “uma organização de imagens capazes de evocar todos os sentimentos que correspondem às manifestações do movimento a sustentar, com vista a uma ação total que o mito colora numa vida intensa e que provoca a união intuitiva do indivíduo ao objeto da propaganda e dos indivíduos entre si”.

Além do mito já apresentado — LUTAI PELA DEFESA DA PAZ — no qual vimos os instintos a que essa imagem organizada faz apêlo, conforme se destina a uso nos países além-cortina-de-ferro ou à propaganda no Ocidente, apresentamos como exemplos A RAÇA DOS SENHORES — mito nazi — PÃO, PAZ, LIBERDADE — mito soviético — e REPÚBLICA ARGELINA, DEMOCRÁTICA, SOCIAL

e JUSTA — mito dos argelinos —.
Há, pois, uma organização de imagens fundamentais que se fazem intervir num fim determinado.

1) *Características*

O mito atua sobre o instinto e não sobre o espírito. É irracional. Deve evocar o conjunto dos sentimentos necessários ao movimento a sustentar, deve fazer a síntese desses sentimentos. É, pois, de ordem sintética. Como, porém, um regime representa certo número de idéias, tudo o que é razão e sentimento deverá integrar-se nesta “organização sintética”.

Deve levar à ação, mas na direção dum “futuro” impreciso que, entretanto, tem como fim operar uma ação imediata.

Há, conseqüentemente, uma finalidade a atingir, mas é uma finalidade longínqua, da ordem de “promessas abstratas”.

Às massas modernas é preciso fixar um futuro, um futuro paradisíaco, no domínio da esperança; o “grande futuro”, porque o Homem, para atuar, tem necessidade dessa visão. E bem sabemos que, depois da grave crise de 1929-30, o homem moderno nunca mais teve uma visão precisa do futuro.

Esta noção de futuro, que constitui objeto de maior oferta nas lutas políticas, está na base da Guerra Revolucionária. Mas, para tanto, importa que a ação seja “idealizada”.

O mito dos soviets conduz à ação na direção de um grande futuro, que é o PARAÍSO SOVIÉTICO, o qual realizará “o fim da História”; no mito dos nazis, visionava-se a PAZ DOS MIL ANOS.

O mito permanece necessariamente no domínio da intuição, fugindo ao do raciocínio. Nunca deve expor-se a outras interpretações, mas sim dar uma explicação total e simples a toda a complexibilidade dos problemas políticos. Tem de excluir o programa — que não é senão parcial — e de apresentar-se sob a forma dum síntese intuitiva “global”. Dará assim uma “explicação do mundo”.

2) Leis

A imposição dum mito, com o fim de conduzir à ação, faz-se segundo a aplicação de determinadas leis.

A primeira delas é a da simplificação.

A doutrina relativa a um movimento político, além de normalmente confidencial, é, em geral muito complexa para ser compreendida diretamente pela "massa". Fica, pois, reservada aos chefes do partido. Para os líderes, os ativistas, que estão em contato com a "massa", a doutrina desdobrar-se-á em programas sucessivos. O programa, muito embora represente uma primeira simplificação, é ainda muito complicado para os psico-grupos. Não pode ser inteiramente aprendido pelas massas, que "digerem" uma só idéia de cada vez. Torna-se necessário simplificar uma vez mais, o que se conseguirá, resumindo cada uma dessas idéias num "slogan". Este, que é uma imagem organizada, já reúne as condições para influenciar os psico-grupos e torna-se o mito do dia.

Tanto exprimirá êle as idéias gerais e essenciais do programa a atingir, de que são exemplos "TERRA E PAZ", na revolução russa, e "CANHÕES PARA A ESPANHA", na guerra civil espanhola, como apelará para as paixões políticas, o ódio ou o entusiasmo, de que se podem apontar como modelos "OS SOVIETES POR TÔDA A PARTE" e "A GUERRA SÓRDIDA". E a influência do "slogan" é tal que basta lembrar o êxito representado entre as massas desportivas portuguesas — já a tocar tôda a população — o grito de que "O BENFICA É O MELHOR DO MUNDO".

Mas, como é preciso realizar o sinal que deve condicionar os reflexos da "massa", há que simplificar ainda mais, chegando-se ao símbolo, cuja apresentação deve atuar sôbre o instinto e desencadear o reflexo: quanto mais simples melhor.

Resume e lembra êle uma idéia, até mesmo sistema ou doutrinas muito complicadas e abstratas, e procura determinar uma ação favorável a essa idéia.

Assim, por exemplo, as três flechas” a “foice e o martelo” recordam a idéia socialista e a comunista, respectivamente, e visam alcançar a adesão ao partido. Trata-se de uma espécie de sinal estenográfico do “slogan”, do programa, da doutrina, que, por virtude da sua simplicidade, atua rapidamente, originando com facilidade a formação do reflexo condicionado que se deseja. Partindo dum reflexo absoluto pré-existente ou dum reflexo condicionado, formado anteriormente, o símbolo torna-se um excitante e provoca esta ou aquela reação, desejada por quem o faz atuar sobre a afetividade doutros indivíduos. A “águia” sobre fundo vermelho desperta imediatamente a idéia do Benfica enquanto que o “leão” sobre fundo verde leva o pensamento para o Sporting.

Assim, a lei de simplificação pode exprimir-se sob a forma de pirâmide. O caso do “Movimento dos Partidários da Paz” dá-nos um exemplo de aplicação desta lei. Na base, existe a doutrina da paz, doutrina diferente, como já vimos, para o Leste e para o Ocidente. A difusão da doutrina, que dividirá inevitavelmente o auditório, não se apresenta como desejável para um movimento que se pretende seja mundial. Surge então o programa, muito simples: o “programa de Varsóvia”, dos partidários da paz, que condena a guerra, que pede a interdição das armas atômicas e bacteriológicas, que exige a resolução pacífica dos conflitos internacionais. Quem o recusar será considerado belicista. O programa não é comunicado à “massa” que poderia mais tarde pedir contas aos líderes, ou seja, àqueles que estão em contato simultâneo com ela e com a hierarquia que dá as ordens. Para tocar a “massa”, utiliza-se o “slogan”, que se torna o grito de guerra: “Lutai pela defesa da Paz”. E, para coroamento de tudo, aparece o símbolo: u’a Mãe ou a pomba da Paz.

É extraordinário o poder do símbolo sobre os espíritos.

Houve, na Alemanha, uma batalha entre o símbolo de Hitler e o do socialismo. Os nazis ridicula-

rizaram o símbolo do adversário — três flechas — transformando-o em guardas-chuva, símbolo dos que pensam pouco, dos cretinos. Reagiram os socialistas, fazendo cortar os guardas-chuva com três lanças, símbolo da luta contra os imbecis.

Durante a ocupação da França, houve também uma luta de símbolos. Do símbolo de Vichy — a letra grega “gama” — os franceses fizeram um escorpião, com a cruz de Lorena, e uma cabeça de idiota. Ainda na mesma época, passeavam êles com duas canas de pesca — deux gaules — fazendo assim um símbolo a favor de De Gaulle, sem que alguém o pudesse evitar. Aproveitaram, em certo momento, os monárquicos para fazerem a sua propaganda a favor do rei, escrevendo por tôda a parte VIVE LE ROI, ao que os adversários responderam, alterando aquêle “slogan” umas vêzes para VIVE LE BOI e outras para VIVE LE ROT.

Durante a guerra da Indochina, a Rússia lançou uma campanha com o “slogan”: L'APPEL DE STOKOLM, e a batalha dos símbolos deu: LA PESSE DE STOKOLM, fazendo um cartaz com um soldado russo armado duma pá (pelle), em vez de espingarda, a cavar uma trincheira.

E tudo isto para impor o sinal ao espírito da “massa”. Podemos, pois, afirmar que a batalha política se resume a uma batalha de símbolos. Na verdade, o poder do símbolo é tal que o êxito nesta batalha corresponde, sem dúvida alguma, a um estado real de opinião.

A segunda lei é a da repetição e da orquestração.

Uma ação que pretende ser maciça deve repetir os seus temas até à obcessão.

A Cruz Suástica, por exemplo, representava todo o programa nazi. No entanto, para chegar a isso, foi preciso desenvolver o mito nazi pela sua repetição até à saciedade, associando-se sempre ao símbolo.

O mesmo se pode dizer acêrca da foice e do martelo, símbolo íntimo e profundamente associado ao mito soviético.

A repetição é necessária para reavivar as imagens, mas existe nela um perigo — a fadiga da opinião — que pode conduzir a resultados negativos. Para evitar, há que variar. É a tarefa da orquestração que apresentará o mito sob aspectos variados: o tema mantém-se, mas a sua apresentação varia.

Esta variação, contudo, não pode também fazer-se ao acaso. Tem de obedecer a certas regras impostas pela orquestração.

Assim, deverá respeitar os tempos de paragem, para levar em conta a inércia da massa, tornando-a apta a “digerir” a idéia; nada dizer mas deixar trabalhar os espíritos. Nas diretivas de Goebels, por exemplo, 1/4 era constituído por simples ordens de silêncio.

Depois, cumpre atuar com rapidez perante o adversário: não se atrasar, utilizar o poder de choque dum argumento e passar rapidamente a outro, não dando tempo ao adversário para se recompor. Assim, por exemplo, um cartaz não deve ficar esquecido nas paredes. Seria um êrro. Devem ser retirados para não permitir que o adversário afixe outros que os rebatem ou ridicularizem, o que se traduziria em perda de iniciativa.

Exatamente porque os propagandistas, ignoravam ou desprezavam o princípio da orquestração, os cartazes com os símbolos atrás indicados permaneceram demasiado tempo nas paredes, consentindo assim que o adversário, com a maior das facilidades, compromettesse a propaganda, ridicularizando-a.

Por fim, nunca colocar-se na obrigação de negar. Uma propaganda bem feita nada deve negar nem contradizer, mas sim afirmar sempre. Se o adversário emite um argumento embaraçoso, é preciso atacá-lo com outro da mesma natureza. Os ingleses, por exemplo, atacaram a campanha anti-semita e Goebels não perdeu tempo a negar ou a contradizer; respondeu com um ataque contra a política irlandesa; ao ataque ocidental contra os campos de concentração russos, replicaram os soviets com o ataque aos campos de concentração na Grécia; quando a França iniciou a campanha contra o terrorismo da F. L. N., publicando o livro branco, o adversário não negou,

mas respondeu com a campanha da tortura, publicando, por sua vez, fotografias, panfletos, etc., que acusavam a França e a policia francesa de torturarem a infeliz população argelina.

Há ainda a lei da derivação e da sugestão.

Uma ação de propaganda não pode partir do zero. Para triunfar, deve utilizar uma corrente de opinião já existente, aproveitando a sua fôrça, o seu dinamismo, o que obriga a derivar esta corrente no sentido desejado. Os comunistas, peritos na aplicação desta lei, aproveitaram a corrente anti-alemã das direitas, para desencadear em França, a campanha contra a C. E. D.

A derivação é, no fundo, um meio de confusão. A ela, segue-se a sugestão. Sempre que se queira utilizar uma corrente psicológica, não há que convencer mas que sugerir. Chega-se assim pela sugestão à finalidade desejada.

Analisemos ainda o caso da DEC: não se diz "o alemão é mau", pois não existe o direito de atacar uma massa nacional, mas sugere-se que "o alemão é mau", apresentando por tôda a parte um cartaz com uma imagem do soldado alemão, pontuado, e com a seguinte legenda: "em nome da paz, opõe-se à CED". Um outro exemplo foi o cartaz anti-Speidel; as cartas amarelas, com caracteres negros e uma cruz gamada, num canto, como os cartazes da Gestapo, que aparece assim sugerida.

Uma quarta lei é a da ação.

Uma vez que a sugestão estabeleceu a orientação da nova corrente, é preciso passar à ação. Não se pode, contudo, empregar uma técnica obsessional visto haver um elemento irracional. Em vez de fazer agir a massa, utiliza-se um meio intermediário. Será o papel dos grupos restritos, que fazem a ativação da "massa", pela constituição de grupos enquadrados por ativistas. Assim, temos o "Movimento da Paz" que utiliza os grupos de escoteiros, estudantes, mulheres, etc., atuando sôbre êles e obtendo a sua ativação.

Por fim, existe a lei da unanimidade e do contágio.

Trata-se de “apoderar-se da unanimidade”. Para tanto, tudo e todos afirmarão simplesmente que ela existe. Lançam-se frases como OS POVOS OPRIMIDOS INICIARAM A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA. O contágio intervirá, então, provocando reuniões importantes, desfiles, comícios, manifestações de “massas”, durante as quais os ativistas, lançando “slogans”, fixam a idéia e levam a “massa” a intervir na ação em função do programa de momento.

Eis como, fazendo apêlo aos instintos fundamentais e combinando-os no sentido desejado, a escola soviética procede, através do mito, à deslocação da opinião do grupo.

b) — *Estímulo*

O estímulo, o meio de ação utilizado pela escola americana, “estimula” o inconsciente, e reveste três formas essenciais: a comunhão do sacrifício, o inimigo e o terror.

1) — *Comunhão do sacrifício*

A comunhão do sacrifício é o desejo do Homem comungar no sagrado com outros homens, de se sacrificar pela causa superior duma comunidade.

Esta vontade do sacrifício está, no mais fundo do inconsciente do Homem, ligada à necessidade de identificação com uma “idéia” ou com um “herói”. Esta identificação é “sagrada”.

A propaganda vai dar-lhe todo o seu sentido, identificando o Homem ao símbolo ou ao chefe do regime, visto ser indispensável um herói para esta comunhão. Assim, a propaganda inventa o herói que pode ser o chefe do regime totalitário que essa mesma propaganda propõe ou estar absolutamente identificado com êle. E surgem em todos os regimes daquele tipo, os heróis artificiais; Horst Vesel, dos nazis, Stakanov, dos russos, Jean Faïçal, dos nasserianos, Henri Martin, dos indochineses, Djemila Bonired, dos argelinos.

Em face do desaparecimento dos verdadeiros valores sagrados, restam ao “homem-massa” três for-

mas de “sacrabilidade”: A “massa”, a comunidade e a comunhão.

A propaganda para transformar uma sociedade ligada a um valor sagrado — o herói — faz saber que tudo o que não está ligado à “idéia”, ao “herói”, é profano. Como, por outro lado, o herói se identifica com o partido, tudo o que não está ligado ao partido é falso, impuro, e, por conseguinte, deve ser destruído. Mais ainda: tudo o que não está integrado nesta comunhão — “herói-partido” — e lhe não obedece é o mal absoluto. Daí, as intransigências dos partidos totalitários; para combater o mal absoluto, apresentam-se como meios indispensáveis e justos, as injúrias, os assassinios, os exclusivos, as purgas, sendo mesmo provocados, se necessário, como acontece na Rússia, na Tcheco-Eslováquia e na China.

2) — *Inimigo*

No inconsciente coletivo do “homem-massa”, a noção de inimigo nada tem de comum com o nosso conceito de adversário. Na verdade, enquanto para os nossos padrões de militares e homens civilizados um inimigo, armado ou desarmado, permanece sempre um homem, readquirindo essa posição uma vez vencido, pelo que é digno de respeito, podendo-se-lhe apertar a mão, restituir-lhe a espada, prestar-lhe mesmo honras de guerra; para as “massas”, no seu “universo sagrado”, o inimigo corresponde à noção de “sacer”, do que é votado aos infernos, “do que incarna o mal”. Por isso, pode ser acusado de todos os crimes. A unanimidade contra êle é total.

Assim, se o inimigo é o mal incarnado, suprimi-lo será nobre, porque, para a “massa” moderna, suprimir o mal é fazer o bem, e, uma vez desaparecido por completo o inimigo, terá deixado de haver o mal: os capitalistas para a Rússia e os judeus para os nazis.

Assiste-se, pois, a uma transmutação de valores. Daí, o heroísmo da denúncia em certos países. A denúncia é uma virtude porque, permitindo destruir o mal, equivale a fazer o bem. Se denuncio um amigo, o meu ato tem mais valor. Serei um herói, se de-

nuncio o meu pai ou o meu filho. Transformar-me-ei nuncio o meu pai ou o meu filho. Transformar-me-ei em super-herói, se me denuncio a mim mesmo, pelo auto-crítica.

Não há, por conseguinte, que vencer o inimigo mas sim que o destruir, pura e simplesmente.

Um regime totalitário não pode passar sem inimigos. Êste é-lhe indispensável. Daí, a necessidade de proclamar sempre a existência de um "inimigo externo", criando a teoria do "cêrco", e de um "inimigo interno", estabelecendo a teoria das "conspirações", para justificar as depurações.

Para bem cumprir o seu papel, o inimigo tem de satisfazer a certos caracteres.

Assim, deve ser individualizado, de maneira elementar, para se tornar o símbolo; importante — para provocar o espírito de luta sem, no entanto, apavorar as "massas" — e, ao mesmo tempo, possível de vencer — para não colocar a "massa" perante um obstáculo intransponível —; próximo e conhecido — para o tornar tocável — e, simultâneamente, indistinto e vago — para poderem ser integrados nêle tôdas as categorias tidas como perigosas —. Desta maneira, "o inimigo será representado como uma multidão, mas uma multidão sem coesão e individualizada, conduzida por homens que o "enganam".

Como consequência, nunca as "massas" sociais ou nacionas devem ser atacadas, mas sim os seus "maus dirigentes". Hitler, por exemplo, apesar do horror que tinha ao proletariado, não o atacava diretamente, mas sim "os judeus-marxistas que enganam o proletariado"; não atacava o catolicismo, que o prejudicava, mas sim "a camarilha dos padres que o apóia e engana os cristãos".

Deve também o inimigo ser único, pois a propaganda não pode prestar-se a múltiplas interpretações. Chega-se assim a associações verdadeiramente irracionais. Para os nazis, por exemplo, o inimigo era "o judeu-marxista-capitalista", o que permitia a Goebbels concentrar os três adversários num só, facilitando assim a sua propaganda; e, em 1945, em França, para o jornal comunista Action, o inimigo do comunismo era "Truman-De Gaulle-Sartre".

O inimigo é considerado hoje como um dos estímulos mais importantes. De fato, porque a propaganda se faz mais facilmente contra alguém ou contra qualquer coisa do que a favor de alguém ou a favor de alguma coisa, o inimigo torna-se uma facilidade oferecida à propaganda.

Num "regime de massa", a opinião pública deve ter, necessariamente, "boa consciência". E isso leva o propagandista a atribuir ao inimigo as más intenções que êle mesmo tenciona realizar em curto prazo, o que, nalguns casos, permite, pelo estudo da sua propaganda, prever o que conta fazer o adversário. Assim, por exemplo, Hitler anuncia que os aviadores alemães estão encarcerados na Inglaterra porque havia decidido encarcerar os aviadores ingleses prisioneiros na Alemanha; os norte-coreanos dizem "somos atacados" porque resolveram atacar.

É ainda o inimigo que serve a auto-justificação ou a auto-purificação do regime, levando à denúncia e à auto-crítica. Com efeito, o Homem, que tem necessidade de se purificar e de se justificar, fa-lo-á, acusando um outro e atribuindo-lhe as suas próprias faltas. Desta maneira, o inimigo desempenha o papel de "bode espiatório". É a eliminação do inimigo necessário que purifica a consciência coletiva. E, em certos regimes, quando se enforca, quando se queima, quando se mata, quando se organizam "campos de morte", tem-se a impressão de que se purifica.

3) — *Terror*

Vivemos num mundo de terror: ontem, eram os campos de concentração, onde milhões de homens sofrem a insegurança material, que reina, aliás, desde o desmoronamento econômico de 1930; agora, é a ameaça nuclear, dum poder incalculável. Assim, o mundo de hoje vive num ambiente de angústia generalizada que prepara psíquico ao terror.

E porque o terror é a "mãe de todos os silêncios e de tôdas as cumplicidades, instrumento de domínio absoluto, material e espiritual", a propaganda explora esta angústia, baseando-se no instinto de combate, com a finalidade de levar a massa a participar do

terror, pela excitação do sentimento ad hoc. Assim, desenvolve ela o aspecto positivo daquele instinto — a luta — mas explora, sobretudo, o seu aspecto negativo — o medo —. Porque no medo o Homem experimenta menos sofrimento, porque o medo lhe traz uma diminuição de sofrimento, é na medida em que têm medo que alguns soldados são heróis: é o caso da “fuga para a frente”, de 1914-18.

A propaganda totalitária utiliza o medo, atuando sobre seus dois elementos — medo ativo, o que determina a fuga e medo passivo, o que paralisa e inibe de atuar — com vistas a duas finalidades: aterrorizar o adversário, para o imobilizar, ou galvanizar a “massa” e reforçar a vontade de combate, desenvolvendo o auto-domínio. Como exemplo da primeira, existe o terrorismo da F.L.N. que degolando impiedosamente, impediu que houvesse mais denúncias contra os seus membros, protegendo assim, com o silêncio, a sua organização; a segunda é ilustrada pela campanha anti-atômica, verdadeira maravilha no gênero, pois o poder nuclear é apresentado como um poder “divino”, inexplicado, incontrolado e, portanto, fazendo parte do domínio do “sagrado”, ao mesmo tempo que Krushov assina pedido contra os ensaios nucleares, organiza com os “combatentes da paz” marchas e greves da fome, ameaça a Noruega, a Itália, a Alemanha Ocidental e a França de bombardeamentos nucleares se aceitarem as rampas de lançamento americanas, faz explodir uma série de bombas na Sibéria, para que todo mundo saiba, e declara que suspende unilateralmente as experiências nucleares! E, graças a esta vasta campanha, os Estados Unidos ficam inibidos...

O terror, que utiliza a psicologia do medo, é uma técnica de ação como qualquer outra.

Tem êle em vista provocar adesões ao grupo que o manipula. O medo a essa adesão. É o caso do sucedido em muitos países ocidentais, em 1945, em que o terror pelo comunismo se traduziu em grande número de inscrições no Partido. O indivíduo que se torna terrorista liberta-se do terror.

Além do efeito de adesão ao grupo que o manipula, o terror oferece outras possibilidades aos que o utilizam. Assim, é ele essencialmente contagioso.

Multiplica-se no grupo social por simples contato, o que torna fácil a sua degradação em pânico. Daí, esta possibilidade maquiavélica: “degradar o terror em pânico e controlar êste, apresentando-se como o salvador”. E a vaga de terror, provocando um longo período de depressão, torna a “massa” neutra e amorfa e lança-se num estado de espírito de expectativa.

As declarações de Krushov, ao espalhar o terror atômico com as suas cartas aos vários chefes de Governos, mesmo neutros; os grandes processos em regimes totalitários, para “fazer medo”; a invasão da terra pelos marcianos; o caso do Padre americano que se lançou pela janela para a rua, ao ver, durante um exercício nos Estados Unidos, pára-quedistas russos nos pára-quedistas americanos; são exemplos fragrantíssimos da possibilidade do terror convencer até os “neutros”

No interior dum Estado ou dum partido totalitário, o terror tem por fim fazer aderir, aos objetivos dêsse Estado ou dêsse partido, a grande “massa” da população. É então organizado e mantido um terror preciso, dirigido contra determinadas pessoas que recebem a qualificação de traidores. Para escapar ao terror, o indivíduo médio é levado a trocar o campo dos “aterrorizados” pelo dos que aterroizam.

No interior dum Estado totalitário, porém, o terror, que visa arrancar ao Governo do país ameaçado o contróle da população, não é raciocinado, lógico; deve ser brutal, inexplicável, atingir tôda a população.

O terror é, na realidade, um dos meios de propaganda mais poderosos, utilizado sàbiamente pelos regimes totalitários, que controlam os seus efeitos.

A sua utilização obedece a determinadas leis, entre as quais destacaremos a do silêncio, do limite suportável e a da suspensão oportuna.

O silêncio confere, como sabemos, forte poder de emotividade ao menor ruído. Lembremo-nos do

roer dos ratos durante a calma da noite. Também para que haja terror é indispensável verificar-se previamente um silêncio sociológico, representado pelo segredo, que dá a ignorância de certas preparações políticas. Assim, por exemplo, compromissos secretos, conciliábulos, provocam uma tensão nervosa e geram contradições.

Depois, neste silêncio sociológico, o terror supõe a irrupção misteriosa e violenta dum acontecimento insólito. É o caso do assassinato do Capitão Rohem em 1934, em pleno período de eufria nazi; é o exemplo do que se passa num campo de concentração, no qual, a seguir a um período de acalmia, se reúnem bruscamente os prisioneiros para designar 20 condenados à morte. É a calmaria que precede as grandes tempestades...

O terror desempenha assim o papel de raios de Júpiter, que podem cair não importa onde, não importa quando, sobre não importa quem.

Todavia, sempre que se faça propaganda pelo terror, não se pode ir à indignação, que pode provocar o retôrno da chama. É o que acontece no caso de se ultrapassar o "limiar do terror suportável". Para além dêle, os resultados serão negativos.

Como consequência, e para terminar, começado o terror, a propaganda deve ser imediatamente suspensa.

A "LAVAGEM CEREBRAL"

O processo denominado "lavagem cerebral", aplicado pelos comunistas a prisioneiros de guerra e presos políticos, é descrito como uma aplicação do condicionamento psicológico inspirado na teoria de Pavlov, dos reflexos condicionados.

Apesar de ter sido observado em milhares de pessoas que foram submetidas a estranhos e violentos tratamentos de compressão física e mental, o fenômeno é ainda obscuro e imperfeitamente conhecido. Tudo indica que o objetivo das aplicações comunistas tem sido o de comprovar a possibilidade de metamorfosear a mentalidade humana, conduzindo-a a padrões pré-fixados. O processo se assemelha a uma deformação física.

Utilizando êsse recurso psicológico, altamente desumano, os comunistas conseguiram transformar a mentalidade dos prisioneiros de guerra, tornando-os em sua maioria entes apáticos, submissos e até mesmo subservientes.

Na Guerra da Coréia, os chineses submeteram os soldados americanos, inglêses e turcos ao célebre processo. Os resultados surpreenderam às autoridades que, após o armistício, realizam minuciosa investigação.

Os americanos que combateram na Coréia haviam sido cuidadosamente selecionados, eram rapazes de nível cultural relativamente alto, corajoso e entusiasmados. Ao regressarem dos campos de prisioneiros, mostravam-se taciturnos, tenebrosos, indiferentes à família e à pátria, e predispostos à delação.

A transformação havia sido impressionante.

O Dr. Fred Schwartz narra o seguinte:

“A América já participou de numerosas guerras em que perdeu prisioneiros. Tais prisioneiros sempre se constituíam num espinho sério para seus captores. Faziam-se difíceis de controlar, eram corajosos, sujeitavam-se à disciplina de seus oficiais na prisão, solidarizavam-se aos demais prisioneiros em camaradismo afetivo e tentavam fugir, repetidamente. Quando os soldados americanos, porém, caíram prisioneiros de guerra dos comunistas chineses, uma transformação inquietante ocorreu. Foram reduzidos a uma turba desorganizada e egoísta, sem disciplina nem unidade. A delação recíproca era quotidiana. Um punhado de comunistas chineses era capaz de dominar grandes quantidades de prisioneiros americanos sem castigos violentos, sem emaranhados de arame farpado e com a mínima aparente dificuldade. De muitos milhares de prisioneiros, nem um só ensaiou a menor tentativa de fuga durante o tempo de cativo. Só uma minoria foi capaz de resistir por completo às tentativas de doutrinação, por parte dos comunistas. Outro pequeno grupo converteu-se francamente ao comunismo. A grande massa restante foi desmoralizada. Quarenta por cento morreu. Por seu turno, os prisioneiros turcos conseguiram manter resultados excelentes. Sua disciplina foi absoluta-

mente mantida, de cima a baixo. Nem um só prisioneiro turco morreu e nenhum colaborou.

De tal modo se preocuparam as autoridades americanas, que abriram inquérito para pesquisar as causas dessa reviravolta na conduta dos prisioneiros americanos. Um grupo de oficiais médicos experimentados coligiu pormenores do tratamento a que eles estiveram sujeitos e prescrutou a causa daquele colapso. As provas foram publicadas no livro "Em Tôdas as Guerras, Exceto Numa" (1). Suas conclusões foram deveras alarmantes. Numa tentativa de evitar ocorrências semelhantes no futuro, o Exército procurou estabelecer uma norma de conduta para os soldados que, daqui para diante, tiveram a infelicidade de cair em mãos comunistas. A incurção comunista na mente humana é única na história, e de uma eficácia impressionante" (Fred Schwartz, *Você Pode Confiar nos Comunistas*, Ed. Dominós, S. Paulo, 1963, p. 137)."

O processo da lavagem cerebral consiste, em síntese, na colocação dos indivíduos em um regime de esforços prolongados e violentos para ocasionar a exaustão física e mental. Esse efeito é obtido através de marchas duras, extenuantes trabalhos, vigílias constantes, etc.

Com esse meio, as defesas psíquicas são paulatinamente corroídas. A tensão emocional concorre para apressar essa fase destrutiva. O resultado desse tratamento se manifesta pela abulia física, desintegração da memória, melancolia, medo e covardia.

Quando chega a esse estado, o indivíduo passa a ser submetido a um trabalho de doutrinação e a uma série de artifícios influenciadores.

No caso dos prisioneiros americanos, os chineses usaram três estratégias principais: estímulo à denúncia dos companheiros, controle de correspondência e prática da auto-crítica.

Para melhor ilustrar esse exemplo vamos transcrever alguns trechos de uma conferência pronunciada pelo Maj. Willian E. Mayer em abril de 1957. O Maj. Mayer é médico psiquiatra do Exército dos Estados Unidos e integrou a Comissão Conjunta das Forças Armadas para

estudar o comportamento dos prisioneiros de guerra americanos na Coréia:

“A ARMA FUNDAMENTAL

A doutrinação e os métodos comunistas nos apresentam sua arma fundamental, a arma com que eles realizaram essa coisa fabulosa expandindo-a em grau inacreditável nos últimos anos: o comunismo internacional.

Nessa arma fundamental, entretanto, a despeito de tudo que os Srs. lêem, vêem e ouvem sobre mísseis, aparelhos de apertar-botões e outros dispositivos, *é ainda o homem*. A qualidade dos seres humanos que constituem a base de nossa defesa é alguma coisa que tem sido investigada continuamente e as tentativas para torná-la melhor instrumento da preservação de nossa liberdade contra a intrusão estrangeira é um esforço que nunca deverá esmorecer. Temos razões para acreditar, julgo eu, que essa arma necessita ainda alguns aperfeiçoamentos.

EXPERIÊNCIAS DE LABORATÓRIOS

Em 1950, um conjunto ocasional de jovens americanos, pela primeira vez na história, tiveram oportunidade de viver em um Estado comunista. Viveram aí cerca de três anos. Encaramos êsses homens como uma fonte de imensa quantidade de informações sobre o Comunismo, e eles realmente o eram. Mais do que isso, entretanto, eles mostraram ser uma notável fonte de informações sobre os próprios americanos. Mostrar-vos-ei o que aconteceu a eles e como reagiram.

Chocou-nos, a nós que os estudamos, verificar que nossas idéias preconcebidas eram errôneas — como nos enganamos ao apreciar a invulnerabilidade dos americanos e a estupidez e irrealismo que muitas idéias comunistas pareciam possuir.

Êles eram aproximadamente, 7.000 soldados americanos — na maioria do Exército e capturados na Coréia — e nos proporcionaram um estudo controlado de uma espécie de miniatura do Estado Comu-

nista. Desejo salientar que êsses homens eram representantes característicos da mocidade americana: idênticas aos que trabalham em nossas lojas, estudam em nossos colégios. Não eram soldados profissionais, nem tinham sido civis desajustados como os que procuram refúgio nas fôrças armadas. Pelo menos metade dêles havia recebido menções honrosas por sua atuação em combate. Não eram homens sem educação. Em comparação com as tropas que atuaram na Segunda Guerra Mundial, êles eram um pouco mais treinados e pertenciam a um nível geral de educação um pouco superior.

Caíram nas mãos do inimigo, não porque fôssem soldados incompetentes — o que algumas vêzes acontece. Foram capturados porque se viram súbitamente cercados por hordas de chineses tão numerosos que não havia outra alternativa senão render-se. Muitas de nossas tropas foram capturadas em grupos de várias centenas.

ESTRANHO COMPORTAMENTO

Êsses homens comportaram-se de um modo tão profundamente diferente do que esperávamos de soldados americanos submetidos a fatores de tensão que procuramos investigar as razões de sua conduta — razões que ultrapassaram o estreito quadro das Fôrças Armadas.

E como resultado de nossa pesquisa concluimos que os homens que lutaram na Coréia eram um grupo de sêres humanos inteiramente diverso do que havia lutado na Segunda Guerra Mundial, apesar de terem sido selecionados pelo mesmo processo.

Sabíamos que, no passado, os americanos sujeitos a essa condição reagiam formando, desde logo, pequenas unidades ligadas — era o chamado "Buddy Sisten" — unidades constituídas por 2, 3, ou 4 indivíduos, irmanados para preservar sua vida.

Eram grupos de sêres humanos que se uniam sob a ação de que êles consideravam uma liderança competente.

NENHUM ESFÔRÇO PARA EVADIR-SE

Em segundo lugar, sabemos que quando americanos são aprisionados, revelam um incontido impulso para fugir. Os japoneses e alemães escreveram bastante sôbre o mais renitente, barulhento, recalcitrante, teimoso e irreverente dos prisioneiros, os americanos, que invariavelmente possuíam um senso diabólico de humor em suas tentativas para escapar. *Isso aparentemente nunca aconteceu na Coréia.*

Sempre verificamos, entre os prisioneiros de guerra o desenvolvimento de um sistema de justiça baseado na presunção de que leis e não homens devem governar. *Isto jamais aconteceu na Coréia.*

Sempre verificamos, entre os prisioneiros de guerra o desenvolvimento de um sistema de justiça baseado na presunção de que leis e não homens devem governar.

E alguma coisa mais apareceu. Antes que os homens voltassem para seu país, cartas por êles escritas chegavam, em uma linguagem materialista, exortando seus pais a se unirem a outros cidadãos progressistas e conscientes, no esforço por deter a insensata matança de civis inocentes dos milionários imperialistas de Wall Street.

Vimos então artigos escritos por soldados americanos em publicações conhecidas, tais como: *Daily Worker, Masses and Mainstream, Shangay Daily News, Pravda, The People World*, todos escritos em dialética tipicamente comunista, sempre atacando os imperialistas de Wall Street "que os haviam enviado".

Apareceram caricaturas, por prisioneiros de guerra americanos, impressas no *Crocodilo* e outras publicações comunistas, e mesmo em material de propaganda (supostamente) não-comunista, disseminadas em vultosas quantidades em todo o mundo: panfletos difamando o caráter e as instituições americanas.

Tôdas essas coisas combinadas nos levaram a crer que alguma coisa estranha tinha acontecido a êsse grupo de jovens. Por que, após dez anos, êles diferiam tanto dos homens que haviam lutado na Segunda Guerra Mundial?

ESTUDO PRELIMINAR

Tomamos cêrca de mil dêsses homens e, para efeitos comparativos, incluíam várias centenas de ex-prisioneiros de outras nacionalidades: turcos e alguns colombianos. Estudamo-los no Japão, antes de seu regresso.

Notamos várias coisas estranhas acêrca dos americanos.

Primeiro, verificamos que êles não gostavam de falar *uns com os outros*. Preferiam falar *sôbre os outros*, fato que antes nunca havíamos observado nos americanos. Falavam *sôbre os outros* com uma estranha ausência de afeto, de sentimento, de emoção. Quando os examinávamos e os julgávamos fisicamente aptos, dizíamos: "O Sr. poderá se quiser dar um passeio e ver os panoramas, ouvir os sons e sentir o cheiro de TOKIO" — que é uma grande cidade para se ver. Um em cinco aceitava a licença (isto depois de três anos enclausurados em um campo de prisioneiros). E, nesse caso, saíam *sòzinhos*, coisa que os soldados jamais fazem.

Quando a Cruz Vermelha ofereceu maravilhosamente a ligação telefônica gratuita aos que desejassem falar com alguém nos Estados Unidos, mãe, esposa, namorada, ou qualquer outra pessoa, ligação que normalmente custava 5 dólares por minuto no Japão, *mais da metade* dos prisioneiros em regresso declararam que *não tinham ninguém a quem desejassem falar*.

PRIMEIRA CONCLUSÃO

Chegamos aqui à primeira conclusão, aliás bem simples: Êsses homens haviam sido sujeitados a um estranho, maravilhoso, misterioso e irresistível processo, denominado "lavagem cerebral". Era alguma coisa que vínhamos ouvindo falar desde HONG-KONG. Era um processo, aparentemente usado na CHINA, para coagir sêres humanos; um processo que envolvia tôdas as formas clássicas de ação desumana, dêsde a execução em massa ao linchamento público. Em sua aplicação na China, incluía práticas

como o desmembramento de família, reeducação em escolas especiais, redução de alimentação em certas áreas, redistribuição de terras e criação de fazendas coletivas, é a versão chinesa do sistema soviético.

Sabemos que é um processo aparentemente irresistível. Submetido a êle, o Cardeal Mindszenty pareceu concordar com os métodos da polícia secreta Soviética, embora fôsse um homem perfeitamente sensato antes de ser aprisionado. Um correspondente da Associated Press, que alguns de nós conhecemos, chamado Oatis, foi de igual modo manipulado pelo método Soviético. Um certo número de missionários americanos foram também submetidos a êsse tratamento na China. Êles regressaram depois de haver confessado que foram agentes dos ESTADOS UNIDOS, agentes imperialistas, embora tal não fôsse a verdade. "Ninguém me tocou". "Fui certa vez espancado por um guarda mas essa era a norma". "Não confessei porque me pusessem farpas de bambu queimado sob minhas unhas". "Não, não estou, em condições de me retratar de minhas confissões". Estas e outras declarações eram coisas estranhas.

QUASE ALÉM DA COMPREENSÃO

Para se compreender é bastante que se saiba terem sido êsses homens submetidos a um sistema de coerção de sêres humanos que ultrapassa tudo o que já imaginamos. Essa é a arma que, segundo creio, tem obtido maior sucesso que quaisquer dispositivos mecânicos empregados pelos comunistas.

Jamais alguma tirania histórica, utilizando metralhadoras ou armas primitivas, campos de escravos ou trabalho forçado, teve sucesso em submeter grande número de povos.

Entretanto, há 40 anos atrás não havia um país comunista sôbre a terra. Hoje em dia *quatro em cada dez sêres humanos* vivem sob uma ditadura comunista. Por que? Êles não podem fuzilar tanta gente. E certamente não acreditamos que estejam fornecendo um produto tão irresistível que as pessoas sejam levadas a aceitá-lo passivamente.

Muitas das coisas que esperávamos eram verdadeiras, mas poderemos estar incorrendo em um erro terrível e subestimando seriamente o mais perigoso inimigo que já enfrentamos, julgando que êle não se adaptou ou não se tornou flexível.

NENHUMA TORTURA

O soldado em seu abrigo na linha de frente da Coréia sempre esperou que, feito prisioneiro, fôsse espancado, torturado e possivelmente fuzilado. Assim lhe haviam ensinado em seu país natal, pintando o seu diabólico inimigo oriental como um povo que despreza a vida humana e massacra populações.

Mas, ao contrário da crença popular entre os soldados, quando eram capturados, ninguém lhe enfiava farpas de bambu em chamas sob as unhas. De fato, os chineses nem pareciam estar interessados em informações militares. Não interrogavam ninguém nas proximidades das linhas. Não utilizavam drogas especiais para coagir os homens e sabíamos que poderiam fazê-lo.

Não utilizavam narcóticos, “marijuana”, drogas calmantes ou outros quaisquer remédios capazes de alterar o juízo dos homens — para obter a boa vontade dos prisioneiros americanos. Não usavam qualquer mágica, como reflexos condicionados, hipnozes, privação de estímulo ou outro qualquer novo recurso mágico para convencer os americanos.

DOCTRINAÇÃO CONSTANTE

Não, o que encontramos em uso, foi um sistema de doutrinação, de educação real, da maior excelência sob o ponto de vista de método e de eficiência. Parecia muito com o que Deus disse a Moisés:

“Ensinavam quando êles acordavam, ensinavam quando iam dormir, — ensinavam durante o caminho, todo o dia, sete dias na semana”. E com uma *evidente* sinceridade.

Era um processo, entretanto, que diferia da maior parte de nossas idéias preconcebidas sobre a natureza da educação na aplicação sistemática e deliberada

que faziam de um certo número de princípios de psicologia e psiquiatria sensatos, comuns e experimentados, os mesmos que se usam no tratamento de pacientes.

Êles empregavam êsses processos na base dos nossos padrões, não para melhor ajustar os indivíduos, nem para privá-los da razão ou poder de escolha.

Empregavam-nos numa tentativa para *desprestigi-
giar certos valores muito fundamentais que julgávamos
evidentes e importantes para a natureza de
nosso sistema de vida social e econômica*. Empregavam-nos para interferir com as relações humanas básicas, sem as quais não teremos crédito comercial, livre emprêsa e competição. E o fizeram com notável sucesso.

Êsse método, cujas origens encontram-se historicamente na polícia secreta czarista, pré-comunista, é usado, de modo homogêneo, em cada pelotão do Exército Chinês, em cada sala de aula, em cada vila-rejo da China Comunista.

Tenho aqui um documento que permite certa compreensão sôbre a maneira pela qual a educação é aplicada ao soldado americano. Trata-se de uma mensagem do chefe de Informações do Exército Voluntário dos Povos Chineses ao chefe de Informações da República Popular Chinesa em Peiping. Assim expressa:

ANALISANDO AMERICANOS

“Baseados nas observações de soldados e oficiais americanos capturados nessa Guerra de Libertação da Coréia da Agressão Capitalista Imperialista, os seguintes fatos são evidentes:

“O soldado americano tem pouca lealdade à sua família, à sua comunidade, a seu país, à sua religião e a seu companheiro. Seu conceito de “certo ou errado” é nebuloso e mal formado.

O oportunismo lhe é fácil. Êle se aterroriza e se sente inseguro por si mesmo. Êle subestima seu próprio valor, e sua capacidade de sobreviver. Ê ignorante dos valores das tensões e dos conflitos sociais.

Há pouco conhecimento ou compreensão entre os graduados das universidades dos Estados Unidos sobre assuntos de história política e filosofia, Estado federal, organizações de comunidade, direitos federais e civis, liberdades, segurança, equilíbrio de poderes e como essas coisas funcionam em seu próprio sistema.

Ele é insular e provinciano com pouca ou nenhuma idéia dos problemas e objetivos de que desdenhosamente êle descreve como estrangeiras. Tem um conceito irrealístico de sua superioridade e invencibilidade militar, conceito êsse mais interno e inerente do que merecido e comprovado. Essa é a sua mais vulnerável deficiência. Êle falha na apreciação do significado e da necessidade da organização militar, de outra qualquer organização ou disciplina.

Na maior parte das vêzes êle sente de modo claro, que seu serviço militar é uma espécie de odiosa e inevitável servidão, a ser suportada o mais brevemente possível e da qual se deve fugir o mais rapidamente possível.

Êle é o que êle mesmo se denomina algumas vêzes: um soldado de tempo de paz, e, em geral, encara o serviço militar seja como uma tarefa suave e segura, seja como um sacrifício desagradável e sem razão de ser.

Baseado nesses fatos sobre os agressores imperialistas dos Estados Unidos, o programa de reeducação e redoutrinação prossegue de acôrdo com o planejamento.

A "LAVAGEM CEREBRAL"

E assim êles prosseguiram a educar os "seus americanos". Tiveram um grande problema porque capturaram quase todos os prisioneiros em algumas semanas. E assim, o que fizeram com êles foi separá-los em pequenos grupos e, ao invés de arrancar-lhes as unhas dos pés, de entornar-lhes água nos narizes, ou torturá-los segundo as exóticas maneiras que as pessoas julgavam, êles os reuniram em pequenos grupos e lhes deram a primeira lição de doutrinação, prescrita por Peiping e seguidas exatamente com as mesmas palavras em tôda a Coréia por um grande número de jovens instrutores chineses.

A proporção desses instrutores era de um para cada 20 a 30 prisioneiros. Eram eles graduados em instituições educacionais americanas de nível universitário, e, em sua maior parte, cientistas sociais. Eles falavam "Inglês dos EUA, 1950". Estavam familiarizados com nossos valores fundamentais. Conheciam tudo sobre escores de "base-ball", Cadilacs, grandes edifícios e, além disso, eram comunistas.

Um desses instrutores que não usava uniforme, nem carregava armas, reuniu cerca de doze de seus novos estudantes americanos e lhes disse o seguinte, que repito fielmente:

"Rapazes, apresentamos-lhes nossas boas vindas nas fileiras do povo. Estamos felizes por têmos libertado vocês desses banqueiros imperialistas que os enviaram para cá. Sabemos que vocês não queriam vir, que vocês não iniciaram a guerra e que vocês realmente não sabem porque estão aqui (e isso era verdade).

"Por conseguinte, nada temos contra vocês e desejamos oferecer-lhes uma proposta: A proposta é a seguinte: Não lutem contra o problema, recostem-se, sejam como todo o mundo, descansem, vejam como a coisa vai. Não lutem".

"Eis o que lhes oferecemos: Não há campos de escravos aqui, não há propaganda capitalista que eles alimentam nos Estados Unidos. Não temos para vocês minas de carvão, não temos trabalhos forçados, não temos capatazes".

"Procuraremos dar-lhes os melhores alimentos, vestuários, abrigos, cuidados médicos que nos fôr possível. Agora, pode não ser bom, somos um país pobre. Mas será o melhor que podemos obter".

"Dar-lhes-emos aquilo que sabemos gostarem os americanos acima de tudo: a oportunidade de conhecer a verdade. Vamos dizer-lhes a verdade do que pensamos, de seu país e do nosso, do que está acontecendo no mundo e de como os povos estão se levantando hoje em dia".

"Vocês somente ouviram uma face da história, porque são os capitalistas-imperialistas que publicam os jornais, que fazem funcionar as estações de rádio, que editam as histórias de quadrinhos e os livros. E

antes de tudo, que lhes foi permitido ouvir sôbre o outro lado da história”.

“Assim, tudo o que desejamos de vocês é apenas boa vontade. Ouçam os dois lados. E depois de ouvir o nosso lado, decidam sôbre qual deve ser o lado da verdade”.

E quando os banqueiros imperialistas de Wall Street acharem que já usaram o suficiente de excesso de carros de combate fabricados pela General Motors, que já consumiram o excesso de petróleo produzido pelo Texas, que os lucros já são bastantes, que o povo já foi adequadamente explorado, e resolverem suspender essa insensata matança, desejamos que vocês voltem para casa, para suas casas boas e para suas belas famílias e, simplesmente, digam-lhes a verdade, essa verdade, que vocês mesmos, decidirem”.

ISTO CRIOU O AMBIENTE

Êsse discurso não tornou comunista nenhum americano. Todavia criou o tom e a atmosfera para os anos que se seguiram nessa espécie de estranho e nôvo tipo de cativo.

Durante cêrca de seis meses, nenhuma outra doutrinação foi feita. Apesar de tudo — e acreditamos que foi isso devido ao efeito de apenas um discurso — houve quase ausência total de organização espontânea entre os homens.

Foi o período denominado pelos prisioneiros de “cachorro-como-cachorro”, período em que cada homem vivia para si mesmo, uma vida jamais compreensível para americanos: e que poderia ser definida em têrmos como o seguinte:

“Minha sobrevivência é um negócio meu. Deixem-me só e eu os deixarei também”.

Foi durante êsse período que em cada dez americanos capturados, quatro morreram: a maior proporção de mortes em qualquer grupo de americanos, em qualquer cativo, em qualquer guerra e em qualquer região desde a Guerra de Secessão. Quatro em dez.

SEGUNDA DOSE

Os Comunistas iniciaram então a sua "educação".

A educação era um material padronizado. Eram histórias de capitalistas americanos, com uma boa interpretação de nosso sistema econômico. Os dois primeiros meses... abrangiam o estudo de como operava esse sistema. Seguiam-se quatro a seis meses de discussão de como o sistema depende para seus lucros da exploração dos povos.

Os estudantes receberam mais horas de educação estruturada formal do que em sua total educação nos Estados Unidos.

Êles procuravam dar ênfase principalmente às reais e perfeitamente verdadeiras injustiças sociais que temos cometido em nome da livre emprêsa, em nosso país e na Grã-Bretanha.

Falavam por exemplo, sôbre o trabalho das crianças, sôbre as minas de Pensilvânia. Falavam sôbre escravidão. Falavam sôbre expansão das ferrovias e do que acontecia aos lavradores que não saíam do caminho, falavam da polícia criminosa que cada grande negociante pagava para matar inocentes operários. Podiam-lhes mostrar cópias da Tribuna de Chicago descrevendo tiroteios sangrentes no Pôrto de GARY e INDIANA.

Falavam sôbre dificuldades dos fazendeiros, e tinham livros de John Steinbeck e outros para prová-lo. Êles se baseavam muito em Steinbeck, Dos Passos, Hemingway e Charles Dickens.

Mostravam que a Constituição Americana era violada constantemente, com a VII Frota em FORMOSA, com a intervenção na Coréia, com a proibição do ingresso da CHINA na ONU.

Tôda manhã havia uma palestra. Começava às sete horas, ao ar livre, pessoal de pé, e durava de 5 a 6 horas.

Após a palestra, os estudantes eram divididos em grupos de discussão dirigida, com 12 a 15 pessoas, no máximo. O estudante era solicitado apenas a *concordar* e nôr em palavras suas, os pontos salientados na palestra matinal. Ninguém poderia deixar de tomar parte na discussão.

A penalidade, se alguém recusasse a fazê-lo, era de que o grupo ficava sem jantar até que o recalcitrante se submetesse. Assim as pressões se tornaram internas, partiam dos americanos e não dos chineses.

O esporte era permitido para aquêles que se revelavam cooperativos.

Havia aulas de arte onde não era permitido desenhar-se figuras de mulheres, porque isso não é arte. Mas se poderia representar operários no trabalho, ou a figura de Truman sacrificando a mocidade no altar dos lucros da Coréia, com os magnatas da General Motors ou da Standard Oil aplaudindo na retaguarda.

Havia o Pequeno Teatro onde invariavelmente se representava a versão comunista da "Cabana de Pai Tomás" que era considerada como uma boa lição da exploração capitalista.

Havia o jornal do campo de prisioneiros, onde se reproduziam artigos de outras publicações já mencionadas. Em um dêles lemos:

"Desejo expressar minha profunda e sincera gratidão aos membros do Exército de Voluntários do Povo Chinês por ensinar-me a ler e escrever inglês, porque na comunidade capitalista-imperialista de Pittsburg, Pensilvânia, da qual provenho, sòmente aos filhos de capitalistas ricos, é permitido ler e escrever em inglês". Assinado — Soldado Fulano, n.º tal.

Êsse soldado possuía, nos Estados Unidos, educação de curso secundário. Êsse homem declarou, mais tarde, que escreveu o artigo e que nada vira de mal em fazê-lo, porque — e isso foi uma justificativa que ouvíamos constantemente — *porque todo o mundo estava fazendo isto. Era uma tão evidente mentira, acrescentou, que ninguém acreditaria nela.*

Essas mentiras são utilizadas na propaganda mundial do comunismo. Ninguém dos 900 milhões de comunistas do mundo atual sabe que são mentiras. Dois têrços da população mundial são hoje objeto da atenção comunista, e no Paquistão, na Índia, no Oriente Médio, os povos estão recebendo toneladas dêsse material tão barato — e êles não sabem também que isso são mentiras.

OS TRÊS ARTIFÍCIOS

Essa era a estrutura formal do sistema educativo, mas o que o fazia funcionar tão bem eram três artifícios: o *informe*, a *auto-crítica* e o *contrôle da correspondência* do soldado. O informe é uma maneira de viver na Democracia Popular.

Quem desejar conhecer alguma coisa sôbre o Comunismo deve saber isto: O informe, como é adotado no Estado comunista, sômente pode ser feito quando rejeitamos nossas premissas básicas de que o indivíduo é uma entidade, com dignidade e valor e possui certos direitos como a vida privada.

Os homens eram incentivados a *informar* uns contra os outros sôbre pequenas coisas não militares: o roubo de uma batata, o uso impróprio de uma latrina. Eram encorajados a *informar* porque recebiam imediata recompensa material, porque adquiriam prestígio, aprovação, publicidade, porque eram citados como exemplos de “valiosos membros da Democracia Popular, realmente interessada no bem geral”.

O homem, objeto do *informe*, *nunca era punido*. Outrora, o prisioneiro objeto de um informe era punido com a morte, mas o mesmo acontecia ao informante. Em nossa cultura só considerava a denúncia como uma atividade humana desprezível. Mas aqui a vimos crescer, crescer e crescer porque o homem denunciado era simplesmente pôsto a parte por um desses jovens chineses, que lhe punha um braço sôbre o ombro e o levava para o que se chamava uma “conferência andante”.

Nela dizia o instrutor: “Agora, George, nós sabemos que você fêz isso, você não o pode negar. Não temos um tribunal aqui. Êsse é o nosso modo. Estamos preocupados porque você fêz uma coisa tão anti-social e destrutiva contra os outros membros do Povo, não o Chinês, mas os outros estudantes. Desejamos que você confesse que está errado (A confissão é terrivelmente importante no Estado Comunista). Confesse que está errado e analise sua confissão, seu erro, porque foi tão destrutivo. Estabeleça um compromisso de nunca mais fazê-lo. Preferivelmente es-

creva e assinie isto. Se você o fizer, é tudo o que desejamos.

E os soldados obedeciam geralmente na crença de que eram pequenas coisas sem importância. Eis as palavras de um deles:

“Você sabe, depois de alguns meses, no campo de prisioneiros, você tem a impressão de que eles sabem tudo o que você faz. De fato eles têm tantos informantes que você não sabe em quem confiar. E assim você passa a não confiar em ninguém”.

A *auto-crítica* consiste em uma espécie de confissão coletiva em que os soldados são postos em grupos de dez ou doze e solicitados simplesmente e confessar para os outros companheiros — não os chineses — suas atitudes más, seu egoísmo, seus impulsos, suas vontades, e outros sentimentos íntimos.

Os soldados eram incentivados a fazer isto e o faziam porque parecia tão inofensivo. “Bem, diziam eles, cremos todos amigos, e todos riam quando nos davam essas auto-críticas, parecia tão estúpido”.

Os chineses pareciam não ligar realmente àquilo que os soldados falavam; a prática, entretanto, rapidamente deixou de ser uma brincadeira, os soldados deixavam de rir e passaram a ouvir. Dentre em breve, o soldado que falava, começou a sentir que de algum modo, não sabia dizer como, ele estava indo muito longe, expondo-se demasiadamente. Ao regressar à pátria, ele disse: “O Sr. sabe, Dr., eu sentia que os outros sabiam mais de mim do que eu mesmo. *Eles poderiam mesmo dizer o que eu estava pensando*”.

Naturalmente isso não é possível, mas as pessoas se sentem dêsse modo. E assim quando dez homens se reúnem em grupo de auto-crítica, eles se separam em dez direções diferentes, divididos como os gravetos do Velho Testamento que poderiam ser quebrados quando separados e que eram tão fortes quando unidos.

Finalmente, eles isolavam os homens, uns dos outros, e realmente os colocavam na mais bem construída cela solitária que o homem jamais fabricou,

não de aço ou concreto, mas de sentimentos e atitudes, uma ceia solitária psicológica e emocional: o sentimento de estar sozinho no meio de uma multidão de pessoas. Construía-na em parte simplesmente impedindo-os de ter fé em suas famílias, em suas casas, em suas comunidades, interceptando-lhes essa espécie de correspondência que cada soldado gosta de receber.

Os chineses extraviavam as cartas que exprimissem amor, carinho e amizade. Se falavam apenas "Caro John", chegavam. Se diziam respeito à divórcio, chegavam. Reclamações de mãe, doenças na família, notícias más, chegavam. Eram cartas dessa espécie que chegavam, cartas para êsses homens, vivendo em cabanas lamacentas na Coréia, de onde nada poderiam fazer.

Como resultado inicial surgiu o ressentimento por parte do soldado, e mais tarde um processo de esquecimento que os homens simplesmente evitavam pensar ou acordar.

Essa foi a *lavagem cerebral*. Conseguiu tudo o que os comunistas desejavam. Não era seu intento converter homens ao comunismo. Uma pequena porcentagem das pessoas, que vivem no mundo comunista, é comunista. A grande maioria é de aquiescentes. A grande maioria é simplesmente arrebanhada e empurrada por êsse sistema *que não parece alguma coisa contra a qual valha a pena lutar*, não tem uma aparência perigosa, apenas controla.

A maioria dos americanos, mais da metade, nos campos de concentração jamais fez alguma coisa que se pudesse criticar. Mas justamente *nada fazer* nunca foi a maneira pela qual em 168 anos êsse povo construiu essa fabulosa sociedade. *Quando chegamos ao ponto em que simplesmente nada fazemos e gostamos de nada fazer, talvez nos tenhamos transformado em uma velha nação, não em uma nova. Talvez estejamos no declive da decadência.*

O CÓDIGO DE CONDUTA

Estamos tentando fazer alguma coisa contra essa possibilidade, na base de um notável documento militar chamado *Código de Conduta*.

É um documento diferente de qualquer outro em nossa história militar, considerado tão importante que foi anunciado pelo Presidente dos Estados Unidos.

“Não é uma fórmula, disse êle, para ser prisioneiro de guerra”.

“Não é nossa missão treinar soldado para ser prisioneiro de guerra.

O Presidente acrescentou: “É uma declaração dos princípios básicas que cada homem ou mulher de nossa sociedade deve conhecer.

São princípios tão evidentes que talvez pensemos não serem dignos de nossa atenção.

PRINCÍPIO N.º 1 — RESISTIR

Tente resistir. Não coopere com o inimigo. É importante lembrar o incidente de KOJEDO, onde os prisioneiros de guerra comunistas chineses revoltaram-se e aprisionaram um general americano.

Empregamos 15.000 soldados, completamente armados para guardar os chineses que havíamos aprisionados: 15.000 soldados que poderiam estar na linha de frente atirando contra os chineses.

Em contraste, os chineses mantinham campos com 600 americanos guardados por apenas seis homens armados. Seis guardas apenas, não havia cerca de arame farpado, cerca eletrificada, tórreres de metralhadoras, farróis, cães de guarda, nada. Apenas seis guardas chineses. E além, naturalmente, os instrutores civis sem armas.

Jamais aconteceu coisa semelhante com adultos americanos. Isso aconteceu na Coréia. Havia uma doença chamada “Disistite”. Esse abandono, essa apatia, foi uma causa da morte de pelo menos metade dos 3000 americanos, que morreram no cativeiro.

PRINCÍPIO N.º 2 — ESCAPAR

Dos 7000 americanos capturados, 4000 sobreviveram. No entretanto, nenhum só americano conseguiu fugir de qualquer campo de prisioneiros.

E por que? Era um país difícil, mas os americanos fugiram várias vezes no Japão, quando êles

eram reunidos em grupos de 10 (dez), e os japoneses fuzilavam os nove membros de um grupo, se um deles fugisse.

Na Coréia se um homem dizia: "Temos que formar uma comissão de fuga", o outro respondia: "Não, se você fizer uma coisa como esta, é capaz de pôr os chineses malucos. Não, vamos esperar para ver como vão as cousas."

PRINCÍPIO N.º 3 — NÃO NEGOCIE

O que se deseja dizer aqui é apenas: "Se você for capturado pelo inimigo, não peça nenhum favor a êle, não negocie com êle".

Na Coréia, negociamos todo o tempo, como Fausto negociou com o Diabo. Negócios que lembram êste anúncio de um vendedor de automóveis: "Por que o Sr. está se prejudicando? Deseja mudar sua vida com 9 cents por hora, apenas? Por que não adquire seu Pontiac, com 9 cents por hora apenas? Temos um bom negócio para o Sr. E êsses 9 cents por hora são na realidade, 60 dólares por mês...

PRINCÍPIO N.º 4 — AMA TEU IRMÃO

O Código de Conduta reza, em seguida: "Se fores capturado, não faças nada capaz de prejudicar teu companheiro". Isto significa: Não faças nada para prejudicar teu companheiro, não fales nada, não faças nada, Ama teu irmão.

Um exemplo: Houve um homem chamado Gallagher. Foi julgado e condenado por um tribunal militar em NEW YORK, há cêrca de um ano e meio, por duas acusações de assassinato de primeiro grau em um campo de PG. Gallagher foi um monstro. Êle estava em uma cabana na Coréia do Norte com numerosos companheiros. Entre êsses estavam alguns que êle considerou socialmente inaceitáveis: estavam com grave disenteria, estavam empestiando o local, e assim por diante. Dêsse modo êle os pôs para fora.

A temperatura era de 30 graus abaixo de zero, fora da cabana. E êles morreram congelados.

Assim o julgamos e o condenamos por assassinato.

Mas nosso maior problema não são os Gallagher. Estes podemos perceber e combater. O pior problema é aquêles para o qual êsse princípio foi criado. É o dos outros quarenta homens que também estavam na cabana. Foram êles as testemunhas que reunimos nesse julgamento, que nos interrogatórios diziam simplesmente isto:

“EU NÃO TENHO NADA COM ISSO”.

Perguntávamos:

— Soldado, você viu Gallagher pôr êsses homens para fora da cabana?

— Sim, vi, respondiam.

— E que estava fazendo você no momento em que êle pôs aquêles homens para fora da cabana, soldado?

— Bem, eu estava me aconchegando aos outros, tentando manter-me quente.

Estava muito frio e tínhamos que nos procurar aquecer dessa maneira.

— O que você fez para impedir que Gallagher puzesse êsses homens para fora da cabana, no frio congelante.

Nada, senhor.

— E por que nada?

A resposta era invariável:

— Bem, senhor, julguei que não tivesse nada com isso.

E assim os homens morreram no frio.

PRINCÍPIO N.º 5 — ESTABELEÇA UMA LIDERANÇA

A sentença diz apenas: “Se fôres capturado por um inimigo e fôres o mais antigo, assumo o comando. Se não fôres, o mais antigo apóie e prestigie o que o fôr”.

Tivemos que colocar essa expressão tremendamente óbvia porque tornou-se claro que de algum modo não estamos ensinando sôbre a atitude de lide-

rança, a vontade de assumir responsabilidade, a vontade de ser coisa diversa do que ser simplesmente popular. Temos tido grande quantidade de líderes que lideram nessa base: popularidade pessoal, que é apenas uma versão da sedução política a que estamos sujeitos. Uma espécie disso que se exprime assim: "sejam bonzinhos comigo, que eu serei bonzinho com vocês". Tais líderes aparecem também do nosso lado do paralelo 38. O jovem comandante de companhia que se chamava Joe e a quem todos seus homens também chamavam Joe. Êle emprestava dinheiro para êles, reunia-se a êles, bebia com êles e nunca tentava impor-se demasiado. Êle era apenas um dêles, e todos o achavam muito bom. Isso até o dia em que Joe teve que lhes dizer: "Temos que subir naquela colina para conquistar um ninho de metralhadoras", isto é, que êles poderiam ser mortos.

Todos achavam que Joe era realmente um bom rapaz, mas agora êles estavam na linha de frente e não queriam subir com Joe naquela colina . . .

Sim, êsses são nossos problemas. Cada um dos pontos do Código de Conduta reflete um problema sério.

Desejo para concluir, citar um soldado que exprimiu vários pensamentos sôbre êsse assunto, o General Lemuel C. Shephord Jr., que era o comandante do Corpo de Fuzileiros na época da Guerra na Coreia. Êle, com um certo número de militares e educadores civis, redigiu êsse Código de Conduta, aparentemente óbvio e desnecessário, mas cuja significação bem avaliamos.

Disse o General Shephord: "Na luta contra o Comunismo a guerra não termina quando os homens são obrigados a desistir. O campo de prisioneiros de guerra é apenas uma outra espécie de campo de batalha. Os soldados devem ser ensinados, muito antes, como prosseguir a luta com as únicas armas que lhes restarem: a coragem, a fé e o sentimento de responsabilidade".

A única solução é manter alertada a nossa consciência e a de nossa pátria, para a necessidade de um senso de convicção em nossos princípios e em nossa causa, e dedicação aos mesmos excedendo ao que nosso

vigilante inimigo dedica a seus princípios e à sua causa.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

P — O Sr. notou alguma diferença nos homens que provinham do campo ou da cidade, que tinham educação mais desenvolvida ou menos desenvolvida?

R — Não notamos diferenças significativas entre os homens que provinham do campo ou da cidade. Quanto ao nível educacional, observamos um salutar efeito da educação superior. Os comunistas diziam que os homens que fossem diplomados em curso superior, que tivessem posições de direção em negócios ou cuja idade fôsse mais de que 30 anos, eram em geral reacionários perdidos. Sentiam que, se não pudessem trabalhá-los por muitos anos, não obteriam sucesso com êstes homens. E assim aconteceu.

P — O Sr. notou alguma influência da religião?

R — Sim, de maneira geral. Entre os homens que mais ativamente resistiam, havia muitos que fundamentavam essa resistência na fé religiosa. Não encontramos, por outro lado, nenhum dêsses homens entre os que colaboraram.

P — Pode comparar os soldados americanos com os de outras nações, como os turcos, por exemplo?

R — Foram capturados 229 turcos, no primeiro inverno da guerra, metade dêsse número antes do Natal e metade, depois. Quase todo turco capturado estava ferido ou doente. Penso mesmo que é impossível capturar um turco que não esteja ferido ou doente.

São na maioria soldados voluntários. Não são os velhos e rudes profissionais do tipo Legião Estrangeira. Na Turquia existe, como sabem, uma longa tradição histórica de um agressivo militarismo. O turco médio tem, a nosso ver, uma sincera crença de que êle não se torna realmente um homem senão depois de estar, em certo tempo, no serviço militar. Os voluntários são de idade entre 18 e 19 anos.

Foram para a Coréia e capturados, em sua maior parte, em grupos. Estiveram sujeitos às mesmas con-

dições de cativo que os americanos. Existiu uma percentagem um pouco inferior de instrutores. Estes não eram porém chineses, mas sim turcos, das Repúblicas Soviéticas que são etnologicamente turcos. Falavam turco, pareciam turcos e viviam com os turcos.

No fim de três anos de cativo, dos 229 turcos capturados — exatamente 229 turcos marcharam de volta para Panmujon. A razão de sobrevivência foi de 100%. Como aconteceu isto?

Os turcos, em sua mentalidade moslemita, consideram como altamente gloriosa e honrosa a morte no campo de batalha. Entretanto, os turcos sobreviveram na base de uma prática da mais devotada dedicação uns pelos outros.

Quando um turco estava realmente doente, os outros o banhavam, alimentavam, lavavam-lhe a roupa, deitavam junto dele para aquecê-lo e, em geral, convenciam-no de que ele não ia morrer. Ele era um turco e eles cuidariam dele.

Em segundo lugar, eles sobreviveram na base de uma dura realidade prática. Havia um major entre os turcos capturados. Esse oficial assumiu o comando. Não houve eleição, ninguém lhe pediu. Ele simplesmente assumiu o comando.

Ele logo designou um grupo para cavar latrinas no campo.

Em nosso campo muita gente morreu de desintéria porque o campo não tinha latrinas e nossos homens rejeitaram a liderança.

Esses turcos não? Eles estavam liderados. Um grupo cavava latrinas, outro roubava comida, outro cuidava dos feridos e doentes mais sérios. E o major era quem falava com o inimigo. Ninguém mais falava com o inimigo, em nenhuma circunstância. Naturalmente isso não era o que os comunistas queriam. E o major não queria cooperar.

Assim, eles segregaram o major como um perigoso individualista. Os Srs. sabem que este é o maior pecado para os comunistas. Ter a audácia de se impor como um líder. Ele foi segregado, mas um tenente assumiu suas funções. O tenente não as assumiu, na base de três escalões abaixo. Simplesmente assumiu o comando, foi tudo. Tinha o mesmo estado-maior e or-

ganizou a mesma espécie de grupos. Foi então segregado também como perigoso individualista.

Mas um sargento assumiu então o comando. Foi análogamente segregado.

Os turcos finalmente chegaram a um ponto em que não havia senão algumas centenas de soldados. Êles procuraram descobrir qual o soldado mais antigo e o puzeram no comando.

Os comunistas segregaram tantos turcos que acabaram tendo que voltar atrás. E os turcos sobreviveram, cem por cento.

P — O Sr. poderia comentar a experiência inglesa nos campos de PG?

R — Desejamos estudar os britânicos. Não fomos talvez suficientemente diplomatas, porque certamente os ingleses tinham uma atitude perante o comunismo um pouco diferente da nossa, no início da guerra da Coréia. Em resumo, os ingleses disseram que não era de nossa alçada êsse estudo, que êles mesmos o fariam a “muito obrigado”. Assim nada sabemos dêles.

P — Há algum prosseguimento dos estudos iniciais?

R — Julgo que uma fundação de pesquisas está empenhada em acompanhar essas pessoas que foram libertadas para ver como se comportam. Isto deve ser feito. A lavagem cerebral comunista é um processo que tem objetivos distantes.

P — Era essa técnica aplicada simultaneamente na Rússia e China, ou havia diferenças entre êstes países?

R — Existem consideráveis diferenças. O sistema Soviético é mais individualista. Apesar de empregar vários processos de contrôle social como o informe e a auto-crítica, e a desvalorização das relações entre indivíduos, êles possuem uma técnica especial para o manuseio dos não-cooperadores — é o tratamento Midszenty, capaz de produzir a confissão.

Os chineses são melhor orientados socialmente que os russos.

Muitos métodos russos são usados, mas o processo geral se baseia na atividade de pequenos grupos”.

A “lavagem cerebral” no trabalho de educação.

O trabalho de educação comunista que tem por objetivo consolidar as convicções dos prosélitos e aperfeiçoar a sua formação ideológica, aplica uma técnica de “lavagem cerebral”, naturalmente adaptada às condições ambientes. Evidentemente, a fase de exaustão psicológica e física inicial não é possível de ser conseguida, nas condições da vida normal, mas encontra um substitutivo nas tensões morais oriundas da miséria, da fome e da doença que se encontram nas camadas sociais mais deprimidas.

O trabalho de doutrinação é empreendido por elementos capacitados. Em muitos casos, os pacientes são submetidos à segregação em cursos de capacitação política onde passam a viver como verdadeiros prisioneiros de guerra. É interessante observar como os artifícios utilizados nos campos da Coréia encontram a sua réplica em cursos dessa natureza. Assim, em várias escolas clandestinas do Partido, o *informe* é uma permanente condição disciplinar na vida diária dos estudantes; o *contrôle de correspondência* é substituído pela *ausência de correspondência*, uma vez que, durante o tempo do curso, o aluno tem suas relações familiares inteiramente rompidas; a *autocrítica* — é realizada através de uma *autobiografia* manuscrita, assinada e que fica em poder do Partido.

Esse último documento assume impressionante característica quando se medita sobre o seu verdadeiro sentido como arma psicológica e como expressão do domínio ideológico que o Partido exerce sobre o indivíduo. A respeito do assunto, vale a pena transcrever, a título de ilustração, um trecho do Relatório da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, sobre a apreensão de inúmeras autobiografias desse tipo em uma escola do Partido naquele Estado em 1956, bem como um desses documentos altamente comprometedores, também colhido no citado Relatório:

“AUTOBIOGRAFIAS”

“Na diligência de 6 de janeiro de 1956, procedida pela Delegacia Auxiliar, tivemos oportunidade de

apreender todo o arquivo do Comitê Regional de Pernambuco do Partido Comunista do Brasil, onde foram encontrados documentos da mais alta valia. Mas, se importante foi a colheita, pelo valor dos documentos apreendidos — desde aquêles referentes à organização do Partido até outros alusivos a normas de orientação e combate, não menos importante foi, para nós, para esclarecimento à sociedade pernambucana e à Nação, a conquista de mais de três centenas de autobiografias de membros e simpatizantes encontradas, também, naquele arquivo apreendido.

Evidentemente, a perda para o Partido, neste particular, fôra enorme, reconhecendo-a assim, seus próprios membros, e, para nós, o material apreendido representou farto manancial de informações e um conhecimento mais perfeito das personalidades, algumas delas nitidamente psicopatas.

Merece, sem dúvida alguma, um destaque especial, a apreensão daqueles documentos, não somente pelo valor que êles tinham, e ainda hoje têm, como um meio de prova da atividade extremista de muitos, nem tão pouco pelas magníficas informações que nos possibilitaram, mas, sobretudo, pelo fato de ter sido, entre nós, a vez primeira em que se aprendiam documentos daquela espécie, que diziam ser guardados tão cautelosamente pelo Partido. E, ainda mais; merece, o fato, maior evidência, como exemplo aos incautos simpatizantes do Partido, muitos dos quais ainda iludidos com a doutrina comunista, com a orientação de seus membros, com a pseudo-segurança de sua organização, que subestimam a atuação serena, segura e contínua das autoridades constituídas, que diuturnamente trabalham, sem conhecer obstáculos nem canseiras para coibir as ações das facções políticas extremistas, que na ilegalidade batalham, à meia-luz, pela destruição da ordem democrática e da harmonia político-social do país. Carece, ainda, aquela apreensão, de ser meditada cuidadosamente, depois da leitura dos documentos apreendidos, e de ser feita a sua análise crítica ponderada, aonde ter-se-á oportunidade de verificar, como e a quanto baixaram, moralmente, certos membros e simpatizantes do malfadado comunismo em Pernambuco.

Quem quer que se dê ao trabalho de lêr atenciosamente as autobiografias daqueles comunistas termina, certamente, enjoado com o conteúdo de muitas delas.

Veja-se por exemplo, aquelas referências às famílias feitas por muitos, envolvendo e enlameando mesmo, o que há de mais sublime na sociedade atual. São uns referindo-se às suas espôsas, ainda não “doutrinadas”, resistindo à prevenção da polícia, ou já sendo trabalhadas por companheiros do marido; são outros pondo as espôsas em plano inclinado que podem levá-las à ruína completa; alguns jogam à fogueira outros parentes, ou aludem a atritos familiares que não mereciam ser conhecidos por estranhos. Há, nas muitas autobiografias apreendidas, exemplos dos mais variados do que vimos de afirmar, tendo até, um dos biografados, de instrução superior, que não envolveu a espôsa, naturalmente por ainda lhe restar algo de nossa tradicional dignidade familiar, mas, informando ao Partido que tinha uma irmã que se revelava simpatizante da doutrina e acrescentava: “a Juventude já foi avisada para tentar recrutá-la”.

Muitos fazem, também, afirmativas inverídicas quanto a pessoas, fatos ou coisas. Outros chegam até a confessar a prática de atos sexuais anormais. Alguns deixam entrever as suas tendências megalomaniacas, masoquistas e até sádicas. Todos enfim, revelam-se fanáticos, sem distinção do grau de instrução que possuem. Uns escrevem pouco (não somente pelo pequeno domínio da língua, mas talvez para não aludir a fatos pessoais); outros são de uma prolexidade sem classificação.

O Partido fez distribuir esquemas e roteiros para nortear a feitura das autobiografias. Num dos esquemas que apreendemos encontram-se as seguintes indagações: “Nome legal? Nome de guerra? Seu pai é operário, camponês, comerciante, ou o que é? Onde atua e que cargo ocupa no Partido? Que cargo ocupou anteriormente? Onde nasceu? Que idade tem? Se é casado ou solteiro? Quantos filhos tem? Seu salário mensal? Profissão de pai e mãe? Sua profissão atual e anterior? Data de entrada no Partido e onde foi e como entrou? Se já esteve desligado do Partido

e que? Se já esteve prêso, quando, onde foi, por quanto tempo, qual a sua posição na prisão? Já participou de luta de massa? Já discutiu e estudou o programa do Partido? Lê bem e escreve? Fez algum curso? Já passou por curso do Partido? A sua companheira é do Partido? é amiga ou simpatizante? Já pertenceu a outro partido político? Já pertenceu à Polícia? Quais as tarefas que você gosta mais no Partido?" Em seguida a essas perguntas, esclarece-se que elas não devem ser respondidas sim ou não, devendo os autobiografados fazerem descrição mais detalhada.

Os roteiros distribuídos foram mais minuciosos, divididos em seis partes, com vários itens cada uma delas. Havia mais de um modelo de esquema e de roteiros, porém, em linhas gerais, continham as mesmas indagações. Transcrevemos, em seguida, um dos modelos de roteiro que apreendemos:

"ROTEIRO PARA UMA BIOGRAFIA"

I

- a) — Seu pai é operário, camponês, assalariado agrícola, pequeno industrial, comerciante, ou o que? Há quanto tempo trabalhava em sua atividade profissional? Quais as suas inclinações para a política e a religião?
- b) — Sua mãe idem, idem.
- c) — Estão ou não de acôrdo com os seus pontos de vista político?

II

- a) — Local e data de nascimento.
- b) — Instrução.

III

- a) — Qual a primeira profissão e com que idade começou a trabalhar?
- b) — Qual ou quais as profissões exercidas por você?
- c) — Quais as emprêsas, fazendas, municípios, Estados, em que já trabalhou?

- d) — Participou de alguma luta de massa antes de pertencer ao Partido?
- e) — Pertenceu ou já filiou-se a algum Partido político antes de pertencer ao nosso Partido?

IV

- a) — Quando tomou os primeiros contatos com a literatura marxista ou com membro do Partido? Esses contatos foram através de lutas?
- b) — Quanto tempo esteve como simpatizante?
- c) — Quando foi recrutado para o P.? Como foi recrutado para o Partido? Logo que ingressou no Partido foi estruturado e passou a ter vida celular?
- d) — Quais as lutas de que já participou e que posição tomou?
- e) — Já esteve desligado do Partido? (Se esteve quais os motivos ou motivo)?
- f) — Quais as tendências manifestadas em você na sua vida de militante?
- g) — Já passou por cursos?

V

- a) — Quantas vezes já esteve preso? — Quais os motivos e condições em que foi preso? Foi submetido à tortura e processado? Qual a posição que assumiu na prisão? O camarada já teve ligação com a Polícia ou com policiais?

VI

- a) — Quais as aptidões na atividade do partido? Tem tido preocupações em elevar os seus conhecimentos políticos e o seu nível ideológico? Como tem orientado isto?
- b) — É casado, tem filhos? Qual a posição de sua companheira diante do Partido?
- c) — Quais os cargos que já ocupou e que ocupa hoje no Partido?

OBSERVAÇÕES: — êstes dados não devem ser respondidos secamente sim ou não. Êles devem ser desenvolvidos e tratando-se da parte correspondente

à vida partidária, com o espírito de exame crítico e autocrítico”.

Escusado se torna tecermos comentários detidos acêrca da orientação que o Partido procurou imprimir nas indagações feitas aos seus adeptos, simpatizantes ou membros. Sente-se, contudo, a preocupação tida de tomar conhecimento, mais ou menos minucioso, da vida familiar, religiosa, profissional e das tendências pessoais dos autobiografados. Nota-se o cuidado primeiro de penetrar naquilo que devia ser mais íntimo, mais pessoal, mais reservado. E, com isso, o Partido tira proveito do fanatismo de seus adeptos, ficando em seus arquivos com documentos onde tem a possibilidade de conhecer a vida íntima, a vida profissional e as tendências dos autobiografados, utilizando êstes dados nas situações mais diversas possíveis; empregar os biografados nas ações que se tornem necessárias e, para as quais, êles tenham inclinação; neutralizar suas pretensões para os postos de mando do Partido (haja vista o que tem acontecido em outras nações, onde os espurgos são os mais drásticos, atingindo os mais destacados membros), quando isto se tornar útil aos ocasionais dominantes ou detentores do poder e da direção, usar aquêles elementos, fornecidos pelos próprios indivíduos, em documentos devidamente assinados, para coagí-los quando pretenderem deixar o Partido ou se negar a seguir diretrizes que venham a ser determinadas.

Enfim, bem analisadas tôdas as questões possíveis, sente-se que as autobiografias, para os seus autores, serão sempre documentos prejudiciais, em face das normas de suas feitura, e, para o Partido, ou seus dirigentes da semana ou do dia, serão sempre peças utilíssimas, para os mais variados fins.

Sem comentários, transcreveremos, a seguir, algumas das autobiografias apreendidas. Não procuramos fazer seleção alguma entre elas, em face de seus autores, apenas transcrevemos algumas das mais simples e outras das minuciosas, para um melhor conhecimento do político”. (Estado de Pernambuco, Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Auxiliar, Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco, Recife, 1958, p. 89).

I

“Meus pais são de origem camponesa. Meu pai foi pequeno agricultor. Viveu em vários estados do país, exercendo as mais diversas profissões; músico do exército, vendedor de feiras, até seringueiro no Amazonas. Por fim, ingressou no quadro do funcionalismo público, onde se aposentou em 1944. Foi também secretário da Prefeitura, pequeno negociante, gerente de uma Fábrica de Beneficiamento de Algodão e gerente de um Bar e Restaurante. Hoje tem 68 anos. Foi adepto fervoroso da candidatura de José Américo, em 1936, depois Getulista até 1951. Hoje é simpatizante nosso. Nunca teve religião; depois de 1945, começou a se interessar pelo espiritismo, sendo hoje um fanático. Minha mãe, também era de origem camponesa. Seu pai era pequeno agricultor e criador, e também negociante, se não me engano. Minha mãe nunca exerceu profissão alguma. É católica, mas não pratica. Iniciou-se na política por minha causa, sendo simpatizante nossa. É mais entusiasmada do que meu pai por nossa causa; sendo eu, entre 7 irmãos, o filho mais estimado e admirado por meus pais, exerci grande influência sobre todos; dois irmãos entraram no Partido, 1 na Juventude.

II

Nasci na cidade de Frei Paulo, no Estado de Sergipe, no dia 12 de abril de 1927. Tenho, portanto, 26 anos.

Fiz o curso primário em escolas particulares. Fiz o curso ginásial (4 anos) no Colégio Tobias Barreto, em Aracajú, capital do Estado, sendo 3 anos como interno e 1 externo. Estudei 2 anos para Contador, 1 ano na Escola de Comércio “Milton Pôrto”, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, e 1 ano na Escola de Comércio “Conselheiro Orlando”, em Aracajú. Frequentei 2 anos os cursos científico e clássico, do Colégio Estadual de Sergipe. Tirei, por cor-

responsdência, um curso de Guarda-livros e outro de Jornalista.

III

Trabalhei pouco mais de um ano como sapateiro, quando tinha a idade de 11 anos (1938-1939). De 1940 a 1944, não exerci profissão nenhuma. Estudava apenas. Em 1944, empreguei-me na Fábrica de Móveis Testa, na cidade de Uberlândia, como auxiliar de escritório, com o salário de Cr\$ 350,00, mais tarde aumentado para Cr\$ 450,00 mensais. Em 1945, saí dessa fábrica e fui trabalhar na Fundação Brasil Central (organização do Govêrno Federal), como “guarda-livros”, com um salário mensal de Cr\$ 600,00; meses depois aumentado para Cr\$ 1.000,00, e no fim do ano para Cr\$ 1.500,00. Em meados de 1946, passei a trabalhar nos Entrepostos Comerciais de F.B.C. Ltda. (sociedade mista — capitais do govêrno e de particulares), com o mesmo salário e no mesmo cargo. Em novembro de 1946, regressei a Sergipe (havia adoecido — estando com os pulmões ameaçados e minha família insistia no meu regresso). A serviço da Fábrica de Móveis e da Fundação Brasil Central, viajei várias vêzes por diversas cidades do Estado de Goiás. Em 1947, passei a trabalhar numa firma da qual meu pai era sócio, com o salário de Cr\$ 800,00.

Em agôsto de 1942, participei das manifestações de ruas contra os torpedeamentos dos nossos navios nas costas de Sergipe e por declaração de guerra ao Eixo. Nessas manifestações, ouvi falar nos comunistas, mas não dei a menor importância (havia sido prêso, entre outros, o fiscal do meu colégio como chefe vermelho do movimento). Em 1945, participei, como estudante, das manifestações de ruas, passeatas e comícios em regosijo pela derrota do nazismo. Nessas manifestações sentia mais de perto a presença do Partido, através de seus oradores nos comícios, e já começo a me preocupar por isto, procurando tomar conhecimento de sua literatura.

Em 1945, ainda, passei a participar ativamente do movimento estudantil. Participei da organização da União dos Estudantes de Uberlândia, sendo o seu

primeiro presidente (por indicação dos comunistas) numa chapa de unidade da qual o Partido participava. Foi nesse movimento, que tomei os primeiros contatos pessoais como militante do Partido, conscientemente — Sebastião, Eurípedes, Lídia, Abdelnur, etc. e passei a atuar sob sua influência e direção. Também na Fundação Brasil Central onde trabalhava, trabalhavam também o Silo Meireles, Quintino de Barros, Fontoura, José Brasil, Herculino Cascardo, e outros ex-revolucionários que vieram mais tarde a trair o Partido. Nesse período, não compreendi, inicialmente, a política de União Nacional preconizada por Prestes, e deixei-me influenciar pelo Silo Meireles, apoiando-o pela imprensa, onde colaborava regularmente (Diário de Uberlândia). Mas, com a vista de Prestes à cidade, em novembro, em propaganda da candidatura de Yêdo Fiuza, voltei atrás e passei a apoiar integralmente o Partido, votando também em seus candidatos.

Em 1946, como Presidente da União dos Estudantes de Uberlândia, fundamos o jornal “Mocidade Livre”, e levantamos a luta por diversas reivindicações estudantis. Por isto fui expulso da Escola onde estudava. Neste ano, os meus contatos com o Partido eram mais estreitos, inclusive com dirigentes; Nelson Cupertino, Jorge Cury, Fernando Magalhães, Roberto Margenari (hoje é vereador naquela cidade), etc. Regressando no fim do ano a Sergipe, entrei em contato com o Partido, através de ex-colegas meus que eram militantes: Everaldo Valadares, José Rosas de Oliveira Neto, etc.

Em 1947, ingressei novamente no movimento estudantil. Liderei uma luta de massas contra as perseguições e a disciplina fascista reinante na Escola de Comércio. Houve até paralização das aulas. A Cavalaria da Polícia cercou a Escola vários dias, para impedir a nossa atuação, fêz-se comícios relâmpagos. Por isto, fomos, eu e o Everaldo Valadares, suspensos por um ano das atividades escolares. A luta não foi cem por cento vitoriosa, porque o Partido impediu maior consequência (falava sempre: “não topar as provocações”, etc., palavras de ordem daquela época). O próprio Valadares foi severamente criticado

pelo Partido por causa do comício relâmpago em que falou. E no dia de decisão da luta, quando a Congregação estava reunida secretamente, mobilizamos a massa (centenas de estudantes) que queria invadir a escola para assistir aos debates e dêles participar. Mas o Partido não permitiu, e a massa ficou de fora esperando o resultado. É claro que, naquela época, concordei plenamente com isto. Também com o Everaldo, organizamos um ato solene, no Colégio Estadual de Sergipe (suspendendo inclusive as aulas) em homenagem à memória de Roosevelt. Nesse ato, falei, citando Lênin e Stalin e desmascarando a política de guerra de Truman. Foi um escândalo!

Antes de ingressar no Partido, nunca pertenciam nem me apaixonei de nenhum Partido político.

IV

Em 1948 (no mês de abril) pedi para ingressar no Partido. Passei, portanto 3 anos como simpatizante, sendo estruturado na Célula Luiz Carlos Prestes, do Colégio onde estudava; éramos eu, o Everaldo e o José Rosas. Mas só reuni nesta célula duas vezes, pois fui logo entrosado num organismo (uma espécie de comissão de massas) responsável pela campanha do petróleo no Estado. Mas fui eleito pela célula, como delegado, para a Conferência Estadual de reestruturação do Comitê Estadual. Não tive, desta forma, vida celular.

Em 1948, sindicalizei-me por indicação do Partido. Liderei uma luta dos comerciários por aumento de salário — fizemos várias assembleias e fômos ao dissídio. Fui eleito na lista tríplice para vogal, mas a reação cortou.

Preparamos o II Congresso Estadual dos Estudantes, no qual participei ativamente, liderando a ala progressista que era a maioria. Elegemos a diretoria. Organizamos uma Comissão de Estudantes em Defesa do Petróleo, e lançamos a campanha em um ato solene, no qual discurssei em nome da comissão. Mandamos convidar o Cel Artur Carnáuba; realizamos um grande ato público, o qual também falei e organizamos o Centro Estadual de Defesa do Petróleo, do qual era

secretário geral. Em 48, 49 e 50 realizei dezenas de comícios e conferências nos bairros da capital e em várias cidades do interior, organizando Comissões de Bairros e Centros Municipais. Fui eleito no Congresso Estadual como delegado ao Congresso Nacional, onde apresentei em nome da delegação o relatório de nossas atividades. Na volta, realizamos vários atos, comícios e conferências, de prestação de contas.

Em 1949, fui designado, com mais dois camaradas (que nada fizeram) para organizar a luta em defesa da paz e da cultura. Realizamos um ato público, elegemos a diretoria, da qual era um dos membros. Com Walter Sampaio (hoje em São Paulo) e Nelson Araújo (na Bahia, mas desligado do Partido) recebemos a tarefa de organizar os escritórios e fundar uma revista literária. Realizamos um ato público, elegeu-se a diretoria da Associação dos Escritores, da qual fazia parte. Fundamos a revista "ÉPOCA", da qual era redator-chefe. Fui designado para preparar o III Cong. Estadual dos Estudantes. Com a colaboração de alguns estudantes simpatizantes, realizamos o Congresso, de cujos debates participei ativamente. Várias sessões foram realizadas sob acintosa interferência policial, sendo as últimas sessões secretas, para evitar a minha participação, pois não era delegado. Minha posição sectária (embora tivéssemos conquistado uma série de vitórias políticas nas doses e resoluções) levou a que pedêssemos a eleição da diretoria.

Em 1952, participei ativamente da campanha eleitoral, para eleição de Prefeito da Capital. Organizamos a Frente Popular pela Paz e Contra a Carestia (cúpula) e apresentamos um candidato. Realizamos vários comícios. Nesses comícios, falava em nome do Partido. Foi uma campanha excessivamente sectária, por culpa principalmente minha, maior responsável no Estado. Nos meus discursos, falava demais em revolução, na derrubada do governo de Getúlio, e na instauração de um governo democrático popular, cujo programa popularizamos. Mas dizia que eleição não resolvia nada, e repizamos demais nisso. A massa não votou no nosso candidato, mil (1000) votos apenas. Mas a campanha foi decisiva para o desmascaramento do trabalhismo — a sua votação

caiu em 50%, e o candidato foi derrotado. Além do mais, lançamos o nosso candidato num comício no dia do trigésimo (30.º) aniversário da fundação do Partido, em frente ao quartel do Exército. No comício de encerramento, no centro da cidade, compareceram umas 5 mil pessoas. O General Mayard Gomes com seus correligionários, tentou dissolvê-lo na hora em que eu estava falando. Grande parte da massa correu, em pânico. Continuei falando, o povo reagiu e o comício continuou.

Nunca estive desligado do Partido.

Em minha atividade partidária, tenho revelado sérias debilidades. Auto-suficiência: — sempre me julguei um sabe-tudo, e que tudo podia resolver sozinho. Gostava de dar a última palavra em tôdas as discussões e debates, contrariava-me sempre quando as resoluções não seguiam minha opinião. Mas as cumpria sempre.

Individualista: A minha auto-suficiência, levava inevitavelmente ao individualismo. Subestimava, o trabalho coletivo. Gostava de opinar levianamente sobre todas as questões, e era meio caudilho em minha maneira de comandar os que trabalhavam comigo.

Sectário: Embora todo o meu passado fôsse de líder de massas, e tivesse um jeito especial de trabalhar com ela, depois do Manifesto de Agosto, virei um sectário impedernido, pensando que o dia da revolução estava marcado, que estava tudo pronto. Mas com a ajuda dos camaradas, melhorei muito, e voltei às posições antigas.

Praticista: — preferia fazer tudo pessoalmente. Basta dizer que, já secretário estadual, saí para colar manifestos ilegais do Partido, fazer pichamento. Era comum receber a quota de Vóz para o Estado, contar, fazer os pacotes e sair entregando às bases. Havendo dificuldades de tipógrafos para o nosso jornal (em vista da reação política) meti-me dentro das oficinas, aprendi a profissão e meti a preparar o jornal; escrevia, compunha, paginava e imprimia, juntamente com outros.

Ilusões de Classe: sempre alimentei ilusões de classe e falta de vigilância revolucionária. Ainda hoje sofro dêsse mal. Morei mais de 2 anos nas ofi-

cinas de nosso jornal, onde tinha todos os documentos do Partido. Reunia-me nas casas mais queimadas. Só depois que passei por um curso e que veio o Informe de Arruda, comecei a melhorar, mas muito lentamente. Também não conhecia as mínimas normas do trabalho conspirativo, e nunca fui ajudado nesse sentido, enquanto atuava em meu Estado. Reuni o Comitê Estadual na casa em que morava, o secretariado nas oficinas do jornal e em casa queimadíssima ligada ao S. Mi.

Ésses, alguns aspectos de minhas debilidades. Mas, sempre fui revolucionário em minhas atividades, e homem de Partido, pois nunca olhava para os meus interesses pessoais ou de família, nunca fiz cara feia diante de qualquer tarefa, sempre fui entusiasta. Nunca o desânimo tomou conta de minha pessoa.

Sempre lutei pela unidade do Partido, seu centralismo e sua disciplina, sua linha política, como eu a entendia, é claro. Sempre fui intransigente contra os oportunistas e charlatões e utilizei sempre a arma da crítica. Mas sempre fui débil no uso da autocritica.

Em junho de 1951, passei por um Curso de 8 dias, em Salvador. Foi depois dêsse curso que comecei realmente a melhorar minhas atividades, a atacar duas questões fundamentais: construção do Partido (mas ainda sem concentrar) e elevação do nível político.

V

Fui prêso em abril de 1949. A reação forjou um processo contra a diretoria da Associação de Defesa da Paz, procurando atingir principalmente a mim e ao Dr. Armando Domingues. "Convidado" várias vêzes a comparecer à Polícia para prestar declarações, recusei-me. Fui prêso, então, em minha residência, por 6 *tiras*. Não resisti, nem protestei e disse que não fazia declaração nenhuma. Mas terminei fazendo, depois que vi que era sôbre a Associação da Paz. Em minhas declarações, procurei defender a legalidade dos atos da Associação e desmascarar a farsa. Como a farsa era mais sôbre a renda de um festival de um Circo em benefício da Campanha da Paz, procurei mostrar que eu não era o Tesoureiro e não tinha nada

com aquilo. Uma posição falsa a que tomei. Assinei o depoimento sem lêr. Fui prêso ao meio dia, e sôlto no dia seguinte à tarde. Figuei incomunicável e sem alimentação. Fui sôlto por pressão popular. Até o Procurador do Estado, amigo pessoal meu e colega da Associação de Escritores (êle era o Presidente) protestou e exigiu minha liberdade. Sôlto, liguei-me ao Partido e apresentei relatório verbal da minha posição. Denunciei públicamente a violência.

Em maio de 1949, fui sequestrado por 3 *tiras*, no centro da cidade, ilusões de classes: sabia que a reação andava me procurando. Protestei e resisti fisicamente à prisão. Mas não fui suficientemente enérgico, nem apelei para a massa que se aglomerou. Fui jogado num automóvel de praça e levado para o mato fora da cidade. Fui espancado barbaramente durante mais de 20 minutos, nos pulmões, rins e nádegas. Êles usaram uma tira de pneu de automóvel e casse-tetes de borracha. Queriam saber das minhas atividades no Partido e de quem eu recebia ordens. Nada declarei. Não vacilei um só minuto. No meio do espancamento, tentei fugir, mas êles puzeram as armas diante de mim. Deixaram-me caído no chão, quase desmaiado, com o corpo cheio de lesões. Por causa disto meus pais caíram em pânico e exigiram que abandonasse o Partido. Não fiz concessão, e êles me puzeram para fora de casa. Passei a residir nas oficinas do jornal, que tinha sido empastelado naqueles dias.

Em novembro de 1949, voltando o nosso jornal a circulação, a polícia cercou a sua redação e os *tiras* tentaram fechá-la. Assumi o comando do protesto e fizemos os *tiras* desistirem.

Em 1950, na cidade de Itabaiana onde fui dar assistência, a polícia tentou me prender. Encontrando-me no Bar de um parente meu (ilusão de classe), o destacamento policial da cidade cercou a casa e um sargento me "convidou" a comparecer à Delegacia. Protestei, apoiado pela massa, e não atendi. Desistiram. Ainda nesta cidade, poucos meses depois, em outra assistência que fui dar, quando saía de uma reunião às 11, 1/2 da noite (ilusões — podia ter dormido no local) fui cercado por 6 soldados e pelo major comandante do destacamento. Recebi ordem de prisão.

Não atendi e protestei. Iniciou-se uma luta desigual; eu contra todos, aos socos, ponta-pés, etc., ao mesmo tempo em que protestava em altas vozes. O povo acordou e veio à rua. Apelei para o povo, que assumiu a minha defesa. Depois de uns 30 minutos de luta de rua, puzemos todos os bandidos em fuga, depois de dar-lhes muitas pancadas. Fui ferido de sabre e fiquei todo machucado, além dêles terem rasgado minhas calças, ficando praticamente de cuecas no meio da rua. Recebi a mais entusiástica solidariedade de dezenas de pessoas da cidade que compareceram ao local.

Em 1952, uns 30 *tiras* e soldados invadiram as oficinas do nosso jornal, onde se encontrava eu e um gráfico nosso. Quizeram empastelar. Protestei e êles recuaram. Quizeram nos levar prêsos, mas diante dos protestos recuaram. Mas levaram tôda a edição em preparo, além de milhares de volantes. Em setembro, dêste mesmo ano, às 2 horas da manhã, invadiram as oficinas do nosso jornal, armados de fuzís, espadas, machados e canos de ferros, empastelando e incendiando tudo. Éramos 5; eu, Antonio Muniz e mais 3. Quando a polícia bateu na porta, e mandou abrir, os 3 correram pelos fundos. Ficou só o Antônio Muniz que me acordou. Neguei-lhes a abrir a porta, e procurei logo as armas para resistirmos. O Antonio Muniz estava em pânico que não teve nem coragem de fugir. Sabendo que eu resistiria, antes de acordar tirou as armas do lugar certo e escondeu-as. Além disso, como exigisse as armas dêle, êle agarrou-se comigo para impedir que as procurasse, ferindo-me nos braços e nas mãos. Nesse ínterim, os *tiras* arrombaram a porta e fizeram o serviço. Fômos. Só eu protestei e fui arrastado. Na cadeia protestei para não ser jogado no cubículo. Mas fômos. Lá discuti com o camarada! Nada dizer, nada declarar; continuar protestando e exigindo a liberdade. Fui separado e pôsto em cubículo isolado. Protestei e exigi dormida. No dia seguinte fômos interrogados. Nada declarei, protestando contra o banditismo do govêrno e exigindo a nossa liberdade. O Antônio Muniz, fêz algumas declarações, mas não assinou. Fômos soltos nesse mesmo dia, diante da indignação popular.

Estou incluído no processo de dezenas de civis, no meu Estado, mas não sei detalhes. Estou incluído no processo dos militares da 6.ª zona da Bahia e Sergipe, pronunciado em 4 anos e 6 meses

VI

Sinto-me bem em qualquer tarefa do Partido, seja “grande” ou “pequena”. Sempre fui assim. Mas sinto um prazer especial, e são estas as minhas aptidões, pelo trabalho de agitação e propaganda; comícios, conferências, e, principalmente, jornalismo.

Como já disse acima, sempre gostei de lêr. Mas tenho estudado muito pouco. Daí a superficialidade dos meus conhecimentos políticos e teóricos. Nunca planifiquei a elevação de meu nível. Só agora estou pensando sèriamente nisto, e estou iniciando o estudo de “Problemas Econômicos de Socialismo na URSS”, mesmo assim com muita irregularidade.

Não sou casado. Mas sou noivo desde o ano passado com a camarada E., encarregada do Trabalho Feminino no Estado. Estava com o casamento acertado. Não passei para ilegalidade. Além disso, o pai dela foi prêso e traiu o Partido (êle era membro do Comitê Estadual), e ela também foi prêsa (passou quase 2 meses) para dar conta de mim principalmente. Segundo sabe a direção, ela afirma que não fêz declarações contra o Partido ou qualquer camarada, e que continua firme com o Partido. Mas também que o número de traidores lá do Estado, é grande e há uma confusão danada. Gosto muito dela e desejo casar-me, contanto que o inquérito que o P. está realizando conclua que ela, realmente é digna do título de membro do Partido. Isto é claro. Quero fazer aqui autocrítica de mais um êrro grave de minha parte, com relação a vigilância revolucionária; quando passei para a ilegalidade e pouco depois fui enviado para a Bahia, comuniquei a ela e dei o meu enderêço, correspondendo-me regularmente. A direção do P. da Bahia sabia disto. Quando ela foi prêsa, não tomei nenhuma medida; continuei na Bahia, pois quando vim para aqui, o camarada Gabriel me ajudou neste sentido. Já disse à direção, e quero reafirmar; não há nenhum proble-

ma com êsse noivado. Pouco me preocupo com êle (passei quase 6 meses sem escrever para ela). Mas não há dúvida que necessito me casar, e que o casamento irá contribuir para uma melhor atuação minha. Seja com ela, ou com outra camarada. Por isso é que acho que deve haver maior interêsse nosso em definir êsse caso.

Ocupei vários cargos no Partido. Em 1948 e 1949, atuei na Comissão de Massa do Comitê Estadual, responsável pela campanha do Petróleo, da paz e do trabalho dos intelectuais. Uma debilidade central caracterizou a minha atuação nessas frentes; centralizei os trabalhos em minhas mãos, pouco contribuindo para a formação de novos quadros; quando trabalhava para o petróleo, a paz ficava parada.

Em 1949, ainda, fui secretário de Massas do Comitê Municipal da Capital e Secretário de Massas do Comitê Estadual, mas na prática continuei trabalhando como antes, e dando algumas assistências. Em 1950, passei para a Secretaria de Agitação, mas continuei ligado ao trabalho de massas. Em 1951, depois do curso, passei a Secretário Político. Passei a trabalhar um pouco melhor, como comandante, não pelo cargo, mas porque tinha passado pelo curso que representou uma virada séria em minha vida. Comecei a ajudar politicamente melhor o Partido em seu conjunto e a sua construção. Fui o organizador da Juventude no Estado, mas meu passado de estudante e meu baixo nível, fêz com que a Juventude ficasse só nos colégios. Além disso, a minha ajuda levou a que a Juventude fôsse um pequeno Partido de Jovens. Só em 1952, iniciei uma virada em minha assistência a essa organização. Fui também o organizador do Trabalho Feminino (de suas células e do seu trabalho de massas) isso em 1952. Em agosto de 1952, passei para a ilegalidade, pois o serviço secreto andava (e anda) a minha procura. Continuei assistindo aos organismos que estavam sob minha responsabilidade, mas não podia continuar. Fui então, por resolução da direção, para a Bahia, passando a atuar na Secretaria Política do Comitê Municipal e também na Secretaria de Organização, durante 4 meses. Em 1953, vim para êste Estado, indo atuar na Comissão de Organização

do Comitê Estadual. Uma debilidade central caracterizou minha atuação na C.O.; não assumi o comando, como devia. Em abril, fui promovido para a Secretaria de Agit. Prop., do Comitê Estadual. Uma promoção audaciosa, apesar das qualidades positivas que possuo. A tarefa é muito grande para mim, e exige um esforço permanente para me colocar à altura. Duas debilidades têm contribuído para eu não avançar mais; a 1.ª; falta de experiência de comando, de direção política. Atrás, mostrei aos camaradas que sempre fui um praticista impedido. Passar agora a ser comandante político, viver estudando os problemas do Partido e das massas, para poder ajudar politicamente o Partido a levar a sua linha à prática, é evidentemente um salto muito grande; isto me tem criado certos embaraços, mas estou certo que, com a ajuda dos camaradas superarei. A 2.ª; são as ilusões de classe que ainda alimentou, a falta de vigilância revolucionária. Foi o que aconteceu, por exemplo, na greve de Moreno, em fevereiro deste ano. Tendo ido para lá assistir o Partido durante a greve, fiz várias ligações com camaradas, grevistas e queimado no meio da rua e reuni em casas queimadas, quase caindo. Foi o que aconteceu em minha assistência ao Agreste e Sertão; liguei-me várias vezes em casas queimadíssimas, e hospedei-me durante vários dias nelas. Foi o que aconteceu com o curso, e com minhas ligações na casa do Diretor do jornal. O fato, camaradas, é que ainda não me adaptei ao trabalho ilegal, a pegar um camarada ligado a mim, discutir, traçar diretivas e soltar 3, 4 ou mais dias, acostumado que estava a viver em permanente contato com todo o Partido, em meu Estado. As referências que posso dar sobre minha atuação: Camarada Nelson Schaun, atuou comigo na direção do P. em Sergipe e o camarada Nolito (ambos estão na Bahia); o camarada Armando Domingues (está na Bahia, mas não atua). Os camaradas Aluizio Sampaio (está em S. Paulo), o camarada Nelson que atuou comigo na Bahia, e o estudante de direção nacional no Es.

Tem ainda os camaradas Antonio Lisboa e Lidio Santos que atuaram comigo em postos de direção (não sei onde se encontram pois tinham abandonado as

tarefas, foragindo-se do Serviço Secreto). Na Bahia, atuei com o nome de Hugo. Além disso, os camaradas citados na Biografia, também podem dar informações; Everaldo está em S. Paulo; José Rosas, em Sergipe; e os outros em Uberlândia, Minas Gerais" (Op. Cit. p. 100).

Este exemplo característico, colhido entre vários que encontramos no Relatório de Pernambuco, comprova a aplicação de técnica de "lavagem-cerebral" na educação partidária dos comunistas em nosso País. Depara-se-nos, a todo o momento, manifestações típicas desse processo de deformação mental para a inoculação da doutrina marxista-leninista, assegurando, por sua íntima penetração na personalidade do indivíduo, a obtenção daquele misterioso e freqüente aspecto da conversão comunista; a sua irreversibilidade, a sua marcante identificação psicológica.

8. A TÉCNICA DA LAVAGEM-CEREBRAL

A técnica da lavagem-cerebral, utilizada amplamente na propaganda comunista é hoje um dos assuntos mais discutidos em matéria de psicologia. Embora praticada em todos os países pelos marxistas-leninistas em sua doutrinação ideológica, sob as formas e graus mais diversificados, é ainda imperfeitamente conhecida mesmo por seus principais experimentadores.

Sobre o assunto vamos reproduzir o artigo "Violação das Mentes" da autoria do General Alberto de Assunção Cardoso, publicado na Revista Militar Brasileira, Ano I, Ns 1 e 2, Jan a Jun 63, vol LXXV.

"Ivã P. Pavlov já era um nome universalmente consagrado quando os comunistas tomaram o poder, na Rússia. Em 1904, fôra distinguido com o Prêmio Nobel de Fisiologia.

Ao ser implantado o regime vermelho em sua pátria, Pavlov realizava, com sucesso, importantes experiências.

Avêso ao marxismo-leninismo, não quiz, contudo expatriar-se. Não concebia viver fora da "Mãe Rússia". Fêz de Coltuche, a sua aldeia, um verdadeiro retiro. E alí, sem recursos, viu morrerem de frio e fome seus últimos cães, animais que usava nas famosas experiências.

Aconteceu, então, o inesperado: o velho cientista foi convocado para uma entrevista pessoal com Nicolau Lenine, o chefe principal dos revolucionários.

Pavlov teve de expor minuciosamente tudo que fizera, em seus trabalhos científicos. Mas o que particularmente interessava ao líder vermelho era a possibilidade de aplicar-se ao homem a teoria pavloviana.

O grande pesquisador nem regressou à sua casa. Foi instalado no próprio Kremlin, tendo à disposição todos os recursos para satisfazer às demandas de Lenine. Três meses depois, ao ler o manuscrito de 400 páginas apresentado por Pavlov, como relatório, Lenine exclamou:

“Está salva a revolução. Estas descobertas garantem o futuro do comunismo mundial”.

A Teoria

Em resumo, a teoria de Pavlov é que o comportamento individual resulta de “reflexos”, elaborados segundo as solicitações dos instintos básicos, e que se desencadeiam diante de acontecimentos exteriores com função de “estímulos”.

Os reflexos seriam de duas ordens: naturais e condicionados.

Os primeiros determinam atos como o piscar de olhos, quando deles se aproxima inesperadamente qualquer objeto. São reflexos espontâneos não suscetíveis de se ensinar ou aprender. Pertencem à raça, à espécie; constituem sua herança imemorial.

Os reflexos condicionados, ao contrário, são induzidos por influências estranhas, podem ser provocados por uma vontade alheia.

A clássica experiência de Pavlov foi, em linhas gerais, a seguinte:

O volume de saliva de um cão, medido com rigor, aumentava até certo nível, quando se oferecia alimento ao animal; era um reflexo natural.

O mesmo acontecia quando, ao apresentar-se a ração, se fazia soar uma campainha ou acender uma luz. E também, finalmente, quando eram acionados êsses “estímulos”, mesmo sem estar presente a ração.

O reflexo fôra “condicionado”; o aumento de salivagem se processava à vontade do experimentador.

Pavlov descobriu que é possível criar a “inibição”, a um reflexo natural. Desorientado por uma série de “alarmes contraditórios” — campainha e ração juntas, só a campainha, só a ração — e submetido a grande tensão, o animal acabava de mostrar-se indiferente a tudo: mesmo definhando, perdia o interesse pelo alimento.

O grande pesquisador nem regressou à sua casa. Foi instalado no próprio Kremlin, tendo à disposição todos os recursos para satisfazer às demandas de Lenine. Três meses depois, ao ler o manuscrito de 400 páginas apresentado por Pavlov, como relatório, Lenine exclamou:

“Está salva a revolução. Estas descobertas garantem o futuro do comunismo mundial”.

A Teoria

Em resumo, a teoria de Pavlov é que o comportamento individual resulta de “reflexos”, elaborados segundo as solicitações dos instintos básicos, e que se desencadeiam diante de acontecimentos exteriores com função de “estímulos”.

Os reflexos seriam de duas ordens: naturais e condicionados.

Os primeiros determinam atos como o piscar de olhos, quando dêles se aproxima inesperadamente qualquer objeto. São reflexos espontâneos não suscetíveis de se ensinar ou aprender. Pertencem à raça, à espécie; constituem sua herança imemorial.

Os reflexos condicionados, ao contrário, são induzidos por influências estranhas, podem ser provocados por uma vontade alheia.

A clássica experiência de Pavlov foi, em linhas gerais, a seguinte:

O volume de saliva de um cão, medido com rigor, aumentava até certo nível, quando se oferecia alimento ao animal; era um reflexo natural.

O mesmo acontecia quando, ao apresentar-se a ração, se fazia soar uma campainha ou acender uma luz. E também, finalmente, quando eram acionados êsses “estímulos”, mesmo sem estar presente a ração.

O reflexo fôra “condicionado”; o aumento de salivagem se processava à vontade do experimentador.

Pavlov descobriu que é possível criar a “inibição”, a um reflexo natural. Desorientado por uma série de “alarmes contraditórios” — campainha e ração juntas, só a campainha, só a ração — e submetido a grande tensão, o animal acabava de mostrar-se indiferente a tudo: mesmo definhando, perdia o interesse pelo alimento.

Aplicação

Os soviéticos deram grande desenvolvimento a êsses estudos, com o fito, porém, de colhêr da teoria pavloviana os frutos revolucionários que poderia dar.

Ao mesmo tempo de Stálin, foram criados o “Conselho Científico dos Problemas Conexos à Teoria Fisiológica do Acadêmico I. P. Pavlov” e a “Frente Pavloviana” — ambos dedicados à aplicação política dos trabalhos relatados.

Hoje, o processo brutal pode ser impôsto tanto a indivíduos quanto a coletividade. Para que produzam os resultados mais profundos e duradouros, exige a subjugação absoluta de suas vítimas. Esta condição encontra seu melhor clima nos países sob domínio totalitário, em que a minoria colocada no poder controla irrestritamente as populações.

Entretanto, a técnica já pode ser aplicada, em benefício de um regime revolucionário, sôbre indivíduos e povos além de sua órbita!

Eduardo Hunter, o criador da expressão “lavagem do cérebro” em outras partes do mundo, e agora vejo ocorrer exatamente o mesmo aqui na América.

.....
A guerra mudou de aspecto. Os comunistas descobriram que um homem morto a tiro é inútil; não extrai carvão; uma cidade destruída é inútil: suas fábricas não produzem tecidos.

O objetivo da guerra comunista é capturar a mente e as propriedades de um povo, a fim de poder explorá-las.

.....
Os Estados Unidos são o principal campo de batalha nesta guerra vermelha. Refiro-me especificamente ao povo, ao solo e aos recursos dos Estados Unidos”.

Bases

O “estrupe da mente”, um dos nomes dados à técnica de condicionamento de seres humanos, assenta-se em bases cujo valor já é indiscutível.

Meerloo, médico e psicólogo holandês, autoridade de primeiro plano nestes estudos, diz que o processo se desenvolve em quatro fases:

1.a - Colapso forçado ou “descondicionamento”;

Ê o trabalho de romper os laços com o passado, de apagar os reflexos que enformam o comportamento da “cobaia”.

2.a - Submissão; identificação positiva com o inimigo:

Depois do colapso, estimula-se o desenvolvimento do “ego parasita”, à feição do opressor. Daí em diante, a vítima se transforma num aparêlho, pronto para funcionar segundo o desejo do manipulador.

3.a - Recondicionamento:

Explorando a situação, anterior, o inimigo recontrói, a seu talento, a mente do robô. Êste se torna incapaz de distinguir seus pensamentos originais dos que lhes são impostos.

4.a - (Eventual) — Libertação:

Substituída à ação do violador, a vítima recupera-se gradualmente. Mostra-se perplexa pelo que lhe aconteceu e, principalmente, pelo que fêz. Algumas vezes é prêsã de psicopatias graves.

No decurso da “domesticação”, utilizam-se estímulos positivos (recompensas) e negativos (punições), que correspondem aos afagos e torrões de açúcar ou à chibata e castigos comuns no adestramento de animais.

Entre as punições arrolam-se, principalmente, a privação de sono, de alimentos, de agasalho, o excesso de trabalho, os obstáculos à satisfação das menores necessidades.

Como estímulos positivos contam-se pequenas liberalidades no tratamento, refeições melhores, etc.

Meerloo consigna ter sido uma verdadeira obsessão, nos campos de prisioneiros submetidos ao estrupo da mente, as reminiscências sôbre banquetes, pratos domésticos e outras do gênero.

Durante todo o processo, tem-se em vista fazer aflorar os traços psicológicos mais profundos, aguçá-los, torná-los o dínamo da subvida das "Cobaias".

São particularmente visados:

— *Instinto de conservação*

Quando exacerbado, principalmente em pessoas psiquicamente imaturas, pode conduzir à submissão completa, contanto que esta pareça proteger tais indivíduos.

No terreno político, leva ao anseio pelo "estado-útero" — expressão de Meerloo — onde o "feto" troca a liberdade por uma ilusória sensação de proteção.

A busca do êxtase, a fuga à realidade, é outro aspecto que pode tomar esta ânsia de defesa. A facção que conseguir dar forma a tal desejo — por meio de rituais demonstrações coletivas ou até de drogas — dominará os que não podem, por si sós, realizá-lo.

Noutro sentido, derivam do mesmo instinto de conservação os "impulsos destruidores" contra tudo que, no julgamento do indivíduo, represente perigo ou ameaça. Mais um passo, e têm-se como legítimas a delação, a espionagem, a crítica e até, por um mecanismo bastante complicado, a autocrítica.

— *Instinto gregário*

Espicaçado ao máximo, desperta o desejo mórbido de conformar-se, render-se, ser aceito, pertencer a um grupo — mesmo ao opressor. Essas tendências contrariadas pelo terrível isolamento a que são submetidas as "cobaias", chegam a cristalizar-se, surpreendentemente, até uma espécie de afeto pelo interrogador, doutrinador ou verdugo.

— *Instinto de predomínio*

A vontade irrefreada de ganhar posição, prestígio, mando, também facilita o condicionamento.

— *Conflitos emocionais*

Muitos dêles geral “sentimentos de culpa” e, por consequência, o desejo inconsciente de aviltar-se à condenação, castigar-se.

Um caminho certo para esta degradação, perante a comunidade, é colaborar com o inimigo.

Ainda entre as bases do “tratamento”, inclui-se a criação do ambiente de aguda tensão, que tanto favorece o rompimento dos laços com o passado.

Estão entre os recursos utilizados:

— *Isolamento*

Impedido de qualquer outro contato, ouvindo, lendo e assistindo somente o que lhe é impôsto, numa repetição propositadamente monótona e enervante, o indivíduo se apaga para a vida anterior.

O vazio resultante é preenchido, quase sem esforço, com as novas noções, inoculadas pelo inimigo.

— *Insegurança, terror*

Tudo pode acontecer, com motivo ou sem êle, num ambiente de terror.

O incentivo à espionagem e à delação extingue a confiança e o afeto entre todos. Pais e filhos se vigiam; os amigos se temem.

Mesmo que, no íntimo se continue a repudiar a doutrina imposta, satisfaz ao inimigo que apenas se proceda de acôrdo com ela.

Acusações absurdas, “expurgos” colossais são parte do maquinismo de terror. Todos pensam. “Se acontecer a F”. (em geral pessoa de destaque), “também pode acontecer a mim”.

Reina então o silêncio, a passividade, o conformismo.

— *Acumpliciamiento*

Encaminhado à perpetração de delitos, assassínios, genocídios, o povo ou o indivíduo se liga indissolúvelmente, qual um cúmplice, aos mandantes ou beneficiários dos crimes.

Depois, uma necessidade íntima de justificação leva a crêr que a “causa” merece, realmente, todos os sacrifícios.

— *Distorções semânticas; falta de lógica*

A deturpação sistemática do sentido de palavras e fatos gera, primeiro, a confusão; e depois, por ser o homem eminentemente comodista, a aceitação da tese mais vulgarizada. Isto tem ocorrido com os vocábulos “patriotismo, democracia, nacionalismo, auto-determinação, imperialismo, soberania”, etc., e com os acontecimentos históricos por êles descritos.

São estas “palavras de ordem”, “slogans” e princípios dogmáticos que vão funcionar como “estímulos”, verdadeiras campainhas de Pavlov. A sua simples enunciação, ou diante das situações que lhes correspondem, desencadeia-se o reflexo condicionado, muitas vezês sob a forma, tão só, de atitude mental favorável à revolução.

E o indivíduo e o povo passam a agir segundo o interêsse de seus “domesticadores” . . .

Exemplos

— Van der Lubbe

Curiosamente, não foram os comunistas, mas sim, seus arquinimigos — os nazistas — que deram ao mundo a primeira exibição do condicionamento mental de um ser humano.

O incêndio do “Reichstag” foi pretexto para uma terrível agitação, que permitiu aos “camisas pardas” eliminar os adversários e consolidarem-se no poder.

Um holandês — Marino Van der Lubbe — ex-interno de hospitais psiquiátricos, em sua pátria, foi denunciado como executor do atentado, a mando dos comunistas.

Durante o julgamento, Van der Lubbe apresentou todos os sintomas de brutalização da mente, inéditos então, porém mais tarde copiosamente confirmados.

Declarou-se culpado pediu para si a mais rigorosa punição; apontou os mandantes — tudo conforme interessava aos nazistas.

No entanto, investigações insuspeitas firmaram a certeza de que o incêndio do Parlamento fôra obra dos próprios "camisas pardas".

Por que Van der Lubbe assumira a responsabilidade? Que fôrça o teria levado a buscar a própria perdição?

— *Os velhos "bolchevistas"*

Entre 1936 e 1938, ocorreu na URSS uma carnificina "legal" de proporções gigantescas.

"Velhos bolchevistas", revolucionários da primeira hora, que tinham dedicado tôda a vida ao comunismo, súbitamente apareciam nos tribunais vermelhos, aceitando a pecha de traidores, "agentes do imperialismo", etc.

Sabe-se hoje — inclusive através de documentos soviéticos, publicados durante a desestalinização — que o episódio foi apenas o arremate da luta pelo poder pessoal absoluto, de há muito desejada pelo ex-vagabundo da Georgia: José Stálin.

Como admitir, então, que seus próprios concorrentes se entregassem, quais autômatos, à execução?

— *Ocupação nazista na Europa*

Os prisioneiros dos "SS" passavam por torturas e processos psicológicos semelhantes aos desenvolvidos pelos comunistas.

Isto explica, parcialmente, a atitude de muitos "colaboracionista", antes conhecidos por sua aversão ao invasor.

— *Dominação soviética, nos "Satélites"*

Nos países subjugados pela URSS, após a 2.ª Guerra Mundial, repetiram-se os mesmos episódios.

As vítimas provieram de todos os campos. Casos memoráveis foram o do bolchevista tcheco-eslovaco Rodolfo Slansky e o do Cardeal José Mindszenty, da Hungria, ambos confessos de espionagem e traição.

O último encontra-se, atualmente, asilado na Legação americana, em seu país. Foi possível, por isto,

conhecer minuciosamente o martírio que lhe inflingiram os comunistas. De uma feita, o prelado, sexagenário, foi obrigado a permanecer em pé, 66 horas!

— *China Vermelha*

Ao tomarem o poder, os comunistas chineses aplicaram intensamente os processos de violação da personalidade, quer sobre a população do país, quer sobre súditos estrangeiros.

Era preciso convencer os chineses de que todos os ocidentais eram inimigos.

O exemplo mais típico foi o do missionário norte-americano Samuel Dean, que por sua bondade e dedicação, se tornara quase um ídolo na região em que trabalhava.

Depois de submetido ao “tratamento”, ficou tão convencido de sua culpabilidade, que em Tientsin, já a caminho da pátria, pediu aos acompanhantes que o levassem à polícia: lembrara-se de outros “crimes”, que não tinha confessado, e queria fazê-lo.

Nos Estados Unidos, curou-se. E os seus relatórios foram dos mais esclarecedores, nas investigações sobre os métodos comunistas de coerção.

— *Guerra da Coréia*

Chocou a opinião pública dos países ocidentais, sobretudo a dos Estados Unidos, a conduta dos prisioneiros de guerra americanos na Coréia.

Muitos, de uma forma ou de outra, colaboraram com o inimigo. Alguns se recusaram a voltar ao “mundo capitalista”.

Os que regressaram, porém, foram submetidos a investigações que deixaram patente terem sofrido, quando presos, o condicionamento mental.

O Coronel Fuzileiro Naval Franco H. Schwable “confessara” aos chineses, sob a ação do “tratamento”, ter participado de operações de guerra bacteriológica contra os comunistas.

O ofeito da propaganda, explorado pelos vermelhos, foi tremendo.

Mais tarde, declarou o coronel, ao prestar depoimento, em seu país:

“As palavras eram minhas, mas os pensamentos eram dêles. Isto é que não consigo entender: como pode alguém sentar-se a escrever algo, sabendo que é falso, e no entanto senti-lo, vivê-lo, fazer que pareça real”.

Ação nos países democráticos

Vivemos, permanentemente, sob o efeito da propaganda comercial. O objetivo desta não é mais dar conhecimento ao público da existência dêste ou daquele artigo necessário.

— O que se procura é induzir o cliente a comprar, mesmo sem necessidade. Inadvertidamente, fertiliza-se o campo para a sementeira do conformismo.

As competições políticas, principalmente as eleitorais, também amoldam o pensamento de uma parte da população.

Tirando partido dessas oportunidades, os revolucionários atuam, com a maior intensidade, sôbre a mente dos indivíduos.

De maneira geral, suas campanhas seguem o seguinte roteiro:

— Ruptura dos sistemas tradicionais

É procurada por meio de ataques às instituições mais caras, às personalidades mais respeitadas. Atinge-se a Família, a Escola, a Sociedade, o Govêrno. Abre-se caminho para a aceitação dos valôres revolucionários.

— Isolamento

O domínio dos meios de difusão e propaganda mais populares, a avalanche de discursos carbonários, “slogans”, palavras de ordem, etc. — em contraste com a ausência de doutrinação democrática, aparentemente desnecessária — quase corresponde à obtenção de isolamento.

— *Terror e insegurança*

A criação de dificuldades na vida diária, o exacerbamento de ânimos, as campanhas de calúnia, o esmagamento dos competidores formam, até certo grau, o “clima de terror e insegurança”.

— *Acumpliciamiento*

Assistindo a violência contra a Democracia, sob as mais variadas formas, constatando que os autores das mesmas ficam impunes, acobertados pelas prerrogativas que lhes dá essa mesma Democracia — o povo acaba por acostumar-se com tais atentados, e, depois, por acumpliciar-se a êles.

Dêste modo, aceitará sem resistência a revolução totalitária.

— *Distorções semânticas; falta de lógica*

Têm lugar em tôdas as manifestações da propaganda revolucionária. Confuso, o povo pode adotar a semântica e a “lógica” do agressor.

Em tal ambiente, afloram as fôrças instintivas propiciadoras do conformismo e da submissão.

Paralelamente, influem sôbre os indivíduos os episódios da Guerra Fria. Disputas tecnológicas, o terror nuclear, campanhas de apaziguamento — tudo repercute nos países submetidos à “Luta pela mente”.

É fácil avaliar o que significa êste “amaciamiento” psicológico. No momento da ação, apresentará seus frutos: amargos para a Democracia, saborosos para a Revolução”.

9. AS GUERRILHAS NO QUADRO DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A Guerra Revolucionária se assemelha a um braseiro que, em determinados momentos, soprado por ventos favoráveis pode acender-se em chamas vivas e que todavia, em certas fases, pode permanecer durante muito tempo persistente e disfarçado, encoberto pelas cinzas, mas sempre susceptível de rapidamente revigorar a combustão violenta. Assim, a Guerra Revolucionária abrange períodos de latência, em que dominam as ações psicológicas e políticas, e períodos de conflagração em que, ao lado dessas ações, assumem relêvo as ações violentas, incluindo as operações militares.

Mao Tse-tung distingue três estágios, dentro do período violento da Guerra Revolucionária. No primeiro, os revolucionários encontram-se muito inferiores, numérica e militarmente, em relação às forças do regime dominante. Nessa fase, as forças insurretas procuram evitar o engajamento, furtando-se ao máximo ao combate cerrado e procurando sobreviver. É um período em que a revolução se esforça para ampliar a sua base de apoio popular e para angariar adeptos à sua causa.

No segundo estágio, desencadeiam-se as ações violentas como a sabotagem, o terrorismo e as guerrilhas. É nessa fase, por conseguinte, que as guerrilhas adquirem o seu principal vigor. Assim descreve James E. Gross as circunstâncias desse período:

“No segundo estágio de Mao, a violência começa. Sabotagem, assassinatos dos líderes cabeças dos governos, em ambos os níveis, nacional e local; emboscadas e incursões sobre pequenas unidades militares e policiais tornam-se a ordem do dia. Este é o estágio verdadeiro do conflito de guerrilha. Os insurretos ainda evitam o combate aberto e tentam limitar as

lutas a ataques curtos e rápidos, em horas e lugares de sua própria escolha. Concentram-se em organizar seu estoque de armas, em recrutar e, pelo menos parcialmente, treinar seus novos elementos, e dirigem seus esforços para converter, doutrinar e controlar a população civil. As bases seguras e necessárias são estabelecidas, quer em áreas remotas ou através de alguma fronteira amiga e a autoridade rebelde é estendida por tôdas as partes do país, as quais as fôrças do govêrno são incapazes de ocupar pela fôrça. Durante êste período, os rebeldes retiram-se de qualquer região onde o govêrno organiza suas fôrças, retornando quando as tropas são transferidas para outro lugar. Isto leva à situação, vista em muitas campanhas não-convencionais, onde a maior parte da população encontra-se entre dois governos alternados, pagando taxas e fornecendo suprimentos e recrutas a qualquer das fôrças que controle a sua região no momento”.

(J. E. Gross, *Conflitos nas Sombras*, N. Y., 1963, p. 103)

O terceiro estágio, descrito por Mao Tse-tung, começa quando os revolucionários passam a dominar a situação. O exército de guerrilheiros principia a ceder a sua posição para o exército regular e a guerra de guerrilhas vai se extinguindo.

Giap encara o desenvolvimento de luta armada também em três estágios principais, mas não engloba entre êles o primeiro estágio de Mao Tse-tung. A sua sintetização compreende um estágio de grande atividade guerrilheira, correspondente ao segundo de Mao Tse-tung; um estágio de transição, no qual os guerrilheiros começam a se transmutar em soldados regulares, e um estágio de ofensiva final, quando a revolução já dispõe de um exército convencional. Há, por conseguinte, um desdobramento do terceiro estágio de Mao Tse-tung.

De qualquer sorte ambos êsses generais da Guerra Revolucionária situam a guerra de guerrilhas nos têrmos de uma luta de transição, sem capacidade de decisão. A guerrilha representa para êles um fabuloso recurso operacional, mas consideram-no incapaz de resultados duradores e definitivos. Essa é a compreensão mais equilibrada e experiente, que convém assimilar como uma advertência aos

que consideram a guerrilha uma solução final, a ponto de muitos preconizarem a transformação do exército regular em grupos de guerrilheiros. Diz ainda Gross, em seu livro citado:

“Mao estava plenamente consciente das dificuldades da transição da guerrilha, para a luta aberta, mas circunstâncias exteriores facilitam enormemente o problema para o movimento que dirigia. Uma vez que os comunistas chineses completaram sua longa marcha para as áreas vastas e remotas do nordeste da China gozaram de uma liberdade de manobras e de uma segurança que poucas regiões poderiam ter-lhes dado. Enquanto escrevia seguidamente sobre o invasor japonês e as forças comunistas chinesas lutavam contra os japoneses longa e ferozmente, o fato é que os japoneses estavam devotando a maior parte de suas energias militares para combater os nacionalistas chineses e eram considerados pelos últimos como o seu inimigo mais próximo. Então, Mao pode expandir seus esforços militares durante a década de trinta como o menor participante de uma grande guerra, gozando da razoável certeza de que nenhum dos outros combatentes poderia desviar forças suficientemente fortes para destruí-lo. À medida que a II Guerra Mundial se desenvolvia, os chineses recebiam suprimento e apoio como um elemento na força aliada total e, por volta de 1945, estavam bem dentro do terceiro estágio de sua campanha revolucionária; bem equipados, bem treinados, endurecidos pela luta e controlando uma grande área e a população.

Na Indochina, onde a rebelião dos vietnamitas contra os franceses durou de 1945 à 1954 Ho Chi Minh e seus seguidores deram-se conta de que a movimentação do conflito de guerrilha para o que Giap denominou de guerra móvel era um negócio muito mais difícil e dispendioso. Durante muitos daqueles anos as forças francesas estavam suficientemente fortes para destruir quaisquer unidades vietnamitas que aceitassem a luta aberta. Daí, a natural ênfase de Giap no estágio do equilíbrio a transição entre o segundo e o terceiro estágio de Mao. Somente depois que os comunistas obtiveram o controle com-

pleto do território chinês em 1949 é que os rebeldes vietnamitas puderam contar com um refúgio seguro e fonte de suprimentos ao norte. De bases no sul da China puderam continuar a organização militar que finalmente os capacitou para combater os franceses em termos iguais e infligir-lhes uma derrota culminante em Dien Bien Fu”.

(James E. Gross, Op. Cit. p. 196).

De um modo geral, os autores dão relêvo às seguintes características essenciais da guerra de guerrilhas:

1.º — *Mobilidade*

A mobilidade é o fator essencial de sobrevivência e de sucesso operacional das ações guerrilheiras. É por meio da mobilidade que as guerrilhas conseguem:

- a *surpresa* em seus ataques;
- a *rapidez* em seus movimentos;
- a *facilidade* em seus desengajamentos.

Essa mobilidade se baseia principalmente em efetivos reduzidos, armamento leve, equipamento essencial e treinamento apurado. A formação de um guerrilheiro é penosa e demorada. A sua capacidade física, moral e seu adestramento militar têm que ser superadas extremamente para assegurar ao homem condições superiores que lhe permitam desenvolver ao máximo as possibilidades do tipo de ações que é chamado a executar como a emboscada, o ataque noturno, os assaltos contra estacionamentos, etc.

2.º — *Conhecimento do terreno*

A atividade guerrilheira exige uma integral identificação entre o homem e o terreno, para que êste passe a ajudar ao primeiro e não se torne, pelo contrário, um de seus inimigos. As guerrilhas são essencialmente locais e quando transferidas para outras regiões exigem um período prévio de adaptação.

3.º — *Informações completas*

A informação é na guerra de guerrilhas tão essencial quanto as munições e os alimentos. Sem ela, a guerrilha se enfraquece e se torna fácil prêsas da ação adversária. Ne-

nhuma ação de guerrilhas pode ser empreendida “no escuro”. Para êsse fim, os guerrilheiros terão que contar infalivelmente com a cooperação da população. Daí a condição que se segue.

4.º — *Apoio popular*

A população é para o guerrilheiro, como a água para o peixe. Assim o diz Mao Tse-tung.

É a população que lhe fornece informações, alimentos, esconderijos, armas, munições, guias e lhe ajuda nos transportes, no tratamento de feridos, nas ligações, etc. Ao mesmo tempo proporciona informações falsas ao adversário e coopera na sabotagem.

5.º — *Capacitação ideológica*

Além de seus conhecimentos militares, o guerrilheiro exige uma formação ideológica capaz de assegurar-lhe não só as condições morais para enfrentar uma guerra difícil, penosa, onde são exigidos extraordinários sacrifícios, como também para que lhe permita atuar como propagandista, junto da população, obtendo adesões, e desenvolvendo o seu apoio.

Podemos sintetizar a tática da guerra de guerrilhas descrevendo-a do seguinte modo: Os grupos de guerrilheiros estabelecem uma base de operações onde acumulam seus maiores recursos e se reúnem. Essa base deve ser protegida e altamente clandestina.

Partindo da base de operações, as guerrilhas se lançam em ações, tanto mais ousadas e profundas quanto mais incapaz se torna a reação adversária. Mao Tse-tung chamava “lançar a rêde” a essa operação.

Concluindo essas considerações, devemos lembrar que a consecução do apoio da opinião pública depende em grande parte do sucesso de suas operações. Qualquer derrota tem influência capital no desprestígio da ação guerrilheira.

Gross destaca essa observação dizendo:

“Como vimos, a maior parte do apoio e da fôrça política dos rebeldes nasce diretamente da crença da população de que a rebelião representa a onda do futuro. Uma vez que os líderes revolucionários se apresentam como dispostos e capacitados para proteger

seus seguidores e suas terras e vão atrás de seu inimigo em termos equivalentes, podem razoavelmente esperar um tremendo aumento em seu prestígio político. Ao mesmo tempo, têm de enfrentar tarefas e problemas políticos e militares para os quais nem eles nem seus subordinados tiveram experiência ou treino: a direção de uma jovem nação empenhada em guerra aberta. Isto é uma grande mudança da pálida existência do período de guerrilha. Novos problemas, novos perigos e novas rivalidades internas se tornam imediatamente evidentes e produzem tensões como nenhuma rebelião antes encontrou.

Mas, se o movimento falha ou sofre sérias derrotas ou regride, nesta altura perderá sua incalculável imagem pública como a onda do futuro. As derrotas menores, mas evidentemente militares, terão efeitos políticos extraordinariamente danosos. Nenhuma insurreição pode permanecer parada por longo tempo. Se o ímpeto fôr perdido precisa ser rapidamente readquirido ou tende a começar um gradual declínio e isto não pode ser embargado por algo menor que um dramático sucesso”.

(James E. Gross, Op. Cit. p. 105).

nhuma ação de guerrilhas pode ser empreendida “no escuro”. Para êsse fim, os guerrilheiros terão que contar infalivelmente com a cooperação da população. Daí a condição que se segue.

4.º — *Apoio popular*

A população é para o guerrilheiro, como a água para o peixe. Assim o diz Mao Tse-tung.

É a população que lhe fornece informações, alimentos, esconderijos, armas, munições, guias e lhe ajuda nos transportes, no tratamento de feridos, nas ligações, etc. Ao mesmo tempo proporciona informações falsas ao adversário e coopera na sabotagem.

5.º — *Capacitação ideológica*

Além de seus conhecimentos militares, o guerrilheiro exige uma formação ideológica capaz de assegurar-lhe não só as condições morais para enfrentar uma guerra difícil, penosa, onde são exigidos extraordinários sacrifícios, como também para que lhe permita atuar como propagandista, junto da população, obtendo adesões, e desenvolvendo o seu apoio.

Podemos sintetizar a tática da guerra de guerrilhas descrevendo-a do seguinte modo: Os grupos de guerrilheiros estabelecem uma base de operações onde acumulam seus maiores recursos e se reúnem. Essa base deve ser protegida e altamente clandestina.

Partindo da base de operações, as guerrilhas se lançam em ações, tanto mais ousadas e profundas quanto mais incapaz se torna a reação adversária. Mao Tse-tung chamava “lançar a rêde” a essa operação.

Concluindo essas considerações, devemos lembrar que a consecução do apoio da opinião pública depende em grande parte do sucesso de suas operações. Qualquer derrota tem influência capital no desprestígio da ação guerrilheira.

Gross destaca essa observação dizendo:

“Como vimos, a maior parte do apoio e da fôrça política dos rebeldes nasce diretamente da crença da população de que a rebelião representa a onda do futuro. Uma vez que os líderes revolucionários se apresentam como dispostos e capacitados para proteger

seus seguidores e suas terras e vão atrás de seu inimigo em termos equivalentes, podem razoavelmente esperar um tremendo aumento em seu prestígio político. Ao mesmo tempo, têm de enfrentar tarefas e problemas políticos e militares para os quais nem eles nem seus subordinados tiveram experiência ou treino: a direção de uma jovem nação empenhada em guerra aberta. Isto é uma grande mudança da pálida existência do período de guerrilha. Novos problemas, novos perigos e novas rivalidades internas se tornam imediatamente evidentes e produzem tensões como nenhuma rebelião antes encontrou.

Mas, se o movimento falha ou sofre sérias derrotas ou regride, nesta altura perderá sua incalculável imagem pública como a onda do futuro. As derrotas menores, mas evidentemente militares, terão efeitos políticos extraordinariamente danosos. Nenhuma insurreição pode permanecer parada por longo tempo. Se o ímpeto fôr perdido precisa ser rapidamente readquirido ou tende a começar um gradual declínio e isto não pode ser embargado por algo menor que um dramático sucesso”.

(James E. Gross, Op. Cit. p. 105).

10. DOIS CASOS HISTÓRICOS DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA: GRÉCIA E INDOCHINA

Embora tão antiga como a própria humanidade, a guerra revolucionária sempre ofereceu aos pesquisadores militares uma grande dificuldade: a completa variedade de suas formas e características. Não é evidentemente possível estabelecer qualquer doutrina, através do simples exame de casos isolados. Pode-se dizer, pela comparação de numerosos exemplos históricos que, de acôrdo com o local e a época em que se desenvolve, cada revolução adquire aspectos inteiramente peculiares.

Sendo um tipo de conflito essencialmente ligado a condições políticas, sociais e econômicas ambientes, deve refletir o interêsse de uma adaptação estreita às particularidades das situações. Aristóteles referia-se a dois tipos gerais de revoluções: a violenta, caracterizada pela luta armada, e a branca, baseada na fraude, no arдил e no golpe. Machiavel preconizava todavia que o processo do arдил deveria ter atrás de si a possibilidade de ação violenta, uma vez que só a violência é decisiva.

A Guerra Revolucionária encerra e conjuga ambos êsses tipos. O que assistimos, nos tempos atuais, é a aplicação dessas formas: as insurreições armadas e a insidiosa penetração das ações psicológicas e políticas.

A ação anti-insurrecional tem que enfrentar, ora as fôrças potentes e organizadas, ora elementos fugidios e indefinidos, cuja presença só se denuncia pelos resultados inesperados de sua atuação. Em certas ocasiões, o panorama clássico das operações ofensivas e defensivas, evidencia o emprêgo de unidades convencionais. Em outras, predominam ações subterrâneas que abrangem a desobediência civil, a sabotagem, a guerrilha e o terrorismo seletivo ou indiscriminado.

Não é a luta armada que caracteriza a guerra revolucionária. Esta se desenvolve multiforme e descontínua, no espaço e no tempo. É, muitas vezes, apenas um estado de espírito latente no seio do povo ou da própria força militar.

Max, em seu Manifesto, declarou: "Os objetivos comunistas só podem ser atingidos pela queda forçada das condições sociais vigentes. Que as classes dominantes tremam diante da revolução comunista. Os proletariados nada têm a perder senão as suas cadeias. Eles têm, diante de si o mundo inteiro a conquistar".

As manifestações revolucionárias de base comunista caracterizam-se quase obrigatoriamente pela ação indutiva ou catalítica dos interesses internacionais. O auxílio material do exterior não é obrigatório e constante. O normal são as manifestações do apoio moral e de incentivo. Mas, como veremos, as fases decisivas das insurreições importantes sempre contaram com a poderosa intervenção de recursos alienígenas.

O objetivo final é sempre a conquista do poder, destruindo, seja por uma lenta, paciente e determinada corrosão, seja pela derrubada violenta da autoridade legal e seus instrumentos, entre os quais o mais importante é o Exército profissional. Alterações sociais profundas acompanham esse processo.

Procuram os estudiosos discernir os princípios comuns desse complexo fenômeno para firmar uma técnica repressiva indispensável à preservação da ordem social vigorante, tanto quanto o possível dentro das bases em que essa mesma ordem se assenta.

Uma das condições de sucesso da insurreição é a surpresa. E esta impõe a originalidade na ação. Uma insurreição montada em padrões conhecidos estará fadada ao fracasso. É esta uma das razões que dificultam a análise dos casos e a extrapolação de conceitos doutrinários. A revolução é pois a novidade mais velha do mundo.

Estudando as principais insurreições do século atual, verifica-se que o número de sucessos dos rebelados é aproximadamente igual ao de seus fracassos.

Quais as razões desse equilíbrio de resultados? Quais os fatores predominantes da oscilação da vitória entre o

poder constituido e os elementos rebelados. Será possível determinar as constantes básicas dêsse processo?

A guerra revolucionária tem na atualidade seus fundamentos numa luta política, — ideológica entre doutrinas sociais que não encaram a guerra senão como um meio dentre um variegado repertório de recursos técnicos para a implantação ou a manutenção dos sistemas políticos. Suas manifestações abrangem conspirações subterrâneas, infiltrações doutrinárias lentamente instaladas por uma propaganda hábil, ações ostensivas de terrorismo criminoso, atividades inopinadas de guerrilhas audaciosas e operações militares de envergadura com a participação de forças convencionais.

A luta de guerrilhas, cujos modernos artífices foram Lawrence e Mao Tse-tung, vem sendo largamente estudada. Existem vários manuais que condensam uma abundante experiência no assunto, focalizando eficientes medidas para seu combate. Não há pròpriamente segredos técnicos e táticos em sua atuação.

As formas de penetração ideológica, os seus disfarces e subterfúgios são constantemente desmascarados.

As fases do processo revolucionário acham-se perfeitamente definidas.

Os franceses, inglêses, chineses, russos, cubanos e muitos outros povos têm dedicado ao assunto uma vasta literatura.

E todavia, como peça em permanente cartaz, a guerra aí está, vívida e atuante, preocupando o raciocínio e a imaginação de todos os que dispõem de uma parcela de responsável autoridade.

Não basta pois conhecer apenas a teoria da guerra subversiva. É preciso alguma coisa mais. É preciso disposição para enfrentá-la, ânimo para combatê-la, vontade para derrotá-la.

A título de motivação e pesquisa, vamos rememorar dois exemplos concretos: as revoluções da Grécia e Indochina. Em ambas, a flama inspiradora da guerra foi a implantação de uma ordem comunista. Derrotada uma, vitoriosa outra, tiveram ambas grande influência nos destinos do mundo.

É preciso que a técnica anti-revolucionária não seja apenas um registro teórico, encontrado em manuais, livros e artigos. Se a insurreição é um estado de espírito constante, a ação anti-insurrecional terá de ser uma atitude permanente.

1. *A Guerra revolucionária na Grécia (1946-1949)*

Na Grécia, entre 1946 e 1949, desenvolveu-se uma insurreição, de inspiração vermelha, cujos objetivos políticos eram o de assegurar uma importante cabeça-de-ponte comunista sôbre o Mediterrâneo, consolidando e dando continuidade à influência comunista nos Bálcãs. Essa conquista teria, evidentemente, decisiva repercussão na conjuntura mundial, pois representaria o domínio comunista do Mediterrâneo oriental, e o isolamento da Turquia e do Oriente Médio. Pretendia o Kominform constituir a Confederação Balcânica, sob a tutela de Moscou, integrada pela Iugoslávia, Bulgária, Albânia e Grécia, esta despojada da Macedônia e Trácia, que seriam repartidas por aqueles países.

Na época em que se desencadeou a rebelião as condições favoreciam a ação dos comunistas.

É quase incompreensível como essa subversão redundou num completo fracasso, tais os interesses que animavam os rebelados e tais as vantagens de que dispunham.

Entre os grandes ensinamentos dessa guerra se alinha a constatação de que as táticas comunistas podem ser derrotadas, se enfrentadas com firmeza e decisão.

2. *O teatro de operações*

A moderna Grécia constituiu-se por desmembramento da Turquia, através de um movimento armado de independência no início do século XIX.

Com uma população escassa de sete milhões de habitantes, a Grécia é um país de aspecto geofísico movimentado e rústico, compreendendo uma extensa península que, por sua vez, se prolonga em outra península, a de Peloponeso, através do Istmo do Corinto, e se irradia em um sem número de ilhas, entre as quais se destaca a de Creta, por sua área e posição estratégica.

O terreno é, em seu conjunto, constituído de montanhas calcáreas e pedregosas, na maioria das vezes erodidas e desnudas, nas quais rareiam as estradas carroçáveis.

Algumas planícies férteis, como a Macedônia e Tessália, quebram essa monotonia agressiva e contundente. Apenas um quinto do território grego é cultivável.

O país tem uma economia predominantemente agrícola.

A indústria é precária, por escassez de fontes e de capitais.

A Grécia, bêrço da civilização ocidental, manancial de cultura hodierna, é um país pobre, onde se observa um grande esforço humano para progredir e vencer os impecílios de condições geográficas pouco favoráveis.

3. *A Revolução*

Durante a 2.^a Guerra Mundial, a Grécia foi invadida pelas tropas de Mussolini que esperava obter uma fácil e rápida vitória. Mas os gregos reagindo valentemente, empreenderam uma ação retardadora altamente custosa para seus inimigos. Em seguida, não apenas os expulsaram do país, como penetraram profundamente na Albânia, ameaçando o prestígio do Eixo nos Bálcãs.

Hitler não teve outra alternativa, lançou então poderosas fôrças que dominaram a Grécia peninsular, em abril de 1941, e a ilha de Creta, em maio do mesmo ano.

Durante a ocupação germânica, os gregos estabeleceram um sistema de guerrilhas, através de uma organização denominada EAM, cujos participantes eram conhecidos por ELAS, iniciais da expressão grega que significa Exército Helênico Popular de libertação, controlada pelo Partido Comunista Grego.

Os guerrilheiros gregos receberam poderoso e decisivo auxílio militar, coordenado pelo QG aliado do Oriente Próximo. Durante êsse período o objetivo do Partido Comunista Grego não era pròpriamente o de combater os alemães, mas o de constituir uma forte e bem armada organização, capaz de submeter a Grécia imediatamente após guerra. Procurou assim economizar fôrças. Suas atividades durante a ocupação foram muito restritas.

Em setembro de 1947, tropas britânicas desembarcaram no país e, com auxílio de guerrilheiros, expulsaram os alemães numa campanha de 40 dias. Terminada a guerra, o Partido Comunista Grego tentou apoderar-se do poder, sem resultado.

O Chefe do Governo, General Papandreou, ordenou a dissolução do exército de guerrilheiros ELAS, mas vários de seus líderes, pretextando o preparo de um golpe de estado, recusaram-se a cumprir essa decisão.

A presença das tropas britânicas, defendida por Winston Churchill e criticada violentamente por Andrei Viskynsky, permitiu a pacificação do país. Cerca de cinco mil guerrilheiros comunistas ELAS retiraram-se, entretanto, para os países fronteiriços, onde se organizaram sob a direção de seu chefe MARKOS, com o auxílio e assistência técnica dos soviéticos.

No ano de 1946, quando se desencadeou a revolução grega, numerosos fatores proporcionaram aos comunistas ambiente favorável ao sucesso para qualquer tentativa de conquista do poder.

Os países que fazem fronteira com a Grécia ao norte: Albânia, Iugoslávia e Bulgária, estavam, na época, sob o estreito controle soviético. Havia, dessa maneira, grande facilidade para a penetração política e a obtenção de recursos materiais de proveniência russa. Essa vizinhança assegurava também refúgio cômodo nos casos de retirada.

O terreno montanhoso e difícil, precariamente dotado de vias de transporte, cheio de desfiladeiros, precipícios e passagens obrigatórias, é altamente favorável às ações inopinadas de pequenas guerrilhas rápidas e audaciosas. Propicia a montagem de emboscadas e ações de sabotagem.

Os guerrilheiros ELAS, nativos da região, aí haviam combatido com sucesso, às forças de Mussolini e conheciam profundamente esse terreno, que se constituía, por isso, em um dos seus mais importantes aliados.

No país, empobrecido e marcado pelos terríveis sofrimentos da guerra, havia um panorama sombrio e tenso, para o qual ainda concorria a presença pouco desejada de algumas tropas britânicas de ocupação.

O Exército grego estava desorganizado e fraco. A polícia era deficiente. A situação econômica estava bastante crítica.

A população, impressionada com os atos de terrorismo, violentos e implacáveis, vacilava em auxiliar as forças legais e fornecia aos insurretos uma base para a obtenção de meios, esconderijos e informações.

As forças de guerrilheiros comunistas aumentavam dia a dia.

Havia dessa maneira condições morais e materiais para uma guerra revolucionária, que dificilmente o governo legal poderia conter.

A rebelião eclodiu de modo violento, marcada por um grande número de assassinatos de autoridades e políticos. Atos de terrorismo ensanguentaram todo o país. Pessoas que forneciam informações à Polícia eram constantemente executadas.

Os comunistas assumiram o controle de numerosas bases.

O governo ficou em uma situação altamente embaraçosa. Prenunciava-se um desastre, de graves consequências para todo o mundo.

As operações dos guerrilheiros compreendiam:

- incursões contra aldeias e cidades, visando a execução de assassinatos, saques e incêndios;
- ataques de surpresa contra forças militares;
- emboscadas contra comboios e tropas em deslocamento;
- atos de sabotagem em vias de transporte e pontos críticos.

O Exército estava mal instruído e desaparelhado, revelava-se incapaz para derrotar os revoltosos, que dominavam completamente a situação.

As forças legais, dispersas e enfraquecidas pela sabotagem e falta de disciplina, perderam o controle do território, assumindo uma atitude defensiva. Limitavam-se a defender as localidades importantes.

As organizações de guerrilheiros podiam reunir informações pormenorizadas sobre as forças regulares, o que lhes permitia um eficiente planejamento. Todas as suas ações se caracterizavam pela surpresa e precisão, utilizando, principalmente, os movimentos noturnos. Em geral pequenos elementos infiltravam-se no dispositivo defensi-

vo legalista, criando a confusão, facilitavam o lançamento do esforço atacante, através das brechas conseguidas.

Em várias ocasiões, operações desse tipo puderam aniquilar inteiramente as forças regulares defensoras, com graves repercussões no moral da população.

A organização das guerrilhas, sentindo-se dominadora e potente, julgava chegado o momento de adotar uma estrutura militar mais aperfeiçoada e completa.

Os bandos de guerrilheiros foram rearticulados em Unidades de infantaria, reunidas em brigadas e divisões ligeiras, o que lhes permitiu melhor contrôlo, com algum prejuízo para a mobilidade.

Foi nessas circunstâncias que o govêrno grego, resolveu adotar uma nova política militar em suas ações contra a subversão. Criou o Corpo de Defesa Nacional, constituído por civis armados, cuja finalidade era liberar o Exército da missão de defesa das localidades e pontos sensíveis e reorganizou-se, constituindo 100 batalhões de infantaria ligeira, altamente móveis, com efetivo de 500 homens.

Os americanos e britânicos intensificaram a sua ajuda, fornecendo materiais, suprimentos, recursos econômicos e assessórios militares.

Em 1947, foi iniciada a operação de pacificação da Cadeia de Pindo, sendo mal sucedida pois os insurretos se retiraram para outras regiões, em virtude da falta de mobilidade e de energia do Exército legalista.

Em junho de 1948, foi lançada uma ofensiva sobre a região de Monte Grammes, também pouco frutífera, porquanto os revolucionários após imobilizarem uma tropa governista superior em número, durante muito tempo, retiraram-se para a Albânia, donde passaram para a Iugoslávia e penetraram novamente na Grécia.

Essas ações bem sucedidas dos guerrilheiros incentivaram o terrorismo em todo o país. A propaganda comunista explora intensamente tais sucessos.

73.000 guerrilheiros comunistas em um país de 7 milhões de habitantes era uma cifra considerável. Conseguiram desorganizar a vida nacional, obrigando 700.000 pessoas a abandonar seus lares. Devastaram consideráveis áreas e arruinaram a economia do país. Destruíram co-

lheitas, expulsaram os habitantes das cidades, aldeias e plantações. Tomavam reféns. Recrutavam pessoal. Executaram sangrentas represálias. Saqueavam e incendiavam. Desacreditavam as autoridades e as forças legais.

Nesta situação, o comando do Exército foi entregue ao General Papagos que, inteligente e ativamente, procurou dar ao Exército uma organização e um espírito adequados ao sucesso que se buscava.

Aligeirou as Unidades, criou corpos de militares selecionados, eliminou os elementos "politiqueiros", intensificou a instrução, proporcionou um equipamento adequado ao terreno e à missão das Unidades, desenvolveu o espírito de luta e o entusiasmo profissional.

Simultaneamente, o govêrno empreendia um esforço sério para debelar a crise econômica. A polícia, agindo com energia, prendeu numerosos comunistas e simpatizantes, que forneciam informações aos guerrilheiros.

A partir desse momento, como por milagre, a vitória começou a sorrir às forças legais. No Peloponeso, os "partisans" foram destruídos. O Centro do país foi pacificado a seguir. Em agosto de 1949 a região dos Montes Vitai, que abrigava sete mil guerrilheiros comunistas foi vasculhada, sendo aniquilados ou aprisionados em sua maioria.

Ainda nesse mês, caiu o reduto de Monte Grammes com a derrota de 5.000 guerrilheiros comunistas aí refugiados.

Após uma campanha é sempre mais fácil mostrar os erros dos derrotados e os acertos do vencedor. Mas a história da insurreição grega de 1946-1949 ainda está para ser adequadamente pesquisada, porque tão perto da vitória estiveram os perdedores e tão perto da derrota os vencedores, que não nos devemos arriscar em conclusões precipitadas.

Vários articulistas têm emitido suas opiniões e entre elas se destacam as seguintes:

1.º Os revolucionários não dispunham de uma infraestrutura sólidamente assentada no prestígio popular.

2.º Os revolucionários procuravam prematuramente adotar uma organização militar convencional, o que lhes prejudicou a mobilidade.

Esses conceitos não podem ser aceitos sem alguma reserva. Devemos reconhecer que havia na Grécia, à época da rebelião, um clima revolucionário, estando a opinião pública desesperadamente predisposta à aceitação de uma ordem social que pudesse proporcionar à Grécia perspectiva de melhores condições econômicas. A ocupação britânica, explorada pela propaganda comunista, era um fator que intensificava o sentimento de insatisfação.

Por outro lado, se os revolucionários julgaram oportuna a adoção de uma organização mais maciça e potente, é porque o grau de contróle territorial de que dispunham, nessa ocasião, lhes ditava como uma necessidade primordial para a consolidação do domínio militar que haviam obtido.

Se tivessem alcançado a vitória, essa decisão teria sido relatada como um fator de sucesso.

Uma terceira conclusão ainda a ser analisada, em seus devidos termos, é a que se refere ao aligeiramento da tropa legal, que pode, assim, atuar com mais flexibilidade nas ações contra as guerrilhas. É preciso considerar que tal solução, altamente lógica, no caso, se adaptou a condições de terreno bastante peculiares. A região montanhosa e inacessível, onde se desenvolveram as operações, impunha tais medidas. Entretanto, não se pode estabelecer como regra geral, adaptável a qualquer terreno ou situação, o princípio de que a tropa anti-revolucionária deva ser extremamente leve. É possível que, em determinados casos, os elementos blindados, a artilharia e a aeronáutica tenham de ser utilizados em larga escala.

Entretanto, aceitando, com as devidas restrições, conceitos largamente difundidos sôbre as razões do fracasso comunista na rebelião grega, quais os fatores a que devemos atribuir mais decisiva influência? Assumimos uma obrigação de respondê-la.

Em primeiro lugar desejamos destacar a ação do General Papagos que, como Comandante-em-chefe das forças legais, soube exercer com extraordinária eficiência sua liderança, elevando principalmente o moral de um Exército profundamente abalado pelo descrédito, pela ineficiência e pela falta de combatividade.

Esse Comandante deu ao Exército legal uma organização adaptada à situação, prestigiou-o perante a opinião

pública, restaurando a confiança desta no instrumento do poder legal. E nesta tarefa foi apoiado pelo govêrno que, no campo político e administrativo, de sua competência, desempenhou-se com adequada firmeza.

Por outro lado, o auxílio estrangeiro que proporcionou à Grécia numerosos recursos, sem qualquer intervenção de fôrças militares alienígenas, foi outro fator decisivo. Sem essa ajuda, possivelmente, apesar de todos os esforços, a história teria hoje nos Bálcãs um rumo totalmente diverso.

Anotemos, pois, êsses dois pontos sôbre os quais devemos focalizar a atenção:

- e presença decisiva do líder ativo e capaz;
- a importância do apoio externo.

Quanto ao auxílio exterior é preciso considerar que, em todos os casos modernos de guerra, tem se verificado sua influência. Isto se fundamenta no fato de que as lutas subversivas que se observam em diferentes recantos do globo atual, são manifestações de uma disputa ideológica de interêsse internacional.

A Guerra na Indochina

As nações indochinesas situam-se entre as mais velhas civilizações do globo.

O país foi ocupado pelos chineses durante vários séculos, desde o ano 213 AC. Os anamitas conseguiram porém sua independência e fundaram um poderoso império que perdurou até o século XVIII. As guerras civís e os ataques provenientes da expansão européia minaram a integridade nacional. A influência francesa na Indochina data de 1787 quando o missionário Pigneau de Behaine, bispo de Adram assinou um tratado com o rei da Cochinchina, Nguyen Anh, em nome de Luiz XVI. Os franceses, posteriormente, auxiliaram o príncipe a reconquistar o trono, do qual fôra apeado por uma rebelião.

Os sucessores dêsse imperador repeliram a influência francesa e perseguiram os missionários e nativos cristãos. Durante 40 anos desde 1833, quinze missionários e oito bispos foram executados, vinte outros, encarcerados e tor-

turados, e muitos outros morreram nas montanhas, onde se haviam refugiado. Dos 60.000 anamitas que adotaram a religião cristã, milhares foram mortos.

O governo francês, auxiliado pelos espanhóis, interveio em 1858, capturando Tourance. A campanha real começou entretanto em 1861, sob o comando do Almirante Rigault de Genouilly. Saigon foi tomada e pelo tratado de 5 de junho de 1862, as três províncias ocidentais da Cochinchina foram cedidas à França. Iniciou-se, então, a administração francesa, sempre pontilhada de revoltas e desentendimentos entre os próprios colonizadores. Essas dificuldades foram acrescidas dos ataques chineses na fronteira. Em 1930, uma violenta revolta nacional comunista eclodiu no Yerbay e apesar de rapidamente sufocada, influenciou profundamente o sentimento nacionalista dos povos anamitas.

Após o colapso da França, na Segunda Guerra Mundial, o governo de Vichy, pressionado pela Alemanha, concordou com a entrada de um número limitado de tropas japonesas nas seis bases de Tonking e com a utilização de pôrto Hai-fong. Posteriormente, o Japão assumiu o controle econômico da região com o monopólio da produção de arroz e de borracha, além de outras concessões administrativas.

A guerra na fronteira, obrigou simultâneamente à cessão de várias províncias do Laos e da Cambodja para a Tailândia. O Japão em julho de 1941, ocupou o sul da Indochina de onde desencadeou seu ataque contra a Tailândia e a Malásia.

Ao terminar a guerra, os soldados dividiram a Indochina, numa zona setentrional, mantida pelos chineses, e outra meridional, mantida pelos ingleses. Após grandes agitações, provocadas pelos nacional-comunistas, os franceses assinaram em 1948 um documento onde defendiam o Vietname como estado associado da União Francesa. Em 1949 a Assembléia da França, incorporou a Cochinchina ao Vietname e organizou o governo vietnamita, sob a chefia de Bao Dai. Contra isto rebelou-se Ho-Chi-Minh, o chefe comunista indochines, que avançou sobre o Laos.

1. Síntese Geo-Humana

A Indochina Francesa compreendia os protetorados do Vietnam (antigo Aman e Tonking), Tonking e Cambodja, a colônia da Cochinchina e a terra de Laos. Abrangia uma área superior à da França Metropolitana. A população total em 1935 era de 21.000.000 de habitantes, com predominância de anamitas. Os franceses, incluindo suas forças armadas, numeravam 10.500 pessoas.

O relêvo do território é, em conjunto, constituído por cadeias paralelas à costa. Imensas planícies deltaicas formaram-se nas embocaduras dos grandes rios (Mokong, Vermelho e outros). Êsses cursos d'água, distribuídos em leque, são normalmente acidentados, dificultando a ligação entre as várias regiões.

O clima é tropical. Densas florestas cobrem as montanhas. Nas planícies, predominam as culturas.

As regiões mais populosas são os deltas, onde se localizam as grandes cidades, como Saigon ao Sul e Hanói ao Norte.

O país é de economia básicamente agrícola.

A administração francesa construiu uma rêde ferroviária de 2.400 Kms, uma rêde rodoviária de 18.000 Kms e uma rêde telegráfica de 18.000 Kms.

A produção principal é o arroz. O milho, o algodão, a cana de açúcar, a seringueira. O café e o chá são também cultivados.

As riquezas minerais abrangem a hulha e o zinco de Tonking e o estanho no Tonking e no Laos.

Após o pacto de Genebra, firmado em 1954 para finalizar a guerra da Indochina, o Vietnam foi dividido em duas partes:

O Vietnam do Norte, tendo por capital Hanói, ficou sob o contrôle do Vietnam Comunista e o Vietnam do Sul, com Saigon como capital, tornou-se independente, tendo adotado de acôrdo com a constituição de 1956, o padrão republicano, sendo seu presidente eleito por 6 anos.

2. *As bases de ação de Viet-Minh*

A guerra do Viet-Minh fundamentou-se no sentimento nacionalista de uma população sacrificada pelo domínio estrangeiro e por uma economia incipiente e precária.

Esse sentimento foi explorado dentro de uma técnica comunista, hábilmente desenvolvida, cujo objetivo não era apenas a expulsão do colono indesejável, mas a conquista e o estabelecimento de um contróle da população tão cerrado e completo que se tornasse impossível de desfazer.

Essa técnica, orientada por uma organização objetiva e determinada, cria um sistema de laços interligados e submete os indivíduos a uma vigilância tão estreita que o regime, após certo tempo, se torna auto-preservativo e irreversível.

A delação, incentivada por meios brandos ou violentos, e a autocrítica, obrigatória e freqüente, forneceram aos dirigentes uma terrível arma de contróle.

Na Indochina, das pequenas aldeias às grandes, os elementos do Viet-Minh infiltrados em tôdas as partes, conseguiram estabelecer êsse intrincado organismo, denominado das hierarquias paralelas, que consiste em situar todos os indivíduos dentro de uma determinada posição hierárquica em diversos grupos distintos, de modo que a multiplicação dos órgãos de contróle não permita que ninguém escape à rêde de vigilância.

Com tal sistema, pode o Viet-Minh realizar a conquista ideológica das populações e sujeitá-las inapelavelmente.

Do início os comunistas infiltrados nas aldeias, propagandistas provindos da Cochinchina procuravam despertar o sentimento de xenofobia da população, desenvolvendo ressentimentos geralmente razoáveis contra os estrangeiros e contra as autoridades legais. Essa doutrinação encontrava um campo fértil e propagava-se com rapidez.

Já em 1949, o Viet-Minh pôde empreender, com sucesso, o recrutamento militar.

Os jovens agricultores desertavam das plantações, agrupavam-se nas florestas onde se preparavam febrilmente para as ações futuras.

Alheios a essa situação decidida, as fôrças legais limitavam-se a uma vigilância limitada, permaneciam tranquilamente nos quartéis, dando à população a impressão de sua real ineficiência.

O Viet-Minh iniciou então uma campanha terrorista para submeter os neutros e hesitantes. Realizaram-se jul-

gamentos espalhafatosos e a execução de supostos traidores. Embora se saiba que essas acusações foram injustas, serviram entretanto para impressionar a massa e criar o fundo psicológico necessário.

O processo revolucionário na Indochina segue exatamente o modelo conhecido de fases sucessivas.

Quando as operações militares de vulto foram desencadeadas contra os franceses, já o Viet-Minh dominava toda a população.

Ouçamos o que consigna o trabalho recentemente publicado por um grupo de oficiais franceses sobre o que se passou nessas circunstâncias.

“É nessa oportunidade que as tropas populares, organizadas e instruídas, entram em ação, partindo de seus acampamentos situados em plena floresta e protegidas pelo silêncio geral. Os ataques e emboscadas se sucedem; o comando revolta-se. Nessas tropas que operam na região, exasperadas pela cumplicidade geral e pelos pífios resultados conseguidos com suas incursões, cometem erros psicológicos e, às vezes, injuriam os camponeses. O Viet-Minh explora a população, para fazê-la evacuar as aldeias e para obrigá-las a refugiar-se nas florestas. A partir desse momento, nossos destacamentos não encontram mais ninguém: a floresta parece vazia, as pistas conhecidas estão bloqueadas por abatises e armadilhas e, em pouco tempo, desaparecem cobertas pelo mato; os guias que se trazem do exterior tornam-se sem valor; a região muda de aspecto; nossas tropas não podem mais realizar operações de surpresa”.

3. *Personalidade de Ho-Chi-Minh*

O chefe da revolução indochinesa e da organização comunista denominada Viet-Minh foi um dos fundadores do partido comunista francês. Na qualidade de súdito francês esteve em 1923 em Moscou realizando estudos. Em 1925 surgiu em várias ocasiões, participando de movimentos revolucionários asiáticos, em Cantão, Hong-Kong e outros locais.

Após a derrota da rebelião de Yen Bay, reuniu um grupo de revoltosos remanescentes e fundou o PCI (Partido Comunista da Indochina) que passaria a controlar todas as atividades comunistas no sudeste asiático.

Através de uma incansável atividade, Ho-Chi-Minh mantinha constantemente acesa a ação comunista, instigando a revolta e o terrorismo, orientando, mesmo à distância, a penetração ideológica vermelha em toda a região.

É um revolucionário profissional, arguto, trabalhador, enérgico. Procura rodear-se de eficientes líderes, jovens ou velhos.

A insurreição encontrou neste homem, uma direção firme, continuada e eficaz. Cabe-lhe hoje a Presidência do Presidium.

4. *Penetração ideológica. Contrôlo da população*

A penetração ideológica é básica para a ação revolucionária.

Na Indochina essa ação visou a massa dos vietnameses, procurando focalizar e incentivar as contradições internas, sob a égide do nacionalismo e anticolonialismo, sentimento tradicionalmente desenvolvido no Vietnam cujo território fôra sempre alvo de ocupação estrangeira: chinesa, japonesa, francesa. Os sofrimentos desse povo oprimido, originou uma xenofobia secular latente, capaz de se incendiar, com toda a facilidade, particularmente se submetido como foi a uma doutrinação inteligente e sistemática.

O nacionalismo foi o estandarte da penetração comunista. Sob essa cobertura a ação do Viet-Minh chegou a captar a simpatia estrangeira. A própria esquerda francesa emprestou-lhe todo o apoio.

A organização do controle populacional tem sua base na aldeia que constitui a célula da sociedade vietnemesa. Em cada aldeia, o Viet-Minh estabeleceu um Comitê Popular Político-Militar que exerce as funções legislativas, executivas e judiciárias. Esse Comitê é constituído de vários membros, cada um responsável por um setor: polícia, propaganda, pessoal, economia, defesa, etc.

Acima da aldeia, coloca-se o grupo de aldeias (Lien-Xá). Em seguida vem Hyen (espécie de município) Tinh (províncias) e o Hien Chu (Grupo de províncias). Em todos esses escalões existe o Comitê Executivo de Resistência com organização análoga a do Comitê da aldeia.

O governo supremo tem organização semelhante a do Estado Soviético. Essa organização, altamente eficiente, permite um controle da população em seu grau mais íntimo.

A doutrinação é constante. A propaganda é altamente desenvolvida. O princípio de delação e a prática de auto-crítica completam o sistema.

A técnica de infiltração ideológica comunista assenta-se na conquista e no controle físico e moral de todo o indivíduo que passa a viver dentro de um mundo fechado, onde em todos os lados existem olhos que o observam, em todos os cantos existem espiões capazes de o levar pela demência à execração e à morte. O homem se transforma em outro ser, escravo de cadeias invisíveis, que não podem ser cortadas porque são impalpáveis. O castigo físico e a opressão psicológica são os instrumentos que aos poucos vão modelando uma geração assustada.

5. *Organização das forças*

As forças que o Viet-Minh utilizou na insurreição, tiveram caráter global. Abrangeram, por assim dizer, toda a nação. Compunham-se essencialmente de três tipos gerais:

- os grupos de guerrilheiros
- as forças regionais e
- o exército regular

Os grupos de guerrilheiros tinham sua base na aldeia. Suas ações eram controladas pelo Comando Geral, mas agiam largamente descentralizados.

Algumas vezes, se reuniam para a execução de uma operação de vulto com ataque a um posto, ou uma emboscada importante.

Sua tática era a das ações inopinadas, rápidas e fugasses e a da infiltração por surpresa.

As forças regionais eram formações leves, com um efetivo de companhia, atuando em suas províncias natais. Realizava operações de maior importância economizando o emprego do exército regular.

Seus efetivos, altamente instruídos, eram recrutados nas aldeias e entre os guerrilheiros.

As forças regulares se organizavam como um exército tradicional. Desfrutavam do melhor armamento.

Mais instruídas e disciplinadas, eram empregadas em ações ofensivas de grande vulto e tinham prioridade sobre as demais forças.

A organização militar do Viet-Minh colocava em relevo os tipos tradicionais de unidade, onde serviam quadros altamente selecionados e eficientes muitas vezes treinados em outras forças comunistas. As forças regulares eram adestradas intensivamente em todos os tipos de operações. Cooperavam também na instrução das forças regionais e dos guerrilheiros.

A disciplina era estrita. Qualquer ordem jamais seria motivo de hesitações.

O material, principalmente o armamento, era considerado como sagrado. Nenhuma arma poderia ser perdida ou danificada, por negligência.

Nas ações em força os vietnameses empregaram contra os franceses, o equipamento mais moderno; carros de combate, aviões e artilharia.

A centralização em todos os setores foi uma das características da insurreição na Indochina.

A unidade do comando político-militar foi considerado primordial. Para isto o Partido Comunista da Indochina procurou eliminar tôdas as demais organizações. Os que não aceitaram a submissão foram destruídos ou tiveram que se bandear para o lado francês.

Em 1949 o Viet-Minh já detinha o contrôle político de todo o Vietnam.

Essa unidade propiciou a completa eficiência na conduta de tôdas as ações.

A busca de informações pode estender-se a todos os setores políticos, econômicos e militares.

Todo o indivíduo era praticamente um agente de informação. Nenhuma ação do Viet-Minh foi preparada sem base em informações seguras e completas.

O Trinh Sat, comparável ao Serviço de Informações Militares, dispunha de representantes altamente especializados em tôdas as organizações militares, desde a companhia até o mais alto escalão em informações.

A informação era para o Viet-Minh objeto de verdadeiro culto. A seu eficaz aproveitamento devia a maior parte de seus sucessos.

As tropas francesas eram espionadas por todos os meios. Essa observação, sempre objetiva, era meticulosa, esquadrihante e incansável.

A unidade em todos os setôres foi talvez o principal fator de sucesso do Viet-Minh.

Diz o artigo citado anteriormente:

“A experiência de oito anos de guerra e dois de reflexão, após o armistício de Genebra, levam a pensar hoje que a verdadeira fôrça do Viet-Minh reside em sua unidade, grangeando-lhe inúmeras vantagens tais como: unidade de comando político-militar estabelecida e servida por uma organização totalitária sem falhas, preocupação com o apoio das massas e, finalmente, técnicas perfeitamente adaptadas à conquista e ao contrôle dessas massas e apoiadas em uma ideologia dinâmica.

Essa unidade sem falhas, no domínio do pensamento e da ação política e psicológica, traduziu-se, na guerra pròpriamente dita, em uma temível eficiência, tanto na organização da busca de informes como na concepção e, também, na mobilização e emprêgo do Exército Popular.

Unidade em todos os escalões, na concepção como na execução, em todos os campos: político, psicológico, econômico e militar; vontade obstinada do aperfeiçoamento, disciplina implacável e unidade devida a uma rigorosa aplicação do jôgo comunista, eis os segrêdos dos sucessos do Viet-Minh.

6. *As operações*

As operações na Indochina se resumem a um progressivo avanço das fôrças comunistas, enquanto as fôrças européias perdiam paulatinamente o contrôle territorial.

O movimento revolucionário, desde 1949, quando irrompeu, foi acendendo-se paulatinamente e as ações esparsas das guerrilhas foram transformando-se em operações convencionais.

Em 1950 os franceses abandonaram, em deploráveis circunstâncias, a linha defensiva de 320 Km entre Moncay e Bao Bang, junto à fronteira chinesa.

Dos 4800 soldados e civís que defendiam seus postos, 2000 foram perdidos nas mãos do inimigo. A competência do Gen Macel Carpentier, comandante em chefe, foi posta em dúvida e o moral das tropas, seriamente afetado.

Após as inspeções de Gen Juin e o Gen Letourneau, o comando foi entregue ao Gen De Lattre de Tassigny em dezembro. Apesar das disposições ofensivas dêsse chefe, Hanói e Saigon, transformaram-se em frágeis cabeças de ponte, onde os franceses procuravam firmar-se no sudeste asiático.

Em 1951, as forças combatentes foram ampliadas.

Os franceses dispunham de 51.000 homens em seu Exército.

Os comunistas desencadearam várias ofensivas ao sul, a oeste e a sudeste de Hanói.

Os franceses, retomaram Hoa-Binh a sudeste de Hanói, enquanto nas montanhas prosseguia a campanha de guerrilhas e nas cidades, o terrorismo fazia numerosas vítimas.

Em 1952 e 1953, os comunistas conquistaram toda a região do Vietnam do norte. Ho-chi-Minh entrou triunfalmente em Hanói e invadiu o Laos.

Em maio de 1954, caiu o baluarte francês de Dien-Bien-Phu, onde a heróica resistência de Gen Castries constituiu um motivo de orgulho para a história militar da França.

Em julho de 1954, celebrou-se o armistício de Genebra com a bipartição do Vietnam.

7. Comentários

Os vários anos de guerra entre franceses e vietnameses na Indochina foram a luta de um povo sacrificado e sequioso de emancipação, hábilmente explorado por uma eficiente organização comunista que o libertou do jugo colonial, mas o colocou submisso dentro das malhas de uma organização política centralista e ferrenha, sob a tutela de Pequim e de Moscou.

Convém focalizar que nessa guerra, os insurretos utilizavam todos os recursos táticos, desde a utilização de guerrilhas até o emprêgo de tropas regulares, de características tradicionais.

O auxílio estrangeiro que proporcionou aos comunistas de Viet-Minh, além de instrução militar, principal-

mente dos quadros, armas e munições para alimentar essa demorada campanha, foi um dos fatores primordiais de seu sucesso.

A ação do líder, a personalidade inteligente e voluntariosa de Ho-Chi-Minh, foi também decisiva.

A França enfrentou uma luta árdua e desvantajosa. Sem apoio da população nativa, espionadas continuamente, sujeitas às ações de um inimigo agressivo e determinado, tropas de elite européias foram vencidas por um Exército nativo.

A guerra na Indochina é uma grande fonte de ensinamentos, principalmente no que respeita às características da tática comunista unificada e global.

Nela vemos integralmente aplicado o conceito de que a maior eficiência na ação revolucionária, e por conseguinte, também na anti-revolucionária obtida pelo emprêgo coordenado de guerrilheiros e do Exército regular.

A ação isolada de apenas um desses meios pode ser causa de grandes insucessos.

As operações clássicas têm como princípio a concentração de esforços, as ações das guerrilhas baseiam-se, pelo contrário, na dispersão. As fôrças legais devem compreender elementos capazes de atender a essas formas de luta, de preferência especializadas em cada uma.

A dispersão exagerada de um Exército regular pode redundar no seu enfraquecimento.

A concentração de uma fôrça de guerrilhas pode reduzir sua mobilidade e levá-la ao insucesso.

A fôrça legal deve pois ter elementos dos dois tipos, em condições de agir de modo coordenado e eficiente.

Foi assim que as tropas do Viet-Minh derrotaram um poderoso Exército francês, numa luta sangrenta e custosa.

É preciso focalizar como no caso grego a existência de dois fatores decisivos, que, na Indochina, trabalharam pela vitória do partido revolucionário:

- a presença polarizadora do líder nacional;
- o auxílio moral, financeiro e material do exterior.

No Vietnam, a Rússia e a China sustentaram as fôrças do exterior.

Os Estados Unidos ficaram expectantes fiéis à sua política anticolonial, enquanto a França, com seus nune-

rosos problemas, não pode dar a seus combatentes um apoio completo.

O fenômeno da guerra insurrecional é, nos tempos correntes, tão presente e atuante que certas características e indícios de seu processo se associam aos fatos normais da evolução social, política e econômica que se torna difícil evidenciá-lo ou diferenciá-lo.

Um dos aspectos desse processo é a corrosão moral das forças armadas e a sua impopularização. O rebaixamento dos padrões morais dos organismos militares é obtido não apenas por uma infiltração doutrinária e pela criação de divergência, rivalidades e outros motivos divisionistas, como também impedindo o aperfeiçoamento técnico e material das forças militares, com os mais diversos pretextos inclusive o nacionalismo isolacionista.

À medida que se consuma as desagregações e a destruição do Exército legalista, as forças insurretas vão, por sua vez, se transformando em outro Exército regular, sujeito à nova ordem legal.

Mac-Tse-tung assim doutrina. “Enquanto a guerra se vai tornando prolongada e cruel, torna-se possível às unidades de guerrilhas desenvolverem um processo de enrijamento, transformando-se gradualmente em Exércitos regulares; conseqüentemente, à medida que a forma de atuação das guerrilhas se vai assemelhando a dos Exércitos regulares, a guerra de guerrilhas evolui para a guerra móvel”.

Guevara diz: “O triunfo será sempre uma obra do Exército regular, ainda que este tenha suas origens em uma força de guerrilhas”.

Na Grécia, a luta armada desenrolou-se em terreno extremamente peculiar, impróprio a operações vultosas. A guerrilha não era ali exatamente a luta do fraco contra o forte, mas antes uma tática ditada pela aspereza da região.

Já no Vietnã, a guerrilha foi um simples complemento das forças regulares. O choque dos Exércitos convencionais ditou o destino da guerra. As operações se caracterizaram pela grande mobilidade e por uma variação na intensidade da luta, motivada principalmente pelas dificuldades do apoio logístico com que se deparavam ambos os adversários, particularmente os europeus.

Assim é preciso, desde logo, excluir a idéia de que guerra revolucionária e guerrilha são sinônimos. Seria uma loucura transformar em guerrilhas um Exército regular para torná-lo apto a combater um sistema de guerrilhas. A guerra revolucionária como qualquer outro tipo de guerra, deverá ser decidida por Exércitos regulares, a não ser em regiões muito especiais como florestas, desertos, montanhas e estepes, onde a guerrilha pode ser empregada com extraordinária eficiência.

A guerrilha é sempre uma fase inicial e improvisada da luta, ou um excelente e, muitas vezes, indispensável suplemento da força regular.

É da simbiose da guerrilha com a força regular, cada uma delas dentro das missões compatíveis com sua organização, instrução e armamento, que se poderá alcançar os melhores resultados.

Guevara escreve que a guerra de guerrilhas não pode ser mantida em terreno desfavorável à aplicação de seus processos táticos.

Por outro lado, é geralmente desaconselhável o emprego de organizações convencionais em regiões propícias ao êxito dos guerrilheiros, sujeitando-as ao aniquilamento por emboscadas e ações de surpresa. A Grécia demonstrou como o Exército se adaptou às características especiais dessa luta.

A guerrilha é possivelmente a melhor força para a ação antiguerrilheira. Todos os mestres da guerra revolucionária emprestam excepcional relevo ao apoio da população.

A mais forte razão da importância do apoio popular às operações, reside a nosso ver, na capacidade de fornecimento de informações por parte de uma população conivente, permitindo que a força revolucionária possa planejar e executar seus golpes com previsão, certeza, segurança e eficiência.

A guerra revolucionária é sobretudo a guerra da propaganda e da informação. Os princípios que regem a segurança das informações e a contra-informação deverão ser observados com o máximo rigor na ação anti-revolucionária. A busca de informações deve ser desenvolvida ao máximo. É preciso considerar que uma simples informação pode economizar milhares de vidas. Guevara escreve: "Não há melhor auxiliar para uma força

combatente do que uma boa informação. Na Grécia e na Indochina, as forças revolucionárias desenvolveram poderoso mecanismo de informações, montado principalmente à base das populações locais”.

Atualmente, o conceito de guerra revolucionária prende-se à propagação do comunismo internacional pela conquista do poder em várias nações, e a instauração de uma ordem socialista extremada.

A guerra revolucionária é assim um instrumento de penetração política. Está sujeita a uma série de fatores condicionantes. Poderá sobrevir, acobertada por manifestações de sadio patriotismo, como o nacionalismo. Mas não pode deixar de se apoiar em certos elementos básicos, como os seguintes:

1.º — Existência de um ambiente psicológico favorável, com bases sociais, políticas e econômicas. É a atmosfera que envolve e alimenta a ação revolucionária. Encontramo-la nos países subdesenvolvidos, nos oprimidos pelo domínio estrangeiro, nos sacrificados por governos despóticos, nos explorados por organizações econômicas poderosas e prepotentes.

2.º — Apoio moral e material de proveniência externa.

3.º — Ação de líderes dominantes e capazes.

Sem êsses três fatores, a revolução perde consistência e seus sucessos são geralmente efêmeros.

O apoio externo é assegurado normalmente por grandes potências, interessadas na preservação ou na instauração da ordem social que defendem.

A eficiência dos meios de comunicações e de transportes modernos abrevia as dificuldades, acarretadas pelas distâncias. A assistência passa a depender principalmente da importância que as nações emprestam à situação.

A ajuda pode ser ostensiva ou coberta. Comporta normalmente o fornecimento de material e suprimentos militares e civis e assessoramento técnico e especializado.

O auxílio externo nem sempre exprime as reais intenções da potência estrangeira. Esta, visa, em algumas ocasiões, criar dificuldades para a nação supostamente auxiliada.

De qualquer sorte é básico para a ação antiinsurrecional, o isolamento das áreas contaminadas, em relação ao exterior. Isto é, muitas vezes, impossível, dependendo da natureza da região e das circunstâncias do momento.

As características da guerra revolucionária prescrevem geralmente o apoio externo sob a forma de forças militares. Temos entretanto, vários exemplos em que a presença de forças de diversas nacionalidades evidenciam o aspecto internacionalista de uma revolução de cunho nacionalista. É o caso da revolução da Espanha.

A presença de líderes nacionais, capazes de polarizar a adesão, ou, pelo menos, o respeito da opinião pública e das forças que chefiam, é uma indeclinável necessidade. Não há uma revolução anônima.

A unidade de comando é básica, tanto para a ação revolucionária, como para a anti-revolucionária.

É o líder que dá ação e caráter nacional que o interesse e o apoio exterior podem desfigurar ou revelar.

O líder nacional e dinâmico penetra a sua influência e o seu prestígio na profundidade psicológica dos grupos ou da massa. Sua presença é catalítica. Mas, inúmeras vezes, exerce, mesmo à distância, a sua influência decisiva.

Tais fatores são poderosos nesse tipo de guerra onde se concentra atualmente o interesse mundial porque é o mais provável e seguro aspecto de que se pode revestir a luta ideológica, face às terríveis e desencorajadoras perspectivas de uma guerra nuclear generalizada.

A guerra revolucionária moderna é um processo global, efervescente e aceso em todo o planeta.

O desaparecimento e a desmoralização do Exército legal é a condição mais encorajadora para a ação subversiva. E todo o planejamento revolucionário procura fazer do despreparo militar, do desprestígio e da desunião das forças armadas, do rebaixamento de nível moral, profissional e disciplinar dos chefes e das tropas, da mobilização das unidades, da insatisfação e da depressão no seio dos comandos e subordinados do alojamento dos autênticos líderes profissionais e da politização nociva dos falsos líderes, as metas de sua orientação destrutiva.

11. COMO O PARTIDO COMUNISTA CONSIDERA A INTENTONA DE 1935

Já descrevemos no primeiro volume dêste relatório o triste e sangrento episódio da intentona de 1935 que foi a manifestação violenta de um processo subversivo, desenvolvido sob a direção do Partido Comunista e de sua frente legal, a Aliança Nacional Libertadora.

Para completar aquelas considerações, a que agora nos reportamos, é interessante mostrar como os comunistas consideram êsse atentado violento ao espírito democrático e pacífico do grande povo brasileiro. Êles o encaram como um feito heróico, digno de vibrantes e entusiásticos encômios. E enquanto as Fôrças Armadas rendem dolorosas homenagens a seus heróis sacrificados na traição vermelha de 27 de novembro de 1935, o Partido Comunista ostensivamente lança a glorificação daqueles deploráveis acontecimentos que traumatizaram a opinião pública nacional. Com isso, procuram anestesiar na memória dos cidadãos brasileiros a dolorosa impressão da violência que desencadearam.

Comprovando essa asserção reproduziremos os quatro artigos seguintes publicados no jornal *Novos Rumos*, órgão oficial do PCB. Seus autores são membros do Partido e participantes do movimento.

A Aliança Nacional Libertadora e as lutas de novembro de 1935 (Luís Carlos Prestes)

“A 23 de novembro de 1935, insurge-se, na cidade de Natal, o Batalhão de Caçadores do Exército Nacional. Pela primeira vez, em nosso País, é substituído o govêrno de latifundiários e agentes do imperialismo pelo poder popular de uma Junta Revolucionária que tem por bandeira um programa nacional libertador. No dia seguinte ergue-se em apoio

dos insurretos de Natal o Batalhão de Caçadores do Recife. Milhares de armas são entregues ao povo, aos trabalhadores residentes nos mocambos do Recife que lutam herôicamente, ao lado dos soldados, nas ruas do bairro de Afogados. Três dias mais tarde, em 27 de novembro, é a vez do Rio de Janeiro. Em apoio aos combatentes do Nordeste, levantam-se as guarnições do 3.º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, e da Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos. A artilharia do Govêrno reduziu, em poucas horas, a escombros, a Escola de Aviação e o quartel do 3.º RI. Estava derrotada, assim, em poucos dias, a primeira insurreição nacional libertadora, anti-imperialista e antifeudal, dirigida pela classe operária, em nosso País. Fôra abalado, no entanto, o poder secular dos latifundiários e dos agentes do imperialismo. Pela primeira vez, fôra levado ao terreno da luta armada o problema da liquidação do latifúndio e da dominação imperialista.

São passados 28 anos dos acontecimentos de novembro de 1935. Continuam, porém, de pé, as mesmas calúnias as mesmas mentiras da reação e da imprensa venal a seu serviço, calúnias e mentiras que se repetem todos os anos e com as quais pensam os reacionários e entreguistas desviar os trabalhadores e demais patriotas do caminho da revolução, afastá-los dos comunistas. É certo que essa insistência na calúnia e na mentira reflete a fraqueza da reação, sua impotência ante a fôrça mobilizadora do programa nacional libertador de 1935, mas, de outro lado, não se pode deixar de reconhecer que consegue enganar ainda amplos setores da população. Não é certamente por acaso que historiadores e publicistas vários, ainda hoje, insistem em denominar pejorativamente de "baderna", "intentona" ou mero "motim" a insurreição nacional libertadora de 1935. Ainda há poucos dias, era o Sr. Afonso Arinos, por exemplo, que públicamente se penitenciava de haver combatido o Estado Nôvo, pretendendo justificar a ditadura infame instaurada com o golpe de 1937, a pretexto de que "liquidava as duas correntes ideológicas que se haviam manifestado nos motins de 1935 (comunista) e 1938 (fascista).

É certo que em 1935 os comunistas já constituíam a força de vanguarda, esclarecedora e mobilizadora das grandes massas populares. A insurreição de 1935 não foi, porém, um movimento exclusivamente comunista, nem pretendiam os insurretos de 35 instaurar em nosso País a ditadura do proletariado nem, muito menos, um governo comunista, como afirma a reação. A correlação de forças era outra, bem diferente da exposta pelos reacionários e agora perfilhada pelo Sr. Arinos. De um lado, estavam os patriotas e democratas e, de outro, os integralistas e os que foram por êles enganados juntamente com todos os reacionários e agentes do imperialismo. Os comunistas lutavam com os primeiros, como ainda hoje o fazem, contra os reacionários, em defesa das liberdades democráticas, pelo progresso do Brasil. Esta a verdade histórica que nenhum anticomunista poderá modificar.

Naquela época, Hitler já tomara o poder na Alemanha e o fascismo avançava no mundo inteiro. Em nosso País o sr. Getúlio Vargas, que chegara ao poder na crista do grande movimento popular de 1930, não realizara nenhuma das promessas com que levara o povo à insurreição de 3 de outubro, desmoralizara o regime constituído com a Constituição de Julho de 1934, facilitava a organização do integralismo e tratava de apoiar-se, externamente, na Itália fascista e na Alemanha hitlerista. Cresciam, assim, dia a dia, as ameaças às liberdades democráticas em nosso País.

Foi em semelhante emergência que tiveram os comunistas a iniciativa de dirigir-se a todos os patriotas e democratas, chamando-os à unidade para a luta contra a fascistização de nosso País. Foi desse apêlo que nasceu a Aliança Nacional Libertadora, ampla frente-única antifascista que, diante da bancarrôta da chamada liberal democracia e da ameaça integralista, apontava ao povo as causas básicas do atraso de nosso País e da miséria popular, chamando à luta pela emancipação econômica do jugo imperialista, pela liquidação do latifúndio, pela instauração de um governo nacional e popular que assegurasse um poder efetivamente democrático no País.

“O momento exige de todo homem honesto — dizia a direção da Aliança Nacional Libertadora, em 5 de julho de 1935 — uma posição clara e definida pró ou contra o fascismo, pró ou contra o imperialismo. Não há meio termo possível, nem justificável. A Aliança Nacional Libertadora é, por isso, uma vasta e ampla organização de frente-única nacional. O perigo que nos ameaça, o perigo que aumenta, dia a dia, nos obriga a colocar em primeiro lugar, nos dias de hoje, a criação do bloco, o mais amplo, de tôdas as classes oprimidas pelo imperialismo, pelo feudalismo e, portanto, pela ameaça fascista. Tal a tarefa decisiva na atual etapa da Revolução Brasileira”.

Poucos dias depois dessa manifestação, a Aliança Nacional Libertadora que, com apenas três meses de vida ganhara o País inteiro e mal iniciava a organização de seus núcleos nos locais de trabalho e nas concentrações populares, foi colocada pelo Governo fora da lei. Apesar disto, sua organização prosseguiu com rapidez ainda maior e penetrou nos quartéis e navios de guerra, onde oficiais e soldados manifestavam sua adesão e participavam, de forma cada vez mais aberta, das ações contra o imperialismo e contra o fascismo.

Não cabe aqui uma análise crítica das causas que levaram à derrota da insurreição militar de 1935. Erros foram, sem dúvida, cometidos. Não estávamos à altura dos acontecimentos. Mas não foi um erro o termos, naquelas circunstâncias, empunhando armas contra o fascismo. Pelo contrário, graças à insurreição militar de 1935, salvamos nossa Pátria do fascismo, porque, se, de um lado os aliancistas souberam enfrentar com heroísmo e dignidade o terror policial que se seguiu à derrota de novembro de 35, de outro lado, foi naquele período que o povo pode melhor verificar o que significaria a vitória do integralismo, cujos dirigentes prestaram-se aos mais infames papéis a serviço da polícia na perseguição a todos os patriotas e antifascistas.

Nestas condições, a desmoralização do integralismo chegou a tal ponto que o sr. Getúlio Vargas, que dêle amplamente se serviu até a instauração do Estado Nôvo, não pode fazer dêste, pròpriamente um Es-

tado fascista, nem fazer do sr. Plínio Salgado ministro de seu govêrno, passando após o golpe integralista de maio de 1938 a perseguir os patriotas equivocados que participavam das fileiras integralistas.

Os comunistas orgulham-se da insurreição militar de 1935, como uma das façanhas mais gloriosas de nosso povo e de nosso Partido Comunista. Estamos certos de que os exemplos de heroísmo dos que tombaram de armas na mão em defesa das liberdades democráticas, dos que enfrentaram com altivez e dignidade as torturas policiais, que levaram à morte dezenas de patriotas, dos que souberam durante quase dez anos fazer dos cárceres da reação fortalezas da luta contra a reação estadonovista, fortalezas da luta contra, digo, fortalezas para onde se voltaram as esperanças do povo, são exemplos que honram as tradições de nosso povo e anunciam que dias melhores serão alcançados.

São passados 28 anos, mas as causas básicas do atraso de nosso País e da miséria de nosso povo não foram ainda removidas. Mais uma vez, são hoje os comunistas, como em 1935, que se levantam contra o imperialismo e o latifúndio, em defesa das liberdades democráticas e que apelam para a unidade de todos os patriotas e democratas. Como acontecia em 1935, as idéias nacionalistas ganham novamente os quartéis. Saibamos agora melhor organizar as fôrças da revolução, unir a todos os patriotas, incorporando à frente-única, juntamente com a classe operária, as massas de milhões de camponeses e aos demais patriotas das cidades e do campo. Saibamos evitar os movimentos isolados e extemporâneos. Saibamos muito especialmente, participar ativamente da vida política, através da qual as grandes massas poderão pela própria experiência compreender a necessidade da conquista de um nôvo poder, das fôrças antiimperialistas e antifeudais, capaz de garantir uma democracia de verdade e de levar até o fim as tarefas da Revolução em sua etapa atual, nacional e democrática, abrindo o caminho para o socialismo em nosso País.

Rio, novembro de 1963.

(Novos Rumos n.º 248-22/28 Nov 63)

Há 28 anos vem a reação caluniando os combatentes nacional-libertadores (comunistas e não-comunistas) de Novembro de 1935. Dispondo da quase totalidade dos meios de informação e divulgação, os agentes do imperialismo e do latifúndio em nossa Pátria aplicam perseverantemente a diretriz de Goebells, o ministro da propaganda do nazismo: "Mais vale u'a mentira mil vêzes repetida do que a verdade". É o sovado chavão do "assassínio frio de companheiros adormecidos", que desde 1935 vem sendo empregado para enganar a opinião pública a respeito da insurreição de Novembro de 1935 e esconder as suas verdadeiras causas e objetivos.

Aos que não viveram aqueles tempestuosos dias da década de 30 convém lembrar que, ao ascenso do movimento operário e democrático, a reação imperialista mundial contrapunha o apoio ao fascismo sob suas diversas formas e o estímulo às diversas ditaduras asiáticas e latino-americanas.

Às vitórias da Frente Popular, na França e na Espanha, às vitórias eleitorais do proletariado alemão e do movimento de libertação nacional na China, Índia e América Latina, os imperialismos inglês, norte-americano e francês respondiam apoiando por todos os meios o ascenso de Hitler ao poder, as agressões de Mussolini e do Japão e a instauração das clássicas ditaduras militares de seus lacaios na América Latina.

Essa situação internacional refletia-se também, fortemente no Brasil. O ano de 1934 se caracterizou por grandes greves do proletariado e pelo amplo movimento de frente-única que se coroou com o lançamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em princípios de 1935.

Os grandes movimentos de massa (comícios, passeatas, greves, lutas de rua com o integralismo, invariavelmente apoiado pela policia) assustaram o imperialismo e seus lacaios nacionais. Ao lado da repressão policial, o govêrno de Getúlio passou a ajudar a Ação Integralista a formar suas tropas de choque sob a inspiração e égide do imperialismo nazis-

ta. Intensificou-se ferozmente a perseguição ao movimento 'sindical operário independente.

Criada sob o lema de "Pão, Terra e Liberdade", a ANL, levantando as bandeiras da emancipação nacional do jugo imperialista, da reforma agrária e da conquista das liberdades democráticas, conseguira atingir politicamente as camadas mais avançadas da classe operária e da pequena burguesia, inclusive da oficialidade patriótica de algumas unidades do Exército. Em pouco tempo, o movimento aliancista tornou-se bastante amplo e entusiasta.

A aprovação da "Lei monstro", com o consequente fechamento da ANL, o apoio descarado ao integralismo e as sucessivas agressões ao movimento operário e democrático pelo governo despertaram a indignação popular que repercutiu nos quartéis, também.

O ambiente que antecedeu imediatamente o movimento de novembro de 35 caracterizava-se pelo descenso temporário do movimento das massas pelas medidas de fascistização do Governo.

Não cabe nos marcos dêste artigo analisar as debilidades e erros cometidos pelos revolucionários de 1935 na preparação da luta. Basta dizer que não existia um plano geral de insurreição para o País e para o Rio, não funcionava um Comitê Técnico para o preparo da insurreição e seu plano, e só à última hora foi estabelecido um comando revolucionário para o levante do 3.º R.I.

Na tarde de 26 de novembro, quando chegou ao 3.º R.I. a diretiva para que fôsse iniciado o levante às 3 horas do dia 27, já o quartel se achava de prontidão, desde o dia 24, em consequência dos levantes ocorridos em Natal e Recife.

No 3.º R.I., sediado na Praia Vermelha, grupos de oficiais, sargentos, cabos e soldados, em seus respectivos círculos, vinham acompanhando o desenvolvimento da situação política nacional, desde 1934. Inicialmente estavam êles isolados em seus grupos, mas, com o decorrer do tempo começaram a tomar contato através do movimento aliancista.

As condições para o êxito do movimento eram bastante desfavoráveis. Quase 2/3 dos efetivos de sol-

dados era composto de recrutas recém-incorporados que não sabiam ainda atirar, nem conheciam os quadros, dos quais os mais estimados pela tropa estavam ligados ao movimento. Ao chegar a diretiva para o movimento ao quartel do 3.º R.I., os órgãos de segurança do Exército dela tomavam conhecimento, simultaneamente, por outros canais. Por isso, o comando do regimento começou a tomar medidas extraordinárias e urgentes para fazer abortar o levante.

O ambiente dentro do quartel era de extrema tensão, que ia aumentando à medida que se aproximava a hora H. A tropa tôda estava armada e municiada e os seus respectivos comandantes estavam alertas à sua testa. Nem um só homem dormia dentro do quartel. E, apesar disso, os tais “companheiros adormecidos” durante anos foram explorados até o histerismo. E até hoje continuam a render juro nas mãos dos profissionais do anticomunismo como o “Nauseabundo” e o seu inseparável parceiro de “The Globe”.

Às 2h30m de 27 de novembro iniciou-se a luta dentro do 3.º R.I. Estabeleceu-se cerrado tiroteio, inicialmente e que perdurou intermitente até o raiar do dia.

O III Batalhão, a Companhia de Metralhadoras do Regimento e mais algumas subunidades colocaram-se ao lado da insurreição desde o início. Outras ficaram indecisas e as Cias, de Metralhadoras dos I e II Batalhões tomaram posição contra o levante e abriram fogo contra os alojamentos do III Btl, e da CMR.

As confusões conseqüentes da má preparação do movimento impediram que a situação se esclarecesse até o nascer do dia, quando as subunidades que ainda resistiam se renderam. No cassino dos oficiais estavam presos cêrca de 70 oficiais legalistas.

Mas, já era tarde... o quartel situado na garganta entre os morros da Babilônia e da Urca já estava com a saída bloqueada pelas fôrças do Govêrno. Os canhões do 1.º Regimento de Artilharia Montada começaram a martelar o velho edifício. Aproximadamente, centena e meia de tiros de calibre 105 foram disparados contra os insurretos. O madeiramento sêco e antigo do quartel pegou fogo, logo, transfor-

mando-se rapidamente numa enorme tocha com mais de 200 metros de extensão.

Ao meio-dia de 27 tornou-se claro que o movimento fracassara e então o comando revolucionário do movimento do Regimento tomou medidas para parlar a rendição que evitaria o sacrificio de centenas de recrutas que, após o incêndio, se amontoavam na praia e começavam a ser atingidos pela artilharia que alongara o seu tiro.

Às 14h30m, aproximadamente, efetivou-se a rendição.

Muitos companheiros tomaram na luta dentro do quartel e posteriormente nas prisões. Muitos foram torturados até a mutilação e a morte, mas as idéias de libertação nacional, de progresso social e de liberdade para o povo por êles defendidas, floresceram e ganharam a consciência das massas.

Os sacrificios feitos não o foram em vão. Hoje quando verificamos o amadurecimento político do nosso povo, ao vermos quanto avançou a grande frente-única de tôdas as classes e camadas interessadas na libertação nacional do jugo da exploração do imperialismo e do latifúndio, constatamos que isso se deve, em parte, à luta heróica e aos sacrificios dos combatentes da insurreição de Novembro de 1935".

(Novos Rumos n.º 248-22/28 Nov 63)

Os Acontecimentos do Recife (Tenente X)

"O surgimento da Aliança Nacional Libertadora, frente-única popular e nacionalista, que desfraldava sua bandeira antiimperialista e antifeudal, com a motivação do apoio do líder Luiz Carlos Prestes, empolgou as camadas populares, particularmente aquelas que viviam no nordeste brasileiro.

Nos quartéis a mentalidade tenentista ia cedendo lugar a uma nova concepção da realidade brasileira. O golpe e as aspirações de cúpula eram substituídos por movimentos de apoio aos operários em luta pelas suas reivindicações salariais, como aconteceu na greve desencadeada pelos ferroviários da Great Western, em Jaboatão, Pernambuco, que contou com o concurso valioso do 29.º Batalhão de Caça-

dores, quando um "gorila", o Tenente Santa Rosa, resultou morto, por ordenar fôsem metralhados aqueles que reivindicavam melhores condições de vida.

Verifica-se, pela primeira vez no Brasil, uma autêntica confraternização de soldados e operários, dentro de um esquema que apavorou a reação. Por determinação superior, a tropa retornou ao Quartel, mas trazia consigo e deixava entre os seus companheiros operários, a esperança e a alegria de poder realizar uma luta em comum, por interesses comuns, que eram os interesses da pátria comum.

E foi o que se deu em 24 de novembro de 1935, quando em Socorro, às 9 horas daquele dia, soldados, cabos, sargentos e oficiais nacionalistas se levantaram em armas contra o govêrno que lhes parecia de traição nacional. Ao Quartel acorreram imediatamente os operários ferroviários da Great Western e de outras categorias, que empunharam armas e ofereceram o seu sangue à causa da libertação nacional.

Ainda antes de sufocada a reação oferecida pelos "gorilas" do 29.º B.C. militares e operários se instalavam na região do Largo da Paz, em defensiva ativa. Enquanto isso, uma porção considerável do maior armamento e respectivas munições era conduzida à sede do Sindicato em Jaboatão, que se destinava a armar as organizações populares, num desejo sincero e necessário de criar, em curto prazo, o esboço do Exército Popular Revolucionário.

Em Recife, no Quartel General, trava-se luta saindo feridos militares nacionalistas.

Um pelotão da Polícia Militar de Pernambuco, pronunciando a senha de "Viva Prestes" junta-se aos revolucionários de Socorro.

No Largo da Paz, durante todo o dia e à noite de 24, as tropas revolucionárias lutam contra dois batalhões. No dia 25, êsses batalhões foram reforçados pelo 20.º B.C. de Alagoas e 22.º B.C. e uma Bateria da Paraíba.

A luta assume grandes proporções. As metralhadoras e canhões batem sem cessar as posições revolucionárias. O povo acolhe os nacionalistas, alimenta-os e conforta-os com suas palavras alentadoras.

É interessante observar o comportamento huma-

no numa insurreição. Em poucas horas homens, mulheres e crianças se politizam e passam a fazer parte de sua dinâmica. Foi o caso observado de 4 crianças, meninos de 10 anos, famintos dos mocambos de Recife, que se organizaram e constituíram, voluntariamente, uma equipe de remuniçadores. Atravessavam zonas batidas, galgavam muros, rastejavam, e nunca faltava munição para a bôca das famintas metralhadoras e fuzís. Um desses heróis tombou ferido com uma bala nos pulmões, mas continuava a incentivar a todos com suas palavras que saiam acompanhadas de sangue.

Na noite de 25 de novembro a situação tornou-se insuportável. Recebeu-se ordem de retraimento.

Uma coluna rompe o cêrco de um contingente da Polícia. Dirige-se ao interior. Leva-a o desejo de amparar-se aos seus irmãos camponeses, mas é dizimada e prêsa em Chã de Alegria pelas milícias integralistas armadas pelos senhores de Usinas. A população daquela localidade rodeia os revolucionários e sua atitude é de grande e carinhosa admiração”.

(Novos Rumos nº 28-22/28 Nov 63)

Calúnia à Moda Nazista (Astrogildo Pereira)

“Com o fim deliberado de enganar e confundir a opinião pública, e por êsse meio esconder o que em verdade foi o movimento armado de 1935, sua natureza e seus objetivos, a propaganda reacionária utilizou a fundo os mais sórdidos meios de distorção e deformação da realidade, inventando as piores mentiras e calúnias contra os revolucionários. Uma dessas calúnias, repetida durante anos a fio, e até agora, é a que se refere a oficiais legalistas assassinados na cama, quando dormiam. Em jornais, boletins oficiais, discursos nas câmaras e no cemitério, declarações de todo o tipo, é a calúnia glosada em tom maior e menor. Duas ou três gerações de brasileiros, nascidos e crescidos durante os últimos trinta anos, foram intoxicados desde a meninice com o seu veneno.

Como tôda calúnia, essa do assassinato de legalistas que dormiam é repetida, moída e remoída sem

nenhuma espécie de comprovante. Os que de início a inventaram, mentindo com a consciência de que mentas alemães do tempo de Hitler levaram ao mais alto grau de "perfeição", e segundo a qual "uma mentira insistentemente repetida se transforma em verdade". Técnica baseada num miserável sofisma, mas de algum efeito em matéria de propaganda. E foi por ouvir aquela calúnia insistentemente repetida pela propaganda reacionária, que muita gente, inclusive gente, aparentemente respeitável, passou também a repetí-la como se fôsse uma verdade incontestada.

Oficiais revolucionários e seus amigos têm rebatido, mais de uma vez, a infamante invenção dos propagandistas da reação, desafiando publicamente estes últimos a apresentarem provas — provas concretas, irrecusáveis, não apenas palavras — em abono da acusação que fazem aos revolucionários. Como não existem, as provas não são apresentadas, nunca foram apresentadas; mas a calúnia continua a ser divulgada, em obediência à técnica nazista.

Existe uma documentação completa, acumulada pelas autoridades policiais, sobre a insurreição de 1935 — é o Relatório elaborado pelo delegado Bellens Pôrto, com base nos depoimentos tomados pela polícia num inquérito exaustivo. Nesse Relatório são analisadas ponto por ponto tôdas as peças necessárias ao processo instaurado contra os revolucionários. É a fonte oficial mais autorizada que existe sobre a matéria.

Tive ocasião, recentemente, de compulsar o Relatório do delegado Bellens Pôrto, publicado em volume, em 1936, e amplamente distribuído pelo Governo. Em suas páginas são mencionados todos os oficiais e soldados — legalistas e revolucionários — que tombaram durante a luta, aqui no Rio de Janeiro. O delegado Bellens Pôrto descreve minuciosamente o movimento exato e a posição exata em que tombou cada oficial ou soldado. Todos em ação — revolucionários contra legalistas, legalistas contra revolucionários. Pois bem: não há no Relatório policial uma menção a qualquer oficial ou soldado legalista assassinado na cama, abatido enquanto dormia. Nenhum nome — nem da su-

posta vítima (ou vítimas), nem do atacante (ou atacantes). Nada, nada, nada.

Ora, se tal assassinato houvesse realmente ocorrido, é claro que êle teria sido devidamente apurado no inquérito e devidamente registrado no Relatório, em seus menores detalhes. Mas é também muito claro que o Relatório não se limitaria a registrar o fato — o delegado Bellens Pôrto o teria explorado a fundo, fazendo dêle e pela dominante, o centro emocional de tôda a acusação articulada contra os revolucionários. A conclusão a se tirar do Relatório Bellens Pôrto, fonte oficial, fonte básica dos fatos apurados em inquérito rigoroso, exaustivo, essa conclusão é uma só e única: nenhum oficial ou soldado legalista foi morto na cama.

A documentação oficial destrói pela base a calúnia”.

(Novos Rumos n.º 28-22/28 Nov 63)

Os Ideais do Movimento de 1935 (Carlos Marighela)

“A 23, 24 e 27 de novembro de 1935 foi desencadeado em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro o movimento armado da Aliança Nacional Libertadora. Desde então decorreram 28 anos. Nesse espaço de tempo novas gerações de revolucionários prosseguiram lutando pelos mesmos ideais de libertação nacional com que sonhavam os heróis de 1935.

A luta pela emancipação nacional, em que continuamos empenhados, jamais deixou de encontrar, nesse período, tenaz resistência da reação. Por isso mesmo, tem sido imenso o trabalho dos que visam à falsificação e ao desvirtuamento do significado do movimento armado de 1935. Calúnias, mentiras, montanhas de acusações são atiradas todos os anos contra os revolucionários da Aliança Nacional Libertadora.

Tornou-se praxe realizar à passagem de cada 27 de novembro uma série de cerimônias militares e religiosas para verberar e lançar à execração pública o gesto patriótico dos comunistas e aliancistas.

Esfôrço tão grande da reação não alcançou, porém, os frutos desejados. Ao contrário, a luta patriótica de nosso povo cresceu em intensidade e organi-

zação, tendendo para a unidade necessária das forças que combatem o imperialismo e o latifúndio.

Em vez do repúdio à ANL e ao movimento de 35, torna-se mais claro que, hoje, é preciso exatamente liquidar as causas da espoliação e da miséria do nosso povo.

O principal documento do movimento popular da Aliança Nacional Libertadora é o Manifesto de 5 de julho, lançado por Prestes ao povo brasileiro. Neste documento são analisadas as terríveis condições econômicas do Brasil de 1935. Denuncia-se a subordinação ao imperialismo a que chegara o País. A classe operária e o povo, todos os patriotas são chamados à unidade e à luta pela liquidação do domínio e exploração do imperialismo e do latifúndio.

O Manifesto de 5 de julho lança as bases do governo popular nacionalista revolucionário.

A Aliança Nacional Libertadora é definida, no documento como “uma vasta e ampla organização de frente-única nacional”. Trata-se do “bloco — o mais amplo, de tôdas as classes oprimidas pelo imperialismo, pelo feudalismo e, portanto, pela ameaça fascista”. Para esta frente ou bloco — acrescenta o Manifesto — “precisam vir tôdas as pessoas, grupos, correntes, organizações e mesmo partidos políticos, quaisquer que sejam seus programas, sob a única condição de que queiram realmente lutar contra a implantação do fascismo no Brasil, contra o imperialismo e o feudalismo, pelos direitos democráticos.”

Vale a pena reler, nos dias de hoje, o histórico Manifesto, reexaminar o seu programa, em que se incluem pontos como êstes:

- não pagamento das dívidas externas
- denúncia dos tratados antinacionais com o imperialismo
- nacionalização de serviços públicos e das empresas imperialistas.
- distribuição das terras aos camponeses (terras tomadas sem indenização aos imperialistas, grandes proletários mais reacionários e elementos da Igreja que lutam contra a libertação do Brasil e a emancipação de seu povo)
- aumento de salários e salário mínimo

— conquista e garantia das mais amplas liberdades populares

— constituição de um governo popular, orientado somente pelos interesses do povo brasileiro e do qual poderá participar qualquer pessoa na medida da eficiência de sua colaboração.

Os comunistas, através de seu partido, foram os organizadores e dirigentes do glorioso movimento da ANL e da luta armada de 1935.

Com a ANL conseguimos, pela primeira vez no Brasil, dar sentido prático ao princípio do desenvolvimento da frente-única antiimperialista.

Após alguns meses de atividade, a ANL foi fechada pelo governo e, tal como o Partido Comunista, passou à clandestinidade. Recorreu-se, então, à luta armada.

A insurreição militar de 1935 tornou-se possível através da intensa atividade dos comunistas e aliancistas, que prepararam o movimento armado trabalhando nas difíceis condições de vida clandestina.

Apesar da derrota sofrida, os revolucionários e o povo brasileiro aprenderam muito com o levante da ANL. O erro não foi ter pegado em armas. E a esse propósito, Prestes afirmou em 1945:

“Nosso erro naquela época não foi o de empunhar armas contra o fascismo, mas o de não estarmos organicamente à altura dos acontecimentos”.

Muitos motivos, por certo, influíram para a insuficiência de nossa preparação. O principal deles porém, foi não têmos sabido incorporar à ANL a massa de milhões de camponeses, sem o que se tornou impossível a aliança operário-camponesa e, sem ela, o fortalecimento da frente-única.

Não é demais insistir em que, mesmo nos dias de hoje, o calcanhar de Aquiles da revolução brasileira continua sendo o atraso na incorporação maciça do movimento camponês na frente-única nacionalista e democrática.

A intensificação do trabalho dos comunistas entre as grandes massas camponesas significará uma mudança de qualidade no atual movimento de massas

e terá uma influência decisiva no avanço do movimento revolucionário brasileiro.

Nada, pois, há a temer. Nada nos deterá no propósito de organizar e unir as grandes massas.

A reação pode esbravejar e tentar deturpar o sentido do movimento armado de 1935. Será inútil o seu empenho. A vitória do povo brasileiro sobre o imperialismo e o latifúndio e todos os demais inimigos internos da Nação é tão certa como o dia que vem após a noite”.

(Novos Rumos no 249-29 Nov/5 Dez 63)

12. AS MANIFESTAÇÕES DO PCB NO GOVÊRNO JOÃO GOULART

Por ocasião da crise de agosto-setembro de 1961, quando do episódio da ascensão ao poder de João Goulart pela renúncia de Jânio Quadros, os comunistas mobilizaram todo o seu dispositivo de agitação e propaganda. Atacaram a emenda parlamentarista e aos que a admitiram:

“Os comunistas denunciam enèrgicamente à classe operária e ao povo a infame tentativa de conciliação com o grupo golpista reacionário, contido na proposta da emenda parlamentarista. Qualquer conciliação com o grupo golpista é um crime porque põe em risco tôdas as conquistas da nação, a realização de uma política externa independente e de uma política interna de desenvolvimento progressista do país e de melhoria das condições de vida do povo”.

(Novos Rumos n.º 133, 1 Set 61, p 1)

Através de manifestações públicas, o Partido incentivou a greve geral e a reação popular.

Após a posse de João Goulart o Partido levantou a tese da punição dos que a ela se opuseram, recomendando inclusive a deposição de governadores. Declararam aberta a perspectiva de implantação de um govêrno nacionalista e democrático (socialista), pedindo um plebiscito sôbre modificações constitucionais e a legalização do Partido. Prestes publicou em Novos Rumos:

“Nestas condições, os comunistas prosseguem sua luta pela formação de um govêrno nacionalista e democrático, único capaz de enfrentar com êxito a solução dos problemas do povo e de imprimir um rumo independente e progressista ao desenvolvimento da nação.

Somos favoráveis à realização do plebiscito, reconhecendo a significação democrática de uma consulta que permita ao eleitorado decidir a respeito das modificações introduzidas na Constituição da República pelo Congresso Nacional. Não é essa porém, a questão decisiva do momento. O principal agora é mobilizar massas para que exijam do novo governo e do Congresso Nacional o desarmamento dos golpistas, sua destituição de todos os postos de mando e a punição de todos aqueles, como o sr. Lacerda e seus apaniguados, que cometeram violências e crimes contra o povo. Cabe-nos também mobilizar massas para que exijam o imediato estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética e demais países do campo socialista. O combate à carestia de vida ocupa um lugar importante na mobilização de massas, visando a exigir do novo governo uma política financeira livre das imposições do Fundo Monetário Internacional e que assegure a elevação do salário real dos trabalhadores, o imediato congelamento de preços dos artigos de consumo popular e medidas práticas contra a inflação. Cumpre-nos ainda mobilizar massas para exigir a defesa das empresas estatais, a suspensão imediata da remessa de lucros para o Exterior, a liberdade e autonomia sindicais, a reforma agrária e garantias para a livre organização dos trabalhadores do campo.

Participando juntamente com o povo em tôdas as lutas por suas reivindicações, pelo bem-estar, o progresso e a independência da nação, os comunistas continuam batendo-se pela mais ampla solidariedade ao povo cubano e tudo fazem pela salvaguarda da paz mundial. É indispensável igualmente intensificar a coleta de assinaturas tendo em vista solicitar dentro do menor prazo possível, ao Superior Tribunal Eleitoral, o registro do Partido Comunista Brasileiro”.

O Partido Comunista iniciou, desde logo, duas grandes operações. A primeira procurando completar o domínio sindical. A segunda a conquista em uma intensiva campanha para o registro eleitoral do PCB.

Para a hegemonia sindical o Partido necessitava o contrôle integral de todos os sindicatos e a formação dos comandos centralizados para a greve.

Por outro lado, a campanha para a legalização do Partido Comunista desencadeou-se enèrgicamente em todo o território nacional.

Ao mesmo tempo, o PCB incentivava intensamente o movimento grevista e apoiava o lançamento da Frente de Libertação Nacional que era a primeira tentativa de grande vulto do estabelecimento de uma frente-única das esquerdas em ascensão.

Outro movimento que começou a avultar foi o de aproximação com os países do Mundo Socialista. Tôda a imprensa comunista desenvolveu temas para os acôrdos econômicos, e o restabelecimento de relações diplomáticas.

Em outubro de 1961, o Partido julgou oportuno baixar uma Resolução definindo os rumos de sua linha política. Nesse documento o Partido se definia em oposição ao governo Jango-Tancredo Neves, cuja ascensão apoiara.

É o seguinte o texto da Resolução:

“Os comunistas brasileiros, depois de examinar os acontecimentos políticos que se seguiram à renúncia do sr. Jânio Quadros, chegaram às conclusões contidas na presente Resolução.

As causas da crise política que abalou a Nação residem na crise de estrutura, cada vez mais profunda, da sociedade brasileira. Tornam-se crescentemente agudas as duas contradições fundamentais que reclamam solução na atual etapa histórica do nosso desenvolvimento: a contradição entre a Nação e o imperialismo e seus agentes internos, e a contradição entre as fôrças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, expressando-se esta última, essencialmente, como a contradição entre os latifundiários e as massas camponesas.

A carestia de vida e a crescente exploração das massas trabalhadoras vêm determinando o agravamento também da contradição entre o proletariado e a burguesia.

Influem no aguçamento dessas contradições, de um lado, a crescente pressão que o imperialismo norte-americano exerce sôbre as classes dominantes e o

governo brasileiro no sentido de manter e ampliar a dependência econômica e política a que nos submete e, de outro lado, a elevação da consciência política das massas e o crescimento de suas lutas. A influência da revolução cubana se faz sentir, com grande força, na radicalização do processo democrático em nosso país.

O governo do sr. Jânio Quadros não deu solução a nenhum dos problemas fundamentais de nosso povo. Sua política contribuiu, ao contrário, para o agravamento das contradições da sociedade brasileira.

No terreno econômico-financeiro, procurou o sr. Jânio Quadros levar à prática a política ditada pelo Fundo Monetário Internacional, impondo ao povo enormes sacrifícios e determinando um sensível agravamento da dependência financeira e econômica do Brasil aos poderosos grupos financeiros norte-americanos. Através das missões Moreira Sales e Roberto Campos, obteve nos Estados Unidos moratória e novos empréstimos num total aproximado de um bilhão e setecentos milhões de dólares, à custa de compromissos políticos contrários aos interesses nacionais. O sr. Jânio Quadros colocou nos postos-chaves das Forças Armadas representantes dos setores mais reacionários e direitistas, os quais constituíram, com seu conhecimento e conivência, um dispositivo militar dirigido contra o movimento operário e popular, mas que também tomava posição contra os aspectos positivos da política externa do governo.

Em virtude de promessas feitas durante a campanha eleitoral e pressionado pelas massas e forças progressistas, o sr. Jânio Quadros levou à prática uma política externa que, sob diversos aspectos e em certa medida, teve efetivamente características novas. Constituiu um fator decisivo para impedir o isolamento na América Latina do governo de Fidel Castro e facilitou a luta pela autodeterminação do povo cubano. Estabeleceu relações diplomáticas com a Bulgária, a România, a Hungria e a Albânia, determinando que o mesmo se fizesse em relação à União Soviética. Tudo isso refletia os interesses da Nação e constituía sério apoio à causa da paz mundial.

Agravaram-se, por todos êstes motivos, as contradições que se manifestavam no govêrno do sr. Jânio Quadros. Diante dos círculos belicistas dos Estados Unidos, que intensificam a "guerra fria" a pretexto da defesa de Berlim, o restabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética constituia um gesto de paz que se opunha aos interesses dos provocadores de guerra norte-americanos e de seus agentes no país. A pressão das fôrças mais reacionárias e entreguistas sôbre o govêrno brasileiro aumentava consideravelmente. A crise de govêrno tornava-se inevitável. O sr. Jânio Quadros, ao invés de apoiar-se no povo para resistir, preferiu a fuga e a capitulação com a renúncia, entregando o poder aos golpistas, comprovando assim a essência reacionária e entreguista do seu govêrno. E traiu os milhões de eleitores que lhe deram a vitória nas urnas.

Com o poder nas mãos, os golpistas tentaram liquidar a legalidade constitucional e implantar no país uma ditadura reacionária. Contra o golpe levantaram-se as massas populares. Em diversos pontos do país, poucas horas após a renúncia, operários, estudantes e populares ganhavam a rua e manifestavam sua disposição de luta em defesa da legalidade constitucional. As greves e manifestações de massas contribuíram muito, e em alguns lugares decisivamente, para a rápida ampliação do poderoso movimento de opinião pública que isolou os golpistas e os tornou em seguida impotentes, com a atitude em defesa da legalidade de parte considerável das Fôrças Armadas.

O movimento em defesa da legalidade constitucional foi a forma amplíssima por que se manifestou a fôrça do movimento democrático brasileiro, o sentimento de independência e o desejo de progresso que ganham os mais amplos setores da população do país. Desde o primeiro momento, o povo manifestou seu ódio ao opressor norte-americano sob diversas formas, inclusive apedrejando a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. Nosso povo soube também compreender que os golpistas se levantavam contra os aspectos positivos da política externa do sr. Jânio Quadros e, lutando contra o golpe de Estado, em defesa da legalidade constitucional, lutava igualmente

por um governo que aplicasse uma política de relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas, de solidariedade aos povos que lutam contra o colonialismo, e, muito particularmente, em defesa da autodeterminação do povo cubano, contra qualquer intervenção nos negócios internos de Cuba, em apoio do governo revolucionário de Fidel Castro.

Foi particularmente importante o papel do proletariado, que representou força decisiva para a unidade, ampliação e consolidação do movimento de massas. A classe operária utilizou diversas formas de luta, destacando-se, entretanto, a greve política, que reflete um nível mais alto alcançado pelo movimento operário.

O movimento camponês demonstrou também que avança e se fortalece. Em alguns pontos, os camponeses se arregimentaram em defesa da legalidade, manifestando sua decisão de resistir à reação, participando ativamente de manifestações e dispondo-se a empreender lutas mais altas contra a tentativa de implantação de uma tirania militar.

Dentre os setores da pequena burguesia, foram os estudantes que desempenharam o papel político mais ativo. A unidade e o desassombro dos estudantes, decretando a greve geral em todo o país, contribuíram para a ampliação e firmeza da luta.

A burguesia participou da luta em parcela considerável. Enquanto, porém, uma parte se aproximava do povo e se dispunha a lutar ao lado dele, outra revelava sua nítida tendência ao compromisso com os golpistas, desenvolvendo, na frente-única, constantes esforços no sentido de paralizá-la, de fazê-la retroceder e capitular.

A maioria das assembleias legislativas estaduais e numerosas câmaras de vereadores tomaram posição em defesa da legalidade constitucional e contra as arbitrariedades e ampliação da luta.

Os militares dos partidos políticos se colocaram, em geral, ao lado da legalidade constitucional, malgrado a omissão ou resistência das direções. Estas, com exceção de alguns diretórios estaduais do PTB e do PSB, pouco contribuíram para a mobilização de massas contra os golpistas, sendo que as direções

nacionais e mesmo alguns diretórios estaduais do PTB e do PSB chegaram a conclamar as massas à passividade, em notas públicas.

Na luta contra o golpe também participou amplamente a imprensa, contribuindo para esclarecer e orientar a opinião pública e resistindo, por vâzes com bravura, às investidas violentas da reação. Destacou-se o papel representado pelas radiodifusoras que formaram a Cadeia da Legalidade.

Os comunistas estiveram na vanguarda das lutas de classe operária e dos demais patriotas e democratas, levantaram desde o primeiro momento a justa palavra-de-ordem de defesa da legalidade constitucional e posse imediata, na presidência da República, do sr. João Goulart. Contribuíram, dessa forma, de maneira decisiva, para aglutinar as fôrças que se levantaram contra os golpistas.

Foi assim que, ao calor das lutas, se congregaram as mais amplas fôrças sociais e políticas em torno da defesa da legalidade constitucional. Nessa frente-única, as fôrças mais conseqüentes estavam animadas da idéia de emancipação nacional e do desejo de ver efetivadas as reformas de base indispensáveis ao progresso do país. Tendo fins limitados, a frente-única incluía desde os patriotas conseqüentes, que desejavam o completo esmagamento dos golpistas e a conquista de um govêrno capaz de dar solução aos problemas nacionais básicos, até setores da burguesia que têm seus interêsses entrelaçados com os dos grupos imperialistas e outras fôrças retrógadas. Tais fôrças, ao mesmo tempo que defendiam os interêsses do imperialismo e seus agentes internos, desejavam evitar uma ditadura de direita, porque levaria ao aprofundamento da luta de massas e à guerra civil, cujas conseqüências temiam.

As classes dominantes, apesar das dificuldades que tiveram de vencer, ainda conseguiram manter o contrôle da situação. Através da maioria reacionária predominante no Parlamento, conciliaram às custas do povo, impedindo, com a manobra da emenda parlamentarista, que a vitória alcançada contra os golpistas tivesse maior profundidade.

Êste desfecho foi possível porque na frente-única predominava a influência da burguesia, que é vacilante e conciliadora. As fôrças fundamentais — a classe operária, os camponeses e sua vanguarda — não estavam suficientemente preparadas para dirigir a luta.

Entretanto, a crise política muito contribuiu para despertar a consciência cívica de milhões de brasileiros. Poderosas fôrças patrióticas e democráticas elevaram seu nível político, estreitaram sua unidade e ganharam nova confiança em si mesmas. O movimento democrático de massas cresceu consideravelmente. O desencadeamento de greves políticas, as manifestações de rua, a formação de inúmeros comitês democráticos de resistência, o surgimento de batalhões patrióticos e o intenso alistamento, principalmente no Rio Grande do Sul e em Goiás, de homens do povo dispostos a pegar em armas — são um atestado de que se eleva rapidamente o nível da consciência política e revolucionária das massas. O processo democrático não foi interrompido. Avança no sentido de novas conquistas.

O nôvo govêrno, com o sr. João Goulart na presidência da República e o sr. Tancredo Neves na presidência do Conselho de Ministros, formou-se à base da conciliação, do compromisso com o imperialismo e o latifúndio. É um govêrno heterogêneo, incluindo em seu seio desde conhecidos agentes do imperialismo ianque, como o sr. Moreira Sales, até membro da Frente Parlamentar Nacionalista, como o sr. Gabriel Passos. Reflete os conflitos entre interêsses de grupos dos partidos políticos nêle representados. Nasceu, além disso, comprometido com os golpistas, que pretende apaziguar. E êstes, que tudo fazem para conservar posições importantes no aparelho do Estado, particularmente nas Fôrças Armadas, continuam conspirando e aguardam apenas um momento favorável para insistir em suas tentativas liberticidas. Trata-se, pois, de govêrno débil e instável.

A política do govêrno está expressa no Programa do Conselho de Ministros apresentado ao Parlamento. Prosseguindo na linha de conduta do govêrno Jânio Quadros, o Programa insiste na mesma política de

estabilização monetária ditada pelo FMI. Em relação ao capital estrangeiro, deixa com mãos livres os trustes imperialistas da eletricidade, dos minérios, da indústria automobilística, da distribuição do petróleo. Promete a êstes trustes novas concessões, "tarifas realistas", etc. Abre novos campos para a associação entre capitais imperialistas e capitais nacionais.

Além de reduzir o papel da Eletrobrás apenas ao de uma empresa coordenadora e mentora da expansão da política de energia elétrica, o Programa contém graves ameaças à Petrobrás. É preconizada a exploração de concessões petrolíferas no exterior, em detrimento das prospecções realizadas em nosso território, assim como a "associação da Petrobrás com outras companhias nacionais e estrangeiras", o que representa um atentado flagrante à orientação nacionalista da política do monopólio estatal.

Embora o Programa se pronuncie por uma "ampla reforma agrária", as medidas nêle sugeridas não podem levar à transformação profunda do sistema latifundiário, reclamada imperiosamente pelo desenvolvimento do país. Na realidade, o Programa trata de reduzir a reforma agrária a medidas extremamente limitadas, como a "ocupação de terras devolutas", a "abertura de frentes de colonização em áreas novas" e "reformas fiscais destinadas a punir a propriedade improdutiva". Apela exclusivamente para o aumento da produtividade e para uma vaga "humanização do homem do campo", sendo visível o propósito de ludibriar as massas camponesas.

No que concerne à política externa, o Programa tem posição dúbia e vacilante, pois se, de um lado, reafirma fidelidade aos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, rejeitando a "prévia vinculação a blocos de nações ou compromissos de ação conjunta", de outro lado ressalta a disposição de cumprir os "compromissos regionais contidos na Carta da OEA e no Tratado do Rio de Janeiro".

O nôvo govêrno é, assim, em sua essência, reacionário e entreguista. Chocar-se-á inevitavelmente com o descontentamento das massas trabalhadoras e populares, vítimas da inflação, que se acelera, e da carestia, das manobras feitas às custas do povo, dos compromi-

sos que agravam a dependência do país aos monopólios ianques e ao Departamento de Estado. Contra o governo não poderão deixar de colocar-se todos os patriotas e democratas, que como revelaram os acontecimentos que se seguiram à renúncia do sr. Jânio Quadros, estão dispostos a lutar pela solução dos problemas básicos da Nação.

O sr. João Goulart, dadas as peculiaridades do sistema parlamentarista brasileiro, é também responsável pela política e pela conduta do governo. Em vista dos acontecimentos, digo, dos compromissos que o vinculam ao movimento nacionalista e aos trabalhadores, está em condições de influir no sentido de que seja modificado o governo e se realizem, sem maiores delongas, as reformas de base incluídas no programa do PTB, de que seja defendida a democracia sem quaisquer vacilações e assumo o Brasil uma posição efetivamente independente no cenário mundial, ao invés de conciliar com os generais golpistas e de capitular, como vem fazendo, diante do imperialismo norte-americano, dos piores exploradores do povo e dos representantes dos latifundiários.

Os comunistas se colocam, assim, em oposição a êsse governo, ao mesmo tempo que tudo farão para continuar na vanguarda das lutas reivindicatórias dos trabalhadores e de tôdas as ações em defesa dos superiores interesses da Nação.

Os problemas que levaram à crise político-militar não foram resolvidos. Ao contrário, se agravam. E a situação das massas trabalhadoras se tornou ainda mais difícil e penosa, com o acentuado encarecimento do custo de vida.

Por isso mesmo, os trabalhadores mobilizam suas forças, preparam e desencadeiam lutas reivindicatórias de grande envergadura. Elevado é o número de greves em todo o território nacional, revelando a combatividade, a organização e o alto grau de consciência a que chegaram os trabalhadores, dispostos a defender seus direitos com firmeza e energia, não permitindo que recaiam sobre seus ombros as conseqüências da situação que o país atravessa.

Reagrupam-se as forças políticas. As forças mais conseqüentes da frente-única de resistência democrá-

tica não aceitaram a conciliação com o golpismo e se mobilizam, agora em nível nôvo e mais alto, com características mais radicais. A Declaração de Goiânia e a Frente Nacional de Libertação possibilitam a estruturação em todo o país de poderoso movimento em pról da emancipação de nossa pátria e da defesa da democracia. Os comunistas, que participam ativamente, sem qualquer exclusivismo, do movimento nacionalista e democrático, e que se orgulham da atividade que desenvolveram durante a crise político-militar, contribuirão com entusiasmo para a unificação de todos os patriotas e democratas.

As fôrças mais reacionárias e entreguistas, embora hoje em condições menos favoráveis, cuidam de conservar seus postos no aparelho do Estado, rearticulam-se abertamente, mantendo assim vivo o perigo de novas tentativas golpistas. Usam a velha e desmoralizadora bandeira do anticomunismo para tentar isolar os comunistas e golpear os democratas e nacionalistas, todos aquêles que defendem os interêsses do povo e desejam a libertação do país. O recrudescimento da campanha anticomunista reflete o desespero nas fileiras de nossos inimigos, em consequência das vitórias já alcançadas no terreno da unidade das fôrças democráticas e antiimperialistas.

As fôrças da conciliação e do compromisso com o imperialismo e o latifúndio continuam a fazer seu jogo duplo, de que o Programa e a conduta do govêrno João Goulart-Tancredo Neves constituem exemplo.

Apresenta-se desta maneira um quadro em que as perspectivas são de novas lutas e, também, de novas vitórias. A frente de massas, cabe aos comunistas saber orientá-las para que se unam e lutem organizadamente, em defesa de suas reivindicações imediatas e por uma mudança para melhor no processo de desenvolvimento da vida econômica e política do país.

Os acontecimentos comprovam, com crescente vigor, que se torna necessário um poder político diferente, constituído de fôrças efetivamente dispostas a romper com a dependência ao imperialismo e liquidar o latifúndio, abrindo, assim, o caminho para o progresso da Nação e o bem-estar do povo. Os comunistas prosseguem a luta pela formação de um govêrno

nacionalista e democrático, o governo de coalizão, representativo das forças patrióticas e democráticas, desde o proletariado até a burguesia ligada aos interesses nacionais. É o único governo capaz de enfrentar com êxito a solução dos problemas atuais e de imprimir um rumo independente e progressista ao desenvolvimento da Nação, iniciando sem demora a nacionalização das emprêsas norte-americanas, realizando a reforma agrária radical que ponha fim ao latifúndio e entregue a terra aos camponeses, enfrentando concretamente os graves problemas do Nordeste e das demais regiões atrasadas do país, ampliando uma política externa efetivamente soberana, assegurando o desenvolvimento independente da economia nacional e o bem-estar dos trabalhadores e do povo.

Esse governo pode ser conquistado como resultado da luta de massas e da modificação na correlação de forças políticas. Ao combater a política de compromissos com o imperialismo e a reação, os comunistas consideram necessária a união de tôdas as forças patrióticas e populares para a luta pela mudança do atual Conselho de Ministros e pela formação de um Conselho de Ministros nacionalista e democrático, através da pressão sôbre o Congresso Nacional e outras formas de luta de massas.

É enorme a importância das eleições que se realizarão no próximo ano, para a renovação da Câmara de Deputados e de dois terços do Senado, para governador em diversos Estados, para Assembléias Legislativas, prefeitos e Câmaras Municipais. Nosso objetivo deverá ser o de obter importantes modificações na composição política do Parlamento, nos executivos estaduais e nas Assembléias Legislativas. É preciso eleger governadores nacionalistas que se oponham ao golpismo, homens que sirvam de firme ponto de apoio na luta pelas liberdades democráticas e pela libertação do país; eleger deputados e senadores nacionalistas, progressistas e democratas, à altura da tarefa que se impõe ao Parlamento nos dias atuais. Devemos organizar desde já a luta pela vitória das forças nacionalistas e democráticas nas eleições de 1962, assegurando uma maioria nacionalista no Par-

lamento e elegendo uma combativa bancada comunista.

No momento atual, o combate à carestia de vida ocupa lugar importante na mobilização das massas, visando a exigir do govêrno uma política financeira livre das imposições do Fundo Monetário Internacional e que assegure a elevação do salário real dos trabalhadores, o imediato congelamento dos preços dos artigos de consumo popular e medidas práticas contra a inflação. Da maior importância se reveste a luta pela suspensão imediata da remessa de lucros para o exterior. Torna-se necessário reformar a Constituição em um sentido democrático, tendo em vista eliminar os dispositivos que dificultam a realização de uma reforma agrária radical e outras reformas básicas, assim como garantir o direito de voto aos analfabetos e soldados. A defesa das liberdades democráticas, da liberdade e autonomia sindicais e do direito de greve, são questões que exigem a vigilância e a mobilização das massas. Devem ser abolidas as discriminações antidemocráticas da Lei Eleitoral. É igualmente necessário exigir do govêrno e do Congresso Nacional a destituição dos golpistas de todos os postos de mando e a punição de todos aqueles que cometeram e continuam cometendo violências e crimes contra o povo. Cabe-nos ainda mobilizar massas para que exijam o imediato restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética e demais países do campo socialista, bem como a execução dos acôrdos comerciais firmados com os mesmos países.

A gravidade da situação internacional, ante a utilização, pelas potências ocidentais, da República Federal Alemã e seu poderio bélico e industrial, como cabeça-de-ponte visando a uma guerra mundial, torna indispensável a intensificação da luta em defesa da paz. E a luta pela paz exige igualmente que organizemos e ampliemos o movimento de solidariedade ao povo cubano, que se encontra na vanguarda dos povos da América Latina em luta contra o opressor norte-americano e que é, por isso, o mais direta e imediatamente visado, estando vitalmente ameaçado.

A crise política colocou com nôvo vigor, não apenas para os comunistas, mas para todos os patriotas

e democratas, a importância do papel do movimento comunista. Os acontecimentos confirmaram a justiça da nossa linha política e revelaram que os comunistas já alcançaram um nível político e ideológico mais elevado, destacando-se a combatividade na maioria dos militantes e o espírito de iniciativa de numerosos dos quadros dirigentes.

Foi também possível verificar que melhoraram nossas ligações com as massas, particularmente com a classe operária e com o movimento estudantil.

Entretanto, se já demos um bom passo no processo de acumulação de forças em que nos encontramos, foi um passo apenas e muito precisamos ainda fazer para nos elevar à altura das possibilidades e das necessidades. Não temos dado a necessária atenção ao trabalho político dos comunistas nas emprêsas e isto nos dificulta vencer a influência reformista no movimento sindical e dar base sólida ao movimento sindical de cúpula.

A subestimação de nosso trabalho no campo, contribui para que o movimento se desenvolva em ritmo ainda lento e constitua o setor mais débil do movimento patriótico e democrático em nosso país.

É necessário chamar a atenção para duas incompreensões quanto à nossa linha política, as quais têm acarretado erros na atuação de alguns camaradas. A primeira consiste na absolutização da possibilidade da saída pacífica de nossa revolução, isto é, na exclusão da possibilidade de uma saída não pacífica da revolução brasileira. A outra incompreensão é o entendimento de que o caminho pacífico significa um processo idílico, sem choques e conflitos sociais, e que, por tal motivo, não devemos aguçar as contradições de classe e aprofundar a luta contra o inimigo.

Estamos agora diante de novas e maiores tarefas. Para levá-las a termo é indispensável que cuidemos cada vez mais de reforçar o movimento comunista, desenvolver sua atividade entre as massas e assegurar sua unidade para aumentar sua capacidade de ação. Os últimos acontecimentos exigem e ao mesmo tempo facilitam a superação das tarefas de construção do movimento comunista. Será essa a melhor forma de capitalizarmos a vitória democrática de nos-

so povo e o sentimento de satisfação e orgulho que ganha nossas fileiras.

Devemos acelerar agora o processo de registro eleitoral de nosso Partido, constituindo as Comissões de patrocínio nos Estados e Municípios, intensificando o movimento de massas e a coleta de assinaturas de eleitores.

Para livrar nosso país dos monopólios norte-americanos e de seus agentes internos, temos ainda de travar duros combates. Para eles devemos estar preparados. Como ensina o grande Lênin, a história em geral e a das revoluções em particular debilidades e erros cometidos pelos revolucionários de 1935 é sempre muito mais rica do que imaginam os melhores partidos de vanguarda, donde a dupla conclusão de que o proletariado, e particularmente seu Partido, precisam saber utilizar tôdas as formas de luta e achar-se em condições de substituir, de maneira rápida e inesperada, uma forma por outra. Devemos estar sempre preparados para enfrentar tôdas as conseqüências do aguçamento da luta de classes e das crises políticas e, portanto, para rápidas mudanças nas formas de luta. Persistindo na luta contra as tendências de direita, devemos continuar combatendo com firmeza o oportunismo da esquerda que pretende desconhecer a importância da acumulação de fôrças e da ampla utilização, que devemos saber fazer, das formas legais de luta.

As maiores e novas tarefas que temos agora pela frente constituem um motivo de estímulo à nossa atividade. Adquirimos considerável experiência nas últimas lutas travadas pelo nosso povo. Vimos mais de perto nosso erros e debilidades, podendo assim corrigí-los. Temos consciência das vitórias do socialismo no mundo inteiro e realizamos nossos trabalhos exatamente quando o glorioso Partido Comunista da União Soviética discutia, em seu XXII Congresso, o nôvo Programa — a Carta do Comunismo — que aponta para todos os povos a perspectiva da vitória final na luta contra a exploração do homem pelo homem. Reforça-se, por tudo isso, a convicção de que também o povo brasileiro vencerá seus inimigos, al-

cançará a completa emancipação nacional e seguirá pelo caminho do socialismo”.

(Novos Rumos no 143, 3/9 Nov 61, p 8)

O III Encontro Sindical, na Guanabara e o I Congresso dos Lavradores Agrícolas de Belo Horizonte foram os conclaves mais significativos desse período. Os comunistas dominaram-nos inteiramente.

A 24 de novembro, o governo brasileiro restabeleceu as relações diplomáticas com a União Soviética. Luiz Carlos Prestes enviou ao Presidente João Goulart mensagem de felicitações em nome dos comunistas brasileiros.

O Partido Comunista começou a desenvolver forte campanha contra o Gabinete Tancredo Neves.

Prosseguiram as greves, incentivadas pelos comunistas, salientando-se entre estas a do “abono de Natal” em São Paulo.

A imprensa comunista excedeu-se em manifestações contra as autoridades. Em Belo Horizonte sérios incidentes ocorreram, sendo empastelado o jornal marxista “O Bônio”.

As divergências internas no Partido assumiram uma condição crítica. Foram expulsos em dezembro de 1961 Pedro Pomar, João Amazonas, Grabois, Calil Chade e outros dirigentes.

A penetração na UNE e na Petrobrás asseguravam no início de 1962 o domínio comunista dessas organizações.

Em janeiro de 1962 realizou-se o VI Congresso dos Ferroviários liderado pelo comunista Rafael Martinelli.

A nova diretoria do CNTI, cuja posse contou com a presença de Jango, foi outra consagração da hegemonia comunista no meio sindical. O comunista Clodsmith Riani assumiu a presidência da Confederação. Enquanto falava o Presidente da República os assistentes gritavam: Cuba! Cuba! Cuba! (Ver Novos Rumos n.º 154, 19/25 Jan 62, p 8)

Realizou-se, nessa ocasião, a Conferência dos Chanceleres em Punta Del Este, onde a delegação brasileira chefiada por Santiago Dantas assumiu posição dúbia e tergiversante.

Luiz Carlos Prestes publicou em fins de janeiro o seu artigo sobre o XXII Congresso do PCUS, intitulado: "Os Construtores do Comunismo — Um debate histórico".

No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola encampou em fevereiro de 1962 a Companhia Telefônica, criando um problema sério nas relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos. O PCB apoiou públicamente a atitude do governador gaúcho: "Brizola está certo". (Ver Novos Rumos n.º 159, Fev/ 1.º Mar 62, p 1)

Em março de 1962, os comunistas comemoraram auspiciosamente 40 anos de existência do Partido. Geraldo Rodrigues dos Santos, membro da delegação do PCB à URSS declarou que as vitórias do PCUS eram "um apêlo ao aceleração do processo revolucionário" no Brasil. (Ver Novos Rumos n.º 160, 2/8 Mar 62, p 4) Nessa ocasião, Prestes declarava:

"Comemorando o aniversário de nosso Partido êste ano, no quadro de um amplo ascenso democrático das lutas do povo contra a miséria, pelas liberdades, por uma reforma agrária radical, contra a dominação imperialista norte-americana, pela solidariedade ao glorioso povo cubano. Essas lutas põem na ordem-do-dia a possibilidade da conquista de um govêrno nacionalista e democrático — reivindicações proposta pelos comunistas às demais fôrças que integram a ampla frente de libertação nacional.

A história de nosso Partido é a história da luta pela assimilação do marxismo-leninismo e por sua justa aplicação, em forma criadora, à realidade brasileira, em permanente colaboração com as massas e através de uma constante autocrítica. Nosso Partido amadureceu na luta contra todos os desvios de direita e de esquerda, contra o sectarismo, o dogmatismo e o revisionismo, sempre fiel à unidade do movimento comunista internacional, fiel aos princípios do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário e às teses das Declarações das Conferências de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários, realizadas em 1957 e 1960.

Em seus quarenta anos o Partido formou várias gerações de quadros políticos aguerridos; partindo do estudo cada vez mais aprofundado das teses gerais

do marxismo-leninismo, definiu o caráter da revolução em nosso país e o caminho da revolução brasileira nas atuais condições do mundo e do Brasil, consagrados pela Convenção Nacional de setembro de 1960.

No curso desses quarenta anos de atividade e de lutas, foram numerosas e dolorosas as perdas em combate. Aos camaradas que tombaram, que contribuíram para fazer de nosso Partido o que ele hoje é, seja a ele simplesmente aderindo, resistindo com tenacidade ao inimigo, lutando por derrotá-lo e para avançar, pelo pensamento e pela ação, com o sacrifício da liberdade, da família, do conforto pessoal, oferecendo-lhe toda a vida, devemos a todos lembrar e a todos prestar o preito de nossa homenagem e respeito.

Com a vontade e a certeza de tornar cada vez maior sua força de partido político moderno da classe operária, de dirigente da luta pela democracia e pela paz, pela emancipação completa do Brasil e pelo socialismo, os comunistas brasileiros em comunhão com todo o povo comemoram este quadragésimo aniversário da fundação de seu Partido. No curso dos quarenta anos de sua existência, de sua atividade, de suas lutas, o Partido Comunista acumulou um grande patrimônio de riqueza moral e revolucionária, de fidelidade aos princípios da liberdade e da democracia, de capacidade de interpretação e de modificação da história, que não tem comparação possível na vida de nenhum outro partido político de nosso país. Este balanço, que atesta e exalta a inteligência política, o espírito revolucionário, a paixão combativa da classe operária brasileira e de sua vanguarda, constitui a garantia para todos os brasileiros de que o Partido Comunista será capaz de realizar seu papel histórico na luta pela emancipação econômica do Brasil, pelo seu progresso social, até o triunfo do socialismo e a construção da sociedade comunista em nosso país”.

(Novos Rumos, nº 162, 23/29 Mar 62, Suplemento, p 2)

Nessa comemoração do 40.º aniversário, Di Cavalcanti escreveu “saudando a maturidade do meu partido”, Mário Schemberg discorreu sobre: “Os intelectuais e o Parti-

do Comunista”, Moisés Vinhas declarou que “O Partido é indestrutível e Oduvaldo Vianna saudou “os companheiros de viagem”. Prestes fêz comício em Piedade e houve festa popular em Caio Martins, Niterói, onde compareceram ao lado do Secretário do PCB, o governador Celso Peçanha, Tenório Cavalcanti, Vasconcelos Torres, Aarão Steimbruck e Jonas Barbieri. Vasconcelos Torres, hoje senador, declarou hipócritas os que atacavam o Partido Comunista, tendo sido um dos oradores mais aplaudidos. Em São Paulo, o povo cantou a Internacional no Pacaembú. O deputado Almino Afonso, depois Ministro do Trabalho, saudou calorosamente a Luiz Carlos Prestes. (Ver *Novos Rumos* n.º 163, 30 Mar/2 Abr 62)

Os estivadores declararam-se em greve, na I Conferência Nacional, liderada por Oswaldo Pacheco. A UNE lançou moção de apoio a Brizola pela encampação da CTN. O PCB criticou o discurso do Presidente no almôço que lhe oferecera a Câmara do Comércio Americana. (Ver *Novos Rumos* n.º 163) O Presidente da República estêve na CNTI onde presidiu a reunião ao lado de Clodsmith Riani e Benedito Cerqueira. (*Novos Rumos* n.º 164, 6/12 Mar 62, p 2) Prestes falou em concorrido comício em Santos.

Nesse momento, o PCB intensificou a campanha para a encampação das concessionárias de serviços públicos no Brasil.

O Exército foi atacado pela imprensa comunista, acusado de ter desencadeado o terror contra as Ligas Camponesas de Julião —. (*Novos Rumos* n.º 165, 13/19 Abr 65)

Brizola, apoiado pelo PCB, fazia intensa pregação no rádio, na televisão e em comícios públicos pela encampação. Ao mesmo tempo Prestes se desincumbia da missão que trouxera da Rússia de preparar uma exposição sôbre a URSS no Rio de Janeiro. Em todo o país, do Rio Grande do Sul ao Pará desenvolviam-se os incidentes pela disputa de terras, com a ocorrência de choques entre as fôrças legais e camponeses armados.

A 1.º de Maio de 1962, Prestes se dirige ao povo:

“Façamos dêste Primeiro de Maio, em todo o país, uma grande jornada de luta em defesa das liberdades democráticas, pelo direito de voto aos anal-

fabetos, soldados e marinheiros, pelo registro eleitoral do Partido Comunista. A legalidade completa do Partido Comunista é exigência democrática cada vez mais inadiável em nosso país.

Façamos dêste Primeiro de Maio uma jornada nacional de protesto contra o assassinio de camponeses no Nordeste.

Reforcemos a organização da classe operária e a unidade de suas fileiras intensificando as manifestações junto ao Congresso Nacional, tendo em vista a aprovação dos projetos de lei que instituem o 13.º mês de salário, a título de abono de Natal, e o salário-família, e desenvolvendo a solidariedade a todos os movimentos reivindicatórios. Apoiemos as lutas dos trabalhadores do campo e ajudemo-los a se organizarem. A aliança operário-camponesa constitui base indispensável à unificação de todos os patriotas e democratas, ao poderio da Frente de Libertação Nacional, que pode e deve congregiar todos os que almejam a vitória da revolução nacional e democrática em nosso país.

Unidos, lutemos pela substituição do atual governo por um governo nacionalista e democrático, que realize as reformas de base reclamadas pelos superiores interesses da nação.

A luta, a organização e a unidade da classe operária, das grandes massas camponesas e de todo o povo, assegurarão a vitória.

Salve o Primeiro de Maio e a solidariedade internacional do proletariado:

Salve a luta dos trabalhadores de todo o mundo pela paz, a democracia e o socialismo!

Viva o povo brasileiro unido!

Pelos comunistas de todo o Brasil”

(Novos Rumos n.º 167, 27 Abr/3 Mai 62, p 1)

O PCB promoveu um grande comício na Cinelândia, no Rio de Janeiro, onde falaram Prestes, Dante Pelacani, Riani, Benedito Cerqueira e outros. O Ministro do Trabalho, Franco Montoro foi vaiado, ao ser anunciada a sua presença, tendo que se retirar temeroso. Populares agitavam bandeiras vermelhas e faixas exigindo a legalidade

do PCB. Prestes criticou a Aliança para o Progresso e conclamou o povo a se unir em uma frente-única. (Ver *Novos Rumos*, n.º 168, 4/10 Mai 62, p 8)

No Nordeste, a sêca agravou intensamente o problema social. Milhares de flagelados invadiram as cidades, criando graves incidentes.

O Movimento de Cultura Popular com o apoio da UNE e do Ministério da Educação e Cultura passou a desenvolver uma campanha de doutrinação marxista em todo o território brasileiro.

Ainda em maio, Brizola lançou o “slogan”: Reforma ou Revolução”. Mais vale perder a vida lutando que perder a razão de viver”, disse êle no CACO perante os estudantes.

As Ligas Camponesas se expandiam, principalmente no Nordeste.

O PCB investiu novamente contra o Conselho de Ministros exigindo a sua substituição por outro mais radical. Em junho a UNE desencadeou a primeira greve geral estudantil pela reforma.

O General Osvino Ferreira Alves anunciou a existência de uma trama golpista, no que foi apoiado pelo General Peri Bevilacqua. Disse o General Osvino em seu pronunciamento no 1.º GCAN AAAe:

“Meus Camaradas: quero alertá-los sôbre um movimento que se vem articulando no país, e que, sob pretexto de combater o comunismo, visa a enfraquecer as Fôrças Armadas e desmoralizar o Govêrno, por suas mais destacadas personalidades, para depois jogá-los por terra. Iniciando sua ação destruidora, já se nota a preocupação de cavar separação entre sargentos e oficiais — o que nunca tinha sido visto anteriormente, e de oficiais entre si. Perseguem-se oficiais a pretexto de combater o comunismo. Êsse movimento — que já encontrou similares de triste memória na Itália, com o fascismo, e logo após na Alemanha, com o nazismo, tem por finalidade apossar-se do Poder, para estabelecer em nossa terra uma ditadura de direita. A mesma ditadura que se tentou implantar no país em 25 de agôsto do ano passado e nos dias subseqüentes e que encontrou o repúdio dos bravos soldados do Brasil.

Tenho a convicção de que os maus brasileiros não poderão instituir uma ditadura, onde ninguém tem direito, a não ser uma minoria dominante, que se atribui tôdas as vantagens à custa da miséria dos demais, se contarmos sempre com soldados como êstes que aqui se encontram. O combate ao comunismo há de ser realizado por nós mesmos, dentro dos princípios e do Estado democrático, não havendo necessidade de sujeição do povo a desastrosos regimes de exceção ou extralegais. Os ideais do povo brasileiro hão de ser buscados sem que para isso tenhamos de deixar de ser os democratas que somos. Vivemos em uma democracia que é muito mais capaz de atingir as legítimas aspirações nacionais do que a mais bem organizadas das ditaduras”.

O General Peri Bevilacqua declarou:

“Voltaram a exhibir aos desavisados o bicho-papão do perigo anticomunista, que já uma vez pôs em fêrias a Constituição, em 1937, e agora torna a ameaçar-nos sèriamente, conforme denúncia do digno general Osvino Ferreira Alves, comandante do I Exército. O macartismo sepultado nos Estados Unidos resuscitou entre nós, na forma sul-americana do golpismo”.

(Novos Rumos n.º 172, 1/7 Jun 62 ps 3 e 8)

O Presidente da Republica deu entrevista ao Pravda, declarando que as “relações Brasil-URSS terão grande incremento”.

A 15 Jun 62, Prestes deu entrevista a Novos Rumos, conclamando os trabalhadores a luta para “impedir a conciliação e impor um gabinete nacionalista”. Declarou:

“Já dissemos que os politiqueiros e reacionários estão se movimentando, nos bastidores, buscando repetir os conchavos que levem a nôvo govêrno de conciliação. Trata-se, aliás, de cidadãos bastante conhecidos. Cuidam êles de dividir entre si ministérios e vantagens, às costas do povo e às custas do povo.

Mas, estamos vivendo dias diferentes, em que a influência da opinião pública se torna cada vez mais

rigorosa. O povo quer ser ouvido e atendido. As forças patrióticas e democráticas — os operários, camponeses, estudantes, a intelectualidade, as camadas médias urbanas e os setores progressistas da burguesia nacional — constituem a esmagadora maioria da nação. Unidas e atuantes, essas forças podem impor sua vontade, derrotar os conciliadores e a minoria reacionária e entreguista, exigir a constituição de um governo nacionalista e democrático, efetivamente capaz de realizar as mudanças que o povo reclama. Repitamos, porém: essas forças devem se unir e agir. Não há tempo a perder. Urge pressionar o presidente da República e o Parlamento no sentido de que seja escolhido um primeiro-ministro e constituído um Conselho de Ministros que se comprometam a levar à prática as medidas já apontadas. As organizações populares, estudantis, camponesas e operárias já estão se movimentando, mas a situação exige que suas ações sejam intensificadas. E as massas devem manifestar-se em todos os locais e por tôdas as formas. Nas fábricas, usinas, fazendas, escolas, repartições públicas e bairros. Por telegramas, cartas, moções, abaixo-assinados, visitas ao presidente da República e ao Parlamento, comícios, passeatas. Tôdas as iniciativas enfim devem ser tomadas no sentido de que as forças democráticas e patrióticas, unidas, encontrem o caminho de fazer chegar suas manifestações ao presidente João Goulart, que deve indicar o primeiro-ministro, e ao Parlamento, que deve aprovar estas indicações e a composição do Ministério.

Sôbre nosso povo pesa a ameaça de outra tentativa golpista. Pesa também a ameaça de um nôvo Gabinete igual ao atual ou pior ainda do que êle. Mas existe igualmente a possibilidade de conseguir uma grande vitória, de conquistar um governo nacionalista e democrático. É essa possibilidade que a luta vigorosa das massas pode transformar em realidade. Estou certo de que os comunistas saberão mais uma vez demonstrar, nessa luta, seu espírito de iniciativa, sua combatividade, sua dedicação às causas do nosso povo”.

(Novos Rumos, n.º 174, 15/33 Jun 62, p 1)

Os universitários decidiram suspender as provas em junho. Ao mesmo tempo João Goulart dirigia-se a Krushov em carta. As organizações sindicais lançaram um manifesto colocando os trabalhadores de prontidão para a formação de um governo "nacionalista".

O Presidente João Goulart tornou público sua decisão de apresentar o nome do chanceler Santiago Dantas para substituir Tancredo Neves na chefia do Gabinete. O PCB patrocinou uma concentração popular no Palácio Tiradentes a 22 de junho para exigir um Gabinete "nacionalista e democrático". (Ver Novos Rumos n.º 175, 22/28 Jun 62)

Enquanto os comunistas incentivavam os protestos populares contra a carestia e anunciavam conferência de Prestes, no Colégio Cardeal Leme, os estudantes promoviam a greve pela mudança do gabinete. As Confederações dos Trabalhadores anunciaram a greve geral, atraíram um Manifesto e o Pacto de Unidade e Ação lançou outra proclamação exigindo um governo que fizesse as reformas radicais.

A tensão política tornou-se intensamente nesses últimos dias de junho. A greve alastrou-se por todo o país. Santiago Dantas, apoiado pelos comunistas, declarou na televisão que "a nossa luta é para libertar o Brasil".

A Câmara dos Deputados rejeitou entretanto, a indicação do nome do chanceler.

O Comando Geral de Greve, constituído de elementos comunistas ou a êstes aliados, enviou a seguinte carta aberta ao Presidente da República:

"Senhor Presidente:

Recusou a Câmara Federal, após os exaustivos debates de ontem, o nome indicado por Vossa Excelência para compor o nôvo Gabinete Ministerial.

A Nação acompanhou estarecida as razões da eventual maioria para recomendar o veto de seus pares a indicação de Vossa Excelência.

Nenhuma definição pragmática ou qualquer planejamento de governo marcaram os pronunciamentos dos oponentes do Sr. San Tiago Dantas, eis que a sensibilidade dos reais problemas do povo e desta Nação haveriam que ser preteridos pelos interêsses eleitores e ambições pessoais.

Os trabalhadores sabem hoje, melhor que ontem, a importância da firmeza de Vossa Excelência mantendo a indicação do Sr. San Tiago Dantas. Por esta determinação, queremos testemunhar a solidariedade do Movimento Sindical Brasileiro.

Consciente de seu papel no processo de completa independência e desenvolvimento do país, os trabalhadores renovam seu apêlo para que essa firmeza de posição seja mantida, indicando Vossa Excelência um nome de alto gabarito, sem preocupações menores de ordem partidária e sem conciliação com aqueles grupos contrários às lutas progressistas do povo brasileiro. Estamos dispostos a defender, a todo risco, um Conselho de Ministros Democrático e Nacionalista.

Não temos a menor ilusão, e Vossa Excelência bem o reconhece, de resolvermos os problemas que afligem esta Nação — e já começam a desesperar seu povo, sem que tenhamos um Conselho de Ministros democrático e, essencialmente, nacionalista. Com a ajuda dos trabalhadores e das demais correntes progressistas do país, civís e militares, poderá tal Gabinete, Senhor Presidente, conduzir esta Nação no justo sentido dos interesses nacionais. Continuamos, porque êste é o desejo manifesto dos trabalhadores, nossa pregação e nossa mobilização em todo o país para sustentar com a GREVE GERAL, se preciso fôr, a constituição de um Conselho de Ministros Democrático e Nacionalista. As Reformas de Base reclamadas pelo povo são os temas preferidos nos discursos dessa mesma eventual maioria que obstaculiza, no Parlamento, a tramitação dos projetos inadiáveis. Cansado de tanta demagogia, de tanta insensibilidade, de tanto impatriotismo, o povo já está nas ruas clamando contra a fome, a miséria, o analfabetismo e o subdesenvolvimento. Não sabemos até que ponto poderá ir a sua e a nossa liderança.

Na noite de ontem duas tendências definiram suas responsabilidades para com a Nação e o seu futuro. Confiamos, Senhor Presidente, que muitas posições serão ainda revistas em função dos legítimos interesses da Nação.

Exigimos de Vossa Excelência a manutenção de sua lealdade com os compromissos assumidos com o povo e os trabalhadores.

Conclamamos a tóda a Nação, dentro dêste princípio, a se unir em tórno desta exigência na hora presente. Abdicar desta posição é renunciar ao futuro e nossos compromissos, os de Vossa Excelência e os dos dirigentes sindicais, com o povo e com os trabalhadores, hão de nos fortalecer na luta contra a reação e o obscurantismo por um Conselho de Ministros Democrático e Nacionalista.

Ass.: Clodsmith Riani, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Oswaldo Pacheco da Silva, Pacto de Unidade e Ação, Huberto Menezes Pinheiro, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Crédito, Ubaldino Santos, Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, Raimundo Castelo de Souza, Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, Rubens Pinho Teixeira, União dos Portuários do Brasil, Felipe Ramos Rodrigues, Federação Nacional dos Portuários, Alvaro Ventura, Sindicato dos Operários Navais do Estado do Rio e Guanabara, Antonio Pereira Neto, Sindicato Nacional dos Contramestres, Moços e Remadores da Marinha Mercante, João Batista Gomes, Sindicato Nacional dos Foguistas da Marinha Mercante, Ademar Latrilha, Sindicato Nacional dos Mestres de Pequena Cabotagem em Transportes Marítimos, Feliciano Honorato Wanderley, Sindicato Nacional dos Taifeiros, Culinários, Panificadores Marítimos, Othon Canedo Lopes, Sindicato Nacional dos Aeroaviários, Paulo de Santana, Sindicato Nacional dos Aeronautas, Hercules Corrêa dos Reis, Com. Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara, Luiz Hugo Guimarães, Cons. Sindical dos Trabalhadores da Paraíba, Luiz Viegas Mota Lima, Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários do Estado do Rio, Espírito Santo e Guanabara, Severino Schnaipp, Federação Nacional dos Arumadores, Meçando Rachid, Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Classes Anexas, New-

ton Oliveira, Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Gráfica”.

Aprovada a indicação de Auro de Moura Andrade para Primeiro Ministro desencadeou-se a greve geral comandada pelo CGT, com apoio de Brizola, da UNE e de tôdas as associações esquerdistas.

O Presidente retirou-se para sua fazenda em Uruçu. Brizola emitiu pronunciamento, declarando que “o povo brasileiro não pode permanecer a mercê das ambições desenfreadas de cúpulas ou grupos políticos insensíveis às suas aspirações e sofrimentos”.

Estudantes ocuparam o Ministério da Educação e o povo, orientado por agitadores comunistas, invadiu e saqueou casas comerciais. Em Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, comerciantes foram trucidados pela massa em fúria.

Na Guanabara, enquanto o govêrno estadual procurava manter a ordem, prendendo agitadores, o govêrno Federal apoiava as agitações.

Nessa ocasião, Prestes apresenta ao Superior Tribunal Eleitoral, o pedido de registro legal do PCB.

Finalmente foi aprovada a indicação de Brochado da Rocha para Primeiro Ministro, passando o PCB a exigir uma participação esquerdista nesse Gabinete. Francisco Julião e outros líderes comunistas camponeses emitiram um manifesto conclamando a efetivação de uma reforma agrária radical.

Luiz Carlos Prestes colocou-se desde logo em oposição ao nôvo gabinete, publicando a 20 Jul 62, o seguinte artigo:

Oposição ao Nôvo Gabinete e luta pela realização das reformas de base

Luiz Carlos Prestes

“Os conciliábulos entre o sr. João Goulart e os dirigentes dos partidos políticos reacionários com maior representação no Parlamento, como são o PSD e a UDN, chegaram enfim a uma solução momentânea, com a aprovação pela Câmara dos Deputados do Conselho de Ministros presidido pelo sr. Brochado da Rocha. Evidentemente, a greve geral do dia 5

último e as crescentes manifestações populares por um governo nacionalista e democrático muito contribuíram para apressar o desfecho. Com medo do povo, as cúpulas reacionárias do PSD e da UDN resolveram transitòriamente ceder às exigências do sr. Goulart, ao mesmo tempo que êste, mais uma vez, apesar de suas recentes declarações em contrário, transigia, incluindo no Ministério conhecidos agentes dos monopólios ianques e defensores do latifúndio.

Os senhores da reação e do entreguismo quiseram aproveitar a oportunidade da substituição do Conselho de Ministros para impor ao país um governo mais reacionário que o anterior, capaz de defender seus privilégios de classes e, muito especialmente, modificar a política externa, orientando-a segundo as exigências do governo de Washington. A mesmo tempo, o sr. João Goulart quis utilizar-se do momento para livrar-se dos entraves que lhe foram criados com o Ato Adicional, reforçar, na medida do possível, seu poder pessoal, apressando o plebiscito e, se viável, a própria volta ao presidencialismo. Nem êste nem aquêles contentaram, no entanto, com a intervenção das fôrças populares, que frustraram em grande parte as manobras de cúpula, já que as massas trabalhadoras e populares não se contentaram em assistir apenas aos conchavos feitos à sua revelia. Quiseram ser ouvidas e, no momento decisivo, souberam manifestar sua vontade, participando ativamente da atividade política e utilizando formas de luta mais elevadas.

As cúpulas reacionárias do PSD e da UDN, que uniram suas fôrças no Parlamento em poderoso bloco reacionário, rejeitando por grande margem de votos a indicação do nome do sr. San Tiago Dantas para o pôsto de primeiro-ministro e aprovando, em seguida, a indicação do nome do sr. Auro de Moura Andrade, pensaram poder impor ao sr. Goulart e ao país um governo mais reacionário. A exigência dessas cúpulas chocou-se, porém, com a resistênciã do sr. Goulart, que não desconhece as imensas fôrças populares e militares com que efetivamente pode contar quando se dispõe a defender os interêsses da nação. Frente à ameaça de um governo mais reacionário, levantou-se a classe operária em memorável greve geral polí-

tica que foi, sem dúvida, a mais vigorosa demonstração de fôrça da classe operária até agora realizada em nosso país, obrigando os senhores da reação a baterem em retirada. A renúncia do sr. Auro de Moura Andrade, reflete a pressão das massas populares, foi como que a expressão de uma nova situação em que os representantes do latifúndio e do imperialismo ianque, da reação e do entreguismo, já não fazem livremente o que querem, precisam levar em conta a consciência patriótica e democrática das massas populares, muito especialmente da classe operária.

Sob o impacto da greve geral e das manifestações de Caxias e de outras cidades fluminenses contra a carestia e a fome — manifestações que levaram o pânico aos arraiais da reação — foi indicado o nome do sr. Brochado da Rocha para o pôsto de primeiro-ministro e, em seguida, contra o voto da UDN e o manifesto descontentamento do PSD, aceito pela Câmara dos Deputados o nôvo Gabinete. Em sua composição, teve influência decisiva o presidente Goulart. Ao mesmo tempo que colocou à frente dos principais ministérios pessoas de sua confiança pessoal, transigiu mais uma vez com os reacionários e entreguistas — inclusive Mister Gordon, embaixador dos Estados Unidos, não por acaso presente na oportunidade em Brasília — incluindo no Gabinete conhecidos agentes do imperialismo como, entre outros, o sr. Moreira Sales, defensor permanente dos interêsses do Fundo Monetário Internacional em nosso país.

Na luta que se travou entre os representantes da reação e do entreguismo, de um lado, e os setores da burguesia conciliadora representados pelo sr. Goulart, de outro, os últimos conseguiram certo êxito, reforçando sua participação no poder. Apoiado no movimento de massas e utilizando-o, conseguiu o sr. Goulart livrar-se em boa parte dos representantes das cúpulas do PSD e da UDN. Constituiu um governo que poderá mais fâcilmente iludir as grandes massas populares, pela própria composição que lhe deu, com a inclusão de personalidades conhecidas por suas posições ao lado do movimento nacionalista, assim como pela habilidade com que comprometeu o sr. Brizola, de quem era auxiliar de confiança o Sr. Brocha-

do da Rocha. Com o nôvo Conselho de Ministros, apóia também o sr. Goulart seu govêrno em dispositivo militar que lhe é mais favorável e que lhe dá, assim, maior base de segurança.

É de se notar, no entanto, que, com a aprovação pela Câmara dos Deputados do nôvo Conselho de Ministros, as fôrças em choque conseguiram uma trégua apenas. Pensam elas poder chegar às eleições de 7 de outubro em ambiente de tranqüilidade, sem que a campanha eleitoral determine maiores agitações e lutas populares. E aguardam o resultado do pleito para voltar novamente à carga e à disputa por uma maior participação no poder.

Se é certo, pois, que as fôrças mais reacionárias não conseguiram alcançar seus objetivos, devemos também reconhecer que, apesar do nôvo nível alcançado pelo movimento de massas, do vigor com que a classe operária lutou por um govêrno nacionalista e democrático, as fôrças patrióticas e democráticas não foram ainda desta vez suficientemente poderosas para impedir que a burguesia continuasse impondo a conciliação com a reação e o entreguismo. A luta por um govêrno nacionalista e democrático prossegue, portanto, e, mais do que nunca, é indispensável que todos os patriotas se mantenham vigilantes em defesa das liberdades democráticas, crescentemente ameaçadas. Diante do agravamento da situação das grandes massas trabalhadoras, vítimas da inflação e da carestia, que se acentuarão com as recentes emissões de papel-moeda, superiores a 40 bilhões de cruzeiros nos últimos vinte dias, o nôvo Conselho de Ministros, nos têrmos de sua primeira Nota, já se preocupava prioritariamente com a ... "manutenção da ordem pública", e não com as reformas básicas exigidas pelos mais elevados interêsses da nação. Simultaneamente, as fôrças da reação tratam de reagrupar-se, preparam-se para novas ameaças de golpes militares e tomam o caminho do fascismo, empunhando a bandeira do anticomunismo.

Os comunistas colocam-se, portanto, em oposição ao atual govêrno dos senhores Goulart e Brochado da Rocha, contra a política de conciliação com a reação e o entreguismo. Será sumamente prejudicial qual-

quer ilusão no nôvo Conselho de Ministros. Não se trata, de forma alguma, de um govêrno nacionalista e democrático, mas de um govêrno que pretende realizar uma política de conciliação com o latifúndio e o imperialismo, um govêrno que talvez chegue a iniciar reformas, mas que pretende fazê-las, não em benefício dos trabalhadores e das massas populares, mas da burguesia e dos latifundiários aburguesados. É indispensável, pois, prosseguir a luta por um govêrno nacionalista e democrático e, ao mesmo tempo, exigir do sr. Brochado da Rocha o cumprimento das promessas feitas em seu discurso de apresentação na Câmara dos Deputados. As massas não podem aceitar que sejam adiadas, sob o pretexto da necessidade de "delegação de podêres", de "reforma constitucional" ou outro pretexto qualquer, as reformas que reclamam. As reformas devem e podem ser feitas já, desde que o govêrno se apoie no movimento de massas e no próprio dispositivo militar com que agora conta.

Conclamamos, pois, todos os patriotas e democratas à unidade e à ação, visando à conquista de um govêrno efetivamente capaz de realizar as grandes e profundas reformas, indispensáveis ao progresso do país, ao bem-estar e à felicidade do povo. Simultaneamente, tudo faremos para continuar na vanguarda das lutas reivindicatórias dos trabalhadores e de tôdas as ações em defesa dos interêsses nacionais. É indispensável intensificar a luta contra a inflação e a carestia, por aumento geral de salários e revisão dos níveis do salário mínimo, contra a sonegação dos artigos de primeira necessidade pelos exploradores do povo nos grandes centros urbanos, tudo isso exigindo medidas sérias que assegurem o contrôle rigoroso do câmbio e do comércio externo, a seleção do crédito pelos bancos oficiais, a limitação das despesas públicas, e outras mais. É indispensável exigir do govêrno o respeito às liberdades democráticas e a ampliação da democracia no país, com o voto para os analfabetos, a reforma da lei eleitoral, o registro eleitoral do Partido Comunista. A política externa de defesa da paz e de relações com todos os povos, de defesa da autodeterminação e contra a intervenção em Cuba pode e deve ser preservada e ampliada. É necessário que

prossiga a luta intransigente por uma reforma agrária radical que limite a extensão da propriedade territorial e assegure terra para os camponeses, assim como a luta por medidas concretas contra a espoliação imperialista, através da limitação da saída de lucros dos monopólios ianques, encampação das empresas imperialistas, e outras providências.

É nosso dever tudo fazer para que as grandes massas populares participem ativamente da campanha eleitoral, tendo como objetivo utilizar as urnas de 7 de outubro próximo para derrotar os representantes da reação e modificar radicalmente o caráter do Parlamento.

Os acontecimentos dos últimos dias mostraram com suficiente clareza que só através da unidade e da ação das mais amplas forças patrióticas e democráticas será possível isolar a reação e o entreguismo e conquistar um governo capaz de realizar as profundas reformas indispensáveis ao progresso do país. Só com uma considerável mudança na correlação de forças políticas, com o reforçamento cada vez maior da organização e unidade da classe operária e ganhando sob sua influência as grandes massas trabalhadoras do campo, a pequena burguesia urbana e os setores mais progressistas da burguesia, unindo tôdas essas forças em poderosa frente-única, será possível isolar a reação e o entreguismo, romper as manobras de cúpula da burguesia conciliadora e conquistar um governo nacionalista e democrático.

Contribuímos com nossos esforços para o maior êxito do Encontro Sindical de agosto próximo, que poderá levar a uma unidade mais sólida da classe operária. Ajudemos as grandes massas trabalhadoras do campo a organizarem suas forças e intensifiquem suas lutas reivindicatórias, pela posse da terra, contra a exploração latifundiária. Façamos tudo para que o já convocado Congresso de Libertação Nacional, a realizar-se na segunda quinzena de agosto, constitua nôvo e vigoroso passo no caminho da unidade de todos os patriotas, da constituição definitiva da Frente de Libertação Nacional. Que convenções populares em cada Estado da Federação, nas grandes cidades e outras concentrações populares

se realizem em todo o país, discutindo os problemas que devem ser resolvidos por um governo nacionalista e democrático e elegendo delegados ao grande Congresso de Libertação Nacional”.

(Novos Rumos n.º 179, 20/26 Jul 62, p 3)

Em agosto, a Frente de Libertação Nacional promoveu um Congresso em São Paulo. Simultaneamente a UNE realizou o XXV Congresso, em Quitandinha, orientado pelo PCB e com a presença de Leonel Brizola. Prosseguia a greve estudantil.

O Comando Geral da Greve de 5 de julho transformou-se em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e baixou manifesto colocando tôdas as entidades sindicais em estado de alerta pela greve geral em favor das “reformas de base”.

Realizou-se, em São Paulo, o IV Encontro Sindical, controlado pelo PCB onde as entidades sindicais delinearam sobre as reformas de base e estabeleceram os “onze pontos de ação imediata”.

Nesta situação, o PCB lançou nova Resolução Política para aproveitamento do sucesso de suas últimas ações políticas e para orientar as atividades de sua direção partidária nas condições de tensão política que se manifestava. Foi o seguinte o texto desse documento:

“Os comunistas brasileiros definem sua posição ante a grave situação do País.

Os acontecimentos das últimas semanas revelam um agravamento considerável da situação política nacional. As soluções de compromisso que vêm sendo adotadas pelas classes dominantes são cada vez mais precárias, surgem novas crises de govêrno, sucessivos conflitos entre as fôrças que se acham no poder. Enquanto os grupos reacionários e entreguistas realizam esforços desesperados para tentar deter o processo democrático, as fôrças interessadas no progresso e na libertação do país intensificam sua atividade e manifestam uma combatividade crescente. Abrem-se, assim, diante do povo brasileiro, perspectivas para avançar no sentido de novas e maiores conquistas.

Fatôres diversos contribuem para o agravamento da situação político-nacional. A causa mais profun-

da reside em que o desenvolvimento econômico dos últimos anos, deformado e entravado pela dominação imperialista e pelo latifúndio, aguçou extremamente as contradições da estrutura econômico-social. Criou-se uma exigência premente de reformas profundas e radicais. Neste mesmo sentido, influem poderosamente na vida do país elementos de ordem externa como a superioridade crescente do sistema socialista sobre o sistema imperialista, os grandiosos êxitos da luta de libertação nacional e, em particular, o exemplo revolucionário de Cuba.

Em consequência de tais fatores, eleva-se a consciência política das massas trabalhadoras e populares, radicaliza-se e amplia-se a luta contra o imperialismo e o latifúndio. À medida que se fortalece sua unidade, o movimento operário exerce uma influência dia a dia mais importante na vida política do país e na frente-única nacionalista e democrática. As classes dominantes sabem agora que não podem deixar de levar em conta este novo fator da situação brasileira. Nesse sentido, foi de enorme significação a greve política de âmbito nacional realizada a 5 de julho, poderosa manifestação de força que influiu seriamente no curso dos acontecimentos, pondo por terra os planos das forças reacionárias e abrindo uma perspectiva nova à ação política dos trabalhadores. O IV Encontro Sindical Nacional, através da voz de 3.500 delegados de centenas de sindicatos de todo o país, além de levantar a bandeira das reivindicações de classe, reafirmou a coesão, o espírito unitário e a disposição de luta do proletariado, que exige, no interesse de toda a Nação, a realização imediata das reformas básicas, a formação de um governo nacionalista e democrático.

Atinge novas proporções a luta das massas camponesas e dos trabalhadores agrícolas contra a brutalidade da exploração dos latifúndios e pela posse da terra. Sucedem-se os choques violentos dos camponeses com os grileiros, os capangas dos latifundiários e as forças policiais, de norte a sul do país — no Maranhão, na Paraíba, na Bahia, em Goiás, no Estado do Rio — assim como as greves de assalariados agrícolas, particularmente em São Paulo. Eleva-se a

consciência política das massas do campo, que revelam maior combatividade e lutam para libertar-se da opressão e da miséria. Cresce o nível de sua organização e multiplica-se o número de associados e ligas camponesas, de sindicatos de trabalhadores agrícolas, cujos efetivos ascendem a centenas de milhares em todo o país.

Nas cidades, é sobretudo o movimento estudantil que expressa a crescente indignação das camadas médias, cada dia mais afetadas pela inflação e a carestia, pelas dificuldades de abastecimento dos gêneros mais essenciais, pelos problemas de habitação, transporte, saúde e educação. A greve nacional universitária revelou a força do movimento estudantil organizado e seu crescente papel na vida política nacional. Assim também, os acontecimentos de 5 de julho na Baixada Fluminense expressaram, de forma espontânea e violenta, o justo descontentamento das grandes massas urbanas e sua disposição de não tolerar passivamente a protelação criminosa das soluções para os problemas vitais do povo.

O agravamento das contradições da sociedade brasileira, a elevação da consciência política das massas, a ampliação e radicalização da luta contra o imperialismo e o latifúndio, a necessidade cada vez mais urgente de mudança na estrutura econômico-social do país não podem deixar de influir nas posições dos diversos setores das classes dominantes, manifestando-se em conflitos dentro do bloco heterogêneo de forças que detêm o poder do Estado, em crises de governo que se repetem com maior frequência.

Em face da premência das reformas de estrutura, os setores retrógrados, constituídos pelos latifundiários mais atrasados e pela burguesia entreguista esforçam-se por criar obstáculos à sua realização, considerando-se uma ameaça aos seus privilégios. São porta-vozes destas forças os círculos dirigentes do PSD e da UDN, além de outros agrupamentos políticos que compõem, em conjunto, a maioria do atual Parlamento. Sua resistência às reformas tem como objetivo impedi-las, ou, na medida em que isto seja impossível, torná-las inócuas ou insignificantes, a fim de que sejam salvaguardados seus interesses

caducos. Entre essas forças distingue-se uma ala direita extremada (Lacerda, "Ação Democrática Parlamentar"), que se opõe praticamente a qualquer compromisso em torno das reformas e atua como brigada de choque da reação.

Como conseqüência do processo de industrialização e da evolução política dos últimos anos, aumenta no aparelho do Estado a influência da burguesia ligada aos interesses nacionais, imprimindo-lhe a marca de sua natureza dúplice e conciliadora. Essa camada da burguesia, representada fundamentalmente pelos círculos dirigentes do PTB, pelo sr. João Goulart e pelas forças políticas que o cercam, é favorável às reformas de base. Sua aspiração principal consiste em impulsionar o desenvolvimento econômico capitalista, e êste impõe a adoção de medidas como, por exemplo, a regulamentação da remessa de lucros do capital estrangeiro e uma reforma agrária limitada, que representam restrições ao capital imperialista e à propriedade latifundiária, não implicando, porém, na eliminação efetiva desses fatores de atraso do país. Embora não sendo revolucionária, tal posição leva êste setor da burguesia a conflitos com os interesses do imperialismo e das forças reacionárias. Do mesmo modo, no plano internacional, esta camada da burguesia trata de utilizar em favor de seus interesses a nova situação mundial, o crescente poderio dos países socialistas e a Revolução Cubana, servindo-se desses fatores inclusive como elementos de pressão sobre o governo e os monopólios dos Estados Unidos, a fim de aumentar seu poder de barganha e obter concessões. Esta é uma das razões que explicam os aspectos positivos da atual política exterior do Brasil, o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, a defesa da autodeterminação dos povos e do princípio de não-intervenção e a aproximação com os chamados países não-alinhados em questões como a do desarmamento. Ao mesmo tempo, a política dessa camada da burguesia é ditada pela necessidade de ter em conta as aspirações democráticas e antiimperialistas das massas populares, pela intenção de amainar o seu descontentamento em face dos problemas que se aguçam, desviá-las do ca-

minho revolucionário e manter dentro dos limites convenientes aos seus interesses de classe as mudanças que já se tornam prementes.

Assim, embora seja levada, na defesa de seus próprios interesses, a entrar em conflito com o imperialismo e as forças reacionárias, esta camada da burguesia não é capaz de realizar uma política no sentido de romper efetivamente com o sistema imperialista, porque a êle está vinculada pelos seus interesses fundamentais de classe exploradora e também porque teve o avanço do socialismo. Esta contradição essencial determina a natureza dúplice da burguesia ligada aos interesses nacionais e marca tôda a sua política conciliadora. Sendo interessada na realização de reformas de base, alia-se em certa medida às forças que lutam pelo progresso e a libertação do país, participando da frente-única nacionalista e democrática, mas é capaz de encabeçar uma luta revolucionária pelas transformações antiimperialistas e antilatifundiárias, porque receia que a luta de massas se converta em revolução popular e afete seus interesses de classe exploradora. Daí a sua tendência constante a chocar-se com o imperialismo e as forças reacionárias e, ao mesmo tempo, a solucionar êstes conflitos através de compromissos.

Os acontecimentos crescentes demonstram, por um lado, que a luta entre os dois setores das classes dominantes não exclui a tendência à conciliação, e que, por outro lado, a conciliação não elimina os motivos que levam à luta. Não implicando um rompimento decidido com os fatores de atraso e dependência do país, a política de conciliação se realiza em detrimento dos interesses do povo, conduz inevitavelmente a um nôvo agravamento dos problemas e gera novas crises, embora possa assegurar por algum tempo certo entendimento entre as classes dominantes e relativa estabilidade política, como ocorreu durante o govêrno do sr. Tancredo Neves.

A crise de govêrno que irrompeu em julho dêste ano, por ocasião da mudança de gabinete, foi encerrada com um nôvo compromisso em tôrno da formação do Conselho de Ministros chefiado pelo sr. Brochado da Rocha. O acôrdo das classes dominantes rea-

lizou-se, porém, em bases diferentes do que foi concluído em setembro de 1961, pois a burguesia ligada aos interesses nacionais fortaleceu suas posições, tanto no poder executivo como nas forças armadas. Embora vários ministros sejam homens conhecidos por seus vínculos com o movimento nacionalista, a política de conciliação com o imperialismo é evidenciada por fatos como a aceleração dos planos da "Aliança para o Progresso", a manutenção, no essencial, das normas econômico-financeiras ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, assim como pela presença de ministros como Walter Moreira Sales e Renato Costa Lima, cujas ligações com os monopólios ianques são notórias.

Ao condicionar a sobrevivência de seu governo à antecipação do plebiscito e à concessão de delegação de poderes para realizar certas reformas, o atual primeiro-ministro revela mais uma vez os objetivos imediatos do setor nacionalista burguês no poder, já proclamados pelo presidente da República no discurso de 1.º de maio. Trata-se da realização do referendo popular sobre o sistema de governo, no mais breve prazo possível, a fim de obter a volta ao presidencialismo e reforçar os poderes da camada da burguesia que o sr. João Goulart representa.

Os projetos de delegação de poderes enviados pelo sr. Brochado da Rocha à Câmara indicam claramente a essência conciliadora da política do atual Governo. Se, de um lado, contêm algumas medidas positivas, como o monopólio da importação do petróleo e derivados e a prorrogação dos contratos de arrendamentos, de outro lado propõem uma reforma tributária antipopular, não incluem medidas efetivas contra o imperialismo e o latifúndio, deixando a porta aberta a um compromisso com os inimigos da nação. E foi realmente o que sucedeu, pois os projetos de delegação de poderes, apresentados, como exigências fundamentais do Gabinete, foram postos em segundo plano para facilitar o cambalacho entre as lideranças partidárias e o Conselho de Ministros, tendo como objetivo a votação da emenda constitucional que antecipa a data do plebiscito.

Esta política de conciliação favorece o imperialismo norte-americano e as forças reacionárias, que se utilizam dela para manter suas posições e impedir as mudanças necessárias ao progresso do país. Intensifica-se em tôdas as frentes a atividade dos inimigos da nação. A embaixada dos Estados Unidos constituiu-se em centro distribuidor de recursos financeiros aos governadores entreguistas como Carlos Lacerda, Juraci Magalhães, Cid Sampaio e outros. Fundos da "Aliança para o Progresso", do BID e de outras instituições ianques, além das "caixinhas" do IPES, do IBAD e de outras organizações reacionárias, são postos a serviço de intensa campanha anticomunista, com o objetivo de dividir o movimento operário, as entidades estudantis, enfim, a frente-única das forças que se opõem ao imperialismo e ao latifúndio.

Os grupos retrógrados controlam com rigor crescente todos os instrumentos de propaganda, intimidam jornalistas, compram jornais, corrompem aberta e cínicamente. Utilizam-se particularmente dos elementos mais reacionários da alta hierarquia eclesiástica e do clero católico, para explorar os sentimentos religiosos de alguns setores da população e envolvê-los em sua conspiração reacionária. Pressionam o Govêrno, por todos os meios, no sentido de modificar a política externa de relações com os povos e empregam os recursos mais escusos e todo tipo de provocações visando conseguir a ruptura de relações com Cuba e, especialmente, com a União Soviética. Utilizam-se dos postos que conservam no aparelho do Estado, sobretudo nas forças armadas, para conseguir manifestações de apoio às posições políticas mais reacionárias. Dispondo de maioria no Parlamento, tratam de impedir a aprovação de qualquer medida efetiva em favor dos interesses nacionais, ao mesmo tempo que levantam, agora, de maneira hipócrita, a bandeira da defesa da legalidade constitucional, porque as massas se mobilizam para exigir do poder legislativo as reformas indispensáveis ao progresso do país.

O agravamento da situação política não pode deixar de refletir-se no interior das forças armadas, onde se manifesta uma divisão cada vez mais evidente entre os chefes militares, ao mesmo tempo que se

intensifica a atividade política entre a oficialidade e a tropa. As recentes manifestações ostensivas dos ministros militares e de generais pertencentes ao dispositivo militar do Governo, no sentido de antecipação do plebiscito, assim como as últimas declarações de alguns generais reacionários contra as "ameaças comunistas" e em defesa da "legalidade constitucional", que consideram ameaçada, revelam o sentido do choque que se esboça na área militar. Os fatos indicam que não está excluída a possibilidade de pronunciamentos militares, capazes de gerar conflitos importantes.

Em face desse quadro da situação política, os comunistas consideram que a principal tarefa imediata do povo brasileiro consiste em lutar para isolar e derrotar as forças pró-imperialistas e reacionárias, por um governo nacionalista e democrático que inicie um programa de medidas efetivas contra o imperialismo e o latifúndio, entre as quais devem estar:

- a) Repulsa às imposições do FMI e aos planos da Aliança para o Progresso;
- b) Limitação drástica da remessa de lucros dos monopólios estrangeiros e ampliação do monopólio estatal do petróleo;
- c) Nacionalização das empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos, com indenização pelo custo histórico, assim como de outras empresas imperialistas que operem em setores fundamentais da economia do país;
- d) Realização de uma reforma agrária radical, estabelecendo a entrega das terras dos latifúndios às massas camponesas, com a indenização das terras desapropriadas em títulos da dívida pública e segundo o valor tributado;
- e) Medidas concretas contra a inflação e a carestia, rigoroso controle do câmbio e do comércio exterior;
- f) Revogação das leis reacionárias, que violam os direitos do cidadão, como a Lei de Segurança Nacional. Legalidade para o Partido Comunista;
- g) Reforma da lei eleitoral, com a eliminação das discriminações antidemocráticas, como as do ar-

tigo 58; restrições a influência do dinheiro nas eleições e direito de voto para analfabetos e soldados;

h) Política externa independente, de ampliação de nosso comércio exterior, de conveniência pacífica entre os países de diferentes regimes sociais em favor do desarmamento e da paz mundial;

i) Combate aos grupos terroristas, eliminação dos focos de provocação golpista nas fôrças armadas e garantia das liberdades democráticas para todos os cidadãos.

A fim de alcançar êste objetivo, é necessário fortalecer a união de tôdas as fôrças nacionalistas e democráticas; a classe operária, os camponeses e as massas populares, que constituem a base do movimento pela libertação e o progresso do país, e a burguesia ligada aos interêsses nacionais. Um govêrno nacionalista, e democrático, capaz de adotar medidas efetivas contra os inimigos da nação, deverá ser um govêrno de coalizão onde estejam representadas as fôrças integrantes da frente única, inclusive aquelas que dão a maior contribuição na luta antiimperialista e anti-feudal: os operários, os camponeses, a intelectualidade revolucionária, as camadas médias. Não poderia inspirar confiança ao povo, nem realizar um programa efetivo de frente-única, um govêrno do qual participasse apenas a burguesia ligada aos interêsses nacionais, cujas tendências ao compromisso com o inimigo são evidentes.

A conquista de um govêrno nacionalista e democrático exige que as massas travem uma luta constante tendo como objetivo principal isolar e derrotar as fôrças que representam o imperialismo e o latifúndio e, neste sentido, utilizem os choques entre os dois setores das classes dominantes. Isto não deve significar um apoio passivo às posições da burguesia ligada aos interêsses nacionais, porque esta camada da burguesia, ao mesmo tempo que utiliza o movimento de massas, a fim de exercer pressão sôbre as fôrças retrógradas, tende a entrar em conciliação com estas às custas do povo.

Por essa razão, um aspecto fundamental da ação das massas na luta para derrotar as fôrças do impe-

rialismo e do latifúndio deve ser o combate a política de compromisso entre o setor burguês, representado pelo sr. João Goulart, e as forças reacionárias.

Não é possível lutar efetivamente para isolar e derrotar as forças reacionárias e alijá-las do poder; não é possível conquistar um governo nacionalista e democrático que realize reformas efetivas sem derrotar a política de compromisso, que favorece o inimigo, realizada por aquêle setor da burguesia. Para que seja efetivo o golpe principal contra o imperialismo e as forças reacionárias que o apóiam, é necessário golpear também a política de concessões a estas forças, com as quais a burguesia, ligada aos interesses nacionais, procura encerrar cada episódio da luta. A luta contra a conciliação só pode ter êxito através da mobilização das grandes massas trabalhadoras e populares, que devem levantar suas próprias bandeiras, exigir medidas efetivas contra o imperialismo, o latifúndio e a reação, e combater constantemente os compromissos com o inimigo, realizados pelo setor vacilante da frente-única.

Na aplicação dessa tática, é necessário combater duas tendências falsas e nocivas.

A tendência "esquerdista" consiste em não determinar que o golpe principal deve ser desfechado contra o imperialismo e seus agentes internos, em não distinguir entre as forças reacionárias e entreguistas e o setor nacionalista burguês, em não perceber as contradições existentes entre êstes dois setores das classes dominantes e não procurar utilizar êstes conflitos para aprofundar a luta contra o imperialismo e o latifúndio, para fazer avançar o movimento de massas e criar condições favoráveis à formação de um governo nacionalista e democrático.

A tendência direitista consiste em identificar de modo absoluto as posições da classe operária e das forças populares com os interesses do setor burguês representado pelo sr. João Goulart, em perder de vista o caráter dúplice e conciliador da burguesia ligada aos interesses nacionais e não travar uma luta permanente contra a política de compromissos com o imperialismo e a reação, realizada por essa camada burguesa. Tal posição condenaria a classe operária e as

massas a uma atitude passiva diante da política de conciliação com as forças reacionárias e, em última análise, a se tornarem cúmplices dessa política, ou simples massa de manobra do setor nacionalista burguês na luta para assegurar seus privilégios por meio de uma componenda com a reação e o imperialismo.

A luta pela mudança na correlação de forças políticas e pela formação de um governo nacionalista e democrático está inseparavelmente ligada à luta pela realização imediata de reformas na estrutura do país, orientadas contra o imperialismo e o latifúndio. Estas reformas se convertem em uma necessidade irreprimível. Entretanto, a maioria parlamentar resiste a aprová-las ou trata de esvaziá-las de qualquer conteúdo efetivo. O governo João Goulart-Brochado da Rocha proclama sua disposição de realizá-las, abandonando-as, porém, para barganhar com o Parlamento a antecipação do plebiscito. Ao mesmo tempo que fala em reformas, o governo atual anuncia pela boca do entreguista Roberto Campos a conclusão de um escandaloso "acôrdo de garantia de investimentos" com os Estados Unidos, cujo objetivo declarado consiste em assegurar novos privilégios ao capital imperialista em nosso país. Os fatos demonstram que as reformas necessárias ao progresso nacional só poderão ser realizadas efetivamente, de acôrdo com os interesses do povo brasileiro, se forem desencadeados grandes movimentos de massas pela sua concretização. Essa é uma das tarefas inadiáveis traçadas pelo Encontro de Libertação Nacional e pelo Encontro Nacional Sindical realizado recentemente em São Paulo. A ação de massas pelas reformas básicas deve estar intimamente vinculada à luta pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores e do povo, pela elevação dos salários, pela revisão do salário mínimo, contra a carestia de vida, pela solução dos problemas do abastecimento que afligem amplas camadas da população.

O sr. João Goulart e outros representantes da burguesia alegam que o obstáculo à realização das reformas reside no sistema parlamentarista, porque êste fraciona os poderes, dilui a autoridade governamental e impossibilita a execução eficaz de um programa administrativo. Afirmam que, sem a antecipa-

ção do plebiscito e a volta ao presidencialismo, não pode haver reformas de base. Essa argumentação, entretanto, destina-se a ocultar ao povo a essência do problema. Os comunistas são favoráveis à realização do plebiscito, no mais curto prazo, porque o povo deve ser consultado sobre a forma de governo, alterada sem o seu consentimento por uma maioria parlamentar reacionária. Mas a solução dos problemas nacionais não depende da escolha entre o parlamentarismo ou o presidencialismo. O impedimento às reformas de estrutura não está na forma de governo, mas na composição dos órgãos governamentais, na política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio. Governos presidencialistas como os dos srs. Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros tampouco realizaram as reformas necessárias ao desenvolvimento independente e progressista do país, dado que se baseavam, como o atual, em um compromisso entre a burguesia ligada a interesses nacionais e as forças pró-imperialistas e reacionárias. Sem se deixar desviar para o debate secundário em torno do sistema de governo, o povo brasileiro deve intensificar sua luta por um governo nacionalista e democrático.

Essa luta é hoje inseparável da participação ativa na campanha eleitoral, que constitui uma importante batalha política. Os setores retrógrados lançam todo o peso de seus recursos, recorrem à corrupção eleitoral em proporções nunca vistas, monopolizam os meios de propaganda e dominam a imprensa, com o objetivo de conquistar os postos eletivos e impedir a realização das reformas de estrutura necessárias ao povo. Cumprir a ação das forças populares para eleger a 7 de outubro próximo os candidatos nacionalistas à Câmara e ao Senado, às assembleias e governos estaduais, às câmaras e prefeituras municipais, assim como para assegurar a eleição dos candidatos indicados pelos comunistas. O máximo de entusiasmo, de iniciativa e de trabalho são necessários para superar nas urnas o poder corruptor e a máquina de propaganda do imperialismo e da reação.

Ao mesmo tempo, devemos ter em vista que a situação política atual apresenta sinais de extrema gravidade. O conflito entre o governo João Goulart-

Brochado da Rocha e a maioria parlamentar não foi resolvido com o compromisso concluído em agosto e pode reacender-se durante o “esforço concentrado” em que a Câmara examinará a emenda constitucional. Como consequência da discussão dessa emenda, poderá ocorrer um novo agravamento do conflito ou uma solução temporária de compromisso.

Nestas condições, a posição do movimento operário e das forças populares não pode ser de expectativa, à espera de que se produzam novas crises de governo. Sejam quais forem os acontecimentos que venham a ocorrer, as massas estarão preparadas para enfrentá-los na medida em que se mobilizarem desde já, através das organizações operárias, camponesas, estudantis, e por todas as formas, e intensificarem a luta pelas reformas de estrutura, por um governo nacionalista e democrático, pelas suas reivindicações imediatas, pela defesa e ampliação das liberdades, pelo isolamento e derrota das forças que representam o imperialismo e o latifúndio, contra a política de conciliação do Governo atual com os inimigos do povo e da nação.

O momento presente exige dos comunistas que ponham em tensão todas as suas forças, estreitem sua ligação com as massas trabalhadoras da cidade e do campo, compreendam corretamente a situação política e avaliem com acerto o grau de radicalização da consciência das massas. Da atividade dos comunistas, da sua capacidade em organizar e dirigir as massas, depende hoje em grande parte o maior ou menor avanço no sentido dos objetivos revolucionários do povo brasileiro.

Rio, agosto de 1962”.

Nesse ambiente de tensão e expectativa iniciou-se a campanha para as eleições de 3 de outubro, ao mesmo tempo em que líderes esquerdistas, procurando prestigiar-se para tais eleições, lançavam simultaneamente uma campanha para antecipação do plebiscito sobre o regime parlamentarista. Instigado por esses elementos, tendo a frente Leonel Brizola, o General Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército, radiografou ao Ministro da Guerra declarando: “Não posso garantir a ordem se o Congresso

não der o plebiscito". O General Osvino Ferreira Alves fez também vários pronunciamentos. (Ver Novos Rumos, Edição diária, n.º 3, 13 Set 62)

A 1.º Set, renunciou o gabinete do Sr. Brochado da Rocha. O General Osvino telegrafou ao Gen Jair Dantas Ribeiro dizendo-lhe: "Conte com o meu apoio em qualquer circunstância". O CGT decretou greve geral. (Ver Novos Rumos, Ed. diária, n.º 4, 14 Set 62) Paralizaram suas atividades cêrca de três milhões de trabalhadores, em todo o país. O CGT passou a liderar os acontecimentos. Brizola e Brochado da Rocha denunciaram o Congresso, taxando-o de corrupto. Mauro Borges, governador de Goiás declarou que a "espoliação do povo é a causa da crise". (Ver Novos Rumos, Ed. diária, n.º 6, 16 Set 62)

A 18 Set, anunciava-se o nôvo gabinete de Hermes Lima. Entretanto, foi imediatamente hostilizado pelos comunistas pois não atendia aos interêsses radicais do Partido. Foi considerado como um gabinete-tampão visando apenas a preparar o plebiscito de outubro, já concedido pelo Congresso por imposição das fôrças esquerdistas.

A 30 Set o Partido Comunista anunciou os seus candidatos para as eleições em São Paulo, na Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro, em sua maior parte pertencentes às legendas do PTB e PST. O CGT baixou manifesto sôbre a greve geral, declarando:

"O caminho aberto pelas vitoriosas greves de 5 de julho e 14 de setembro possibilita a caminhada patriótica da classe trabalhadora e seus aliados, até a vitória final, que representa a libertação de nossa Pátria, o bem-estar de nosso povo e a felicidade da Nação Brasileira". (Ver Novos Rumos, Ed. diária, n.º 18, 30 Set 62)

Foi dentro dêsse quadro que decorreram as eleições de outubro.

No Estado da Guanabara, as fôrças esquerdistas, apoiadas pelo PCB, obtiveram expressiva vitória.

Em Pernambuco, Miguel Arraes foi eleito governador.

O CGT, prestigiado pelo apoio federal, transformouse em órgão inexcédível como elemento de pressão política. Impôs ao govêrno nôvo salário mínimo, passando a ser assessor do próprio Ministro do Trabalho.

Em novembro, o PCB lançou novo "slogan": "Plebiscito com reformas". Foi a seguinte a Resolução Política do PCB:

"Posição dos comunistas: Plebiscito com reformas".

"Os comunistas brasileiros, pronunciando-se acerca do problema do plebiscito, tornam público a seguinte nota:

1 — Os comunistas já manifestaram, reiteradas vezes, sua opinião sobre o plebiscito. Consideram que a forma do governo, embora possua inegável importância, na medida em que seja mais democrática ou menos democrática, criando assim condições mais favoráveis ou menos favoráveis para as lutas das massas trabalhadoras em defesa de seus interesses, não é uma questão fundamental. A realidade dos fatos mostra que as classes dominantes, com presidencialismo ou com parlamentarismo, até hoje não deram solução aos problemas básicos do povo brasileiro. A questão fundamental é a da composição e da política do Governo, das classes que nele participam e, em consequência, da orientação que êle segue.

Por outro lado, também é certo que, reduzido o plebiscito ao pronunciamento apenas do eleitorado, amplos setores da população, como os analfabetos e soldados, ficarão injustamente impedidos de se manifestar. A consulta popular se realizará, assim, limitada por discriminações antidemocráticas que ferem os direitos das grandes massas e que já não correspondem ao nível de consciência política atingido pelo nosso povo.

Entretanto, a realização do plebiscito atende a uma exigência democrática. O povo deve ser ouvido para dizer a última palavra sobre a decisão do Congresso que substituiu o presidencialismo pelo parlamentarismo. E não se trata de uma simples opção entre ficar como está ou voltar ao que era. A verdade é que o movimento pela realização do plebiscito foi sempre ligado, pelas forças democráticas e pro-

gressistas, à necessidade de solução para os problemas nacionais.

O Sr. João Goulart e as correntes políticas que o apóiam também exigiam a realização do plebiscito sob o fundamento de que o povo devia ser ouvido e com condição para que o Governo pudesse enfrentar as reformas de base. O que ocorreu nas últimas crises políticas está na memória de todos. Mas, da mesma maneira que, durante essas crises, procurou sempre uma solução de conciliação com as forças retrógradas, também agora, já marcada a data do plebiscito, o sr. João Goulart se mostra disposto a continuar nessa política, revelando-se preocupado apenas com o fortalecimento de seus poderes na presidência da República. Não é outro o sentido das negociações com a maioria reacionária do Parlamento para ser abolido o plebiscito e revogado o Ato Adicional por outra decisão da Câmara e do Senado. O objetivo dêsse conchavo é impedir a consulta ao povo, evitando assim que as massas intervenham na campanha do plebiscito e que com elas sejam assumidos, pelas forças dominantes, compromissos em torno das reformas de base. Contra semelhante manobra devem lutar todos os patriotas e democratas, exigindo a realização do plebiscito na data marcada.

2 — A campanha do plebiscito abre a possibilidade de um amplo trabalho de esclarecimento das massas e da sua mobilização pela solução dos problemas nacionais, que se agravam continuamente. O que está na ordem-do-dia, para o povo, não é a simples escolha entre êste ou aquêle sistema de governo, mas a solução dos problemas que afligem sua vida.

É premente a necessidade da adoção de medidas concretas e efetivas contra a carestia que, agravada hoje pela crise do abastecimento, aumenta as privações dos que vivem de salários e vencimentos.

Impõe-se a realização de uma reforma agrária radical, que estabeleça a entrega das terras desapropriadas em títulos da dívida pública e segundo o valor tributário, revogando-se o dispositivo constitucional que exige o pagamento prévio em dinheiro.

Os interesses nacionais exigem que sejam repe-
lidas as imposições do Fundo Monetário Internacio-
nal e os planos da "Aliança para o Progresso" como
o "Acôrdio para Garantia de Investimentos", e adota-
das medidas que defendam as riquezas e o trabalho
de nosso povo contra a espoliação imperialista.

Devem ser assegurados e ampliados os direitos e
as liberdades do povo, com a revogação da chamada
Lei de Segurança Nacional, a extensão do direito de
voto aos analfabetos e soldados, e a abolição das dis-
criminações ideológicas contra os comunistas, ainda
impedidos de se organizarem legalmente em partido
político.

O povo quer solução para êsses problemas. E a
garantia da solução dêsses problemas não está como
se apregoa, na simples volta ao presidencialismo, ou
no reforçamento dos podêres do presidente da Repú-
blica, mas na luta organizada das grandes massas tra-
balhadoras e populares por êsses objetivos, em estre-
ita ligação com a luta por um govêrno nacionalista e
democrático, de cuja composição participem tôdas as
fôrças interessadas em combater o latifúndio e o im-
perialismo e que, por isso mesmo, seja capaz de pôr
em prática medidas efetivas nesse sentido.

3 — O Ato Adicional de agôsto de 1961, pelas
suas próprias origens, merece o repúdio de nosso
povo. Na crise política que se seguiu à renúncia do
sr. Jânio Quadros, as classes dominantes, através do
sr. João Goulart e da maioria reacionária do Parla-
mento, conciliaram às custas das massas, impedindo,
com a manobra da emenda parlamentarista, que a vi-
tória alcançada contra os golpistas tivesse maior pro-
fundidade. Além disso, a emenda parlamentarista re-
tirou do povo o direito de eleger diretamente o presi-
dente da República.

A resposta no plebiscito só pode ser uma: NÃO.

Conclamamos todos os patriotas e democratas a
se unirem para a realização de uma vigorosa campa-
nha em que as massas participem do plebiscito le-
vantando suas bandeiras de luta pelo progresso do
país e o bem-estar do povo, por um govêrno nacio-
nalista e democrático. Que a resposta ao plebiscito

seja um NÃO ao Ato Adicional e, ao mesmo tempo, um NÃO à política de conciliação do Governo com as forças reacionárias, um NÃO à reação e ao entreguismo, à carestia de vida, à exploração do latifúndio, ao domínio do imperialismo.

Rio, novembro de 1962”.

(Novos Rumos, n.º 196, 16/22 Nov 62, p 1)

A situação econômica agravava-se continuamente. A inflação acelerada por constantes greves e agitações, assumia um ritmo cada vez mais intenso.

Leonel Brizola na TV declarava que “a doença do Brasil era a espolição imperialista”. Os marítimos, portuários e ferroviários anunciaram a greve nacional pelo 13.º salário. Os sargentos eleitos deputados mobilizavam a opinião pública pela defesa de seus mandatos, aos quais haviam ascendido contrariando dispositivos legais.

O PCB julgou oportuna a emissão de nova Resolução Política. Convocou uma conferência nacional e emitiu o seguinte documento:

Resolução Política dos Comunistas

(Dezembro de 1962)

“Em reunião de caráter nacional, dirigentes comunistas de todo o Brasil analisaram e debateram a situação política, assim como a experiência da atividade dos comunistas junto às massas, tendo extraído desse debate as conclusões que se seguem:

1. A reunião constatou que as lutas do povo brasileiro desenvolvem-se atualmente no quadro de uma situação internacional caracterizada pelo fortalecimento acelerado do campo socialista, que se vai transformando em fator determinante do desenvolvimento social; pelo aprofundamento da crise geral do capitalismo, que entrou em sua terceira etapa, com a peculiaridade de não estar vinculada a uma guerra mundial: e por novas vitórias da causa da paz em face das tentativas desesperadas dos círculos imperialistas no sentido de desencadear uma nova guerra.

O bloqueio de Cuba pelas forças armadas dos Estados Unidos, ato de pirataria que colocou o mundo à beira de uma guerra termonuclear, demonstrou uma vez mais a natureza agressiva do imperialismo e alertou os povos para a necessidade de redobrar esforços em defesa da paz, mas, de outro lado, comprovou a possibilidade de evitar-se a guerra na época atual. Graças a serenidade do governo soviético e à sua firme política de coexistência pacífica, graças ao heroísmo do povo cubano e a decisão do governo revolucionário de Fidel Castro de defender corajosamente a soberania nacional, graças ao poderoso movimento de solidariedade que se ergueu em todo o mundo, foi possível obrigar os círculos imperialistas ianques a suspender o bloqueio e a assumir o compromisso que Cuba não será invadida. Ao retirar do território cubano as armas consideradas "ofensivas" pelo governo Kennedy, a União Soviética eliminou o pretexto utilizado pelas forças imperialistas para sua ação agressiva, contribuiu decisivamente para a salvaguarda da paz e foi ao encontro dos interesses do povo irmão de Cuba.

A influência crescente da Revolução Cubana, o ascenso do movimento de libertação dos povos do Continente e o desenvolvimento das relações entre os países da América Latina e o campo socialista levaram o governo dos Estados Unidos a formular a chamada "Aliança para o Progresso". Sem abandonar os velhos métodos violentos e diretos de intervenção, recorrem os imperialistas a novas formas de ação para tentar manter os povos da América Latina sob sua dependência política, econômica e militar. Compreendendo o quanto é precário o apoio que recebem tradicionalmente dos latifundiários e grupos entreguistas, que não conseguem mais, na mesma medida que antes, iludir o povo a impor sua vontade à nação, procuram os monopolistas ianques ampliar a base social de que necessitam para sua política de dominação.

2. Analisando a situação política brasileira, a reunião concluiu que esta se caracteriza por um contínuo aguçamento da luta entre as forças nacionalistas e democráticas, de um lado, e as reacionárias, e entreguistas, de outro. Também se caracteriza pela

elevação da consciência política, do grau de unidade e de combatividade das massas trabalhadoras e populares e pela crescente instabilidade, que se manifesta em sucessivas crises de governo e choques entre as próprias classes dominantes. Neste processo, as forças nacionalistas e dominantes têm fortalecido suas posições e obtido novos êxitos.

O desenvolvimento econômico dos últimos anos, deformado e entravado pela dominação imperialista e pelo monopólio da propriedade da terra, aguçou extremamente as contradições da sociedade brasileira, exigindo imediatas reformas de estrutura. Esta é a causa mais profunda do agravamento da situação política.

A reunião examinou as experiências das lutas de massas ocorridas nos últimos tempos. À medida em que se fortalecem sua unidade e sua organização, o movimento operário exerce uma influência dia a dia mais importante na vida política do país e no conjunto de forças que se opõem ao imperialismo e ao latifúndio, o que se expressou particularmente nas greves políticas nacionais de julho e setembro. Amplia-se a luta das massas camponesas e dos trabalhadores agrícolas, contra a brutalidade da exploração dos latifúndios e pela posse da terra. Eleva-se a consciência das massas trabalhadoras do campo e cresce sua organização em associações, ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores agrícolas, cujos efetivos já ascendem a centenas de milhares em todo o país. O movimento estudantil aumenta a combatividade na luta por suas reivindicações específicas, pela reforma universitária e a democratização do ensino, pela emancipação nacional. Cresce a indignação das camadas médias, cada dia mais afetadas pela inflação e a carestia, pelas dificuldades de abastecimento, pelos problemas de habitação, transportes, saúde e educação.

3. A reunião constatou que o agravamento das contradições da sociedade brasileira manifesta-se também em choques dentro do bloco heterogêneo de forças que detêm o poder do Estado.

A burguesia ligada aos interesses nacionais, representada fundamentalmente pelos círculos diri-

gentes do PTB, pelo presidente João Goulart e por setores de outros partidos, é favorável as reformas, embora de maneira limitada e sem excluir concessões ao imperialismo e ao latifúndio. Sua aspiração consiste em favorecer o desenvolvimento econômico capitalista e êste impõe a adoção de medidas tais como a regulamentação da remessa de lucros do capital estrangeiro e uma reforma agrária limitada, que implicam restrições ao capital imperialista e a propriedade latifundiária. Embora suas posições não importem na eliminação efetiva desses fatores de atraso do país e não tenham caráter revolucionário, levam êste setor da burguesia a chocar-se com o imperialismo e as forças reacionárias. No plano internacional, trata de utilizar em favor de seus interesses a nova situação mundial, o crescente poderio dos países socialistas e a revolução cubana. Serve-se desses fatores para pressionar o governo e os monopólios dos Estados Unidos e obter concessões. Vale-se das relações com o campo socialista para conquistar novos mercados e fortalecer suas posições econômicas. Tais razões explicam os aspectos positivos da atual política exterior do Brasil, o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, a defesa da autodeterminação dos povos, do princípio de não-intervenção e a aproximação com os chamados países não alinhados em questões como a do desarmamento, posições que coincidem com as aspirações manifestas do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, a política dessa camada da burguesia é ditada pela necessidade de ter em conta as reivindicações democráticas e anti-imperialistas das massas populares, pela intenção de amainar o seu descontentamento em face dos problemas que se aguçam, desviá-las do caminho revolucionário e manter dentro dos limites convenientes aos seus interesses de classe as mudanças que já se tornam prementes.

Embora seja levada, na defesa de seus próprios interesses, a entrar em choque com o imperialismo e as forças reacionárias, essa camada da burguesia não é capaz de romper com o sistema imperialista porque a êle se vincula pelos seus interesses fundamentais de classe exploradora e teme o avanço do so-

cialismo. Esta contradição determina a natureza dú-
plice da burguesia ligada aos interesses nacionais e
marca a sua política conciliadora. Sendo interessada
na realização de reformas, alia-se às demais fôrças
que lutam pelo progresso e a libertação do país, par-
ticipando da frente-única nacionalista e democrática.
Mas é incapaz de encabeçar uma luta revolucionária
pelas transformações antiimperialistas e antilatifun-
diárias, porque receia que a luta das massas se con-
verta em revolução popular e afete seus interesses de
classe exploradora. Daí a sua tendência constante a
chocar-se com o imperialismo e as fôrças reacionárias
e, ao mesmo tempo, a solucionar êstes choques atra-
vés de compromissos.

Como decorrência do agravamento da contradi-
ção com o imperialismo, manifesta-se em um setor da
burguesia a tendência a apresentar de modo mais
radical a exigência de reformas. O representante mais
destacado desta tendência vem sendo o sr. Leonel Bri-
zola, cujas posições nacionalistas lhe têm assegurado
amplo apoio popular, embora o governador gaúcho
continue comprometido com a política de concilia-
ção realizada pelo sr. João Goulart.

De outro lado as fôrças retrógradas, constituídas
pelos latifundiários e pela burguesia entreguista,
opõem-se à realização das reformas de estrutura, que
atingem os seus privilégios. São porta-vozes dessas
fôrças os círculos dirigentes do PSD e da UDN, além
de outros agrupamentos políticos que compõem, em
seu conjunto, a maioria do atual Parlamento. Sua
resistência às reformas tem como objetivo impedi-las
ou, na medida em que isto seja impossível, torná-las
inócuas ou insignificantes. Entre essas fôrças, dis-
tingue-se uma ala direita extremada, composta de
homens como Carlos Lacerda e os líderes da Ação
Democrática Parlamentar, que se opõem práticamen-
te a qualquer compromisso em tórno das reformas e
atuam como brigada de choque da reação.

4. Ao examinar as recentes crises políticas,
a reunião concluiu que as fôrças nacionalistas e de-
mocráticas continuam logrando importantes êxitos
ao derrotar as tentativas dos grupos retrógrados no
sentido de implantar um govêrno abertamente rea-

cionário e entreguista. Entretanto, apesar do novo nível alcançado pelo movimento de massas, este não foi suficientemente poderoso para desfazer as manobras conciliadoras da burguesia ligada aos interesses nacionais e levar à constituição de um governo nacionalista e democrático. As crises foram encerradas com soluções de compromisso.

Embora venham sofrendo repetidos reveses, as forças pró-imperialistas mantêm no essencial suas posições e intensificam sua atividade antinacional. Pressionam o Governo para anular os aspectos positivos da política externa, utilizam suas posições no Parlamento para impedir as mudanças necessárias ao progresso do país, articulam provocações em certos setores das forças armadas e empregam o anticomunismo como recurso para tentar dividir as forças nacionalistas e democráticas e implantar o domínio da reação.

Apoiando-se no movimento operário e em outras forças democráticas, o setor da burguesia representado pelo sr. João Goulart conseguiu fortalecer suas posições tanto no Poder Executivo como nas forças armadas. A maioria reacionária do Parlamento tem sido forçada a transigir com o presidente da República, como ocorreu com a aprovação da "delegação de poderes", a antecipação do plebiscito e a emenda que permite a nomeação de um gabinete provisório. O gabinete Hermes Lima surgiu, assim, de um compromisso entre a cúpula reacionária do PSD e o sr. João Goulart e as forças que o cercam. Trata-se de um governo que, embora inclua personalidades vinculadas ao movimento nacionalista, mantém a política de conciliação com as forças reacionárias e entreguistas, sendo incapaz, portanto, de realizar reformas profundas na vida do país.

Em lugar de empenhar-se na realização das reformas de base prometidas, o governo brasileiro traça planos econômicos baseados na "Aliança para o Progresso", faz grandes concessões à política financeira ditada pelo Fundo Monetário Internacional e negocia um Acôrdo de Garantia de Investimentos que visa a assegurar novos privilégios ao capital imperialista.

Não implicando um rompimento decidido com os fatores de atraso e dependência do país, a política de conciliação realiza-se em detrimento dos interesses do povo, conduz inevitavelmente a um novo agravamento dos problemas e gera novas crises.

Os comunistas colocam-se em oposição à política de conciliação com o imperialismo e as forças reacionárias, realizada pelo governo do sr. João Goulart. Apoiando firmemente os aspectos positivos da política externa do atual governo, as medidas restritivas que este adota em relação ao capital imperialista e as concessões que faz aos trabalhadores, como resultado das lutas de massas, os comunistas combatem as vacilações do Governo e seus compromissos com as forças retrógradas.

5. A reunião iniciou a análise dos resultados das eleições de 7 de outubro e recomenda que seja realizado a respeito um estudo específico. Além das restrições e das discriminações antidemocráticas, que dificultam as grandes massas populares eleger seus legítimos representantes, a campanha eleitoral realizou-se sob a influência de uma propaganda reacionária e de uma corrupção do voto em proporções jamais conhecidas em nosso país. Graças à unidade e à mobilização das forças nacionalistas e democráticas, o imperialismo e a reação não conseguiram, entretanto, os resultados que almejavam. As forças nacionalistas e democráticas e, em particular, os comunistas, realizaram um amplo trabalho de esclarecimento durante a campanha eleitoral, o que muito contribuiu para a elevação da consciência política do povo. Embora não tenha havido uma modificação substancial na composição do Congresso Nacional, onde continuam a predominar as forças retrógradas, as correntes partidárias de reformas, que representam a burguesia ligada aos interesses nacionais, ampliaram relativamente suas posições, e aumentou o núcleo de representantes das esquerdas, inclusive o número de parlamentares apoiados pelos comunistas. As forças reacionárias conseguiram eleger seus candidatos aos governos de importantes Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Ceará. No entanto, tiveram grande significação as vitórias da frente nacionalista e de-

mocrática na Guanabara e em Pernambuco, onde os grupos antinacionais concentraram seus esforços assim como no Estado do Rio. Os resultados do pleito demonstram que as eleições devem ser utilizadas como uma forma de luta capaz de proporcionar êxitos as forças populares e infligir derrotas a reação e ao imperialismo. É necessário combater a subestimação do trabalho eleitoral e dar-lhe atenção permanente.

6. A reunião considera que a necessidade da realização de reformas de estrutura ocupa um lugar central na vida política do país, no momento atual. Cumpre às forças que lutam pela libertação e o progresso, em primeiro lugar à classe operária, exigir reformas profundas, que debilitem a dominação imperialista e a propriedade latifundiária, fortaleçam o campo nacionalista e democrático e conduzam a avanços na acumulação de forças revolucionárias. A fim de impedir que os inimigos do povo brasileiro enganem e dividam as forças populares, amortecem suas lutas e protelem ainda mais a solução efetiva dos problemas, é necessário combater as pseudo-reformas propostas pelas forças reacionárias, por vezes com o apoio de setores conciliadores. Neste sentido, a reunião debateu o ponto de visto dos comunistas sobre as reformas fundamentais necessárias ao país e decide recomendar que seja elaborado e apresentado à nação, no mais breve prazo, um documento contendo as conclusões dêsse debate.

7. Os comunistas reafirmam que o objetivo tático principal da classe operária é a luta por soluções positivas e imediatas para os problemas do povo e a luta pela formação de um governo nacionalista e democrático. Este governo pode ser consituído nos quadros do atual regime e deverá ser capaz de iniciar as transformações de caráter antiimperialista e antilatifundiário exigidas pelos interesses nacionais. Tal objetivo só poderá ser alcançado mediante o fortalecimento da frente nacionalista e democrática, da qual participam a classe operária, os camponeses e as camadas médias urbanas, forças básicas do movimento pela libertação e o progresso do país, e a burguesia ligada aos interesses nacionais. O governo nacio-

nalista e democrático deverá ser um governo de coalizão, que represente as forças integrantes da frente-única. Considerando o papel crescente das massas trabalhadoras e populares na vida política do país e as posições de conciliação que a burguesia ligada aos interesses nacionais adota em relação ao imperialismo e ao latifúndio, os comunistas lutam para que do governo de frente-única participe também a classe operária, que é a força mais conseqüente, assim como os camponeses, a intelectualidade progressista e as camadas médias.

A reunião concluiu que a conquista de um governo nacionalista e democrático exige a modificação do atual sistema de forças que compõem o Governo e a ruptura da política de compromisso em relação ao imperialismo e ao latifúndio. Só poderá ser realizada, portanto, através de uma intensa luta das forças interessadas no progresso e na libertação, através de grandes movimentos de massas, e não pela simples mudança de alguns homens no poder.

O objetivo principal das lutas de massas, para a formação de um governo nacionalista e democrático, consiste em isolar e derrotar as forças que representam o imperialismo e o latifúndio. Para isto, é necessário utilizar os choques entre os dois setores das classes dominantes e realizar uma justa política de frente-única com a burguesia ligada aos interesses nacionais. Mas isso não deve significar um apoio passivo às posições dessa camada da burguesia, porquanto, ao mesmo tempo em que utiliza o movimento de massas a fim de exercer pressão sobre as forças mais firmes da frente-única principalmente a com o inimigo, às custas do povo. Por essa razão, as forças mais firmes da frente única principalmente a classe operária — devem, no processo da própria luta travada contra o imperialismo e seus agentes, denunciar e combater as concessões que o setor da burguesia representado pelo presidente João Goulart faz às forças pró-imperialistas e reacionárias.

A luta contra a conciliação só pode ter êxito através da mobilização das grandes massas trabalhadoras e populares, que devem levantar suas próprias bandeiras, exigir medidas efetivas contra o imperia-

lismo, o latifúndio e a reação, e combater constantemente os compromissos com o inimigo, realizados pelo setor vacilante da frente-única. Nesse sentido, a reunião considera que é chegado o momento de nos lançarmos com a maior decisão e energia ao trabalho para ganhar o aliado, fundamental da classe operária — as massas camponesas, — pois somente a aliança operário-camponesa pode dar uma base firme ao movimento antiimperialista e democrático.

8. Ao estudar os problemas da frente-única, a reunião indicou que os comunistas, empenhando-se na coordenação e unificação de tôdas as forças nacionalistas e democráticas, não devem perder de vista que o esforço fundamental deve estar voltado para o trabalho junto às massas e não apenas para a atividade de cúpula. Somente uma efetiva participação das massas trabalhadoras e populares pode dar firmeza e consistência à frente-única, superando os obstáculos à unidade e à organização, criados pelos setores instáveis e vacilantes. Com essa compreensão, os comunistas devem concentrar esforços na mobilização e na educação política das forças fundamentais, que são os operários e camponeses.

Quanto ao movimento operário, a reunião decide que as tarefas mais imediatas consistem em fortalecer a base de massas dos sindicatos, criando e dinamizando as organizações sindicais nas emprêsas; intensificar a atividade pelo cumprimento das resoluções do IV Encontro Sindical Nacional, sobretudo no que se refere à criação da Central Sindical Brasileira.

Entre os assalariados agrícolas e camponeses pobres, é necessário realizar uma intensa campanha pela criação de sindicatos e federações rurais, utilizando a recente portaria ministerial sobre o assunto. Onde fôr mais conveniente, deve-se manter, criar e fortalecer as associações e outras formas de organização camponesa.

Ao mesmo tempo, devemos atuar no sentido de unir na frente nacionalista e democrática a pequena burguesia urbana, sobretudo os estudantes, que consistem uma importante força revolucionária, assim como a intelectualidade progressista e a burguesia ligada aos interesses nacionais.

A reunião constatou que, à medida em que se aprofundam as contradições na estrutura econômico-social, em que se agrava a situação política e novas camadas da população se incorporam à luta contra o imperialismo e o latifúndio, tendem a surgir no país agrupamentos políticos de esquerda que representam setores da pequena burguesia e adotam posições sectárias, interpretando erroneamente o caráter da revolução brasileira e propondo incorretas formas de luta para a situação atual. Através da crítica aos seus falsos pontos de vista, da discussão teórica, e da unidade de ação contra o inimigo comum, devemos procurar ganhar os participantes desses grupos, na medida em que são efetivamente revolucionários, para a luta conjunta pela emancipação nacional e o progresso social.

9. A perspectiva da formação de um governo nacionalista e democrático só pode apresentar-se com clareza se as forças patrióticas e populares intensificarem sua luta, à medida em que as grandes massas forem levadas a compreender, por sua própria experiência, que só um governo essencialmente diferente do atual é capaz de iniciar as profundas transformações exigidas pela nação. A missão primordial dos comunistas consiste, portanto, em impulsionar as ações de massas em torno dos problemas candantes. Este é o caminho para obter a concretização das soluções que interessam ao povo e alcançar a formação de um governo nacionalista e democrático.

A reunião considera que são as seguintes as tarefas imediatas em torno das quais deve ser concentrada a atividade dos comunistas:

a) Combater os planos da "Aliança para o Progresso", que significam a interferência dos imperialistas norte-americanos em nossa vida econômica e política. Lutar para impedir a efetivação do Acôrdio de Garantia de Investimentos, que importaria em assegurar novos privilégios ao capital monopolista estrangeiro. Exigir, através da pressão popular sobre o Governo e o Congresso, a rigorosa aplicação da lei de remessas de lucros e a rejeição de quaisquer alterações propostas pelas forças reacionárias. Reclamar

que a encampação das emprêsas estrangeiras concessionárias de serviços públicos seja feita com o tombamento do patrimônio por comissões idôneas e o pagamento de indenizações unicamente à base do custo histórico. Combater as concessões do Governo à política financeira do Fundo Monetário Internacional. Intensificar a luta em defesa da Petrobrás e pela extensão do monopólio estatal do petróleo ao refino, importação e distribuição.

b) Realizar em escala nacional, e em particular entre as massas camponesas, uma intensa campanha pela reforma agrária radical, de acôrdo com a resolução do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Combater os projetos que têm por objetivo iludir as massas camponesas com falsas soluções para o problema agrário. Organizar movimentos pela distribuição da terra dos latifundiários aos camponeses. Exigir a entrega de títulos de propriedade aos posseiros que trabalham na terra. Lutar pela regulamentação do arrendamento e da parceria, pela fixação de preços justos pelo aluguel da terra, por maiores prazos contratuais, pela garantia de indenização das benfeitorias e contra os despejos arbitrários. Organizar a luta dos assalariados agrícolas pelos direitos inscritos na legislação do trabalho.

c) Levar às ruas a luta de massas contra a carestia de vida, pela elevação geral dos salários e vencimentos e por medidas efetivas contra a inflação. Combater vigorosamente os planos governamentais que representam tentativas do congelamento dos salários e de uma reforma tributária anti-popular. Realizar manifestações contra a elevação desenfreada dos preços, a sonegação dos gêneros de primeira necessidade e a ação especulativa dos intermediários, protegidos pelos órgãos oficiais. Intensificar a luta pelo pagamento do salário mínimo e do 10.º mês de salário profissional. Lutar pela atualização da legislação do trabalho e da previdência social.

d) Defender firmemente as liberdades democráticas. Exigir o registro eleitoral do Partido Comunista, a abolição das discriminações antidemocráticas da Lei Eleitoral e restrições legais ao poder do dinheiro nas eleições, assim como a revogação da

Lei de Segurança. Ao mesmo tempo em que defendem intransigentemente os direitos democráticos registrados na Constituição, os comunistas chamam as massas a lutar pela reforma dos dispositivos constitucionais que são entraves à luta pela libertação e o progresso do país, sobretudo no que se refere à forma de indenização no caso das desapropriações por interesse social, ao direito de voto para os analfabetos, soldados e marinheiros, ao sistema tributário. Organizar a luta pelo respeito ao voto popular, em defesa dos mandatos parlamentares ameaçados.

e) Intensificar em todo o Brasil o movimento de solidariedade à Revolução Cubana, contra as novas ameaças de intervenção articuladas pelo governo imperialista dos Estados Unidos. Apoiar os cinco pontos apresentados por Fidel Castro para garantia da soberania de Cuba. Lutar pelo estreitamento das relações econômicas e culturais entre o Brasil e Cuba. Apoiar decididamente as posições do governo brasileiro em defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção, e combater qualquer tendência a afastar-se desses princípios, como ocorreu no episódio do voto a favor do bloqueio norte-americano. Difundir entre as massas as conquistas revolucionárias do povo cubano, poderoso estímulo à luta do povo brasileiro pela libertação nacional, pela reforma agrária e o socialismo.

f) Fortalecer a ação do povo brasileiro em defesa da paz mundial, exigindo a cessação das experiências atômicas, o desarmamento geral e completo, a denúncia do acôrdo militar Brasil-Estados Unidos, uma política externa independente, de amizade com todos os povos e de apoio à luta de emancipações das nações oprimidas. Exigir que as manifestações do Itamarati em favor da paz e da coexistência pacífica sejam concretizadas em posições efetivas na ONU e em outros organismos internacionais. Reclamar a ampliação e a intensificação das relações econômicas com a União Soviética e todo o campo socialista, assim como o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, a República Democrática Alemã e demais países socialistas. Lutar para que o governo brasileiro modi-

fique sua posição contrária ao ingresso da China Popular na ONU.

10. Ao debater os problemas relacionados com o fortalecimento político, orgânico e ideológico do movimento comunista, a reunião constatou que, na luta pela aplicação da justa linha política adotada na Convenção Nacional de setembro de 1960, os comunistas têm alcançado êxitos importantes. Melhoramos as ligações com as massas, aumenta nossa influência no movimento sindical e cresce o papel organizador que desempenhamos entre os camponeses. Nossos efetivos continuam crescendo, embora em ritmo inferior às possibilidades do momento. Ao lado de outras forças patrióticas e democráticas, tivemos uma atuação de relêvo nas recentes crises de governo, e nossa participação nas greves políticas revela, em certa medida, a capacidade de organização e direção dos comunistas, o acerto de sua política unitária e a sua influência entre as amplas massas trabalhadoras.

Entretanto, a reunião considera necessário um sério esforço para superar as deficiências que entravam a ação dos comunistas.

No terreno político, devemos combater duas tendências que dificultam a aplicação de nossa linha. A tendência sectária consiste em não reconhecer que o golpe principal deve ser desfechado contra o imperialismo e seus agentes internos; em não distinguir entre as forças reacionárias e entreguistas, de um lado, e o setor nacionalista burguês, de outro lado; em não perceber as contradições existentes entre estes dois setores de classes dominantes e não procurar utilizar êsses conflitos para aprofundar a luta contra o imperialismo e o latifúndio, fazer avançar o movimento de massas e criar condições mais favoráveis à formação de um governo nacionalista e democrático.

A tendência oportunista da direita consiste em identificar de modo absoluto as posições da classe operária e das forças populares com os interesses do setor burguês representado pelo sr. João Goulart; em perder de vista o caráter dúplice e conciliador da burguesia ligada aos interesses nacionais e não travar uma luta permanente contra a política de conciliação com

o imperialismo e a reação, realizada por essa camada burguesa.

A reunião discutiu os problemas relacionados com a política de organização do movimento comunista e a definiu em documento que será levado ao conhecimento de todos os militantes. Assume grande importância, no momento atual, a construção de uma vanguarda marxista-leninista que seja capaz de atuar politicamente e dirigir grandes massas. A reunião dedicou especial atenção aos meios e formas que possam conduzir ao fortalecimento orgânico de nossas fileiras, ao seu crescimento numérico e a sua consolidação ideológica.

A reunião decidiu recomendar que seja dedicada maior atenção, ao trabalho de educação política e ideológica, com a realização de cursos, palestras e conferências, nos quais a assimilação dos princípios marxistas-leninistas esteja indissolúvelmente ligado ao estudo da realidade econômica, social e política do país e às tarefas práticas do movimento comunista. Considerou também a necessidade de ampliação da imprensa comunista e do aumento da sua difusão, como instrumento indispensável à realização de nossa política, assim como da utilização de novos recursos em nosso trabalho de propaganda.

11. A reunião examinou e definiu a posição dos comunistas em face do plebiscito de 6 de janeiro. Embora a forma de governo possua inegável importância para os trabalhadores, na medida em que cria condições mais democráticas ou menos democráticas para suas lutas, a opção entre parlamentarismo e presidencialismo não é atualmente uma questão decisiva para a solução dos problemas básicos do povo brasileiro. A questão fundamental é a da composição do governo, das classes que nele participam e da orientação que nele seguem.

Entretanto, a realização do plebiscito atende a uma exigência democrática, já que o povo deve ser ouvido sobre a decisão do Congresso que alterou o sistema de governo sem consultar as massas. Além disso, o plebiscito abre a possibilidade de um amplo trabalho de esclarecimento das massas e de sua mobilização em torno da solução dos problemas nacionais.

Os comunistas decidem participar da campanha do plebiscito para mostrar ao povo que o caminho não está na simples volta ao presidencialismo ou no reforçamento dos poderes do presidente da República, mas na luta organizada das massas trabalhadoras e populares por profundas reformas de estrutura e por um governo nacionalista e democrático.

Os comunistas consideraram que o Ato Adicional merece o repúdio popular, já que representa o fruto de uma manobra conciliadora entre a maioria reacionária do Parlamento e o sr. João Goulart, além de retirar do povo o direito de eleger diretamente o presidente da República. Conclamamos a nação a responder à consulta de 6 de janeiro com um NÃO ao Ato Adicional, que seja, ao mesmo tempo, um NÃO à política de conciliação do Governo com as forças reacionárias, um NÃO à reação e ao entreguismo, a carestia de vida, à exploração do latifúndio, ao domínio do imperialismo.

12. Os comunistas encaram com otimismo e confiança as perspectivas da luta de nosso povo. O agravamento das contradições fundamentais leva a que amadureça a necessidade de profundas transformações na sociedade brasileira. Sentimos, em nosso país a influência poderosa do exemplo revolucionário de Cuba, cujo heróico povo inaugurou na América a era do socialismo. Vivemos em uma época de grandes transformações, que assinalam a agonia final do colonialismo. A União Soviética inicia a construção do comunismo, e o poderoso campo socialista exerce um papel decisivo no curso dos acontecimentos históricos. Nessas condições, estamos convictos de que a formação de um governo nacionalista e democrático será o primeiro passo no caminho que nos conduzirá a profundas mudanças revolucionárias. Tais mudanças não de ser plenamente alcançadas com a passagem do poder estatal às mãos das forças antiimperialistas e antifeudais, — o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais, — com a formação de um governo revolucionário em que a classe operária deverá ter o papel dirigente. Este é o caminho para liquidar o domínio do imperialismo e do latifúndio, causas fundamen-

tais do atraso de nosso país. Por êle devem os comunistas conduzir as lutas do povo brasileiro, com audácia e decisão, a fim de que a terra seja entregue aos camponeses, melhorem as condições de vida dos trabalhadores e das grandes massas e seja aberto para o Brasil o futuro luminoso do socialismo”.

(Novos Rumos, n.º 200, 13/20 Dez 62, p 4)

A campanha do plebiscito permitiu ao PCB melhor contato com as massas.

Em um balanço das atividades do ano de 1962, o PCB concluiu que “foi de grande valor para o desenvolvimento das lutas reivindicatórias dos trabalhadores da cidade e do campo em nosso País”. Considera que as greves de 5 de julho e 14 de setembro foram fatos culminantes dessas lutas. (Ver Novos Rumos, n.º 204, 11/17 Jan 69, p 8)

A 15 de janeiro, o Gen Osvino Ferreira Alves era oficialmente homenageado por elementos do CGT.

Em fevereiro, Prestes, entrevistado por Novos Rumos, atacou o Ministério e o Plano Trienal, taxando-os de compromissos com o imperialismo e o latifúndio. (Ver Novos Rumos número 207, 1/7 Fev 63, p3) Em São Paulo, seis mil soldados, cabos e sargentos realizaram uma passeata pela posse dos eleitos.

O CGT baixou manifesto responsabilizando o governo pela carestia, declarando que o Ministério não inspirava confiança e que o Plano Trienal era contra o povo. Reproduzia a tese de Prestes.

Nesse momento cheio de apreensões, o PCB decidiu lançar o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, com um ato de hostilidade aos Estados Unidos e uma oportunidade de convocação de massas. À frente da Comissão Organizadora, Luiz Carlos Prestes colocou o Gen Luiz Gonzaga de Oliveira Leite. Em virtude de firme posição do governo da Guanabara à realização do conclave nesse Estado, foi êle transferido para Niterói onde teve lugar na sede do Sindicato dos Operários Navais.

Nesse congresso Prestes declarou que o Brasil se emulava com os outros países latino-americanos na disputa pela instalação do socialismo no segundo país deste continente e que o Partido Comunista já estava na legali-

dade "de fato", retardando apenas obter a legalidade "de direito".

Em abril de 1963, o Sargento Garcia, deputado, declarou no Sindicato dos Metalúrgicos que o Gen Kruel ministro da guerra, era um "golpista".

A situação política caminhava para nova crise, e o CGT se declarava de "fato e de direito". (Ver Novos Rumos n.º 216, 12/18 Abr 63, p 7)

O PCB emitiu nova Resolução Política definindo as reformas radicais que pleiteava. (Ver Novos Rumos n.º 219, 1/9 Mai 63, p 8) Conclamava o refôrço da frente-única das esquerdas para "derrotar" os gorilas e a política de conciliação".

Nos meados de maio, o Partido conclamou dirigentes sindicais, parlamentares da FLN, líderes estudantís e personalidades a incentivarem uma pressão popular sôbre o Congresso para votar a emenda constitucional que abria o caminho da reforma agrária radical.

O governador Miguel Arraes denunciou a Aliança para o Progresso e o arquiteto comunista Oscar Niemeyer recebeu o prêmio Lênin da Paz.

O CGT divulgou uma nota mobilizando os trabalhadores para a greve pelas reformas. Em São Paulo, os ferroviários conseguiram vitória em suas pretensões apenas com uma ameaça de greve.

O jornal Novos Rumos exigiu a demissão do General Amaury Kruel, ao qual ofensivamente designaram de Ministro Gorila. (Ver Novos Rumos n.º 221, 17/23 Mai 63, página 1)

No início de junho o PCB volta a atacar o govêrno, taxando-o de conciliador e incentivando o povo a lutar contra os ministros "agentes do imperialismo e do latifúndio". (Ver Novos Rumos n.º 223, 31 Mai 6/Jun 63, p. 1)

Tendo sido demitido o comandante Paulo Melo Bastos, da Varig, os aeronautas deram um prazo de 48 horas à emprêsa para a sua readmissão.

Com a presença de Miguel Arraes e do Ministro do Trabalho, Almino Afonso, uma reunião de líderes sindicais autorizou o CGT a decretar a greve geral pelas reformas, quando julgasse isso conveniente. Jango, Miguel Arraes e Almino Afonso, em São Paulo fizeram pronun-

ciamentos em várias reuniões tendo em vista as reformas de base. (Ver Novos Rumos n.º 223, 31 Mai/6 Jun 63)

O empréstimo compulsório foi motivo de novas agitações, como a greve de Brasília. O CGT exigiu de Jango a organização de um novo ministério. Foi o seguinte o documento do CGT:

“No momento em que a Nação vive em plena agitação social provocada pelo desatendimento aos clamores populares a favor das reformas estruturais indispensáveis à emancipação política e econômica do país, situação esta agravada por atos e manifestações de forças retrógradas e reacionárias, os trabalhadores decidem trazer a público sua contribuição e disposição de luta em defesa destas reformas.

Neste clima de intranquilidade em que se encontram não apenas os trabalhadores, profundamente mergulhados em ativa luta para obter reivindicações salariais justas e inadiáveis à sua própria sobrevivência diante da incontida elevação do custo de vida mas, também, os funcionários civís e militares de há muito desajustados em seus vencimentos, impõem-se a divulgação deste pronunciamento, franco e decidido em defesa da aprovação urgente das Reformas de Base e do atendimento às necessidades mais imediatas dos trabalhadores.

Da mesma forma que, a partir do sacrifício do imortal Presidente Getúlio Vargas, os trabalhadores souberam pugnar com patriotismo pela defesa dos mais sagrados princípios democráticos, tais como, respeito à vontade popular manifestada nas urnas que garantia a investidura ao Presidente Juscelino Kubtscheck; posse ao Presidente João Goulart contrariando a conjuntura golpista; pela revogação do Parlamentarismo; pelo combate às escusas manobras de reacionários e imperialistas; pelas reivindicações vitais dos trabalhadores, hoje, por maiores e mais graves razões, manifestam-se dispostos a combater, com tôdas as forças e recursos na luta pela imediata aprovação da Emenda Constitucional necessária à adoção da Reforma Agrária.

Os trabalhadores, com intransigência, defendem esta Emenda Constitucional para que seja estabele-

cida a desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social, mediante pagamento de títulos da Dívida Pública, a longo prazo e a juros baixos sem reavaliações, sendo que, no caso de desapropriação de terras, deve prevalecer o valor declarado, nos três últimos anos, para efeito de pagamento de imposto territorial respectivo.

As manifestações reiteradas e inequívocas do povo brasileiro através de seus líderes autênticos — nas associações e entidades classistas, nas cidades e nos campos, em universidades e quartéis, e, até mesmo através de insuspeitos pronunciamentos de autoridades eclesiásticas — revelam não mais ser admissível que o Congresso Nacional, em sua maioria, insista em se conservar indiferente à aprovação daquelas Reformas Básicas e indispensáveis à solução dos problemas que angustiam o povo brasileiro.

Atendendo, também aos reiterados reclamos das classes trabalhadoras contra a sangria da economia nacional através da remessa de lucro para o exterior, manifestamos ao Govêrno não mais ser admissível o adiamento da regulamentação e execução da Lei que disciplinou esta questão vital para a emancipação do país.

Quanto à encampação das emprêsas estrangeiras, esperamos que o Chefe da nação não concretize quaisquer medidas que venham a ferir os interesses do povo brasileiro.

Constitui assunto de relevância para as classes trabalhadoras a urgente aprovação da Lei dispendo sôbre o Salário-Família, cuja necessidade e urgência já foram acentuadas, em dezembro de 1961, através de mensagens da Presidência da República.

Manifestamos, citando as principais reivindicações dos trabalhadores, ser necessário que se aprove Lei assegurando aposentadoria e auxílio-enfermidade em valor não inferior ao salário-mínimo vigente na região.

Declaramos ainda ser imperiosa a recomposição do Ministério, incluindo-se no Govêrno cidadãos verdadeiramente identificados com a plataforma de lutas das fôrças nacionalistas e democráticas, sinceramente

convencidos da necessidade de aprovação e plena execução das Reformas de Base.

Concluindo cumpre-nos afirmar que as crescentes preocupações dos trabalhadores quanto aos inegáveis prejuízos acarretados à nação pelo injustificável adiamento daquelas providências por parte dos Podêres Legislativo e Executivo, diàriamente se fazem sentir, razões pelas quais, encontra-se devidamente coordenado o Dispositivo previsto para deflagração de Greve Geral, a qualquer momento, caso perdurem as atividades protelatórias contrárias à aprovação da reforma do parágrafo 16 do artigo 41 da Constituição Federal, a fim de possibilitar a adoção da Reforma Agrária, bem como, contra qualquer tentativa de cerceamento das liberdades democráticas, sindicais e demais reivindicações. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1963. Pelo Comando Geral dos Trabalhadores:

Clodsmidt Riani — Dante Pellacani — Huberto Menezes Pinheiro — Alfredo Pereira Nunes”.

(Novos Rumos, n.º 224, 7/3 Jun 63, p 3)

No Estado do Rio, grupos armados iam completando o cêrco do Estado da Guanabara, invadindo propriedades nas regiões de Magé, Paracambi, Itaquai, Cachoeira de Macacu, Caxias e outros locais.

Brizola declarava que a compra da “Bond and Share” era “crime de lesa-pátria”.

A ameaça da greve geral tornou-se uma condição permanente no ambiente nacional tumultuado e inquieto.

O General Osvino Ferreira Alves investiu contra a Aliança para o Progresso taxando-a de suporte do anticomunismo. (Novos Rumos n.º 226, 21/27 Jun 63, p 3)

Cedendo às pressões, o Presidente João Goulart reformou o ministério, atendendo assim às exigências dos setores esquerdistas que se sentiam cada vez mais fortificados.

Em julho, o PCB lançou a Resolução Política, mostrando a sua insatisfação pela composição do novo ministério:

“1 — Os recentes acontecimentos revelam que a situação política nacional continua a agravar-se. Pela

recomposição ministerial realizada, as fôrças que estão no poder manifestam sua intenção de prosseguir no caminho das concessões e compromissos com o imperialismo e o latifúndio. Os problemas de nosso povo não são resolvidos e sua gravidade se acentua. Favorecida pela orientação conciliatória do Govêrno, a camarilha reacionária e entreguista intensifica seus esforços para deter o processo democrático. Cresce, por outro lado, a combatividade das fôrças patrióticas e progressistas, avança e se radicaliza o movimento de massas, abrindo-se, diante de nosso povo, perspectivas de lutas vigorosas e de maiores vitórias.

2 — Na campanha contra o parlamentarismo, pela antecipação do plebiscito e pela volta ao presidencialismo, o sr. João Goulart fêz repetidas promessas de que, atingidos êsses objetivos, o Govêrno realizaria as reformas de base, adotaria as medidas reclamadas pelo povo. Mas, o que aconteceu foi o contrário. O Govêrno pôs em prática o Plano Trienal. Submeteu-se, em entendimento direto do presidente Goulart com o presidente Kennedy, a exigência dos monopólios norte-americanos e do Fundo Monetário Internacional, daí resultando o vergonhoso “Empréstimo” à IT & T e a escandalosa promessa de compra das ações da Bond and Share. Nenhuma reforma de base foi sequer iniciada, tendo o sr. João Goulart temporizado com a maioria reacionária do Parlamento. A verdade é que o Govêrno continuou na sua política de conciliar com os inimigos da nação.

Decorreram seis meses de insistência na execução dessa política. E seus desastrosos resultados vão-se acumulando. Desfazendo as falsas previsões do Plano Trienal, que previa um aumento máximo de 25% até o fim do ano, o custo de vida sobe numa velocidade sem precedentes. Foi além de 40%, de janeiro a junho, o que corresponde mais do dôbro da elevação de preços em período idêntico do ano passado. A nova Lei do Inquilinato, permitindo escorchantes majorações de aluguel, que vão até 200%, tornará ainda mais penosa a situação das massas. Também ao contrário do que previa o Plano Trienal, há uma queda no ritmo do desenvolvimento econômico. Restringem-se as atividades industriais e comerciais. Trabalhado-

res são atirados ao desemprego. Os fatos mostram, portanto, que os problemas de nosso povo continuam não apenas sem solução, mas agravados. O povo vive sob o peso de privações e sofrimentos crescentes.

Os imperialistas e as forças reacionárias e entreguistas se beneficiam da política de conciliação seguida pelo Governo. Utilizam-se dessa política para fortalecer suas posições e opor-se às mudanças exigidas pelo progresso do país. O governo norte-americano, através da "Aliança para o Progresso", viola nossa soberania, intervindo na vida administrativa e política dos Estados e Municípios. A maioria retrógrada do Parlamento sente-se forte para colocar-se contra a aprovação de qualquer medida favorável ao povo, resiste a que seja abolida da Constituição a exigência de pagamento prévio em dinheiro das desapropriações por interesse social, procurando, assim, tornar impossível a Reforma Agrária pela via constitucional. Lacerda e Adhemar de Barros conspiram abertamente e estimulam a ação subversiva dos latifundiários, que se armam, preparam bandos de capangas para a defesa do monopólio da terra e desencadeiam o terror, em algumas regiões, contra a organização e as lutas do movimento camponês. Os golpistas intensificam sua atividade, aproveitando-se da instabilidade política existente e do descontentamento provocado pela intolerável carestia de vida, conforme acabam de fazer os "gorilas das Forças Armadas".

Vem crescendo, entretanto, a oposição popular à orientação conciliatória do Governo, principalmente contra sua política econômico-financeira, o Plano Trienal e as concessões ao FMI. Os trabalhadores impulsionam a luta em defesa de seus interesses imediatos e dos direitos sindicais, reforçam sua coesão, ampliam e tornam mais vigorosos os movimentos de solidariedade, participam da vida política de maneira mais ativa, organizada e independente. Os camponeses multiplicam o número de suas organizações, desencadeiam lutas a fim de que os latifundiários sejam compelidos a respeitar direitos já conquistados, defendem-se, muitas vezes de armas na mão, dos assaltos dos grileiros, iniciam ações de ocupação de terras. As mulheres lutam pela sua unidade, desen-

volvem o combate à carestia e tomam posição diante dos problemas políticos. Os estudantes e a intelectualidade em geral redobram sua atividade patriótica. Novas camadas da população se incorporam com entusiasmo às lutas de nosso povo, constituindo exemplo significativo a conduta dos sargentos das Fôrças Armadas e dos bombeiros da Guanabara. A frente-única nacionalista e democrática se fortalece, atuando mais coordenadamente. Avança e se radicaliza, assim, o movimento de massas.

3 — O inconformismo de nosso povo diante das dificuldades cada vez maiores que enfrenta, as exigências de uma mudança radical nessa situação e a crescente resistêcia às medidas adotadas pelo Govêrno levaram a que a política do govêrno se desgastasse. Ante o avanço e a radicalização do movimento de massas, agravaram-se as contradições dentro do próprio aparelho estatal. Membros do Govêrno ligados às correntes populares, apoiados por outros setores do sistema de fôrças que tem mantido o sr. João Goulart, chocaram-se abertamente com os elementos mais reacionários, como os srs. Kruel, San Tiago e Balbino, cuja desmoralização se deu com rapidez. De tudo isso resultou profunda instabilidade política que levou à desagregação do Ministério.

4 — O avanço do movimento de massas apesar dos êxitos alcançados, da resistêcia crescente que vem opondo, não só aos reacionários e entreguistas, como também às tendências conciliatórias da burguesia ligada aos interêsses nacionais, ainda não foi suficientemente forte para determinar uma mudança na correlação de fôrças políticas e conquistar um govêrno nacionalista e democrático.

O nôvo Ministério, pela sua composição e pela política que anuncia, conserva o mesmo caráter do anterior. Substituíram-se homens, mas, no fundamental, permaneceu inalterado o sistema de fôrças em que se apóia o Govêrno. Não tem outro significado a troca do professor San Tiago Dantas pelo Professor Carvalho Pinto. Os primeiros atos do atual ministro da Fazenda revelam que êle irá prosseguir na tentativa de submeter o país à orientação antipopular tão encarniçadamente defendida pelo seu ante-

cessor. Já deu uma sangria no Tesouro Nacional, concedendo maiores vantagens aos latifundiários do café, e se empenha junto ao Parlamento para que o empréstimo compulsório também recaia sobre os salários e vencimentos, desfalcando assim os já minguados orçamentos de amplas camadas da população.

Os setores da burguesia ligada aos interesses nacionais que o sr. João Goulart representa procuram, através do Ministério recém-formado, encontrar um caminho para continuar a levar à prática sua política de conciliação, mantendo o Plano Trienal e os compromissos com o FMI. Com a recomposição ministerial, foram afastados os reacionários mais comprometidos com a política do Governo, já desgastados por isso mesmo perante a opinião pública. Por outro lado, foram também afastados os elementos mais ligados às correntes populares, que vinham constituindo pontos de resistência à aplicação dessa política. Apóia-se principalmente o Ministério em grupos retrógrados do PSD, cuja participação no Governo aumentou, e em políticos conservadores do PTB. Quer assim o sr. João Goulart dar consistência à orientação traçada no discurso que pronunciou na cidade de Marília, em abril, retirando do seu governo os elementos mais progressistas, sob o pretexto de combater os extremismos.

Um Ministério que se constitui em tais condições e com semelhantes objetivos não tem futuro. Os problemas fundamentais do povo não serão por êle resolvidos. Novas crises políticas surgirão.

5 — Em face do Governo, do novo Ministério, a atitude dos comunistas é de oposição, de luta contra sua política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio. O movimento de massas precisa e deve ser conduzido no sentido de modificar a atual correlação de forças políticas e alcançar um governo diferente, um governo nacionalista e democrático, do qual não participe nenhum agente da reação e que represente as forças integrantes da frente-única — operários, camponeses, pequena burguesia, burguesia ligada aos interesses nacionais, — assegure a mais ampla e sólida legalidade democrática e inicie as reformas de estrutura reclamada pela nação.

Para isso, o movimento de massas precisa elevar-se a outro nível, o que exigirá novos passos adiante no movimento sindical. A questão da unidade sindical assume destacada importância. Partindo-se da unidade de ação dos trabalhadores, em torno de suas reivindicações econômicas e políticas, torna-se necessário desenvolver esforços para levar ao fracasso as manobras divisionistas que estão em curso, inspiradas umas pelo próprio sr. João Goulart. Devemos também empenhar-nos com afinco no trabalho de sindicalização rural, que constituirá, juntamente com a luta pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, um dos meios de impulsionar a organização dos trabalhadores do campo e de estimular o movimento camponês. O dever dos comunistas é tudo fazer para que tais objetivos sejam atingidos e para que o movimento camponês venha a acompanhar o movimento operário, unindo-se os dois na mesma luta contra o espoliador imperialista e o explorador latifundiário.

A elevação do movimento de massas também está vinculada à justa utilização de diferentes formas de luta. Comícios, manifestações, suspensão de trabalho, greves de solidariedade etc., são formas de luta que podem contribuir para a melhor preparação da greve geral política. E a preparação da greve geral política exige especial atenção.

A Frente de Mobilização Popular representa uma nova forma de coordenação de algumas das forças mais atuantes da frente-única, cabendo aos comunistas contribuir, com dedicação e espírito de iniciativa, ao lado dos demais patriotas e democratas, para consolidá-la e desenvolvê-la, a fim de que possa desempenhar o importante papel que lhe é destinada na luta pelas reformas de base e pela conquista de um governo nacionalista e democrático.

É nestas condições que deve ser intensificada a campanha pelas reformas de base, orientadas efetivamente no sentido de golpear o imperialismo e o latifúndio, concentrando-se, no momento, na Reforma Agrária e nas medidas contra o imperialismo. A fim de conseguir a Reforma Agrária, os comunistas julgam importante organizar as massas para a luta pela emenda do parágrafo 16 do artigo 141 da Constitui-

ção, de modo que a desapropriação das terras dos latifundiários venha a fazer-se com pagamento em títulos da dívida pública, sem reajustamento do seu valor. As massas trabalhadoras do campo não poderão ficar de braços cruzados à espera de medidas que já são inadiáveis, devendo organizar suas forças e lutar concretamente contra o monopólio da terra, negando-se a pagar a meia, o fôro ou o arrendamento, não aceitando o pagamento em vales para o barracão, enfrentando com decisão os grileiros e seus capangas, organizando a ocupação dos latifúndios inexplorados.

No combate à política econômico-financeira do Govêrno, é indispensável impulsionar as lutas contra a carestia de vida e pelo aumento de salários e vencimentos, levantar com vigor as reivindicações imediatas das massas, denunciar a orientação antipopular do Plano Trienal e opôr-se às medidas dêle decorrentes, como a incidência do empréstimo compulsório sôbre os salários e vencimentos, desmascarar e impedir que sejam postos em prática os compromissos com o FMI, como a negociata da compra das ações da Bond and Share, exigindo que o Govêrno decrete a moratória e suspenda o pagamento de dívidas, juros, e "royalties" ao exterior até que se normalize a situação cambial do país. Na luta pela preservação de nossa soberania, é preicso denunciar a "Aliança para o Progresso", exigindo do govêrno brasileiro o rompimento com essa nova forma de opressão colonialista.

A luta pelos interêsses populares e pela solução dos problemas nacionais está ìntimamente ligada à luta pela consolidação e ampliação da democracia, em defesa das liberdades democráticas, em defesa dos mandatos e pela posse dos deputados eleitos, pela revogação do artigo 58 do Código Eleitoral, pela extensão do direito de voto aos soldados e analfabetos, pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro.

Os reacionários e entreguistas tudo fazem para criar o clima necessário ao golpe de direita e à implantação de uma ditadura a serviço do imperialismo norte-americano e do latifúndio. As forças patrióticas devem estar vigilantes e prontas a responder a qualquer tentativa de golpe, através da ação das massas populares, unidas aos setores nacionalistas e anti-

golpistas das Fôrças Armadas, do Parlamento e do Govêrno, com o objetivo de impor ou restabelecer os direitos do povo, avançando para a conquista de um govêrno nacionalista e democrático.

A perspectiva que a situação política nacional apresenta é de novas crises e de avanço e maior radicalização de movimento de massas. O movimento exige que os comunistas empenhem com energia e entusiasmo tôdas as suas fôrças, estreitem sua ligação com as massas trabalhadoras das cidade e do campo, intensifiquem sua atividade no sentido de ampliar e fortalecer a frente-única. Através das lutas, nosso povo consolidará as vitórias já alcançadas e marchará para novas e decisivas vitórias.

Rio de Janeiro, julho de 1963”.

(Novos Rumos n.º 229, 12/18 Jul 63, p 3)

Recrudesciam em todo o país as agitações, que os comunistas procuravam incentivar e explorar.

Prestes visitou Recife, discursando em vários comícios ao lado de Miguel Arraes e Pelópidas Silveira.

A 23 de agôsto, o CGT convocou grande concentração popular na Cinelândia. Com a presença de Jango, do representante do CGT Rafael Martinelli e do estudante José Serra, o comício foi um verdadeiro espetáculo de comunismo e agitação.

Assim descreve Novos Rumos:

“Recebido com enormes aplausos, Jango ouviu no palanque os discursos dos representantes da UNE e do CGT. Teve, assim, a oportunidade de presenciar as vaias ao embaixador Lincoln Gordon, à Aliança para o Progresso, à negociata com a Bond and Share e a política de conciliação com os bonzos do PSD, ao mesmo tempo em que ouviu os ensurdecedores aplausos à exigência de uma verdadeira reforma agrária, de medidas concretas contra a carestia de vida, ao nome de líderes como o governador Miguel Arraes, ao Comando Geral dos Trabalhadores e à União Nacional dos Estudantes.

Fazendo, afinal, uso da palavra o presidente João Goulart pronunciou, na verdade, dois discursos. O primeiro caracterizou-se (ao que dizem os cronistas políticos, por influência dos "entendimentos" com a direção do PSD) pelo tom vago e vacilante com que se referia, repetindo frases já várias vezes pronunciadas, à necessidade das reformas de base e às difíceis condições de vida do povo. Insistiu em usar como argumento declarações pretensamente pró-reformas de "líderes internacionais" (evitando, cautelosamente, mencionar o nome de Kennedy, como fêz em ocasiões anteriores) e ia dar por terminado o seu discurso.

Foi quando se verificou a manifestação de desagrado da massa popular, exigindo de Jango a "definição". O presidente mudou, então, visivelmente, o plano de discurso, emprestando-lhe um tom mais vigoroso, embora fugindo, ainda aqui a afirmações de repúdio à política de conciliação. Nessa parte, fêz questão de mencionar o discurso do CGT — a "entidade máxima dos trabalhadores brasileiros", como afirmou —, comprometendo-se fazer com que em 1964, nas comemorações do 24 de agosto já possam ser festejadas as reformas de base convertidas em realidade. Afirmou que a consecução dessas reformas depende, fundamentalmente, da mobilização dos trabalhadores e do povo, dizendo que nenhuma reforma social foi feita, até agora, senão sob a pressão das massas". Assumiu com o povo carioca — e todo o povo brasileiro — o compromisso de, com o apoio das massas, promover as reformas "a curto prazo".

O comício da Cinelândia constituiu-se, enfim, numa importante vitória das fôrças nacionalistas e democráticas, do movimento nacional pelas reformas de base, contra o golpismo, o entreguismo e a conciliação.

Resumidamente podem ser assinalados, entre outros, os seguintes resultados do memorável ato:

- 1) Foi fragorosamente derrotada a tentativa de Lacerda e seus sócios de impedir a manifestação pelas reformas. O povo carioca reconquistou a Cinelândia, dela expulsando a polícia de Lacerda, de torturadores e assassinos. As provocações tramadas

ruíram por terra. O comício assinalou uma grande vitória de luta pelas liberdades democráticas,

2) O grande ato patriótico foi garantido com a presença das Fôrças Armadas, que assim na prática se irmanavam aos trabalhadores, aos estudantes e a todo o povo num ato de luta pelas reformas de base, contra o imperialismo e a reação.

3) O comparecimento maciço ao comício — num feriado estadual e num clima de excepcional tensão demonstra a maturidade política das massas trabalhadoras e populares, sua determinação de lutar, apesar de tôdas as ameaças de seus inimigos, para libertar o país da espoliação imperialista e converter em fatos as reformas de base, particularmente a reforma agrária.

4) Essa determinação se evidenciou no conteúdo político que caracterizou nitidamente o comício; condenação do imperialismo e do latifúndio e repúdio às manobras de conciliação com as fôrças entreguistas e reacionárias. O presidente Goulart pode perceber quanto é verdadeiro e profundo o repúdio popular a essa política de conciliação.

5) O comício contribuiu consideravelmente para que se reforce a unidade das fôrças nacionalistas e democráticas em tôrno de uma justa orientação política, que se baseia, antes de mais nada, na mobilização e organização das grandes massas, fundamentalmente dos operários e camponeses.

6) O comício contribuiu, enfim, para elevar o nível do movimento nacionalista e democrático, abrindo-lhe perspectivas mais promissoras de lutas e vitórias”.

(Novos Rumos n.º 236, 30 Agô/5 Set 63, p 8)

A greve de Santos foi nessa época a manifestação mais grave do ambiente de agitações que se desencadeavam com freqüência crescente.

Os incêndios do Paraná completaram o quadro de inquietação que se desenhava no país. Marítimos, metalúrgicos e bancários paralizavam suas atividades. Arraes e Brizola faziam pronunciamentos cada vez mais audaciosos. O PCB conclamava o povo para a luta. O CGT entrou em estado de alerta.

Foi nesse ambiente de tensão violenta que na madrugada de 12 de setembro, sargentos da Marinha e Aeronáutica levantaram-se em Brasília contra a decisão do Supremo Tribunal Federal. Apenas o Ministro Hermes Lima havia votado a favor da elegibilidade dos sargentos e Evandro Lins e Silva se considerara impedido. O Presidente, estranhamente, se retirava de Brasília que durante horas esteve ameaçada pela revolta afinal dominada. Os elementos esquerdistas, tendo a frente o deputado Neiva Moreira apoiaram a insurreição e exigiam anistia para os revoltosos. (Novos Rumos n.º 239, 20/26 Set 63, p 8)

Nos primeiros dias de outubro os acontecimentos se precipitaram. A malograda tentativa de prisão do Governador Lacerda e o pedido de estado de sítio que teve de ser retirado por imposição do PCB e das forças esquerdistas, foram expressões da crise de autoridade de um governo dominado pelo CGT e pelo PC. Assim se manifestou o PCB diante da situação:

“Em face da grave crise política que se desenvolve no país, ante o pedido de decretação do estado de sítio dirigido pelo governo federal ao Congresso, os comunistas dirigem-se aos trabalhadores e a todo o povo com o objetivo de fixar sua posição e chamar as forças populares a uma intervenção decisiva no curso dos acontecimentos.

1. Diante da atividade criminosa da minoria reacionária, liderada pelos governadores Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, os comunistas consideram urgente uma ação enérgica das forças nacionalistas e populares com o fim de esmagar a conspiração antinacional dos grupos inconformados com o avanço do processo democrático no país. Cumpre aos trabalhadores e a todos os cidadãos apoiar decididamente os atos do Governo que forem orientados no sentido de eliminar os focos de reação e entreguismo. As medidas efetivas adotadas contra os golpistas da extrema-direita podem e devem abrir caminho a novos e maiores êxitos do movimento antiimperialista.

2. O combate aos grupos reacionários só pode ter sucesso se for baseado na mobilização e na atividade das massas trabalhadoras e populares, que constituem o fator decisivo da luta pela emancipação na-

cional e o progresso do país. A reação não pode ser efetivamente derrotada apenas por uma ação de cúpula. É indispensável a garantia de amplas liberdades a fim de que as forças populares possam manifestar-se em todo seu vigor. Por essa razão, os comunistas chamam os trabalhadores e o povo a manifestar-se contra a implantação do estado de sítio e qualquer tentativa de restringir direitos assegurados na Constituição. O estado de sítio só pode dificultar a mobilização das massas contra os setores reacionários e dar argumentos a Lacerda e Adhemar, que tentam confundir a opinião pública, apresentando-se como defensores da democracia.

3. A solução para os graves problemas que o país enfrenta não exige a supressão das liberdades e um regime de exceção. O que o povo brasileiro reclama do Governo são medidas concretas contra o imperialismo e o latifúndio, é o rompimento decidido com a política de conciliação que conduziu o Brasil a esta profunda crise. Os comunistas conclamam o povo a exigir a declaração unilateral de moratória para a dívida externa, a anulação do compromisso de compra do acervo da Bond and Share, uma reforma agrária radical que entregue as terras dos latifúndios aos camponeses, providências imediatas para defender os interesses dos consumidores contra a ação dos grandes intermediários no setor do abastecimento e dos preços, reajustamento imediato dos salários e fixação do novo salário-mínimo, combate à inflação através de medidas que gravem os grupos de altas rendas e os lucros dos monopólios estrangeiros, anistia para os militares presos em consequência do protesto de Brasília, elegibilidade para os sargentos, etc. Um programa de ação desse tipo não pode ser realizado por um Governo como o atual, que se baseia no compromisso com as forças reacionárias. Urge, portanto, a mudança do sistema de forças que constitui o Ministério e a formação de um governo nacionalista e democrático, livre de prepostos de entreguismo e do latifúndio, composto de representantes das forças da frente-única, inclusive dos trabalhadores.

4. Os comunistas consideram que o rumo dos acontecimentos depende agora, fundamentalmente, da

luta dos trabalhadores e do povo. As condições atuais são plenamente favoráveis a novos e grandiosos avanços do povo brasileiro no caminho de sua libertação. Sòmente através da luta as fôrças populares hão de garantir o respeito às liberdades democráticas e impedir os direitos constitucionais. A classe operária, em particular, deve manter-se vigilante na defesa intransigente da liberdade sindical, dos direitos de reunião, de associação e de greve. Os comunistas consideram necessária, hoje mais do que nunca, a ação unificada e a coordenação de tôdas as fôrças nacionalistas e democráticas. Unidos, os operários, camponeses, estudantes, militares patriotas e parlamentares ligados ao povo constituem uma fôrça poderosa, cuja voz não pode deixar de ser ouvida, cuja influência pode pesar sèriamente nas decisões.

Por medidas enérgicas para esmagar a reação e avançar no caminho da libertação nacional!

Contra a implantação do estado de sítio e pela garantia das liberdades democráticas do povo!

Por um govêrno nacionalista e democrático, capaz de empreender as reformas de base que a Nação exige!"

(Novos Rumos n.º 242, 5 Out 63, p 1)

Após a retirada do pedido de estado de sítio, (Ver Novos Rumos n.º 242, 11/17 Out 63, p 8) o PCB dirigiu à nação o seguinte documento:

"1 — As fôrças nacionalistas e democráticas, derrotando a tentativa de implantação do estado de sítio, alcançaram importante vitória política. Os fatos revelaram que a unidade da frente-única, atingiu um nível mais alto e que sua amplitude é maior, crescendo, conseqüentemente, sua influência na vida do país. Sua participação no desenrolar da crise foi decisiva e a vitória alcançada cria condições para que o movimento patriótico e democrático, estreitando mais ainda sua unidade, tornando com empenho sua atividade, avance e conquiste novos êxitos.

Os recentes acontecimentos também confirmaram o fracasso da política que vem sendo seguida pelo Govêrno, de conciliação com as fôrças interessadas em

que o país continue espoliado pelos monopólios imperialistas e entravado pelo latifúndio. Não há condições possível para a crise brasileira através de fórmulas que pretendam, em nome de um centrismo conciliador, golpear tanto os grupos ultra-reacionários e antinacionais como as forças populares e os trabalhadores. Estas fórmulas, ficou claro, só podem conduzir ao isolamento dos seus manipuladores e criam uma ameaça real de fortalecimento da reação.

Recrudescer, a olhos vistos, a conspiração entreguista, tendo à frente do bando os traidores Lacerda e Adhemar. Torna-se necessário que as forças populares não apenas mantenham acesa sua vigilância, mas intensifiquem sua ação contra a minoria entreguista, exigindo do Governo medidas firmes e enérgicas capazes de esmagar sua criminoso atividade. Essas medidas, entretanto, só serão realmente efetivas se baseadas em soluções populares para os problemas colocados diante da nação.

2 — Retirado o pedido de decretação do estado de sítio, nenhum problema de fundo foi resolvido e continuam a atuar os fatores que levam ao aguçamento da crise. Os fatos mostram a necessidade premente de ser adotada uma nova política, que dê solução às questões imediatas e se encaminhe no sentido das reformas de base. Um governo como o atual, que se baseia no compromisso com a cúpula retrógrada do PSD e com outras forças reacionárias, não realizará essa política. Impõe-se, portanto, uma recomposição do sistema de forças que constitui o atual Governo, com a substituição dos setores distanciados das aspirações do povo por representantes das correntes políticas e sociais que estejam dispostas, no Parlamento e nas ruas, a dar apoio a essa nova política.

3 — Os comunistas reafirmam sua opinião de que se torna cada vez mais imperiosa a necessidade de imprimir um novo curso ao desenvolvimento econômico e político do país. Manifestam sua decisão de lutar com vigor redobrado, junto às demais forças patrióticas e à frente das massas, pela realização das reformas de estrutura, que golpeiem o domínio imperialista e a exploração latifundiária, e por um governo nacionalista e democrático. Consideram igualmente ne-

cessário impulsionar as lutas em defesa das liberdades públicas e dos direitos sindicais, pela revogação do § 16 do artigo 141 da Constituição, pelo direito de voto aos soldados e analfabetos pela elegibilidade dos sargentos, pela defesa dos mandatos populares e pela posse dos eleitos, pela revogação da Lei de Segurança Nacional e pela democratização da Lei Eleitoral, pelo registro do Partido Comunista Brasileiro.

O Governo do sr. João Goulart manifesta-se repetidamente favorável às reformas de base, mas nada fez no sentido de medidas concretas e efetivas. Alega o Poder Executivo que a maioria reacionária do Congresso Nacional é um obstáculo intransponível à realização de tais reformas. Na realidade, são os representantes dos interesses antinacionais e dos setores privilegiados, tanto do Poder Legislativo como no Executivo e no Judiciário, que sabotam, protelam e entram as mudanças prementes que o país reclama.

A crise política em desenvolvimento demonstra, porém, que já não é possível retardar a adoção de soluções. O povo brasileiro exige a formação de um governo que inicie a aplicação de medidas imediatas e concretas para enfrentar os problemas mais agudos do momento. Essas medidas não excluem a luta por soluções mais profundas, pelas reformas de base, constituindo um passo inicial no sentido de sua concretização. São providências que podem ser realizadas desde já, por um Poder Executivo que se disponha realmente a servir ao povo, enquanto se trava a luta pelas modificações constitucionais que permitam a plena execução das reformas de base.

No terreno da luta contra a espoliação imperialista, pela solução das dificuldades que o país enfrenta no setor do comércio exterior e do câmbio, devem ser adotadas imediatamente medidas como a declaração de moratória para a dívida externa, até que seja possível saldá-la sem afetar o desenvolvimento do país; o monopólio de câmbio pelo Governo, acompanhado pela suspensão temporária da remessa de rendimentos das empresas estrangeiras; o monopólio das exportações de café e medidas severas contra as fraudes cambiais; a anulação do compromisso de compra do patrimônio da Bond and Share e providências para

a encampação das concessionárias de acôrdo com as leis brasileiras; a intensificação do comércio com os países que negociam à base de convênios bilaterais, a fim de evitar o endividamento na área do dólar; a ampliação do monopólio estatal do petróleo, mediante a encampação da refinaria de Capuava, o monopólio da importação de óleo cru e derivados e a entrega à Petrobrás da distribuição de todos os seus produtos.

A fim de iniciar a aplicação de medidas concretas contra o latifúndio, melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios à população e elevar o nível de vida das massas rurais, devem ser tomadas providências como a concentração em um só fundo de todos os recursos financeiros concedidos aos estabelecimentos agropecuários, destinando-se pelo menos 75% do montante dêsses recursos aos estabelecimentos de área inferior a 100 hectares que se dediquem à produção de gêneros alimentícios destinados à subsistência da população; supressão de tôdas as vantagens administrativas, econômicas ou financeiras para os estabelecimentos de quaisquer dimensões que cobrem taxa de arrendamento superior a 20% do valor do produto, ou que não estejam cumprindo rigorosamente as leis que amparam o trabalhador rural; medidas oficiais que possibilitem aos camponeses sem terra a ocupação e o cultivo de áreas das propriedades latifundiárias; mobilização de todos os meios de propaganda e recursos governamentais a fim de exigir do Congresso a aprovação imediata de uma emenda constitucional que permita a reforma agrária com o pagamento das indenizações em títulos.

Com o objetivo de salvaguardar os interêsses das massas consumidoras contra a ação dos grandes intermediários no terreno do abastecimento e dos preços, é necessário adotar medidas rigorosas contra a sonegação dos gêneros alimentícios, inclusive a confiscação dos estoques e sua distribuição direta ao comércio varejista; nacionalização, pelo custo histórico, dos moinhos, dos frigoríficos, das fábricas de leite em pó e da indústria farmacêutica estrangeira.

Para atenuar a situação aflitiva em que se encontram as massas trabalhadoras, vítimas da brutal elevação dos custos de vida, impõe-se o reajustamen-

to geral dos salários, o rezoneamento e a fixação imediata de novos níveis do salário-mínimo.

O povo exige também a libertação imediata dos graduados e praças das Forças Armadas presos em consequência do protesto de Brasília; a abolição das medidas discriminatórias adotadas contra os sargentos; a revogação do decreto n.º 9 070 que ameaça o direito de greve.

4 — Existem tôdas as condições favoráveis a novos êxitos das forças antiimperialistas e democráticas. A unidade de ação dos trabalhadores, camponeses, estudantes, militares patriotas, de todo o povo brasileiro, é o fator decisivo para o esmagamento da conspiração reacionária, a derrota da política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio e a conquista de um governo nacionalista e democrático, que realize as medidas reclamadas pelos interesses da Nação.

Rio, outubro de 1963”.

(Novos Rumos n.º 242, 11/17 Out 63, p 1)

A campanha pela moratória foi nesse momento outra iniciativa do PCB para tumultuar a vida nacional que as incontáveis greves transformavam em verdadeiro pandemônio.

A encampação das refinarias particulares foi outra palavra-de-ordem do PCB. Capuava entrou em greve sob a ação de um comando de agitadores extremistas. (Ver Novos Rumos n.º 247, p 8)

O PCB exigia impacientemente a anistia dos sargentos. (Ver Novos Rumos n.º 251, 13/19 Dez 63, p 8)

Os comunistas anunciavam que só uma solução existia para a crise permanente do governo Goulart: a constituição de um novo governo baseado nas “forças progressistas”. O socialismo estava à vista.

Iniciava-se o ano decisivo de 1964. Em janeiro recrudescia a agitação. Em fevereiro o CGT mobilizava os trabalhadores de todo o país para o aumento de 100% do salário mínimo.

A desordem, a anarquia e a crise de autoridade imperavam em todos os setores.

A 22 de fevereiro Humberto de Alencar, sobrinho de Miguel Arraes escrevia a êste do Rio de Janeiro:

“Rio, 22 de fevereiro de 1964.

Meu caro Miguel:

Estou a escrever-lhe agora, com o Ataíde ao lado, para lhe oferecer um relatório completo das conversas que mantivemos nas diversas áreas, depois da minha chegada.

Vamos por ordem:

PC — Estivemos com o Dias. O PC esteve duas vezes com Jango, mantendo diálogo cordial e interessado. Apóia a Frente, com certas restrições, as quais, de certo modo, também são suas. De maneira geral, de acordo com a conversa com o Dias, achei que os pontos de vista são coincidentes, estando eles, entretanto, absolutamente interessados no entendimento geral das forças populares com Jango. A legalidade do PC é um ponto que os sensibiliza por inteiro. Nessas conversas reclamaram que esse ponto estava explícito no primeiro documento da Frente, mas já no segundo passou a implícito, o que o partido considera um recuo. Disse-me o Dias que falaram isso a Jango, francamente. Declararam ainda que o Jango tem condições de liderar um amplo movimento progressista e renovador, através de medidas concretas. E que, para isso, contaria com o apoio decidido do PC e possivelmente de todas as forças populares. Acentuaram a necessidade da unidade das forças populares, com esse programa, para que o Presidente se sentisse fortalecido na sua ação. O PC está interessado na Frente-Única. Acha que é um passo adiante, em torno de medidas positivas. Entretanto, não concorda com o entendimento com a cúpula do PSD (Amaral e Cia.). Entende mesmo que esse entendimento desfigura os objetivos da Frente. Advogam o diálogo ao apoio dos pessedistas progressistas, pois com estes é que deve ser o entendimento. Entendem que o entendimento com o Presidente e o apoio à Frente são necessários, pois, segundo eles, o Presidente está com trunfos decisivos.

Acham que a entrada na Frente das forças populares deve ser em bloco, embora estejam conversan-

do diretamente com o Presidente. Acham que JG continua com o plano do golpe e que isso deve, de agora por diante, entrar nas nossas análises, pois o processo político se está desenvolvendo com incrível rapidez.

Depois dessa ampla conversa, achei de bom alvitre que êles credenciassem uma pessoa para ir aí, apresentar-lhe um relatório dessas conversações e da evolução do processo político. O Dias, do meu apartamento, ligou para o velho, reuniram-se depois e eis a razão da presença do Marco Antonio aí.

San Tiago — Amargurado, o professor. A Frente dêle desapareceu, para dar lugar diretamente a do Presidente.

Depois da instrução da SUMOC, que conversaremos mais tarde, achamos de bom alvitre que o Ataíde fôsse ao professor, para saber da posição dêle em relação a essa Instrução. Respondeu êle ao Ataíde que se afastara das articulações, deixando que o próprio Presidente assumisse o comando, para que todos sentissem o grau de interêsse de G sôbre o assunto. Que a instrução da SUMOC era coisa do Ney para criar dificuldades à Frente. Que a instrução era uma discriminação contra Pernambuco, inconcebível. Que êle estava à disposição do Governador de Pernambuco, para advogar os interêsses do Estado junto ao Presidente, pressionando-o para que reveja o assunto; como você vê, o professor está fora da área e pretende, com êsse oferecimento, voltar ao palco, desta vez pela sua mão, como seu porta-voz. Saliente-se que o Ataíde passou 24 horas para falar com o professor e êle fugia, da casa dêle marcavam horas sucessivas para a conversa e êle nunca podia atender na hora marcada. Na décima vez, já às 22 horas, diante da insistência, é que o Ataíde conseguiu falar com êle a conversa que lhe transmiti acima.

Samuel — No dia em que cheguei, fui à casa do Samuel e tratei apenas do caso da Metropolitana de Santo Antonio, mostrando que você não gostava de fazer pedido pessoal, jamais havia feito. Que o pedido, agora, não era de natureza pessoal, pois tinha sentido político, mas mesmo assim desejava você, se possível, que êle (Samuel) colocasse, como um dos seus proble-

mas a resolver. Respondeu-me que o Presidente estava na disposição de lhe atender em tudo. Textual: "Não sei o que êle pretende com isso, mas declarou-me êle que satisfará todos os pedidos e atenderá a tôdas as reivindicações de Arraes". Que no dia seguinte, de manhã, iria a Jacarepaguá e trataria do assunto. Fêz-me escrever em papel timbrado da Presidência, a reivindicação. No outro dia, voltando de Jacarepaguá, me telefonou lendo para mim o seguinte despacho de Jango, no papel que eu lhe havia escrito: "Gaillard: pedir ao Medina para atender imediatamente a reivindicação do Governador de Pernambuco". Depois, quando nos reunimos, novamente, para uma ampla conversa de três horas, que vou relatar abaixo, mostrou-me a fotocópia dêsse documento, que já ontem foi entregue por êle ao Gaillard. Acontece, entretanto, que o Medina viajou, devendo voltar no comêço da semana. Estarei vigilante, entretanto.

A conversa foi longa e séria, três horas seguidas.

Vamos por partes:

1 — Golpe. Entende, o Presidente continua absolutamente empolgado por essa idéia, já estando convencido entretanto que, a essa altura não seria mais golpe, mas a própria revolução. Acontece, porém, que isso o preocupa demasiado e só seria demarado com 100 por cento de garantia de êxito. (estou transmitindo a conversa de Samuel, depois comentei) Que, para isso, entretanto, necessário se torna que haja motivação. Acha possível que a direita bote a cabeça de fora ou que Brizola demarre para sua loucura. Em um e outro caso, em qualquer dêles estaria a motivação. — Apesar disso — ainda é Samuel — o Presidente tem pavor de golpe, das suas conseqüências, do que viria depois, do contrôle, que poderia escapar-lhe das mãos.

Na semana que passou o Presidente reuniu os comandos militares, e êsses se mostraram inteiramente afinados com êle.

Sobre eleições o Presidente não fala. É assunto que para êle não existe. Diz que a única vez que se referiu foi para dizer que até o Dr. Getúlio se levantaria do túmulo para impedir a ascensão política do seu as-

sassino (Lacerda). Acha que as eleições são inviáveis, pois o país não suportará 18 meses de campanha de Lacerda, pela violência de que será revestida. Isso seria a subversão. Daí o apoio que terá das forças militares para qualquer esquema que impeça a agitação e a agressão de Lacerda.

A idéia dominante, nestes últimos dias, é a de que o Presidente deve enviar mensagem ao Congresso pedindo a decretação de um plebiscito para reforma da Constituição, no sentido das reformas. Essa mensagem seria apoiada por uma campanha nacional de sentido amplo, comandada por êle Presidente, em pronunciamentos incisivos, com a participação das forças integradas na frente política agora em formação.

O Congresso, eleito pelo IBAD, de certo negará aprovação à proposição — aí teremos então a justificativa para sua dissolução, convocação de uma Constituinte, decretando concomitantemente as reformas imediatas e essenciais que forem julgadas assim pelas forças integradas na Frente.

Se nenhum esquema dêse tipo der certo, então estaria êle — o Presidente —, no propósito de renunciar, declarando à nação a impossibilidade das reformas que ela desejava, vinculando-se ainda mais à sua liderança popular. Êsse propósito teria sido comunicado a alguns chefes militares, que não concordaram com a hipótese que, segundo ainda Samuel, também não é êsse o desejo do próprio Presidente. Fala nisso — e somente falou duas vêzes —, com o propósito evidente de forçar soluções.

Acentua ainda que as relações dêle com JK são cordiais, sem nenhuma vinculação e sem nenhuma profundidade.

Adverte que agora o Presidente está inteiramente distanciado do Brizola, sob a alegação de que tem executado tôdas as proposições de Brizola, mas êste não se contenta e sempre volta querendo mais, querendo mais. Que chegou à conclusão de que Brizola o que deseja é o lugar dêle, Presidente, e êle não quer essa concorrência. Daí admitir, como já anunciei, que o Brizola saísse para uma ampla convulsão, tipo Lacerda.

Finalmente acha que você deveria resguardar-se nessa quadra, adiantando que, como você sabe, o Presidente é de uma instabilidade terrível e tudo isso poderia mudar de uma hora para outra, tomando rumos até então não imaginados.

Perguntou-me, então, se você viria para o comício do dia 13. Diante dessa conversa tôda, disse que você estava sendo convidado com insistência, mas teria me declarado que só viria se o Presidente achasse que isso seria da sua conveniência.

Comício do dia 13 — Organizado pelo CGT, para defesa das reformas e das liberdades públicas. Não falará representantes do PC. Falariam CGT, UNE, PRN, CPOS. Elói, Brizola, Arraes e Jango. Entende o PC que êsses oradores teriam a vantagem de enquadrar Jango, que, falando no final, não poderia usar linguagem diferente dos oradores anteriores. SW disse-me que nesse comício teria que reconhecer públicamente que o Presidente estava tomando medidas de caráter popular e enunciá-las, de maneira a focar, em primeiro plano, a figura de Jango. Nesse comício, atendendo a sugestões do PC, o Presidente assinaria decretos de conteúdo popular: o da SUPRA, desapropriação, a encampação de Capuava e outros contendo medidas de natureza popular, contra a inflação e o custo de vida.

Êsse comício seria o primeiro de uma série de 4 ou 5 no país.

CGT, PC, UNE acham que você deve vir. Brizola anuncia que não irá.

Capuava — Quando eu estava com Samuel, o Presidente telefonou para êle e conversaram sôbre Capuava. Ouvi o Samuel dizer que fôra ao Osvino dizer que o decreto como estava redigido não podia ser. A encampação seria da maquinaria e depois se adquiriria as ações da emprêsa, a fim de não atingir a organização comercial. Do contrário, seria espoliação, e que a legislação atual não permitiria.

Quando eu saia do gabinete de Samuel, substituí-me no entendimento com êle, o advogado Miguel Lins, que é o advogado de Capuava.

Dito tudo isso, sou de opinião que devemos dar um passo à frente. Fique certo de que Jango está

muito forte na área popular e se está fortalecendo na área política, a passos largos. Ninguém quer ficar de fora da Frente. Já estêve até com Elói e Sérgio Magalhães. Outros decretos virão: — sapato popular, roupa popular, depósito bancário para sindicalizado, o diabo. O homem entrou num processo político violento, oferecendo a impressão que êle já sabe para onde vai, concretamente. Acentua — SW, por exemplo —, que êle está com os comandos militares afiados e teria dito (segundo SW): “Se os generais estão comigo, não há razão para que os sargentos não estejam”.

De outro lado, as portas se estão abrindo para você e segundo SW o Presidente havia dito que para você tudo, dá tudo. Ximenes já está recolhendo as benesses no BB.

SW foi para São Paulo, voltando quarta-feira. Combinou outra conversa, para rever a inicial e continuar o diálogo, de modo a que você fique completa e totalmente informado.

Agora, doutor, a frente não é mais de San Tiago. É do Presidente. E nós não podemos nem devemos ficar fora do processo. Se faltam condições, acho que devemos forçar a sua criação.

Instrução da SUMOC — A direita está batendo palmas a essa última instrução da SUMOC. Elogio de O Globo e do Presidente da UDN, da fina flôr da reação. O PC acha secundário êsse problema, uma vez que êle já iniciou o processo do monopólio cambial e isso é que é importante. O pessoal do Brizola enfatiza a instrução e diz que vai partir para o ataque violento.

Daí eu achar que você deve estudar bem o problema para fixar um comportamento, diante dêsse quadro contraditório.

Bem, doutor. Voltarei a conversar com SW na quarta-feira. Se você achar conveniente, mande-me dizer alguma coisa, oferecendo-me algumas coordenadas para êsse nôvo diálogo.

Abraços do

Humberto”

Nessa carta aparece claramente as gestões entre João Goulart com o Partido Comunista para a formação da Frente Popular e o comício do dia 13 de março.

Chegávamos aos dias agitados de março de 1964.

A 13 de março de 1964, em comício na Central do Brasil (denominado Comício das Reformas), João Goulart anunciou diante de duzentas mil pessoas a adoção de várias medidas radicais como:

- Envio de mensagem ao Congresso, exigindo as reformas e alterações da Constituição;
- Decretação da encampação das refinarias particulares;
- Decretação do tabelamento de aluguéis de imóveis;
- Decreto da desapropriação de terras que margeiam as rodovias federais.

Brizola exigiu o fechamento do Congresso e a convocação de uma constituinte.

Arraes verberou contra a minoria fascista e reacionária.

O CGT para garantir as reformas (Novos Rumos, Edição Extra, 15 Mar 64)

Foram os seguintes os discursos de João Goulart, Leonel Brizola e Miguel Arraes:

Brasileiros, valoroso povo do Estado da Guanabara. Devo agradecer em primeiro lugar as organizações oficiais promotoras desta grande manifestação; agradecer ao povo brasileiro por esta demonstração extraordinária que assistimos emocionados aqui nesta cidade do Rio de Janeiro. Quero agradecer também aos Sindicatos que, de todos os estados, mobilizaram os seus associados, dirigindo minha saudação a todos os patrícios que, neste instante, mobilizados em todos os recantos do país, ouvindo-me o povo, através do rádio e da televisão.

Dirijo-me a todos os brasileiros. Não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas. Dirijo-me também aos milhões de irmãos nossos que dão

ao Brasil mais do que recebem e que pagam em sofrimento, pagam em miséria, pagam em privações o direito de ser brasileiro e de trabalhar sol-a-sol pela grandeza dêste país.

Presidente de oitenta milhões de brasileiros, quero que minhas palavras sejam bem entendidas por todos os nossos patrícios.

Vou falar em linguagem franca, que pode ser rude, mas é sincera e sem subterfúgios. É também uma linguagem de esperança de quem quer inspirar confiança no futuro, mas que tem a coragem de enfrentar sem fraquezas a dura realidade que vivemos.

Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e de sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização dêste memorável encontro entre o povo e o Presidente, na presença das lideranças populares mais expressivas dêste país que se encontram também conosco nesta hora cívica.

Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se, no Brasil, trabalhadores, a reação ainda fôsse dona da democracia e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tivesse que ser defendida por êsses democratas. Democracia para êles, não é o regime da liberdade de reunião para o povo; o que êles querem é uma democracia do povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios e de um povo abafado nas suas reivindicações.

A democracia, trabalhadores brasileiros, a democracia que êles desejam impingir-nos é a democracia do antipovo, a democracia da anti-reforma, a democracia do anti-sindicato, ou seja, aquela que melhor atenda aos seus interêsses, ou dos grupos que êles representam.

A democracia que êles pretendem é a democracia dos privilégios, é a democracia da intolerância, é a democracia do ódio.

A democracia que êles querem trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás; é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais; a democracia

que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao supremo sacrifício.

Ainda ontem, trabalhadores, eu afirmava no Arsenal de Marinha, envolvido pelo calor dos trabalhadores daquela Marinha que a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, na rua, que é do povo.

Democracia, meus patrícios, é o que meu Governador vem procurando realizar, como é de meu dever, não só para interpretar os anseios populares, mas também para conquistá-los pelo caminho do entendimento e da paz.

Não há ameaça mais séria à democracia, trabalhadores, do que a democracia que desconhece os direitos do povo; não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo e de seus legítimos líderes, fazendo calar as suas reivindicações.

Estaríamos, assim, brasileiros, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da nação e dêstes reclamos, que de norte a sul, de leste a oeste, levantam o seu grande clamor pelas reformas de base e de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será um complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria.

Ameaça à democracia, enfim, não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia, é empulhar o povo brasileiro, é explorando seus sentimentos cristãos, na mistificação de uma indústria de um anti-comunismo, insurgindo o povo até contra os grandes e luminosos ensinamentos dos grandes e santos Papas que informam notáveis pronunciamentos das mais expressivas figuras do Episcopado Nacional.

O inolvidável Papa João XXIII é quem nos ensina, povo brasileiro, que a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamento natural para a vida o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos.

É dentro desta autêntica doutrina que o Governo Brasileiro vem procurando situar a sua política so-

cial, particularmente no que diz respeito a nossa realidade agrária.

O cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres. Nem, também, trabalhadores, nem, também, brasileiros, nem também os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo e as suas aspirações mais legítimas. Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo que tanto espera uma justiça social mais humana para a dignidade da vida brasileira. Os rosários podem ser erguidos contra aquêles que reclamam a disseminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena minoria.

Brasileiros, aquêles que reclamam do Presidente da República uma palavra tranquilizadora para a nação, aquêles que em todo o Brasil nos ouve nesta oportunidade, o que posso dizer é que só conquistaremos a paz social através da justiça social. Perdem o seu tempo aquêles que imaginam que o Govêrno seria capaz de sufocar a voz do povo ou de abafar as suas reivindicações. Perdem o seu tempo os que temem que o Govêrno passa empreender uma ação subversiva na defesa de interesses políticos ou pessoais; como perdem também o seu tempo, trabalhadores, os que esperam dêste Govêrno uma ação repressiva dirigida contra o povo, contra os seus direitos e contra as suas reivindicações.

Ação repressiva, trabalhadores, brasileiros, ação repressiva, bravo povo carioca, é a que o Govêrno está praticando e vai ampliá-la cada vez mais e mais implacavelmente, aqui na Guanabara e em outros Estados contra aquêles, brasileiros, contra aquêles que especulam com as dificuldades do povo, contra aquêles que exploram o povo e que sonegam gêneros alimentícios ou que jogam com os seus preços.

Ainda ontem, trabalhadores, ainda ontem, povo carioca, dentro da Associação de cúpula, de classes conservadoras, ibadianos de ontem levantaram a voz contra o Presidente pelo crime que o Presidente está praticando, de defender o povo contra aquêles que o exploram na rua, contra aquêles que o exploram nos seus lares, através da exploração e da ganância.

Mas, trabalhadores, mas, povo brasileiro, não me tiram o sono as manifestações de protesto dos gananciosos, mascarados de frases patrióticas, mas que, na realidade, traduzem suas esperanças e os seus propósitos de restabelecer a impunidade para as suas atividades antipopulares e anti-sociais.

Por outro lado, povo brasileiro, não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar e tenho proclamado e continuarei proclamando em todos os recantos da Pátria — a necessidade, trabalhadores, da revisão da atual Constituição da nossa República, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta nação.

Essa Constituição atual, trabalhadores, é uma Constituição antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, uma estrutura injusta e desumana. O povo quer que se amplie a democracia; que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e podendo ser votado.

Que se impeça a intervenção no poder econômico nos pleitos eleitorais e que seja assegurada a representação de tôdas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações ideológicas ou religiosas.

Todos os brasileiros, todos têm direito a liberdade de opinião e de manifestar também sem temor o seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem contido na própria Carta das Nações Unidas e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros.

Está nisso, trabalhadores, está nisso, povo brasileiro, o sentido profundo desta grande e incalculável multidão que presta, neste instante, a sua manifestação ao Presidente, que vem também prestar-lhes contas do seu problema, mas também das suas atitudes e da sua posição na luta que vem enfrentando, luta contra fôrças poderosas, mas confiando sempre na unidade do povo e das classes trabalhadoras, unidade que há de imputar o caminho da nossa emancipação.

É apenas de se lamentar que parcelas ainda ponderáveis que tiveram acesso a instrução superior

continuem insensíveis, de olhos e ouvidos fechado, à realidade nacional.

São certamente, trabalhadores, os piores surdos e os piores cegos, porque poderão, com tanta surdez e com tanta cegueira, ser amanhã os responsáveis perante a história pelo sangue brasileiro que possa ser derramado, ao pretenderem levantar obstáculos à caminhada do Brasil e à emancipação do povo brasileiro.

De minha parte, à frente do Poder Executivo, tudo continuarei fazendo para que o processo democrático siga o caminho pacífico, para que sejam derrubadas as barreiras que impedem a conquista de novas etapas e progressos.

Que podeis estar certo, trabalhadores, de que juntos — Governo e povo — operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros que colocam os interesses da Pátria acima de seus interesses, haveremos de prosseguir, e prosseguir de cabeça erguida, a caminhada da emancipação econômica e da emancipação social deste país.

O nosso lema, o nosso lema, trabalhadores do Brasil, é: "Progresso com justiça e desenvolvimento com igualdade".

A maioria dos brasileiros já não se conforma com uma ordem social imperfeita, injusta e desumana. Os milhões que nada têm impacientam-se com a demora, já agora quase insuportável, em receber os dividendos de um progresso tão duramente construído, mas construído também com o esforço dos trabalhadores e com o patriotismo dos humildes.

Vamos continuar lutando pela construção de novas Usinas, pela abertura de novas Estradas, pela implantação de mais Fábricas, de novas Escolas, por Hospitais para o povo sofredor. Mas sabemos, trabalhadores, que nada disso terá sentido profundo se ao homem não fôr assegurado o sagrado direito ao trabalho e uma justa participação do desenvolvimento nacional.

Não, trabalhadores, não, brasileiros, sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria neste país; nada adianta dar-lhe aquela aparência bem com-

portada com que alguns pretendem iludir e enganar o povo brasileiro.

Meus patrícios, a hora é a hora das reformas. A hora das reformas, brasileiros, reformas de estruturas, reformas de métodos, reformas de estilo de trabalho e reformas de objetivos para o povo brasileiro. Já sabemos, já sabemos que não é mais possível progredir sem reformar. Que não mais é possível acomodar, que não é mais possível admitir que essa estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional para milhões e milhões de brasileiros e da portentosa civilização industrial, dela só conhecem apenas a vida cara, as desilusões, os sofrimentos e as ilusões passadas.

O caminho das reformas é o caminho do progresso e da paz social. Reformar, trabalhadores, é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada, pelas realidades do tempo em que vivemos.

Trabalhadores, acabei de assinar o Decreto da Supra. Assinei, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria.

Porém, é necessário que se diga, que o Decreto da Supra não é ainda aquela Reforma Agrária pela qual nós lutamos. Representa, como ainda há pouco afirmava o Governador de Pernambuco, apenas um passo a frente no caminho das grandes Reformas de Estrutura. Ela ainda não representa, êsse Decreto ainda não representa, trabalhadores, a Carta de Alforria do Camponês abandonado. Mas é, repito, o primeiro passo. *Representa uma porta que se abre para a solução definitiva do problema agrário brasileiro.*

O que se pretende com o Decreto que considera de interêsse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam os eixos rodoviários, os leitos de ferrovia, açudes públicos Federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, a um comércio odioso, a um comércio intolerável.

Não é justo, trabalhadores, que o benefício de uma estrada construída com o dinheiro do povo ve-

nha beneficiar apenas as pequenas minorias latifundiárias dêste país.

Não se compreende que uma estrada como a Rio-Bahia, que os oitocentos quilômetros asfaltados da Rio-Bahia que custaram setenta bilhões de cruzeiros (Cr\$ 70.000.000.000) ao povo brasileiro venha a beneficiar aos latifundiários que têm multiplicado as suas propriedades.

Se aquela estrada foi feita com dinheiro do povo brasileiro, o povo tem que participar daquela estrada e das terras situadas ao lado do seu eixo.

Mas, trabalhadores, Reforma Agrária com pagamento prévio em dinheiro não é Reforma Agrária, trabalhadores brasileiros.

Reforma Agrária, como consagra a nossa Constituição, precisando pagar à vista e pelo justo valor, não é Reforma, é negócio agrário que interessa apenas aos latifundiários.

Sem Reforma Constitucional, trabalhadores brasileiros, não poderá haver uma Reforma Agrária autêntica que atenda aos anseios desta nação e aos reclamos do povo brasileiro.

Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo, que tem acima dela esta multidão que aqui está nesta Praça Pública, poderemos votar Leis Agrárias bem intencionadas, mas nenhuma delas será capaz de modificar as estruturas profundas que devem ser modificadas em benefício dêste país.

Graças aos convênios, à colaboração patriótica e técnica das nossas gloriosas Fôrças Armadas, em convênios realizados com a Supra, graças a essa colaboração, meus patrícios, eu espero que dentro de menos de sessenta dias, já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, já comecem a ser divididos os latifúndios aos lados das ferrovias, aos lados dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da nação. E, feito isto, os trabalhadores do campo já poderão então, ver concretizada, embora em parte, a sua mais sentida e justa reivindicação, aquela que lhe dará um pedaço de terra própria para êle trabalhar, um pedaço de terra para cultivar. Aí, então, o trabalhador e a sua família, sua família sofre-

dora irá trabalhar para êle, porque até aqui êle trabalha para o dono da terra que êle aluga ou para o dono da terra que êle entrega o dinheiro, a sua produção e não se diga, trabalhadores, e não se diga, povo brasileiro que há meio de fazer a reforma sem mexer a fundo na nossa Constituição. Em todos os países, em todos os países civilizados do Mundo já foi suprimido do texto Constitucional, aquela parte que obriga, para desapropriações de interêsse social, o pagamento prévio, o pagamento em dinheiro.

No Japão, brasileiros, há mais de vinte anos, no Japão, já se fêz a Reforma Agrária pagando em títulos e bônos daquele país ao prazo de vinte anos (20) e ao juro de 3%. E naquele tempo quem promoveu e iniciou a Reforma Agrária no Japão foi um General Americano que não podia ser chamado de comunista, nem de agitador e nem de inconveniente aos interêsses nacionais, foi o General MAC ARTHUR que realizou, a vinte anos atrás a Reforma daquele país.

Na Itália, já também a mais de quinze anos, realizou-se uma reforma popular. A Itália, como a Calábria, passaram-na a multiplicar a sua produção e os colonos italianos passaram a ter o seu pedaço de terra próprio para produzir.

No México, já há mais também de doze anos, está se completando a Reforma Agrária, onde se entregou mais de trinta milhões de hectares de terra aos trabalhadores mexicanos, também com pagamento em vinte e cinco anos e juros nunca superior a 5%.

Na própria Índia, também, já se fêz a Reforma Agrária de mais da metade da área cultivável daquele país.

Portanto, não existe argumento capaz de poder afirmar que no Brasil, nação jovem que se projeta para o futuro graças ao seu povo, não se possa também fazer a Reforma da Constituição para a Reforma Agrária autêntica e verdadeira.

A Reforma Agrária não é capricho de um Governô, de uma pessoa de um programa de partido. A Reforma Agrária é produto de demasiada necessidade de todos os povos do Mundo e, aqui no Brasil, ela constitui a legenda mais viva na esperança do

povo brasileiro, especialmente dos trabalhadores rurais da nossa pátria.

A Reforma Agrária também é, trabalhadores, uma imposição do próprio imperativo do progresso nacional. É também a maneira de melhorarmos e, ampliarmos o nosso mercado interno, que necessita aumentar sua produção para poder sobreviver.

Os tecidos, os sapatos, sobram nas prateleiras das lojas e das nossas fábricas, que estão produzindo ainda muito abaixo da sua própria capacidade. Mas enquanto sobram os tecidos nas prateleiras o povo brasileiro vive nú no interior da nossa pátria, a criança vive sem calçado, porque não tem poder aquisitivo, porque não tem dinheiro para comprar êsses produtos.

Assim, a Reforma Agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho a nossa indústria e melhor remuneração ao trabalhador urbano. Interessa, por isso, a todos os industriais e a tôdas aquelas fôrças produtoras que se interessam realmente pelo desenvolvimento do nosso país. A Reforma Agrária é necessária, enfim, a nossa vida social econômica, para que o país possa progredir, em sua indústria e no bem-estar do seu povo.

Como garantir, trabalhadores, o direito de propriedade autêntica, quando quinze milhões de brasileiros que trabalham na terra, apenas dois milhões e meio são proprietários dessa terra?

O que estamos pretendendo fazer no Brasil, pelo caminho da reforma, especialmente da Reforma Agrária, não é diferente, portanto, do que se fêz em todos os países subdesenvolvidos do mundo. É uma etapa de progresso que precisamos conquistar e que havemos de conquistar, trabalhadores brasileiros.

Esta manifestação deslumbrante que presenciamos diante de nossos olhos é um testemunho mais vivo de que a Reforma Agrária será conquistada para o povo brasileiro. O próprio custo da produção, trabalhadores, o próprio custo dos gêneros alimentícios está diretamente subordinado às relações entre o homem e a terra. Num país em que se paga alugueis da terra que vão a mais de cinquenta por cento da pro-

dução obtida naquela terra, não pode haver gêneros baratos, não pode haver tranquilidade social. No meu Estado, por exemplo, no meu Estado, Estado do Deputado Leonel Brizola, sessenta e cinco por cento da produção de arroz é realizada em terras alugadas e o arrendamento já vai a mais de cinquenta e cinco por cento do valor da produção. O que ocorre no Rio Grande é que um arrendatário de terra para um plantio de arroz paga, em cada ano, o valor da terra que ele produz, para o proprietário. Esse inquilinato rural, desumano e medieval, é o grande responsável pela produção insuficiente e cara que torna também cada vez mais insuportável a vida para as classes populares em nosso país.

A Reforma Agrária, trabalhadores, e o povo sabe, só prejudica a uma pequena minoria de insensíveis que deseja manter o povo escravo e a nação submetida a um miserável processo de vida.

E é claro, trabalhadores, que só pode ser iniciada uma Reforma Agrária em terras economicamente aproveitáveis. É claro que não poderíamos tentar uma Reforma Agrária para atender aos anseios do povo lá no Estado do Amazonas ou do Pará. A Reforma Agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento.

Govêrno nenhum, trabalhadores, Govêrno nenhum, por maior que seja o seu esforço e até mesmo o seu sacrifício poderá enfrentar um monstro inflacionário que devora salários, que inquieta o povo e assalariados, se não forem efetuadas as reformas de estrutura e de base exigidas pelo povo e reclamadas pela nação.

Tenho autoridade, povo brasileiro para lutar pela reforma da atual Constituição, porque essa reforma é indispensável e porque ela tem como objetivo único e exclusivo abrir caminho para a solução harmônica dos problemas que afligem nosso povo. Não me anima, trabalhadores, não me anima, povo brasileiro, e é bom que a nação me ouça, quaisquer propósitos de ordem pessoal. Os grandes beneficiários das reformas serão, acima de tudo, o povo brasileiro e os governos que me sucederem.

Será o povo brasileiro e os governos que vierem, ao qual desejamos, trabalhadores, entregar uma nação engrandecida, emancipada e cada vez mais orgulhosa de si mesma, por ter resolvido mais uma vez, e pacificamente, os graves problemas que a História nos legou.

Dentro, trabalhadores, de quarenta e oito horas, vou entregar à consideração do Congresso Nacional a Mensagem Presidencial dêste ano. Nesta Mensagem, trabalhadores, nesta Mensagem, povo brasileiro, estão bem claras e expressas as intenções e os objetivos dêste Governo. Espero que os senhores Congressistas, em seu patriotismo, compreendam o sentido social da ação governamental, que tem por finalidade acelerar o progresso dêste país e assegurar aos brasileiros melhores condições de vida e de trabalho, pelo caminho do entendimento, isto é, pelo caminho da Reforma Agrária e democrática.

Mas estaria faltando ao meu dever se não transmitisse, também, em nome do povo brasileiro, em nome destas 150 ou 200 mil pessoas que aqui estão, o nosso caloroso apêlo ao Congresso Nacional, para que êle venha ao encontro das reivindicações populares, para que êle, em seu patriotismo, seja sensível aos anseios de uma nação que quer abrir o caminho, pacífico e democráticamente, de melhores dias e de dias mais felizes para o povo brasileiro. Mas também, trabalhadores, antes de finalizar, quero também referir-me, trabalhadores, referindo-me, povo brasileiro, também a um outro ato que acabo de assinar, interpretando sentimentos nacionalistas desta nação. Acabei de assinar, também hoje, ao dirigir-me para esta grande festa cívica, o decreto de encampação de tôdas as refinarias particulares.

A partir desta data, trabalhadores brasileiros, a partir dêste instante, meus patrícios, a Capuava, a Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e Distilaria Rio-grandense pertencem ao povo, passam a pertencer ao patrimônio Nacional.

Procurei, trabalhadores, depois de estudos cuidadosos elaborados por órgãos técnicos, depois de estudos profundos, procurei com êsse decreto ser fiel ao espírito que criou a Lei 2 004, Lei que surgiu inspi-

rada, povo brasileiro, nos ideais patrióticos e imortais de um brasileiro também que continua imortal em nossa alma e nosso espírito.

Ao anunciar, à frente desta multidão incalculável, o decreto de encampação de tôdas as Refinarias particulares eu desejo prestar, meus patrícios, eu desejo prestar com o povo brasileiro, uma homenagem de respeito e solidariedade àquele que sempre teve respeito e foi o solidário com o sentimento do nosso povo. Quero prestar uma homenagem ao grande e imortal Presidente Getúlio Vargas.

Ele, trabalhadores, o imortal e grande patriota Vargas, tombou, mas o povo continua a sua caminhada e eu vivo hoje um momento de profunda emoção ao poder dizer que soube interpretar o sentimento do povo brasileiro.

Ao lado dessas medidas de maior significação para o desenvolvimento do nosso país e para participação do povo brasileiro nas nossas riquezas, especialmente nessa riqueza criada pela luta do povo brasileiro, que foi a luta memorável pelo Petróleo e pelo monopólio, quando anuncio estas medidas, eu sinto que, para medidas como essas, e para medidas nacionalistas dessa significação, o povo estará sempre presente nas ruas e nas praças públicas. Estará sempre nas praças públicas, para, prestigiando o govêrno que pratica atos como êsse, mostrar às fôrças reacionárias que o govêrno há de continuar a sua caminhada.

Essa Mensagem, trabalhadores, que enviarei à consideração do Congresso Nacional, está também consignadas duas outras reformas que o povo brasileiro exige porque é uma exigência do nosso desenvolvimento e da nossa democracia.

Refiro-me à reforma eleitoral, a reforma ampla que permita a todos os brasileiros, maiores de 18 anos, também ajudarem a decidir seus destinos; que permita a todos os brasileiros, que lutam pelo engrandecimento de seu país, a também poderem participar dos destinos gloriosos do Brasil. Nesta reforma, propugnamos pelo princípio democrático, princípio democrático fundamental, de que todo alistável deve ser também elegível, isto é, que também deve ser tratado como tal.

Também está consignada nesta Mensagem, a reforma universitária reclamada pelos estudantes brasileiros, reclamada pelos universitários, que sempre têm estado corajosamente, na vanguarda de todos os movimentos populares e nacionalistas.

Ao lado dessas medidas e dêesses decretos e dessas providências, o Govêrno continua examinando outras medidas e outras providências de fundamental importância para a defesa do povo, para a defesa especialmente das classes populares.

Dentro de poucas horas, outro decreto será também dado ao conhecimento da nação. Trata-se do decreto que vai regulamentar o preço extorsivo e abominável dos apartamentos e residências que estão desocupadas e que hoje chegam a afrontar o povo e o Brasil, oferecidos até mediante o pagamento em dólares para um apartamento brasileiro, que deve ser alugado em cruzeiros, que é dinheiro do povo e a moeda dêste país. Estejam tranquilos que dentro em breve êsse decreto será uma realidade.

E realidade há de ser também a rigorosa e implacável fiscalização para que seja cumprido o decreto do aluguel, para que seja cumprido o decreto referente ao apartamento, assim como também o Govêrno, apesar dos ataques que tem sofrido, apesar dos insultos, não recuará nenhum centímetro sequer na fiscalização que vem exercendo contra a exploração do povo. Eu faço um apêlo ao povo carioca para que ajude o Govêrno na fiscalização da exploração contra o povo, da exploração contra o Brasil. Aquêles que faltarem à Lei, aquêles que desrespeitarem a Lei explorando o povo — não interessa o tamanho da sua fortuna, lá na Olaria ou aqui na Rua do Acre — há de pagar perante a Lei, a responsabilidade pelo seu crime.

Aos servidores públicos desta nação, aos médicos, aos engenheiros do serviço público, que também não me têm faltado com seu apoio e com o calor de sua solidariedade, posso afirmar que as suas reivindicações justas estão sendo objeto de estudo final e que também em breve, servidores públicos, médicos e engenheiros terão suas justas reivindicações atendidas.

Atendidas porque o Govêrno deseja cumprir o seu dever com aquêles que permanentemente cumprem com o seu dever para com o país.

Ao encerrar, trabalhadores, quero dizer que me sinto reconfortado e retemperado para enfrentar a luta que tanto maior será contra nós quanto mais perto estivermos do cumprimento do nosso dever. À medida que esta luta apertar eu me sinto confortado porque sei que o povo também apertará sua vontade contra aquêles que não reconhecem os direitos populares, contra aquêles que exploram o povo e contra aquêles que exploram a nação.

Eu sei, trabalhadores, das reações que nos esperam, mas eu estou tranquilo, tranquilo porque cumpro com o meu dever e tranquilo, acima de tudo, porque sei que o povo brasileiro já está amadurecido, já tem consciência da sua fôrça e da sua unidade e que não faltará com o seu apoio às medidas de sentido popular e nacionalistas.

Quero, trabalhadores, agradecer, mais uma vez, esta extraordinária manifestação, onde os mais significativos líderes populares vieram dialogar com o povo brasileiro, em especial com o bravo povo carioca, a respeito dos problemas que preocupam a nação e que afligem a todos os nossos patrícios.

Quero dizer, também, ao finalizar, que nenhuma fôrça será capaz de impedir que o Govêrno continue assegurando absoluta liberdade ao povo brasileiro. Nenhuma fôrça impedirá que o povo se manifeste livre e democráticamente e, para isto, povo brasileiro, nós podemos dizer com orgulho que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Fôrças Armadas desta nação.

Hoje, com o alto testemunho da nação e com a solidariedade do povo, reunido nesta praça que só ao povo pertence, o Govêrno, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar, de lutar com tôdas as suas fôrças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela Reforma Agrária, mas pela Reforma Tributária, pela Reforma Eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação

econômica, pela justiça social e, ao lado do povo, pelo progresso do Brasil”.

.....
“A minha saudação ao nosso Presidente.

A minha saudação ao povo brasileiro.

Este é o encontro do povo brasileiro com o Governo. Esta multidão imensa e aquêles milhões e milhões que através dos seus rádios, no recesso dos seus lares, acompanham nossas palavras neste momento, aqui estão, não apenas para aplaudir, mas aqui estão para dialogar com o Governo.

Se aqui estivéssemos para aplaudir, então não seríamos o povo independente do Brasil, mas um rebanho de ovelhas.

Aqui está o nosso povo para clamar, para reivindicar, para exigir e para declarar a sua inconformidade com a situação que estamos vivendo.

Saudamos o Governo da República pelo seu gesto democrático, porque realmente constitui-se num gesto democrático o governante baixar para o diálogo com o povo. E eu estou certo que o nosso Presidente aqui veio, nesta noite, não apenas para falar, mas sobretudo para ouvir o povo brasileiro, para ouvir e para aceder ao povo brasileiro, porque se há uma pressão, que não é pressão; se há uma pressão, que é realmente a voz que vem da fonte de todo o poder, esta é a que chamamos a pressão popular e que um governante deve se sentir um homem muito honrado em se submeter a ela.

Aqui estamos para aplaudir os bons atos do Governo. Eu quero, desde logo, fixar êstes dois grandes atos que possivelmente venham, como deseja o nosso povo, deflagrar um processo de transformações no nosso país. Refiro-me ao decreto de desapropriação proposto pela SUPRA e assinado hoje pelo Presidente e ao decreto de desapropriação das refinarias.

Povo e Governo de um país como o nosso precisam constituir-se em uma unidade e essa unidade já existiu em agosto de 1961, quando o nosso povo, praticamente de fuzil na mão, repeliu o golpismo e garantiu os seus próprios direitos. Essa unidade já existiu no plebiscito realizado em janeiro do ano passado, quando mais de 10 milhões de brasileiros disseram que

queriam o fim da política de conciliação do Parlamentarismo e que era indispensável a realização das reformas.

E quando o povo se reúne como nesta noite, no Estado da Guanabara, no mínimo, meus patrícios e irmãos, isto aqui quer dizer, significa um grito do povo brasileiro nos caminhos da sua libertação.

Em verdade, meus patrícios e irmãos, se se quiser a restauração em termos absolutos dessa unidade, o nosso Presidente poderá recolher das manifestações desta multidão os caminhos para o seu governo. É simples, será o suficiente, brasileiros de tôdas as gerações, que Sua Excelência ponha um fim na política de conciliação e organize um governo democrático, popular e nacionalista. Que ponha um fim na política de conciliação, rodeie-se dos seus amigos e organize e realize um governo popular e nacionalista.

Podem crêr que estou certo que a minha palavra está sendo impugnada. Podem julgar que talvez as nossas credenciais não sejam suficientes para esta afirmação, mas aqui estou e não poderia faltar nesta noite, porque o meu lugar é aqui, ao lado do povo, para transmitir as suas aspirações.

Todavia, atenção! Patrícios de tôdas as gerações que aqui se reúnem em cêrca de duas centenas de milhares de pessoas, na praça pública desta concentração, atenção! Pode ser que a minha palavra esteja sendo impugnada, pode ser que eu não tenha credenciais, mas eu quero vos perguntar nesta hora: aquêles que desejam e clamam pela organização de um governo popular e nacionalista que levantem as mãos.

Obrigado, obrigado a todos.

Vejam, meus patrícios e irmãos, vejam, brasileiros de tôdas as gerações, nós chegamos neste país o impasse: o povo brasileiro não suporta mais as suas condições de vida e clama por reformas, e clama por libertação da espoliação das corporações, dos grupos, dos trustes e dos monopólios internacionais.

Chegamos a um impasse, inclusive até as nossas liberdades estão sendo ameaçadas. As liberdades públicas dêste país estão sendo garroteadas. Ontem foi em Belo Horizonte, foi em São Paulo, foi no meu Rio

Grande, onde o Govêrno local, reacionário, está queimando ranchos de camponeses. Aqui, neste Estado, há uma prova. Êste Estado é governado por um energúmeno, que está garroteando as liberdades públicas e tanto isto é verdade, que, para que o próprio Presidente da República pudesse falar em praça pública, foi necessário mobilizar as gloriosas Fôrças Armadas da nação, para que êle pudesse falar.

A verdade é, meus patrícios e irmãos, que nós não podemos continuar como estamos. Nós precisamos romper êsse perigo pernicioso, precisamos romper êsse impasse e se o povo brasileiro olha para um dos Podêres da República que é o Congresso, êle diz não, porque é um Poder que está controlado por uma maioria de privilegiados, de reacionários e de ibadianos. Aquêlê Congresso não está mais identificado com as aspirações do povo brasileiro.

Pois bem, de outro lado olhamos o próprio Govêrno. Vemos a sua perplexidade, os problemas que temos debatidos públicamente neste país.

A verdade é, meus patrícios irmãos, que como estamos não pode continuar o Brasil e não pode continuar o povo brasileiro.

Portanto, aqui vai a palavra de alguém que sômente deseja uma saída nesta situação em que nos encontramos. Que deseja ver essa estrutura reformada. Que deseja ver êste país livre da espoliação internacional, como está na Carta do Presidente Vargas.

Se os Podêres da República não decidem, porque não transferimos a decisão para o próprio povo brasileiro, que é a fonte de todo o poder, que é de onde emana todo o poder e em seu nome deve ser exercido?

Considero, meus patrícios e irmãos, que a única saída pacífica para êste impasse a que chegamos é fazer com que a decisão volte para o povo e se faça neste país uma Constituinte para eleição de um Congresso Popular, para que tenhamos um Congresso onde se encontre trabalhadores, onde se encontre camponeses, onde se encontre muitos sargentos e oficiais nacionalistas, onde se encontre homens públicos au-

têntico e de onde sejam eliminadas as velhas raposas da política brasileira.

Irão dizer que isso é ilegal, irão dizer que isso é subversivo, irão dizer que isso é inconstitucional. Por que não resolver então essa questão através de um plebiscito? Ouça povo brasileiro para verificar que o povo brasileiro votará maciçamente pela derrogação do atual Congresso e por uma Assembléia Constituinte que realmente realize as aspirações de nosso povo.

Poderão dizer também, amanhã, que isto é continuismo, mas eu ouvi, do nosso próprio Presidente que, se fôsse decidido que neste país se realizasse eleições puras para uma nova Constituinte, sem grupos econômicos, sem a imprensa alienada, com o voto do analfabeto, com o voto das praças, dos cabos e de todos os militares, com a imprensa democratizada e sem poder econômico, êle próprio se prontificava em encerrar o seu mandato. É, por conseguinte, uma atitude que continua de pé, como esperamos de Sua Excelência, para que êste país realize o seu próprio destino, mesmo porque, êsse e outros problemas, são problemas a serem decididos pelo povo brasileiro.

Finalmente, meus patrícios e irmãos, aqui vos deixo as minhas despedidas, dizendo que a partir desses dois atos, da encampação das refinarias e da desapropriação através da SUPRA, desencadear-se-à por êste país a violência.

Mas nós precisamos, por isso, nos organizarmos para defender os nossos direitos, porque nós, que defendemos, que a solução deve ser atribuída ao povo, nós também não aceitamos corte, venha de onde vier, contra os nossos direitos e as nossas liberdades.

O problema do povo brasileiro é de mais liberdade, porque quanto mais liberdade, mais supremacia do povo sôbre esta minoria dominante, esta minoria reacionária que se associou aos interesses estrangeiros para fazer a espoliação do nosso povo.

Organização, meus patrícios irmãos, para enfretarmos a violência, porque o nosso caminho é pacífico, mas nós, diante da violência, responderemos violência com violência. E ao nosso Presidente eu quero dizer, ao concluir minhas palavras, que êle, que tem

nas suas mãos a carta de Vargas, êle que está guiando o povo brasileiro, êle que se decida e caminhe conosco, porque um governante que quer tomar decisões e tem o povo ao seu lado, não tem nada a temer, porque o povo cobrirá tôdas as suas ações e todo o seu caminho”.

.....
“Meus amigos, êste mar de gente que está à nossa frente é igual a outro mar de gente, que há oito meses atrás, na minha cidade do Recife, recebeu o Presidente João Goulart e lá estando não só o governador mas tôda a massa que se apinhava na praça pública, na disposição de lutarmos pelas reformas e por atos concretos em benefício do povo.

Hoje, aqui estamos porque atos concretos estão sendo realizados. Hoje aqui estamos porque êste ato, o decreto da SUPRA, é um passo, mesmo que ainda débil, no sentido da Reforma Agrária, que os trabalhadores e o povo brasileiro exigem. É um passo que estamos dando para melhor nos atualizarmos e lutarmos por outros atos que consolidem definitivamente a reforma indispensável à solução dos problemas do povo.

Isso custou luta a todos nós, à liderança política estudantil e sindicais, aos trabalhadores e aos camponeses, aos intelectuais e aos homens esclarecidos de nossa terra, que se unem ao povo, para exigir melhores dias para o Brasil, para sua emancipação definitiva.

Hoje o avanço democrático e popular do Brasil está comprovado por esta massa que se apinha diante de nós. E essa massa sempre vem à rua nos momentos decisivos da nossa pátria para assegurar aquilo que é mais fundamental do que o decreto que hoje se assina e são as liberdades do povo, as liberdades intrínsecas dos trabalhadores. Liberdades que não podem ser apenas palavras escritas no papel, mas que tem que ser traduzidas em ato concreto no respeito aos trabalhadores e ao povo, no respeito às lideranças sindicais e às organizações do povo em que êles lutam pelos seus direitos mais legítimos.

No meu Estado, o simples fato de assegurar as liberdades democráticas faz com que uma minoria

reacionária e retrógrada invista contra nós, para que desviemos o curso da nossa marcha junto com o povo. Enganam-se os que pensam em enganar o povo; enganam-se aquêles que manobram nos bastidores.

Hoje o povo está na praça e exige definições e atos cada vez mais concretos. Exige que se afirme, diante do Brasil inteiro, os atos e as conquistas que haveremos de obter. O povo sempre veio à praça na defesa das liberdades, quando ameaçadas na morte do Presidente Vargas, quando da renúncia de Jânio Quadros em que o Brasil inteiro ouvia a voz de comando de Leonel Brizola de respeito à legalidade democrática.

O Brasil inteiro irá às ruas para defender as liberdades que uma minoria fascista tenta agora enfrentar em vários lugares. E vamos conquistar a praça, porque ela é do povo e afirmar dentro da praça, os destinos que há de ter a nossa pátria porque, ninguém, meus amigos, ninguém se iluda, êste país jamais será governado sem o povo. É com o povo e é com a massa que temos que governar, assegurando a unidade entre as lideranças e os trabalhadores, unindo a maioria dos brasileiros, para que possamos conquistar a independência econômica.

Aqui estamos em uma demonstração de unidade, de unidade de objetivos. Aqui estamos para apoiar os atos do Governo Federal, unidos para que êle possa vencer o problema do reescalonamento de dívidas e impedir que os grupos econômicos internacionais como a Hanna e outros queiram se aproveitar da situação da nossa pátria para exigir concessões, porque lutamos e lutaremos contra tôdas e quaisquer concessões.

Estamos em condições de exigir que se faça agora não só a autodeterminação de nossa pátria em palavras, mas que ela seja concretizada nas relações internacionais do Brasil.

A nossa unidade é para exigir que se forme um governo cada vez mais unido ao povo. Um governo desligado dos elementos que querem apenas se aproveitar do poder, daqueles que, por debaixo e às escondidas, fazem a corrupção que desmoraliza, aquêles que não querem ver que o povo está de olhos aber-

tos e não suporta mais a situação de dificuldade em que se encontra e deseja a liquidação dos privilégios de alguns, em benefício da maioria esmagadora da nação.

Meus amigos, a nossa unidade é consciente. Ela está acima das pequenas divergências que possam haver, mas ela deve traduzir, não o entendimento entre duas lideranças, ela para ser autêntica, tem que traduzir a unidade que existe no seio do povo, porque é daí que vem a unidade de nossas forças e é da unidade do povo que nos fortalecemos para falar à nação e para exigir que ela possa marchar com o destino que nós todos desejamos, marchar para a sua independência econômica definitiva com a liquidação dos monopólios e trustes internacionais que ainda nos esmagam.

Meus amigos, trago-vos, e ao país inteiro, a saudação do povo de Pernambuco, o mesmo povo que acaba de derrotar mais uma manobra que se abate de vez em quando sobre nós e aqui estou também para agradecer aos trabalhadores e aos homens esclarecidos do Brasil inteiro o apoio e a solidariedade que me foi dada por ocasião da última crise no meu Estado.

Trago a certeza de que a nossa posição é irreduzível e de que a nossa posição é de firmeza em defesa das liberdades do povo e em defesa dos supremos interesses da nossa pátria.

Pernambuco, unido ao povo brasileiro, exige as reformas, exige que se faça modificações dentro da sociedade, para que o povo possa sobreviver, pela unidade do povo e dos trabalhadores brasileiros, pela emancipação de nossa pátria.

Viva o Brasil!"

A 27 de março o Partido Comunista baixou um manifesto para intensificar as ações de massas: "Exijamos portanto outros decretos que enfrentem questões como o monopólio de câmbio, a moratória para a dívida externa, a encampação das emprêsas estrangeiras concessionárias de serviços públicos, o monopólio da exportação do café, a entrega à Petrobrás da distribuição em grosso dos produtos de petróleo, revogação das leis reacionárias e de

quaisquer discriminações ideológicas, revogação de leis sindicais, anistia ampla e legalização do PCB”.

Anunciou também a constituição da Frente Popular, visando a sustentação da mensagem presidencial de 15 de Mar para a qual o Presidente tivera entendimentos diretos com o PCB.

Nessa mesma data registrava-se a rebelião dos marinheiros e no dia 30 a famigerada sessão do Automóvel Clube.

Assim descreveu um jornal da época:

O MOTIM DA MARINHA

“A 27 de março, um pequeno grupo de marinheiros e fuzileiros navais, sob a liderança do cabo-marineiro José Anselmo, amotinou-se, refugiando-se no Sindicato dos Metalúrgicos. O Almirante Cândido Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais e homem de confiança de João Goulart, colocou-se ao lado dos amotinados, o que fez com que o Ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota, ordenasse sua prisão. Aragão desprezou a ordem e manteve-se com os rebeldes. Estes, depois de 24 horas de resistência no interior do Sindicato, conseguiram que o Presidente Goulart os libertasse, que o Ministro Silvio Mota fôsse exonerado e que o Almirante Aragão voltasse ao comando dos Fuzileiros Navais. Vitória completa da indisciplina e desmantelamento completo da hierarquia militar.

Ameaça de Greve

Horas mais tarde, o presidente do CGT, Deputado Clodsmith Riani, declarou que o Govêrno fôra obrigado a transigir com os sediciosos, pois se o não fizesse até às 18 horas o país seria paralizado por uma greve geral. A diretoria da Associação dos Cabos e Marinheiros confirmou essa declaração. Tanto o CGT quanto a Associação fizeram circular a notícia de que o nôvo Ministro da Marinha, o Almirante reformado Paulo Mário da Cunha Rodrigues, de conhecidas tendências esquerdistas, havia sido indicado para o pôsto por aquelas entidades, com o apoio

do próprio Presidente Goulart e dos Almirantes Suzano, Goiano e Aragão, velhos protetores dos comunistas nas Fôrças Armadas.

No Automóvel Clube

Mas João Goulart ainda desejou dar o golpe de misericórdia nas Fôrças Armadas com o desrespeito final a suas tradições de guardião do regime democrático. Na noite do dia 30, o pretexto de festejar no Automóvel Clube o 25.º aniversário da Associação de Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, reafirmou sua posição ao lado dos marinheiros e fuzileiros sublevados, a quem libertara no dia anterior, e sem qualquer consideração pelo ato de rebeldia daqueles militares, declarou:

“Eu estava no Sul, quando soube da crise que irrompia na Marinha de Guerra. Desloquei-me imediatamente para o Rio de Janeiro. E aqui, a minha primeira recomendação foi a de que eu não permitiria jamais que se praticasse qualquer violência contra aquêles brasileiros que se encontravam na sede de um sindicato”.

Mas, no mesmo dia, enquanto o Presidente fazia essa declaração aparentemente magnânima, uma outra declaração do próprio Presidente da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Marinha, Davi Bezerra Falcão, desmascarava o propósito presidencial de encobrir com sua falsa bondade a intenção de enfraquecer a resistência democrática das fôrças Armadas.

Disse o presidente da Associação:

“Precisamos agora, quando a incompreensão de elementos preparados por doutrinação estranha à Marinha do Brasil levou aos extremos da intolerância irmãos nossos, firmar propósitos e manifestar às mesmas autoridades, que nós, os suboficiais e sargentos, de modo algum nos deixaremos levar pelos leguleios dos interessados na destruição do princípio da autoridade e da disciplina para, à nossa custa, à custa do nosso sangue e do sangue generoso dos nossos irmãos, colhêr benefícios para si próprios”.

Encerrava-se a última cena de um governo em decadência. No dia 31 de março as tropas da 4.^a Região Militar deixavam os quartéis em direção ao Rio de Janeiro. Jango deixava o país pela mesma porta onde ingressara, sob o mesmo clamor da agitação revolucionária.

Analisando de um modo amplo a tática do Partido Comunista durante o governo Goulart verificamos a sistemática aplicação do princípio dos objetivos limitados. O PCB sempre na oposição colocava, após cada ganho obtido, a meta um pouco mais distante dentro do caminho da socialização paulatina do país. As suas frentes legais, semi-legais e ilegais, tendo como organismo máximo o CGT, empreendia a constante e incansável mobilização de massas, sob os mais variados pretextos, para tê-las permanentemente à mão, como elementos de pressão: um verdadeiro exército com poucas armas, mas uma força política de rôlo compressor. O proletariado era excitado em suas angústias pelas dificuldades de vida que êle próprio agravava num movimento grevista intenso e crescente. Essas dificuldades se multiplicavam quase automaticamente como uma fogueira cuja combustão criasse o seu próprio combustível. O campesinato, manipulado por agitadores audaciosos, transformara as suas justas reivindicações, em bandeira da agitação armada, intensificando os ódios incompatíveis com o racionalismo das soluções honrosas e legais. Das violências que se praticavam nesses dois campos, aos quais o Partido Comunista se infiltrava como elemento de exacerbação constante, jamais se poderia engendrar uma evolução pacífica e harmoniosa.

O caminho pacífico da revolução que o Partido proclamava ostensivamente era inteiramente incompatível com a sua técnica de agitação extremada que só poderia levar as massas ao desespero e à insurreição.

O Governo Goulart procurou mostrar-se complacente com esse processo, e chegou mesmo a participar dêle.

Fêz constantes entendimentos com os órgãos controlados com o PCB, e, em várias ocasiões, como para a organização da Frente Popular, dialogou diretamente com o próprio Partido. Daí Prestes considerar que o PCB já tinha a sua legalidade "de fato" perfeitamente reconhecida.

Os que se apunham ao avanço do comunismo eram afastados e perseguidos. O anticomunismo foi considera-

do como uma paixão doentia de uns poucos alienados no ambiente geral do avanço inexorável do socialismo.

A revolução de 31 de março representou uma reação violenta contra essa evolução quase incontrollável. O Governo deposto firmou-se na memória nacional exatamente como o descreviam os comunistas: o símbolo da conciliação com intenções excusas”.

13. CONSIDERAÇÕES SÔBRE A GUERRA REVOLUCIONÁRIA NO PERÍODO PRESIDENCIAL DE JOÃO GOULART

A crise revolucionária que dominou o período presidencial de João Goulart e se amorteceu transitòriamente com a revolução de 31 de março, enquadra-se no processo da Guerra Revolucionária comunista que procurou desenvolver na América Latina uma estratégia expansionista visando a dominar êsse continente e isolar os Estados Unidos da América do Norte.

Essa estratégia encontrou um campo de ação extraordinariamente favorável após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, quando as forças esquerdistas que haviam sido derrotadas nas eleições de outubro de 1960, conseguiram ascender ao poder por força de injunções constitucionais, embora com uma séria reação das Forças Armadas.

A ação comunista desenvolveu-se abertamente, com o apoio do governo federal e a aliança de políticos demagogos, conduzindo a nação a uma “crise revolucionária” que se manifestava pelos sintomas característicos apontados por Lênin e Stalin como promissores para uma transformação socialista.

Tal situação foi amplamente denunciada, na época, pela imprensa e na tribuna por parlamentares e autoridades preocupadas com os destinos nacionais.

A participação do Presidente João Goulart na guerra revolucionária foi constatada através de numerosas comprovações que vêm sendo descritas exaustivamente no presente relatório. Entre essas, poderíamos ressaltar as seguintes, consideradas como as mais notórias:

- 1.a — Consentimento de uma ampla infiltração de comunistas em todos os setores e escalão da administração do Governo, inclusive no pró-

prio corpo de auxiliares imediatos da Presidência da República.

- 2.a — Consentimento e apoio à pregação e a preparação subversiva realizada por diversos elementos de projeção política, como Leonel Brizola que iniciou a organização de uma milícia revolucionária, de base comunista denominada “grupo dos 11”.
- 3.a — Consentimento e apoio de entidades sindicais ilegais, como o CGT e o PUA que, na realidade, sob o controle de comunistas, representavam organismos de mobilização de massas sob a direção do PCB.
- 4.a — Prestígio e estímulo do movimento grevista que adquiriu incontrolada intensidade.
- 5.a — Estímulo à indisciplina nas Forças Armadas.
- 6.a — Estímulo à corrupção nos setores do Governo o que se refletiu em todos os campos da vida nacional.
- 7.a — Campanha de reformas básicas, em conluio com os comunistas, visando a introdução de modificações radicais no sistema político, econômico e social vigente, em nítida marcha para o socialismo.
- 8.a — Manifestações preparatórias de “golpes-de-Estado”, indicadas por diversos atos como a tentativa de prisão do Governador da Guanabara.
- 9.a — Criação de um clima de comoção política e social, através de comícios e outras atividades, onde se pregava abertamente a subversão.
- 10.a — Formação de uma frente política, em conjunto com todas as forças esquerdistas e comunistas, denominada “Frente Popular”, destinada à implantação de um Governo de tipo socialista.

Essas indicações, foram públicas e não há possibilidade de sua contestação.

Enquanto o Governo e todas as formações esquerdistas do país procuravam criar, através de uma impiedosa

corrosão, as condições para a revolução popular, manifestadas por evidentes crises políticas, econômicas e sociais, diversas organizações comunistas apresentavam-se para as ações violentas. Estas já começavam as suas primeiras explosões, principalmente sob a forma de invasões de terras que se processavam em vários Estados, sob a direção das Ligas Camponesas e de outros movimentos similares.

Verificava-se no país um processo de dissociação interna, perfeitamente enquadrado nos objetivos estratégicos da Guerra Revolucionária comunista, buscando ampliar o campo das ações socialistas pela incorporação a este dos países latino-americanos. Luiz Carlos Prestes, em seu discurso no Congresso Continental, de solidariedade a Cuba, na época, declarou que o Brasil procurava emular-se com os demais países da América Latina, na disputa sobre qual seria a segunda nação socialista do continente americano.

A atividade de criação do clima revolucionário no país foi realizada em torno de dois movimentos principais:

- 1.º) — No setor urbano, o movimento grevista do operariado, particularmente, a greve geral. Para isso foram criados o CGT e o PUA.
- 2.º) — No setor camponês, o movimento pela reforma agrária radical e o adestramento de guerrilheiros para formação de um exército popular.

O estágio em que se encontrava a Guerra Revolucionária comunista no Brasil no Governo João Goulart se caracterizava, em síntese, pelos seguintes aspectos essenciais:

- 1.º O Governo apoiou o processo revolucionário e dele participava.
- 2.º A agitação e a propaganda revolucionária tinha caráter franco e ostensivo.
- 3.º As atividades da guerra revolucionária expraiavam-se por todo o país, assumindo grande importância principalmente no nordeste, no triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte e no Rio Grande do Sul.

- 4.º As Fôrças Armadas estavam submetidas a uma ação corrosiva pelo desvirtuamento de suas finalidades, pela crescente indisciplina e pela apatia dos responsáveis.
- 5.º Organizações ilegais e subversivas se criavam e se associavam no país para as manifestações de pressão política e a organização de frentes-únicas.

Examinemos sumàriamente essas características:

- a. *Participação do Govêrno no processo revolucionário.*

Em 9 de fevereiro de 1964, o Sr. Bilac Pinto deu a seguinte entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo":

"O Sr. Presidente João Goulart que sempre se utilizou — com êxito e sem riscos — do apoio dos comunistas em proveito de sua carreira política, ainda não se deu conta de que presentemente os partidários do Sr. Luiz Carlos Prestes é que dêle se estão aproveitando para imprimir ritmo acelerado à "guerra revolucionária", em curso no Brasil, que visa a tomada do poder para a implantação de um regime comunista.

"É mesmo possível que o Sr. João Goulart jamais tivesse ouvido falar em "guerra revolucionária" e que ainda hoje ignore o que ela significa e quais os processos técnicos usados pelo P.C. para submeter um país ao jugo soviético.

"Estando o Sr. Presidente da República cercado de comunistas e de criptocomunistas, nas suas casas militar e civil é provável que o tenham convencido de que a denúncia, por nós formulada, era obra de pura ficção. Essa foi, pelo menos, a opinião manifestada pelo líder do P.T.B., Senhor Deputado Doutel de Andrade, em discurso que proferiu, na Câmara dos Deputados, depois de ter conferenciado demoradamente com o Sr. Presidente da República.

"Se o Sr. João Goulart desejar sinceramente inteirar-se dos riscos que correm as instituições democráticas e o seu próprio mandato, em face do processo

da “guerra revolucionária”, em curso, poderá solicitar ao Sr. Ministro da Guerra que reúna o Alto Comando do Exército, na sua presença, para o exame sigiloso dessa grave matéria.

“Nessa oportunidade, o Sr. Presidente da República poderá se informar pessoalmente sobre o mecanismo da “guerra revolucionária”; a respeito das várias fases do seu desenvolvimento; acerca das técnicas da guerra psicológica empregadas pelos comunistas para a destruição da ordem social, econômica e jurídica de um país; sobre o sistema de hierarquias paralelas e às técnicas construtivas que adotam para a implantação de um regime comunista.

“De posse desses esclarecimentos, o Sr. João Goulart está habilitado a formar seu próprio juízo a respeito da marcha da “guerra revolucionária” no Brasil.

“Se aquêles dados não lhe permitirem, entretanto extrair, de imediato, uma conclusão, restar-lhe-à o recurso de solicitar ao Alto Comando do Exército que emita, desde logo, seu parecer técnico a respeito do processo da “guerra revolucionária” em nosso país; da fase em que se encontra e dos meios que devem ser adotados pelo Govêrno para enfrentar êsse perigo iminente.

“Sòmente fazemos essa sugestão porque o Senhor João Goulart, ao que parece, ainda não se apercebeu do alto e grave sentido de nossa advertência, pois suas palavras e atos mais recentes revelam que S. Exa. — consciente ou inconscientemente — aprofunda cada vez mais o seu comprometimento no processo da “guerra revolucionária”.

Entre os fatos que atestam a participação direta do Presidente da República no processo revolucionário está o seu consentimento e sanção oficial na infiltração comunista da administração pública e entre os seus assessores, exprimindo a sua criminoso cooperação pela nomeação de notórios comunistas para tais cargos.

Um outro aspecto é o prestígio e autoridade proporcionados pelo Presidente da República ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), órgão ilegal, destinado a coor-

denar as greves gerais e controlado pelo Partido Comunista.

Um terceiro fato também da mais alta relevância é a iniciativa oficial do governo na formação da "Frente Popular" com a participação do Partido Comunista, realizando-se por determinação presidencial, os necessários entendimentos entre Santiago Dantas e Luiz Carlos Prestes.

A Frente Popular significava a formação do "governo nacionalista e democrático" preconizada pelo PC, o que significaria praticamente a ascensão direta desse Partido na cúpula governamental.

A agitação que o Governo promovia em torno das reformas de base era um outro aspecto da criação do ambiente explosivo, dentro da técnica e da tática da guerra revolucionária.

b. Caráter ostensivo da agitação e da propaganda

O Partido Comunista desenvolveu no país uma campanha de propaganda e agitação com uma intensidade inaudita. Essa campanha era promovida principalmente através da imprensa. Enquanto o rádio e a televisão eram censurados para a propaganda democrática, estando mesmo alguns líderes democratas sem acesso a estes meios de difusão, havia estações de rádio inteiramente dedicadas, noite e dia, à propaganda subversiva e programas de televisão demorados e custosos eram realizados na pregação insurrecional. Luiz Carlos Prestes teve a oportunidade de ser entrevistado em São Paulo perante às câmeras televisoras.

O Partido Comunista promovia comícios e passeatas e seus dirigentes proclamavam que já possuíam a legalidade "de fato", estando iminente a obtenção da legalidade "de direito".

c. Caráter geral do processo subversivo

A centralização do comando da ação revolucionária em todo o território nacional, fazia-se principalmente através da organização do Partido Comunista Brasileiro e de sua imprensa. Essa estrutura permitia que as palavras-de ordem e as resoluções pudessem ser levadas aos mais lon-

gínguos recantos do país de onde voltavam as reações e sugestões ao Comitê Central.

Se procurarmos determinar os focos principais das atividades subversivas vamos localizá-los na Guanabara, em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

O processo subversivo, apoiado pela conivência das autoridades governamentais, disseminou-se rapidamente, atingindo tôdas as atividades nacionais.

d. *A ação desagregadora nas Fôrças Armadas*

A tentativa de desagregação das Fôrças Armadas para impedir a sua reação procurou afetar principalmente a hierarquia e a disciplina, as fôrças mais coesivas da instituição militar. O Partido Comunista esforçou-se por aliciar adeptos e simpatizantes principalmente no seio das praças, ao mesmo tempo que se infiltrava nos clubes militares e associações de graduados. O Govêrno estimulou essa infiltração, prestigiando as atividades político-partidárias, inclusive por sua presença pessoal.

A revolta dos sargentos em Brasília e a rebelião dos marinheiros no Rio de Janeiro foram fatos concretizadores dêsse processo subversivo em constante agravamento.

No trabalho sôbre "Guerra Revolucionária e seu desenvolvimento no Brasil, editado pelo Comando do II Exército, lemos o seguinte:

"Sabedores de que as Fôrças Armadas se constituíam no maior baluarte da defesa contra a comunicação do país, tentaram os comunistas o enfraquecimento das mesmas, através dos mais variados processos entre os quais se salientam os seguintes:

— Desenvolvimento, no seio das Fôrças Armadas, do sentimento nacionalista, elegendo nas mesmas os militares considerados pelos comunistas como "nacionalistas autênticos".

— Aliciamento de elementos dos quadros das praças, a fim de enfraquecer a autoridade dos oficiais, minar a hierarquia e a disciplina.

— Tentativa de despertar entre os sargentos um sentimento de classe e de importância política, com o apoio à "Campanha de elegibilidade de sargentos".

— Debilitação do espírito militar pelo emprêgo da tropa em missões secundárias e incompatíveis com sua instrução e organização, como: distribuição de gêneros alimentícios, proteção de comícios de Sindicatos e ajuntamentos comunistas, etc.

— Designação de oficiais com tendências esquerdistas para posições de destaque.

— Infiltração nos Clubes Militares e Associações de graduados, as quais passaram a se constituir em centros de polêmicas ideológicas, de pronunciamentos subversivos e de radicalização de seus membros em apoio a correntes políticas.

— Atuação da Frente Militar Nacionalista, com orientação direta do PC.

— Campanhas de desmoralização, dirigida contra chefes militares que se empenhavam em salvar o princípio de autoridade.

— Influência política e ideológica, particularmente nas promoções de generais e oficiais superiores, preterindo a competência profissional e os valores morais.

— Insuflamento de civís contra militares, valendo-se sobretudo de problemas salariais.

— Transferência de militares por injunções políticas.

— Tentativa de envolvimento de militares e Associações das FA, com sindicatos e órgãos espúrios.

— Criação de "slogans" depreciativos a militares e de propaganda emotiva como: "Gorilas" — "Reacionário" — "Meio Homem" — "Sargento também é povo" — "De fuzil na mão ao lado do povo, pela grandeza da Pátria" que passaram a ecoar em assembleias militares e sindicatos.

— Empreendimento de campanhas de desmoralização, movidas por certos órgãos da imprensa, sob os pretextos mais diversos, procurando caracterizar um inexistente militarismo retrógrado e totalitário.

Esta campanha incentivada pela transigência e tolerância de alguns chefes militares ambiciosos, teve extraordinária repercussão, a ponto de provocar um sentimento geral de frustração e de incapacidade de recuperação do organismo militar profundamente abalado e oprimido.

No decorrer do ano de 1963 e início de 64, vários acontecimentos ocorridos no âmbito militar, vieram demonstrar como adiantada estava a infiltração comunista em nosso setor.

O Governo prestigiava ao máximo as autoridades militares consideradas “nacionalistas”, visadas no meio militar por suas tendências esquerdistas e cujos líderes principais eram — Gen Osvino, Almirante Aragão, Almirante Suzano, Brigadeiro Teixeira, Gen Assis Brasil e outros.

Êstes militares muito contribuíram para a aproximação de líderes sindicais com militares e para a conseqüente quebra da disciplina nos escalões mais inferiores.

A deliberação dos sargentos de ingressarem na política é outro fato que graves conseqüências acarretaria para a disciplina e a hierarquia.

Apesar da clareza do texto constitucional, houve, não se sabe como, o registro de candidaturas a cargos eletivos de vários subtenentes e sargentos em vários pontos do país, sob a legenda de partidos políticos, legalmente constituídos. A ascensão política, todavia, não se fêz normalmente. O problema da elegibilidade gerou alguns casos de indisciplina, agitando o círculo de graduados e facilitando o trabalho de alicia-mento. Surgiram as comissões pró-elegibilidade dos sargentos e reuniões foram levadas a efeito nos mais variados locais, procurando criar a união de políticos, operários, estudantes e camponeses com os sargentos.

Uma série de fatos devidamente planejados, quer quanto à forma de materializá-los, quer quanto aos efeitos a serem obtidos, vão se processar, no campo militar, já sofrendo as influências da ação comunista que iriam abalar a unidade militar e comprometer a disciplina.

No dia 12 de maio de 1963, no auditório do IAPI, uma reunião de sargentos convocados sob o pretexto de homenagear o Gen Osvino, dá ensejo ao primeiro pronunciamento de caráter político em termos agressivos, do Sub Ten GELCI RODRIGUES, em favor da elegibilidade dos sargentos e com ataques às autoridades superiores.

Em setembro do mesmo ano, quando da decisão do STF, não reconhecendo o direito à diplomação de um sargento eleito, isto serviu de pretexto à eclosão de uma rebelião de graduados em Brasília, a qual praticamente não teve a participação direta de elementos do Exército, cuja ausência foi fator preponderante para o seu fulminante aniquilamento. Investigações realizadas posteriormente concluíram pela extensão do movimento, em outros Estados da Federação, como São Paulo, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, felizmente controlados antes de sua deflagração.

Imediatamente foi levantada a bandeira da anistia que uniu mais ainda a "Classe dos Sargentos" a seus possíveis patronos. Foi lançada a Frente de Mobilização Popular em favor da classe dos sargentos, de cambulhada com os comunistas, líderes operários camponeses e parlamentares nacionalistas, tendo como uma de suas reivindicações a anistia.

Comícios promovidos pela Frente de Mobilização Popular, guarnecidos pelas Forças Armadas, foram levados a efeito na Cinelândia e, posteriormente, na Central do Brasil. A estas concentrações agitadas e subversivas, compareceu e usou da palavra o Comandante-em-Chefe das FA, acompanhado do Ministro da Guerra e outros militares. Apesar da presença de tôdas essas autoridades, o Congresso e generais foram rudemente atacados por líderes estudantis e sindicais reconhecidamente comunistas. Também, cartazes portados por manifestantes eram ofensivos às FA, e a foice e o martelo exibidos ostensivamente.

A omissão de determinados chefes e, mesmo a conivência de outros, de muito facilitou o processo de deterioração da disciplina, que atingiu seu clímax em fins de março de 1964, quando marinheiros revoltados se reuniram na sede de um sindicato, justamente um dois mais comunizados: o dos Metalúrgicos. Ali se declararam em sessão permanente, visando a coagir seu Ministro a libertar companheiros presos.

Naquela oportunidade, ficou patente a ligação dos insubordinados com notórios elementos comunistas.

O episódio dos marinheiros revoltados conduziu-os nos ombros almirantes, pelas avenidas da Gua-

nabara, dificilmente será esquecido, pois se tornou a consagração da desordem, atingindo profundamente a hierarquia e a disciplina das Fôrças Armadas.

Praticamente, o último fato que deixou mais uma vez comprovada a infiltração comunista no setor militar, foi a Assembléia dos Subtenentes e Sargentos realizada no dia 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, fato êste que marcou o início dos acontecimentos decisivos para a Nação e para o próprio Continente”.

e. Atividades de organizações ilegais e subversivas

Um número imenso de entidades ilegais e subversivas surgiram em variados setores de atividades. Sem dúvida, as mais importantes foram as relativas ao meio sindical, ao meio estudantil e ao meio camponês. O CGT e as Ligas Camponesas são os exemplos marcantes dessa manifestação.

Todos os processos de ação psicológica e política eram utilizados no país. O Partido Comunista declarava, em suas resoluções políticas, que o caminho pacífico ou violento dependia apenas da reação que a burguesia pudesse oferecer à ascensão das fôrças populares.

Foi nesse ambiente que se desencadeou a revolução de 31 de março de 1964.

Nos itens que se seguem procuraremos analisar os aspectos mais interessantes da Guerra Revolucionária, tendo em vista os interesses da conjuntura nacional.

À rearticulação comunista após 31 de março merecerá um capítulo especial na 3.ª Parte desta Introdução.

14. AS GUERRILHAS NO BRASIL

A ação de grupos organizados e armados, no quadro atual da Guerra Revolucionária no Brasil não se tem manifestado ainda de forma generalizada e sistemática. A linha predominante do comunismo no país admite a conquista do poder através de meios pacíficos ou semi-violentos. E de tal forma foi a convivência, a tolerância e a incompreensão dos governos estaduais e federal antes da revolução de 31 de março que essa política tornou-se mais

favorável e cômoda para o Partido Comunista, inclinado naturalmente à conquista sob-reptícia do poder sem a necessidade de lutas armadas, sempre difíceis e desgastantes.

Não há dúvida de que ações de extrema violência têm sido previstas nas resoluções básicas do Partido. Isto é feito de forma hábil, imputando a responsabilidade da iniciativa da violência às forças da burguesia, na medida em que estas se opuseram ao inexorável avanço do comunismo. A Resolução Política do V Congresso do PCB assim se manifestava:

“Nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de que a revolução antiimperialista e antifeudal atinja seus objetivos por um caminho pacífico.

As condições que determinam essa possibilidade residem na presente situação internacional em que influem de modo decisivo a existência e fortalecimento do sistema socialista mundial e os êxitos do movimento de libertação nacional, assim como no processo de democratização em curso no país, no ascenso do movimento operário, no fortalecimento da frente nacionalista e democrática. Desde que existe a possibilidade de um caminho pacífico, os comunistas tudo farão, no que dêles dependa, para transformar essa possibilidade em realidade.

O caminho pacífico da revolução não significa conciliação de classe, passividade ou espontaneísmo. Significa unicamente a realização das tarefas revolucionárias sem que seja inevitável a insurreição armada e a guerra civil. O avanço do movimento revolucionário por um caminho pacífico exige a mobilização das massas, a ação enérgica dos trabalhadores e do povo para quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias. Exige a luta de massas, que não exclui os choques e conflitos com o inimigo. Para transformar em realidade a possibilidade de um caminho pacífico da revolução é necessário desenvolver a luta de classes, condição indispensável ao fortalecimento da unidade e da organização dos trabalhadores e ao crescimento de seu papel na vida política do país. É necessário que as forças revolucionárias, particularmente a classe operária, lutem incessantemente

pelas liberdades democráticas e por sua ampliação, como condição que favorece a ação independente das massas.

A escolha dos meios para libertar a nação e transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças revolucionárias. Os inimigos internos e externos do povo brasileiro resistirão, por todos os meios possíveis, à perda de suas posições. Em desespero de causa, tais inimigos podem recorrer à violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao Poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade de uma solução pacífica, o proletariado e seus aliados não devem jamais perder de vista que, em certas circunstâncias, as suas forças podem ser necessárias para tornar a revolução vitoriosa por um caminho não pacífico”.

Essa tese da violência como “represália contra a reação burguesa” é ainda hoje dominante no Partido Comunista, embora a sua validade após a revolução de 31 de março tenha sido extremamente discutida. Argumentam os que a ela se opõem que a violência como reação é ineficiente pois as ações ofensivas da burguesia destroem “a priori” os meios de represália.

Assim, no Esquema para Discussão do Comitê Central, editado logo após a revolução de Março, o Partido registrava o erro cometido por esse pacifismo:

“Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o empenho da luta armada pela reação. Embora nos documentos do P. se afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um governo nacionalista e democrático era a ação armada do povo e de parte das Forças Armadas, em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isto no terreno político, ideológico e prático (apesar das sucessivas crises e ameaças de golpe, não havíamos discutido a situação militar, não tínhamos meios para assegurar o funcionamento do P. em quaisquer condições, etc.).

É necessário examinar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de

traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo.

Neste esquema, cujo objetivo é orientar o P. para a ação prática imediata, damos apenas o primeiro passo no sentido de examinarmos as causas dessa derrota. Com a contribuição do conjunto do P., será possível aprofundar a análise autocrítica e avançar no caminho da compreensão e superação de nossos erros”.

E já em março de 1965 a Resolução Política do Comitê Regional do Rio Grande do Sul fixava o reflexo de uma nova tendência que aos poucos vai se assenhorando das direções do Partido:

“A preparação para a luta armada revolucionária não deve ser identificada com as concepções golpistas que prevalecem em certos setores da frente-única. Os comunistas entendem que a luta armada revolucionária deve estar vinculada a tôdas as formas de luta de massas e chegar a assumir caráter de massas. A preparação da luta armada exige acumulação de forças e esta precisa se realizar através de tôdas as formas de luta de massas, inclusive as formas legais. Sem uma base de massas, organizada e combativa, o movimento armado não terá condições para eclodir ou ficará demasiado vulnerável diante do inimigo. Por sua vez; o movimento de massas, ao entrar em choques mais sérios com a reação, não deverá deixar-se surpreender, nos momentos decisivos, sem o apoio de um movimento armado, firmemente orientado, como aconteceu a 1.º de abril de 1964. Para triunfar na luta pelo Poder, o movimento de massas carece, por conseguinte, do apoio armado, ao passo que a luta armada revolucionária só é viável com apoio no movimento de massas.

A autodefesa armada constitui uma das formas de preparação para a luta armada, à qual precisamos dedicar a atenção que merece. Especialmente nas zonas rurais, é indispensável proteger os camponeses, na luta por suas reivindicações, contra a violência dos latifundiários e de seus mercenários, uniformizados

ou não. Na emergência de choques entre as facções do bloco ditatorial ou de iniciativas de luta armada partidas de setores antiditatoriais, devem os comunistas colocar-se, sem vacilações, à frente das massas e mobilizá-las, para a conquista, tanto no plano Estadual como no Nacional, de um governo que assegure as liberdades democráticas e garanta as forças populares o direito de lutar por seus próprios objetivos.

A preparação da luta armada não significa absolutização do caminho não-pacífico. Na verdade, ela pode e deve facilitar o aproveitamento da possibilidade de uma solução pacífica da revolução brasileira, se esta se configurar no futuro. Dispondo de forças de massas e força armada poderá a frente-única nacionalista e democrática, em condições nacionais e internacionais favoráveis, imobilizar o dispositivo militar do inimigo e obrigá-lo a afastar-se do Poder por via relativamente pacífica. Assim, pois, enquanto nos preparamos para solução armada da revolução brasileira, estaremos sempre dispostos a trilhar o caminho pacífico, uma vez que as condições objetivas o tornam realmente possível. Na conjuntura, quando ainda todo o movimento nacionalista e democrático sofre as conseqüências brutais da derrota de 1.º de abril o elo principal da atividade dos comunistas e de todos os revolucionários reside nas tarefas ligadas ao movimento de massas e à agitação e propaganda. Simultaneamente, precisam ser executadas, com espírito de continuidade as tarefas de caráter especial”.

Ao lado do PCB, outros setôres comunistas como o PC do B, a AP e o PORT manifestavam-se francamente por uma ação violenta para a rápida implantação do socialismo brasileiro. Essas entidades, entretanto, não promoveram especificamente a organização de uma força armada destinada ao desenvolvimento da luta revolucionária. Limitaram-se principalmente à agitação e à propaganda, incentivando as massas populares ao uso da violência, mas preferindo manter-se a coberto dos embates diretos.

Houve, entretanto, duas expressões mais explícitas da tendência violenta da Guerra Revolucionária comunista antes da revolução. A primeira foi, no meio rural, as do movimento de radicalização de massas camponesas, tanto

em uma organização de caráter nacional, as Ligas Camponesas de Francisco Julião, como em organizações de tipo local, desenvolvidas em todo o território brasileiro, desde o Pará até o Rio Grande do Sul, sob a motivação de reivindicações da posse da terra. A outra manifestação teve caráter principalmente urbano, sendo colhida pela revolução de Março em fase de estruturação. Foi o movimento dos "Grupos dos Onze" liderado por Leonel Brizola.

As Ligas Camponesas tiveram o aspecto de mobilização de massas em torno de reivindicações sociais. A elas Francisco Julião, seu propugnador, emprestou as características de uma verdadeira cruzada de ressurreição social, política e econômica do homem do campo.

Os movimentos locais de formação de grupos armados camponeses tiveram como principal motivação as disputas pela posse de terras entre "posseiros" e "grileiros", as invasões de fazendas e as reações contra a ocupação ilegal. Esses movimentos foram mesclados pela penetração dos interesses políticos, da demagogia inconsciente e pela ação de espertalhões que se faziam passar por camponeses sem terra para ocupar propriedades alheias. Favorecidos por um ambiente de ilegalidade e crise de autoridade, esses grupos se constituíam e lançavam-se impunemente em aventuras cada vez mais audaciosas. Essas ações de invasão de terras, comandadas por gente de todo tipo desde religiosos convictos de sua missão social até vigaristas da pior espécie, alastravam-se por todo o país, dando a impressão de que o Brasil era um país escasso de terras, e povoado por uma turba faminta e desvairada. Os comunistas infiltraram-se nesses grupos, incentivaram as suas ações e dominaram grande número deles. Promoveram Congressos de Lavradores aos quais conduziram as autoridades, obtendo delas o apoio e a complacência para desmandos e perseguições. Em muitos lugares as disputas se acenderam, surgiram conflitos armados e desencadearam-se assassinatos e pilhagem. Os grupos de camponeses armados que se formaram em numerosos Estados como no Rio Grande do Sul, no Paraná, no Estado do Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Paraíba, eram o embrião das guerrilhas. Elementos treinados em Cuba, e na União Soviética e na China Comunista infiltraram-se no movimento que começou a ganhar forma e volume.

Os jornais comunistas publicavam as atividades desses grupos camponeses em tintas heróicas.

Em Novos Rumos encontramos inúmeros artigos destinados a exaltar a essas guerrilhas em formação que, evidentemente, dentro de algum tempo passariam, pela experiência, doutrinação e organização, a uma fase mais eficaz e perigosa de suas atividades e quase sempre bem sucedidas.

A localização dos grupos de camponeses armados começou a definir-se em áreas de grande importância estratégica nas comunicações internas do país. No Estado do Rio de Janeiro observou-se um verdadeiro cêrco do Estado da Guanabara.

A ação descentralizada inicial poderia, em consequência, permitir, futuramente, a execução de um verdadeiro bloqueio das vias de transportes do país por elementos guerrilheiros.

Os "Grupo dos Onze" tiveram formação e motivação inteiramente diversos das Ligas e dos grupos armados camponeses que se haviam estruturado em tórno da idéia da posse da terra para o trabalho agrícola e a extinção do latifúndio. Os "Grupos dos Onze" criados por Leonel Briozola eram elementos de combate, do tipo preconizado por Lênin, como os seus chamados "grupos de cinco", organizados com um comando central e destinados a ações armadas de tórda a natureza. Sua estrutura desenvolvia-se no sentido da criação de um exército popular, capaz de sustentar as próprias Fôrças Armadas, constituindo um elemento político-militar, nas mãos de líderes populares para apoiar as alterações institucionais a serem impostas ao país. Era a expressão de que êsses políticos, renunciando definitivamente a possibilidade de submeterem as Fôrças Armadas à sua influência, pretendiam formar o seu elemento próprio de ação violenta.

Com a revolução de 31 de março, as Ligas Camponesas e os "Grupo dos Onze" foram praticamente dissociadas, conquanto os motivos que inspiraram a sua criação se tenham mantido e, em qualquer caso, recrudescido.

Surgiram porém neste setor da Guerra Revolucionária, uma grave modalidade, capaz de originar sérios problemas para a Segurança Nacional. Trata-se do caso das guerrilhas de elementos de outros países latino-americanos, limítrofes com o Brasil, os quais, com a participação

ou o apoio de brasileiros e estrangeiros domiciliados em nosso território, estabelecem em nosso país, centros de treinamento, bases de operações ou locais de acolhimento. Essas guerrilhas são apoiadas com suprimentos de toda a natureza, inclusive víveres, remédios, armamento e munições por comunistas brasileiros que encaram a sua causa dentro do espírito internacionalista. Alguns brasileiros participam da própria organização guerrilheira.

Entre os casos até agora identificados distinguem-se as guerrilhas paraguaias destinadas a combater a ditadura do Presidente Stroessner e algumas guerrilhas bolivianas que atuam na faixa fronteira. Dêsses exemplos, o mais grave é o relativo ao Paraguai que parece constituir um importante e vulnerável objetivo da Guerra Revolucionária comunista na América Latina.

Procuraremos, em rápida síntese, focalizar as principais manifestações que acabamos de enumerar.

a. *As Ligas Camponesas*

As Ligas Camponesas tiveram a sua origem no Engenho da Galiléia em Pernambuco. Francisco Julião narra o episódio da fundação em 1955 da primeira Liga Camponesa naquele local. É possível que a sua descrição seja amenizada por seus interesses de advogado e patrocinador do movimento. Afigura-se-nos todavia que a gravidade do caso decorreu principalmente dos preconceitos que ambas as partes mantêm, engendrando desentendimentos que poderiam ser contornados e ódios que poderiam ser evitados.

Assim descreve Francisco Julião:

“Em 1955, surge a “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”, mais tarde chamada de “Liga Camponesa da Galiléia”. Essa iniciativa coube aos próprios camponeses do “Engenho Galiléia”, município de Vitória de Santo Antão, não muito longe do Recife.

Queremos deixar bem claro, para esclarecer uma velha dúvida, que não interferimos sequer na fundação dessa sociedade, Liga-mãe ou inspiradora de dezenas e dezenas de outras que, hoje, se espalham pelo Nordeste e várias regiões do país. Sendo uma socieda-

de civil beneficente, de auxílio-mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixõezinhos de madeira destinados às crianças que, naquela região morrem em proporção assustadora. O estatuto da sociedade fala de outros objetivos mais remotos, como aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícola, obtenção de auxílio governamental, de assistência técnica. No "Engenho Galiléia" havia, como ainda hoje, 140 famílias camponesas, totalizando quase mil pessoas. As autoridades negavam-lhe o direito de ter uma professôra, e o dono do latifúndio, um obsenteísta, apesar de ter filhos diplomados, graças ao fôro arrancado anualmente daquela pobre gente, também não cumpria o artigo da Constituição Federal que obriga todo estabelecimento agrícola com mais de 100 trabalhadores a manter escola gratuita para êles e os filhos. Na sua humildade, os camponeses da Galiléia, depois de constituírem a diretoria da sociedade, com Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e outros cargos, convidaram o próprio senhor do engenho para figurar como Presidente de Honra. Houve posse solene, saindo o dono da terra satisfeito porque era o único da região a receber essa homenagem dos foreiros explorados.

Advertido, pouco depois, por outro latifundiário, de que acabara de instalar o comunismo em seus domínios, tomou imediatas providências para impedir o funcionamento da escola. Não quis mais ser Presidente de Honra da sociedade. Foi além, exigindo a sua extinção. Os camponeses resistiram. Êle os ameaçou de despejo. Os camponeses se dividiram. Uma parte não se intimidou. Era a maioria, a essa altura liderada pelo ex-administrador da "Galiléia" José Francisco de Souza, o "Velho Zézé", como é conhecido de todo o país, um camponês que tem hoje perto de 70 anos de idade, mais de 40 morando naquelas terras. Sereno, honesto, respeitado pela bondade e espírito de tolerância, resistiu a tôdas as ameaças e violências desde então praticadas contra êle e seus liderados, sendo, por isso, conduzido, várias vezes, à presidência efetiva da Liga, de que é o chefe pela eleição unânime dos camponeses de Pernambuco.

Começaram, sem tardar, as intimações, as chamadas à Delegacia de Polícia, à presença do Promotor, do Prefeito, do Juiz. Procuraram isolar os mais responsáveis, como Manoel Gonçalves, João Virgílio, José Braz de Oliveira, entre dezenas de outros. O cerco apertava-se, dia após dia. Os camponeses buscam a ajuda de um advogado. Vão ter à nossa residência, informados de que, há muitos anos, vínhamos defendendo as suas causas. Aceitamos o patrocínio dessa causa. Fomos à "Galiléia", onde uma grande maioria deles, com suas mulheres e filhos, nos receberam sob pétalas de rosas e espocar de foguetes. Ali, ao cair de uma tarde de domingo, em frente à casa do Velho "Zézé", onde foi posta a placa da primeira Liga Camponesa, casa famosa, que tem sido visitada por jornalistas do mundo inteiro, deputados, prefeitos, governadores, estudantes, líderes sindicais e até o irmão do Presidente Kennedy, iniciamos a campanha que haveria de se tornar dentro de alguns anos, conhecida em todo o País e respeitada pela adesão sempre crescente das massas camponesas". (Francisco Julião, **Que São as Ligas Camponesas?** Ed. Civilização Brasileira, Rio 1962 — p. 24)

Por êsse texto, que imaginamos evidentemente parcial, deduzimos, entretanto, que o caso poderia ter sido solucionado com uma certa dose de habilidade e compreensão, procurando isolar, neutralizar e mesmo impedir a ação dos comunistas que naturalmente se infiltraram entre os camponeses exacerbando-lhes os descontentamentos e exaltando-lhes as pretensões.

O fato é porém que as Ligas Camponesas começaram a surgir e proliferar em outros locais, em outros Estados, acabando por se estenderem a todo o território nacional.

Segundo um registro estatístico, constante da publicação "A Guerra Revolucionária" e seu desenvolvimento no Brasil", editada pelo comando do II Exército, existiam no segundo semestre de 1963, 218 Ligas assim distribuídas pelos diversos Estados:

Amazonas	..	8
Pará	..	8
Maranhão	..	12

Piauí ..	4
R. G. do Norte	5
Alagoas ..	5
Sergipe ..	4
Bahia ..	7
Minas Gerais .	9
Espírito Santo.	3
Paraná ..	11
Santa Catarina	4
R. G. do Sul ..	5
Mato Grosso' ..	6
Ceará ..	10
Goiás ..	12
Rio de Janeiro .	14
Paraíba ..	15
S. Paulo ..	15
Pernambuco ..	64

As ligas Camponesas criaram centros de mobilização de massas e de doutrinação ideológica. Os seus adeptos começaram a armar-se e os conflitos a bala principiaram a marcar o rastro sangrento das disputas entre fazendeiros e camponeses.

O proselitismo era constante e utilizava-se dos meios mais eficientes no meio rural. Diz Julião:

“O TRABALHO DE PROSELITISMO DA MASSA CAMPONESA é feito com paciência e obstinação. Os caminhos são muitos. Da conversa de “pé de pau”, na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no têço, no entêrro, na briga-de-galo, no eito, na palha-da-cana, ao boletim escrito em linguagem singela em tom evangélico, como o “Guia” o “ABC”, o “Recado”, a “Cartilha”, a “Carta de Alforria”, tudo o que a experiência indica e a imaginação sugere, é usado como meio para despertar, atrair, unir e organizar os camponeses em Ligas”. (F. Julião-Op. Cit. p. 33)

Em face do analfabetismo generalizado, foram convocados os agentes do folclore capazes de motivar o interesse e a atração:

“Em resumo, o violeiro, o folhetinista e o cantador são notáveis elementos culturais graças à sua vinculação aos fatos, já que vivem em contato permanente com a massa camponesa.

Em face disso, não hesitamos em convocá-los para o trabalho das Ligas Camponesas. Violeiros, cantadores e folhetinistas passaram a colaborar com as Ligas de maneira eficiente. Com êsse veículo não só era mais fácil o trabalho do proselitismo junto ao campesinato, como a penetração da notícia sôbre as Ligas nas fazendas onde o agitador político não podia entrar, dada a vigilância do latifundiário

Com a ajuda dêsses profissionais, saímos do grande cêrco da imprensa, vencemos o silêncio, quebramos o isolamento”. (F. Julião, Op. Cit. p. 41)

A expansão das Ligas contou com o apoio da imprensa e o incentivo da Revolução Cubana:

“Nos anos que se seguiram, buscamos alargar nosso campo de ação. Sômente na cidade do Recife, durante três meses, realizamos oitenta atos públicos, a céu aberto, mostrando a correlação existente entre o latifúndio, com a monocultura da cana, e a espantosa proliferação dos mocambos sôbre os alagados daquela metrópole regional. Somos gratos ao “Semanário”, a “Novos Rumos”, a “Terra Livre”, ao “Binômio”, à “Última Hora”, de São Paulo, ao “Correio da Manhã”, de Antonio Calado, ao “Jornal do Brasil”, de Heráclio Sales e outros jornais que deram acolhida às cartas e boletins que, de cinco anos para cá, temos escrito, transmitindo a experiência das Ligas Camponesas que de Pernambuco se alastraram para outros Estados.

A vitória da Revolução Cubana trouxe ao movimento camponês do nordeste notável refôrço. Desde o momento em que Fidel Castro com os seus barbudos entrou em Havana, ao lado de Cienfuegos, Guevara, Almeida e Raul, libertando o seu povo do regime cruel de Batista, nunca mais as Ligas perderam de vista a gloriosa Pátria de José Martí.

Tendo sido a reforma agrária a espinha dorsal daquela revolução, seu eixo, sua alma, os campone-

ses nordestinos imediatamente passaram a defendê-las nas demonstrações de massas, passeatas e comícios.

Nossa visita a Cuba, em abril de 1960, integrando a comitiva do ex-presidente Jânio Quadros, contribuiu para estreitar mais ainda os laços de solidariedade entre as Ligas Camponesas do nordeste e "aquêlê povo irmão". (F. Julião - O. Cit. p. 41)

O aspecto essencialmente agrário da experiência de Julião criou divergências com o Partido Comunista cujas teses se fundamentam na hegemonia revolucionária do proletariado urbano. As Ligas criaram idéias diversificadas, procurando adaptar-se às características essencialmente locais. Julião declara:

"Verificamos, logo, a dificuldade em aplicar às Ligas os mesmos processos revolucionários da organização da classe operária. Havia características de classe, peculiares, a serem respeitadas. Uma coisa é a classe operária, sem os meios de produção, sem vaidade coletivista. Outra, é a classe camponesa, dispondo, como o artesanato, dos meios de produção, ou da posse da terra, susceptível à vaidade e tocada pelo individualismo.

Não é de feitio do camponês fazer críticas e autocrítica, fundamentais ao aperfeiçoamento dos métodos de trabalho. É preciso tratá-lo com a maior flexibilidade. Há que conquistar-lhe com paciência e confiança. Somente depois que adquire nível político avançado, isto é, quando assimila a ideologia da classe operária, é que se submete à crítica e à autocrítica.

Não se deve, portanto, transplantar, mecanicamente, determinados métodos de trabalho da classe operária, provados em sua eficiência, para o âmbito da organização camponesa, sem a prévia e devida educação política dos seus membros". (F. Julião - Op. Cit. p. 46)

O importante papel de Julião foi o de assegurar uma ideologia básica e uma organização centralizada dêsse movimento em rápida expansão, que encontrou no meio rural brasileiro, cheio de inquietações e anseios, uma incrível receptividade.

“As Ligas, como organização, se caracterizam pela forma centralizada de atuação. Trata-se de uma associação, o nome pouco importa, que organiza delegacias em qualquer lugar onde haja camponeses.

A sede central deve ficar na capital do Estado ou na maior cidade da região onde se funde. Porque aí estão a classe operária, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia, uma Justiça mais avançada ou menos reacionária do que aquela que se deixa sufocar, numa cidadezinha do interior, sob o peso do latifúndio. Tendo jurisdição para todo o Estado, a organização pode fundar, como consta do estatuto, as suas delegacias ou núcleos em qualquer cidade, distrito, povoado, fazenda, serra ou córrego. Preferimos dar a cada núcleo o nome de Delegacia. É uma maneira de fazer o camponês perder o medo da outra Delegacia — a de polícia. Dêsse modo, o soldado de polícia tem a sua Delegacia, e o camponês tem a dele. Cada Delegacia possui diretoria própria, enquanto o estatuto abrange tôdas as Delegacias. Essa medida serve para dar homogeneidade à organização e liquidar o burocratismo que dificulta muito o trabalho das associações. É que se fôsem organizadas com estatuto próprio para cada município, elas se tornariam estanques.

Com um estatuto funcionando para todo o Estado, torna-se fácil e rápida a criação e legalização das entidades municipais, distritais ou locais. Poupa-se tempo e dinheiro.

Para se fundar uma Delegacia ou liga, basta reunir certo número de camponeses, trinta ou quarenta, submeter o estatuto geral à sua apreciação, e, uma vez todos de acôrdo, eleger a diretoria. Lavrada a ata é assinada pelos fundadores, se alfabetizados, ou a rôgo, se analfabetos, basta o Conselho Deliberativo officiar à Justiça, comunicando a existência legal da entidade. E pronto.” (F. Julião, Op. Cit. p. 47)

As Ligas, passaram a representar os focos de atração do movimento camponês que se manifestava em constantes explosões violentas dos descontentamentos e das rivalidades há tantos anos acumuladas:

“Constituída a Liga sem a introdução do prefeito, do juiz ou de qualquer outra autoridade para lhe servir de cúpula ou de fator de moderar o radicalismo do movimento, os camponeses fustigados dia e noite pelo inimigo da classe, o latifundiário e seus protetores, trabalham no sentido de arregimentar mais companheiros para a Liga a fim de fortificá-la.

O latifundiário, a princípio, apela para a força, visando a derrotar o inimigo que se organiza. Comete violências, faz ameaça de morte, põe o gado no roçado, arranca a lavoura, derruba o casebre miserável, decreta o despêjo sumário do camponês que assume a liderança do movimento. É, então, que se inicia a batalha judiciária. Aí o advogado da Liga desempenha relevante papel. A ação proposta pelo camponês é, em regra, a de indenização por benfeitorias. Quem mais se interessa pela demanda é o próprio camponês. Ele quer ficar na terra ou obter o pagamento de suas benfeitorias. Às audiências já não comparece só. Leva outros companheiros. O camponês sabe que pode perder a causa ou ter uma vitória inexpressiva, mas se contenta em arrastar ao pretório o senhor das terras. É a sua vingança. No começo é assim. Depois, a luta recrudescer. E chega ao extremo dos choques pessoais, das vinditas. Aguça-se, então, a luta. Isso comprova que o latifúndio é a subversão, é a ilegalidade, é a desordem. E explode a Galiléia. E explode Sapé. Para resistir ao despêjo, à polícia, ao capanga, a Liga se reúne, mobiliza os camponeses, marcha para a cidade. É o protesto. É a demonstração de massa. Com o apoio dos espoliados da cidade. Do operário. Do estudante. Do intelectual revolucionário. Que foi a Cuba. Que leu Guevara. Que escutou Fidel Castro. Cria-se, assim, o caso local que cresce de proporção, rompe a fronteira e se derrama pelo mundo. É a projeção da Liga. É a sua consagração. Sensibilizante. Ganhando adeptos. Para a reforma agrária radical. Na lei ou na marra. Com flôres ou com sangue”.

A expressão “na lei ou na marra” tornou-se a palavra-de-ordem do movimento camponês que assim exprimia a determinação inflexível de sua violência. A figura mís-

tica de Francisco Julião, como o encontrou a revolução de 31 de março de 1964, deixou em todo o território nacional, nas ligas que se dissociaram, uma legenda expressiva. O problema continua entretanto insolúvel e premente, a inspirar o surgimento de novos Juliões e novas Ligas.

As ligas contaram com o beneplácito oficial principalmente do Governo Miguel Arraes e da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) que estimularam as suas ações subversivas e violentas. Contingentes de líderes camponeses foram enviados à Cuba para adestramento militar e formação ideológica. Passaram a recrutar, não apenas camponeses, mas elementos de tôdas as profissões, inclusive marginais e aventureiros. Procuraram instalar-se em pontos estratégicos, barrando os centros de vias de transporte e envolvendo as grandes cidades. Definiram paulatinamente o seu verdadeiro objetivo: a insurreição comunista camponesa.

b. *Os grupos de camponeses armados*

Além das Ligas Camponesas, surgiram em todo o país os grupos de camponeses armados, que se constituíram nas disputas entre “grileiros” e “posseiros” nas invasões de propriedades latifundiárias pelos chamados “camponeses-sem-terra” que, instigados por aventureiros e comunistas queriam fazer a “reforma agrária” por seus próprios meios.

De uma forma geral, essas atividades desenvolveram-se nas vizinhanças de grandes centros e nas margens dos eixos principais.

Eram incentivadas pelo próprio governo através do apoio que lhes dava a SUPRA, dirigida por João Pinheiro Neto. No fundo eram, como as Ligas Camponesas, uma expressão da inconsciente exploração das reivindicações camponesas por elementos interessados em gerar a insurreição comunizante no meio rural.

O interêsse dos comunistas que procuravam infiltrar-se em tôdos êsses movimentos é atestado pelo relêvo que lhes emprestava a imprensa comunista e a convocação de seus líderes em congressos e reuniões, para as quais obtinha apoio material e financeiro do governo federal e de governos estaduais.

As primeiras disputas sôbre a posse de terras surgiram no norte e oeste do Estado do Paraná cuja valori-

zação com a lavoura cafeeira atraiu levas de lavradores de todos os recantos do país.

Desde o início da década de 1950 que êsses acontecimentos se vem manifestando, obrigando, aqui e ali a intervenção federal para restabelecer a ordem. O problema se resume essencialmente nas disputas entre os "posseiros" que se estabelecem nessas terras e os "grileiros" que obtêm concessões ou doações oficiais.

Com a construção de Brasília uma nova zona de litígio surgiu no Estado de Goiás. O fenômeno foi semelhante. Gente procedente de outras zonas do país procurou a região promissora do planalto goiano. Nova conflagração se manifestou, acendendo-se lutas cada vez mais sérias entre os camponeses que se armavam para defender as terras onde se haviam estabelecido e os grileiros que os vinham expulsar.

Em Novos Rumos, lemos o seguinte histórico, eivado naturalmente do parcialismo ideológico do seu autor comunista:

"Esclarecemos, de início, que todo êsse vasto interior do Brasil, sobretudo no Sul e Centro-Oeste, vem assistindo, de há muito tempo a êste processo inédito de "colonização"; em terras abandonadas, em geral do Estado ou antigas sesmarias já sem dono, localizam-se trabalhadores rurais que jamais tiveram terra, procedentes, na maior parte, do nordeste. Desbravam a posse, roçam um trecho de mata, plantam, conseguem uma semente de criação, afugentam as feras, e aí vivem de uma agricultura puramente de subsistência. Quando as terras estão "apossadas" chega o grileiro, tão infalivelmente como o chacal acompanha o leão na sua caça. Mas o pobre roceiro, pacato, cedia sempre à sua sombra. Intimidado, retirava-se para mais adiante. Quando tentava resistir era assassinado pelos agentes do grileiro. Se os posseiros formavam grupos numerosos, então o grileiro, recorria à Justiça e à Polícia. Estas não faltavam nunca, atendiam-no prontamente, davam-lhe tôda a ajuda possível. Advogados especializados forjavam documentos irrefutáveis de que aquêle senhor honesto era o dono incontestável daquelas terras, descendia de velhos troncos de sesmeiros dos tempos da colônia, seus an-

tepassados pertenciam à nobiliarquia dos bandeirantes . . .

Muitos desses advogados ainda hoje atuam no fôro de Goiânia, de Anápolis, estendem suas atividades jurisprudentes até o Rio ou São Paulo, hoje, a Brasília conforme o caso. Alguns deles se tornaram famosos como advogados de grileiros — e em geral são também grileiros, ladrões de terras, senhores de enormes extensões destinadas à especulação, valorizando-se com os novos desbravamentos, com as rodovias, com os núcleos urbanos que vão surgindo mais amiudamente nos últimos anos.

Êles também foram mobilizados para socorrer os grileiros que se arrogavam donos das terras de Formoso-Trombas. Enquanto atuavam junto aos tribunais, a polícia fazia a sua parte . . .

JOSÉ FIRMINO

Pelo ano de 1953, quando os primeiros posseiros esboçavam uma débil resistência à polícia que os atacava, tinham um chefe, em tôrno do qual se congregavam — Chamava-se José Firmino. Era um posseiro pobre, dos primeiros a chegar à zona de Coqueiro de Galho, em Rio dos Bois, perto de um patrimônio velho: Morro de Campo. Firmino teve então seu nome em evidência. Mas, não aguentou o rojão. Quando eclodiram os primeiros choques mais sérios — diz-me um habitante da região que o conheceu de perto — “êle peneirou”, fugiu . . .

Ante a fuga de Firmino, prosseguiu porém a luta, ainda em 1954, dirigida por um velho posseiro baiano, de nome Blinha. Nessa época formou-se o primeiro piquete, de 60 posseiros, decidido a enfrentar um grileiro feroz que pretendia expulsar os posseiros, um tal Sebastião Castro, conhecido por Sebinha. Esta ação mais enérgica dos posseiros foi errôneamente atribuída a Firmino, mas na época êle já se encontrava distante da zona em ebulição, umas seis léguas adiante. É verdade que não capitulara ainda. Nesse mesmo ano de 54 ainda arregimenta alguns posseiros, forma também o seu piquete para dar combate à polícia, que de Uruaçu — a capital dos grileiros — apro-

ximava-se de Rio dos Bois. Mas a polícia, avisada, não se atreveu a enfrentá-lo. Dirigiu-se a Formoso, então minúsculo patrimônio, em cujas proximidades, no córrego Pipoca, Blinha tinha o seu piquê. Novamente pressentindo resistência, a polícia recusa combate.

Como acontece sempre com todos os grileiros, Sebinha tinha seu forte apoio político na localidade mais próxima. Era-lhe protetor o chefe do PSD em Formoso, outro grande proprietário de terras na zona, João Soares dos Santos. Compreendendo que a situação chagara a um ponto crítico João Soares desiste temporariamente da perseguição e adota uma nova tática: convida Blinha para um entendimento com Sebinha, misto de grileiro e advogado. Blinha e os seus reconheceriam os domínios de Sebinha e de seu amigo Eusébio Martins sobre uma determinada área e, em troca, teria um cargo de relativa importância em Trombas; Inspetor de Quarteirão, encarregado de cobrar os arrendamentos dos posseiros. Blinha não resiste ao processo de corrupção, e capitula.

PORFÍRIO

Mas nem Firmino, nem Blinha tinham surgido por acaso. Sua atuação refletia um determinado nível de organização — ou falta de organização dos posseiros. Surgiria naturalmente um líder de mentalidade mais avançada, não corrompível, firme e decidido, na medida em que os posseiros evoluíssem e alcançassem uma relativa unidade. A luta mesma se encarregaria deste processo e forjaria o chefe capaz de dirigir os posseiros na resistência aos grileiros.

Quando a luta se aguçou, com as novas investidas dos grileiros, protegidos pela polícia militar e pelos jagunços, entre meados de 1955 e 1956, ganhou evidência o nome de José Porfírio, ou simplesmente Porfírio.

Era, até então, quase desconhecido entre os posseiros. Não formara nem com Firmino nem com Blinha. Lutava mais ou menos individualmente, ou melhor, juntamente com os de sua família, uma família numerosa e unida. Defendia seu pedaço de terra.

Para ver-se o quanto a luta desencadeada em Formoso dependeu da iniciativa dos grileiros, de sua

insaciável voracidade, de suas ações de banditismo, basta mencionar o fato de que ainda em comêço de 1955 Porfírio procurara um entendimento com o grileiro Cristino Cesar, de Porangatu. Vai a sua casa e lhe propõe a compra de uma área de 20 alqueires em suas enormes extensões inculta. Cristino recusa terminantemente, trata-o com grosseria, sua mulher enfurecida, é mais violenta ainda com o posseiro que demonstra semelhante audácia. Porfírio trata de sair logo, com o justificado receio de ser assassinado pelos capangas do grileiro. Era esta a lei da terra: o grileiro matava impunemente os que caíam em seu desagrado.

Mas a visita redundou num grande benefício para Porfírio. Êle viu que não era possível qualquer entendimento com grileiros ou com as autoridades que os protegiam e às quais os posseiros costumavam dirigir seus abaixo-assinados pedindo terra. Então não viria sem a luta. SURGE A ASSOCIAÇÃO.

No mês de abril de 1955 ocorre um choque armado de relativa seriedade em Coqueiro do Galho, na zona de Formoso. Nesse choque a policia tem duas baixas: morre o sargento Néilson, é baleado o cabo Alquino.

Como acontece sempre que morre alguém em luta, a notícia espalha-se por todo Goiás e o nome de Formoso projeta-se nacionalmente.

O choque era sinal de que a luta se aguçava, de que os posseiros estavam mais unidos e resolutos em sua determinação de enfrentar os agentes de seus inimigos, os grileiros. Haviam, poucos meses antes, criado uma Associação. Chamava-se Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Formoso-Trombas. Em janeiro de 1955 fôra legalmente registrada, com a presença de um advogado que se encarregou do processo, o escritor José Godoy Garcia. Porfírio foi eleito presidente da Associação.

O que era a Associação? A que se destinava? Que faria ela em benefício dos posseiros, cujo número crescia dia a dia em tôda a zona de Formoso-Trombas?

Os posseiros viam-na com certa desconfiança, jamais tinham estado organizados em qualquer outra sociedade, eram homens rústicos analfabetos, quase

todos tinham vindo do atrasado meio rural do Maranhão ou de outro Estado vizinho para aquêles desertos do Centro-Oeste semibárbaro. Eram de natural desconfiados e tímidos, jamais tinham conhecido qualquer iniciativa em seu proveito. Mantinham-se por isso, na sua maior parte, à distância.

Foi quando eclodiram os choques mais sérios entre posseiros e a polícia coadjuvada pelos capangas dos grileiros. Era junho de 1955. Ainda hoje se fala, como se tivesse ocorrido ontem, na morte do filho de um dos mais famigerados grileiros da zona: Camapum, e um jagunço paraibano.

(Rui Facó, em Novos Rumos, n.º 124, 21/27 Jul 61, p. 8)

Nas visinhanças da Guanabara, proliferaram surtos da disputa violenta de terras em Caxias, Itaguaí, Cachoeira de Macacu, Itaboraí, São João da Barra, e Magé. Encontramos em Novos Rumos a seguinte descrição:

Conhecidos os fatos, verificou-se em diversos municípios fluminenses um movimento de solidariedade e ajuda aos lavradores do Grupo Coletivo Santa Alice. Inicialmente, recorreu-se ao governador Celso Peçanha que, estranhamente, se absteve de tomar qualquer providência capaz de impedir o prosseguimento das violências.

Fracassada essa tentativa, decidiram então os lavradores fluminenses providenciar êles mesmos a proteção aos seus companheiros ameaçados. A Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio tomou diversas iniciativas e enviou seus representantes a Itaguaí. Ao mesmo tempo, camponeses de Nova Iguaçu, comandados pela Associação dos Lavradores de Pedra Lisa, armaram-se e marcharam para as terras de Santa Alice, dispostos a reagir e a responder a um nôvo assalto dos jagunços do bandido Nelson de Souza, com as mesmas armas. Hoje, mais de 300 lavradores armados se encontram no local prontos para o que der e vier, dispostos a defender com o próprio sangue o direito dos seus irmãos de Santa Alice de se manterem nas terras que lhes foram outorgadas por

um órgão governamental, terras que êles transformaram em campos férteis pelo trabalho de muitos anos.

A Federação da Associação dos Lavradores do Estado do Rio já lançou um apêlo a tôdas as associações do Estado para que dêem todo o apoio e solidariedade aos lavradores de Itaguaí, ao mesmo tempo que, através do seu corpo jurídico providencie uma solução para o problema, com a desapropriação pelo Estado, daquelas terras, a exemplo do que ocorreu recentemente com a Fazenda São Lourenço, no município de Duque de Caxias.

A luta dos lavradores de Itaguaí repercutiu em todo o Estado do Rio e na própria Guanabara, onde numerosas manifestações e atos de solidariedade vêm se verificando. O direito à posse da terra por aquêles que a trabalharam durante muitos anos não pode ser violado por um bandido qualquer com jagunços a seu serviço. Os lavradores do Estado do Rio já estão respondendo à ameaça com os meios de que dispõem. A ilegalidade praticada pelos jagunços, com o beneplácito do governador, responderão com as armas. Nesta emergência e se as autoridades não intervirem para por um paradeiro ao terror instalado pelos bandidos, as armas garantirão aos lavradores de Santa Alice um direito que o govêrno não lhes quer garantir.

(Novos Rumos, n.º 138, 29 Set/ 5 Out 61, pág. 5)

O problema da disputa de terras, resultante da valorização de determinadas regiões do país, é perfeitamente compreensível e se coloca nos quadros dos casos judiciais, com as influências políticas, sociais e econômicas que sempre despertam. O que é todavia importante, sob o ponto de vista de segurança nacional, resumê-se em dois fatôres intercorrentes: a infiltração comunista e a mobilização militar de elementos que se adestram na experiência da disputa local para a futura formação de grupos guerrilheiros capacitados à luta revolucionária. Essa transformação está prevista na técnica revolucionária comunista que tira partido de tôdas as manifestações dessa natureza.

E assim, os grupos de lavradores do oeste paranaense, da região goiana de Trombas-Formoso, do Estado do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de outros tantos locais em que se deram manifestações dessa natureza.

E assim, os grupos de lavradores do oeste paranaense, da região goiana de Trombas-Formoso, do Estado do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de outros tantos locais em que se manifestou a disputa de terras, estão aptos a se transformarem rapidamente em grupos de guerrilhas, dentro do quadro da Guerra Revolucionária Comunista. Taticamente, não há grandes modificações no caráter de suas ações. Alteram-se apenas os objetivos gerais. Esse fato ocorreu na China e no Vietnã. Poderá repetir-se no Brasil.

c. Os Grupos dos Onze

A organização dos Grupo dos Onze foi lançada por Leonel Brizola. Já lhe traçamos a finalidade ampla. Em seu longo pronunciamento no dia 25 de outubro de 1963, Leonel Brizola fez o seguinte apêlo ao povo:

“O nosso país é muito grande, imenso e nós precisamos, então, de uma maneira global, nos estruturar, nos organizar para nos defender; e eu quero enviar uma mensagem, uma mensagem aos nossos patrióticos irmãos, uma sugestão, um pedido, um apêlo, de como devem se organizar: Eu mesmo, tenho comigo dezenas de milhares de cartas, com tomadas de posição, verdadeiras mensagens de homens e mulheres que estão dispostos a tudo fazer. Conclusão de uma sociedade justa para a luta pela nossa libertação, para nos libertarmos enfim, dêste quadro de angústia, de sofrimento e de injustiça. Estamos prontos; aguardem a minha palavra. Eu daqui quero dizer que vou responder a todos. Tenho, justamente demorado em dar uma resposta, mas, neste momento, eu quero enviar então, u’a mensagem a respeito de como nós podemos nos estruturar. Sugeriria, por exemplo, a todos quantos se disponham a mobilizar-se, a todos quantos disponham não só a defender as nossas liberdades ameaçadas, a defender as conquistas democráticas consagradas nesta ordem jurídica a lutar pela realização das reformas, a lutar pela libertação da nossa pátria, das garras da espoliação internacional. A todos quantos se disponham, homens e mulheres, particularmente a nossa mocidade, aos trabalhadores

das cidades, dos campos, dos escritórios, principalmente, aquêles que ainda possuam energia e se encontram espiritualmente preparados para enfrentar as maiores vicissitudes, sofrimentos, perseguições, injustiças. A todos eu diria 'que, isoladamente, como uma pessoa só, nós não significamos nada, pode ser um patriota, um nacionalista, pode ser um homem com o seu espírito preparado, com a sua consciência ajustada aos interesses legítimos de nosso povo; isoladamente, nada significa. *Nós agora, ingressamos na fase em que precisamos trabalhar, atuar, agir em equipe.* Passamos agora, a entrar no campo para jogar a partida; até agora, estávamos dando balãozinho; cada um podia fazer seu jôgo individual, tomar suas iniciativas e dar balãozinho à vontade; agora estamos em campo. O jôgo agora, é no campo; *observem que, na hora da partida são onze jogadores, um só não adianta, nem dois, nem três; são onze jogadores, precisamos, agora agir, trabalhar, atuar, lutar em equipe.* Então quero pedir a todos os brasileiros patriotas de tôdas as gerações, homens e mulheres de todos os recantos da pátria, das cidades, das oficinas, dos escritórios e dos campos; organizemo-nos em equipe; 'cada brasileiro que se disponha a lutar; todos aquêles que enviaram mensagem, que me escreveram tomem esta iniciativa, procurem um grupo de amigos, companheiros e formem um *circulo, um grupo, uma unidade, uma equipe, cujo nome daremos depois a seguir; formem uma equipe. Vamos formar um time de futebol com unidade de onze.* Não sendo possível de onze, formem de cinco; se, realmente não for possível, formem de três, mas, fundamentalmente, de onze. E deve haver um líder, um representante, para que todos possam atuar em equipe, homens e mulheres de tôdas as gerações passem a atuar em equipe. *Atuar como? Primeiro, firmem um compromisso de servir a causa das reformas e da libertação de nosso povo, de lutar em defesa das nossas liberdades democráticas e depois passem a se reunir e analisar os acontecimentos, a situação política em conjunto, a debater, a ler, a distribuir material para leitura. Organizem êstes grupos e nos comuniquem, por ex. a mim, Leonel Brizola na MV. Se não receberem uma comunicação depois da resposta em*

dez ou quinze dias é porque seguraram no caminho a comunicação; não chegou ao seu destino, de modo que, procurem, então, depois, outros meios para fazer chegar às nossas mãos. Sò uma mensagem que poderia levar ao povo brasileiro, neste momento, seria esta, uma recomendação, um pedido, um apêlo. Organizemo-nos. Poderão então, perguntar: Mas o que faremos? Precisamos primeiro, organizar, fazer uma grande pilha de tijolos e essas unidades serão os nossos tijolos; depois de reunir os tijolos nós iremos tratar de construir o nosso edifício com essas unidades. Essas unidades serão os nossos tijolos e é em tijolo que se constrói, que se faz uma construção. É de peça em peça, como nosso corpo, que é construído de células, de pequenas unidades que, somadas, formam um organismo, assim, também nós nos encarregamos de uniformizar. Eu vos apelo, procurem seus amigos, seus companheiros, mas, aquêles absolutamente de confiança, onde não haja vaidade, onde não haja carreirismo, onde não haja nenhum outro problema, a não ser a dedicação em tôrno dêsses compromissos de servir à causa das reformas à defesa de nossas liberdades, na luta contra qualquer golpe que pretendem nos dar e na luta pela nossa libertação. Organizemo-nos, brasileiros de tôdas as gerações, é o apêlo que lhes faço neste instante, organizemo-nos, formemos essas unidades básicas do Amazonas ao Rio Grande, nas cidades e nos campos, comuniquem as vossas organizações, procurem já, amanhã, os vossos amigos, façam nessas regiões, acompanhem a RMV, acompanhem as nossas transmissões, as informações que enviaremos, acompanhem os nossos passos e as nossas instruções, ouçam as nossas palavras, orientem-se através delas, organizem-se, formem-se e senão fôr possível com 11, façam com 5, mas formem um pacto e, então, os membros dos grupos dessas unidades passarão a funcionar, a agir como estão, justamente, porque o nosso povo, a nossa pátria está precisando que cada brasileiro se disponha neste momento, a dar o melhor de si para garantir o nosso próprio destino.

Assim foi lançado oficialmente a convocação dos Grupos dos Onze, para a formação de um exército popular.

As primeiras instruções secretas para a organização foram elaboradas e emitidas aos responsáveis regionais. Tinham a seguinte redação:

“COMANDO SUPREMO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL”

INSTRUÇÕES SECRETAS

*AOS COMANDANTES REGIONAIS
PARA CONHECIMENTO, COM AS DEVIDAS
CAUTELAS E RESSALVAS, DOS COMPANHEIROS
DOS GRUPOS DOS 11.*

PREÂMBULO ULTRA-SECRETO

Só os fortes e intemeratos podem intentar a salvação do Brasil, das garras do capitalismo internacional e de seus aliados internos.

Quem fôr fraco ainda terá tempo de recuar ante a responsabilidade que terá de assumir com o conhecimento pleno destas Instruções.

Após tomar conhecimento, só a morte libertará o responsável pelo compromisso de honra assumido como o Comando Supremo de Libertação Nacional, e é necessário que isto fique bem esclarecido a todos os companheiros dos Grupos dos Onze.

Procure sempre certificar-se de que o companheiro manterá sigilo sobre estas I.S., através de conversa reservada com êle. Provoque-o, antes por outros companheiros, para testá-lo na salvaguarda de assuntos sigilosos.

O compromisso de resguardo deverá ser um tanto solene, para impressionar o companheiro, devendo, antes, verificar as idéias dêsse Soldado dos G. 11, a fim de que seja selecionado, ao máximo, os autênticos e verdadeiros revolucionários, os destemerosos da própria morte, os que colocam a pátria e nossos ideais acima de tudo e de todos inclusive, de sua própria família.

Evitar-se, nos G.11, parentes consanguíneos ou amigos íntimos, é extremamente necessário.

O ideal será constituir-se cada Grupo dos Onze, com elementos de categoria profissional, prontos e aptos a obedecer, nos vários escalões revolucionários, a tôdas as diversas tarefas que possam vir a ser-lhes acometidas.

O êxito do Comando dos Onze Companheiros dependerá, sempre, da observância fiel a estas Instruções Secretas e as outras que, proximamente, deverão ser divulgadas, em idênticas condições, pelo Comando Supremo de Libertação Nacional.

SIGILO, SEGRÊDO, OBSERVAÇÃO, CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO E RELATÓRIOS, NOSSA PRINCIPAL TAREFA, ANTES DO DIA LIBERTADOR.

INSTRUÇÕES SECRETAS

1. - OBJETIVOS

1. 1 - Os Grupos dos Onze Companheiros têm, por finalidade precípua, servir como instrumento principal e vanguarda avançada do Movimento Revolucionário que libertará o país da opressão capitalista internacional e de seus aliados internos, com a finalidade de instituir no Brasil um govêrno do povo, pelo povo e para o povo.
1. 2 - Os G.11 serão, como o foi a "Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917 na União Soviética" — da qual seguirá o vitorioso exemplo —, os agentes e arietes da Libertação do nosso Povo do capital espoliativo norte-americano.
1. 3 - Em conseqüência, não nos poderemos deter na procura de justificativas acadêmicas para atos que possam vir a ser considerados, pela reação e pelos companheiros sentimentalistas, agressivos demais ou, até mesmo, injustificados.
1. 4 - Devemos, e é nossa obrigação principal, fazer ver aos Grupos dos 11 Companheiros que estamos em permanente luta contra os inimigos internos e externos do povo brasileiro e que, qualquer que seja a situação que lhes apresente ou as ordens a serem executadas, os **FINS JUSTIFICAM OS MEIOS** e que **TUDO** será ainda pouco para a **LIBERTAÇÃO NACIONAL**.

1. 5 - É extremamente necessário, absolutamente indispensável mesmo, que os Comandos saibam escolher, com grande cuidado, os companheiros, estudando-lhes o caráter, a educação, os sentimentos, os problemas íntimos, o padrão de vida, a necessidade individual de cada um, a fim de dar a cada qual o tipo de tarefa que combine com a personalidade, poses e educação do militante.

2. - OBSERVAÇÕES

2. 1 - Os companheiros deverão, e isto lhes deve ser dito, conseguir, o mais rapidamente possível, instrumentos próprios para a GUERRA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL que será travada e toda e qualquer arma servirá ao fim proposto.
2. 2 - Os "GRUPOS DOS ONZE COMPANHEIROS", como vanguardeiros da LIBERTAÇÃO NACIONAL, terão que se preparar devidamente, sem atentar para a situação política do momento, sem medir conseqüências ou esperar ocasião propícia, devendo considerar-se, desde já, em REVOLUÇÃO PERMANENTE E OSTENSIVA contra a situação vexatória a que é submetido o Brasil, pelos grupos imperialistas internacionais através de seus aliados nacionais.
2. 3 - O estudo da arte militar e dos ensinamentos advindos das Revoluções Populares já havidas em outros países, assim como os exemplos patrióticos das Frentes de Libertação Nacional de outros povos, devem ser incentivados ao máximo em todas nossas várias Unidades, razão pela qual precisamos nos armar sempre e cada vez melhor para destruir o inimigo comum que se levantou, apoiado nas forças retrógradas e antipopulares, contra nossos ideais de Libertação Nacional e contra as indispensáveis REFORMAS DE BASE.
2. 4 - A condição de militante dos gloriosos G.11 traz consigo enormes responsabilidades e, por

isto, embora para formação inicial de nossas Unidades não seja condição "sine qua" o conhecimento da técnica propriamente militar, torna-se absolutamente necessário o da técnica de guerrilhas e a leitura, entre outras importantes publicações, do folheto cubano a respeito daquele mistério, é essencial, sabendo-se que poderão todas aquelas indicações ser melhoradas por improvisações na hora da Ação Libertadora.

3. - AÇÃO PRELIMINAR

3. 1 - Os companheiros dos Grupos dos Onze deverão procurar conseguir como já ficou esclarecido, todas as instruções revolucionárias possíveis, referentes às técnicas guerrilheiras, que, a falta de preparação e a ignorância em momentos que poderiam ter sido decisivos para a Libertação Nacional, deixaram de ser aproveitados em decorrência de insuficiências; devemos nos lembrar que, hoje, temos tudo a nosso favor, inclusive, o beneplácito do Governo e a complacência de poderosos setores civis e militares, acovardados e temerosos de perder seus atuais e ignominiosos privilégios.
3. 2 - Os companheiros dos Grupos dos Onze procurarão conseguir, desde já, os armamentos necessários para o Momento Supremo, e lembramos que tudo servirá como arma, desde as rudimentares e pouco eficientes manulichas e espingardas de carga dos camponeses, até revólveres, pistolas e metralhadoras, sendo de não se esquecer dos preciosos "coquetéis molotov" e outros tipos de bombas incendiárias, até mesmo estôpa e panos embebidos em óleo ou gasolina.
3. 3 - A escassez inicial de armas poderosas e verdadeiramente militares será suprida pelos aliados militares que possuímos em todas as Forças Armadas, notadamente nos Grandes Centros como Guanabara, Pernambuco e, especialmente, nos Estados do Rio de Janeiro

(PM) e no Rio Grande do Sul (B), além de Fuzileiros Navais, que nos fornecerá, de imediato, para a Ação Libertadora na Guanabara, o material potencialmente necessário.

3. 4 - Nesse mesmo dia, os camponeses, dirigidos por nossos companheiros virão destruindo e queimando as plantações, engenhos, celeiros, depósitos de cereais e armazéns gerais, convergindo para as sedes de seus respectivos povoados, fazendas, vilas e distritos onde reunir-se-ão os G.11 ali em atuação, desenvolvendo-se, então, uma operação geral designadas n'outro local destas I.S.
3. 5 - Nas cidades, os companheiros, instruídos e já em ação, incitarão a opinião pública com gritos e frases patrióticas, procurando levantar a bandeira das mais sentidas reivindicações populares, devendo, para a vitória desta tática, atrair o maior número de mulheres e crianças para, à frente da massa popular, acobertar a ação dos G.11, da reação policial-militar.
3. 6 - A agitação será nossa aliada primordial e deveremos iniciá-la nos veículos coletivos, à hora de maior movimento, nas ruas e avenidas de aglomeração de pedestres, próximo às casas de armas e munições e nos bairros eminentemente populares e operários.
3. 7 - Dêsses pontos e à sombra da massa humana, deverão convergir os G.11 especializados em destruição e assaltos, já comandando os companheiros e com outros se ajuntando pelas ruas e avenidas, para o centro da cidade, vila ou distrito de acôrdo com a importância da localidade, depredando os estabelecimentos comerciais e industriais, saqueando e incendiando, com os "molotovs" e outros materiais inflamáveis, os edifícios públicos e os de empresas particulares.
3. 8 - Estalada igualmente a greve geral em todo o território nacional, as indústrias, edifícios públicos e comerciais incendiados, agitações estalando em todos os pontos, com as autori-

dades policiais e militares totalmente desorientadas estaremos, nesse momento, a um passo da tomada efetiva de Poder-Nação, graças á ação decisiva dos nossos G.11 e da fôrça dos nossos ideais.

3. 9 - Ataques simultâneos serão desfechados contra as centrais telefônicas, rádio-emissôras e, onde houver, de TV, casas de armas, pequenos Quartéis Militares das P.M. e de outras Fôrças Armadas isolados em locais interioranos, etc.

4. - *TÁTICA GERAL DE GUERRILHA NACIONAL*

4. 1 - O conglomerado de observações reservadas sôbre a ação revolucionária resume-se, em análises sintética, em que o ponto principal das operações iniciais serão nos bairros, realizando-se simultâneamente, desordens em outros quarteirões, executando-se, depois, um ataque geral e concêntrico dirigido aos quarteirões centrais. Para conhecer-se bem os objetivos antes de atacá-los, é necessário que sejam organizados "cadernos especiais" contendo tôdas as escrições dos futuros objetivos a serem atingidos. Destruição de armazéns, pontes, passagens, vias férreas, ataque e desarmamento de pequenos grupos de soldados; procurando-se organizar a revolta nas tropas, difundindo notícias falsas, tendenciosas e inteiramente favoráveis aos nossos G.11 e aos nossos planos. Interceptação das comunicações telefônicas para isolamento das cidades e de seus meios de comunicação. Fechamentos das barreiras, isolamento, por meio de barricadas, dos bairros, ruas principais e praças mais movimentadas. Lembrar sempre que a surpresa é o fator principal de sucesso inicial da Libertação Nacional e trabalhar, naquele momento, com o máximo de nossos esforços, a fim de atingir àquela Libertação.

4. 2 - A greve geral será o sinal inicial de que a massa operária está disposta à luta em qualquer terreno e, no momento exato, será ela deflagrada através de senha especial.
4. 3 - Os Grupos dos Onze Companheiros terão que suportar o peso de toda a operação inicial. O Partido Comunista do Brasil será nosso principal aliado, ao lado de Organizações Poderosas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) o Comando Inter-Sindical (CIS) e todos os Sindicatos Nacionais.
4. 4 - É necessário que todos os companheiros dos G.11 se imbuam do sentimento místico e essencial de serem a alavanca militar do Progresso e da Libertação Nacional Brasileira. E isso deve ser repisado a todo instante, pelos Comandos Regionais, a fim de que não se sintam eles tentados a fugir ao primeiro embate com os reacionários e outros inimigos do povo brasileiro, inclusive alguns destacamentos militares que, certamente, procurarão nos destruir.

5. - *TAREFAS E SEUS EXECUTORES*

5. 1 - As tarefas deverão ser designadas na forma do disposto nesta I.S., de acordo com as características individuais de cada companheiro dos Grupos dos 11 e conforme o que se tornar necessário improvisar no curso da Ação Libertadora Nacional.

6. - *O POR QUE DA REVOLUÇÃO NACIONAL LIBERTADORA*

6. 1 - Devemos agora fazer um "entretanto" nestas Instruções Secretas, absolutamente indispensável, para explicarmos as razões da nossa luta em defesa da Libertação Nacional.
6. 2 - É que o Brasil sofre a exploração de capital monopolista estrangeiro através do comércio exterior, dos empréstimos financeiros e das

inversões diretas de capital, inclusive em ramos fundamentais da indústria, sendo que os monopólios norte-americanos já alcançaram o predomínio absoluto sobre seus competidores de outros países imperialistas e passaram a atrair para os seus empreendimentos capitais brasileiros. Essa exploração de Wall-Street impõem pesados sacrifícios à nação, pois os monopólios ianques apoderam-se da parcela mais considerável do valor criado pelos trabalhadores nacionais provocando grave deformação na economia nacional, entretendo o seu progresso e agravando, sobretudo, a situação de pobreza de nosso povo, notadamente, das camadas mais humildes, embora essa opressão norte-americana e de seus aliados internos se faça sentir sobre tôdas as camadas da nossa população. A estrutura agrária se baseia predominantemente na grande propriedade de terra, sendo o país de maior concentração latifundiária do Mundo Moderno, e que serve de base às formas pré-capitalistas de exploração, através do enriquecimento pelo valor das terras e pelo elevado grau da exploração dos trabalhadores do campo. É sabido que a classe mais reacionária da sociedade brasileira, a dos latifundiários, encarna as relações de produção mais atrasadas e constituem um obstáculo à expansão das forças verdadeiramente produtivas que teriam campo livre para agir, se a ela fôsem entregues essas terras havidas ilegalmente. Afora isso, existem as Reformas de Base preconizadas pelo atual Govêrno, que não podem deixar de ser apoiadas pelo povo e pelos patriotas de todos os Partidos Políticos. Mas, os latifundiários, os anti-reformistas de tôda espécie, os aliados dos norte-americanos e os congressistas acumpliciados aos interêsses antinacionais, enfim, todos os que constituem a vasta gamôrra contrária ao levantamento da pátria e aos interêsses proletários estão lutan-

do para impedir possa o atual Governo levar avante seus planos de salvação nacional.

6. 3 - É necessário, portanto, que todos lutem em defesa do atual Governo, embora nêle estejam representadas parcelas ponderáveis de inimigos do povo e do próprio Presidente da República, que está, atualmente, sem fôrças políticas no Congresso para realizar as necessárias Reformas preconizadas pelo Chefe da nação. A reação do povo em favor do Governo fará com que êle se sinta com poder suficiente para enfrentar a reação e o latifúndio, assim como os inimigos do Brasil enquistados em vários e importantes Comandos do Poder Civil e Militar do país.
6. 4 - A burguesia nacional, por sua vez, estará disposta a nos auxiliar através de alguns dos mais representativos líderes, se tiverem a certeza de que os respeitaremos na luta e na vitória. Por isso, já estamos com ela como aliada; daí contarmos com fundos para nossa guerra contra o capital espoliativo estrangeiro e de seus aliados internos. A burguesia ligada aos interêsses nacionais possui duplo caráter. Pertencendo a um país explorado, encerra um potencial revolucionário capaz de opôr-se à dominação imperialista, desde que existam garantias reais de sua sobrevivência futura. Nós a apoiaremos após a vitória, respeitados os limites de nossa própria segurança e o interêsse dos nossos companheiros e aliados. Por isto, ela nos fornece, através de veladas pressões de alguns companheiros, fundos para a Campanha de Redemocratização do Brasil através da Guerra de Libertação Nacional.
6. 5 - Êstes são os principais motivos, e não poderíamos nos furtar a explicá-los aos nossos companheiros dos G.11, do nosso Movimento Revolucionário de Libertação Nacional.
7. - **O ALIADO COMUNISTA**
7. 1 - Devemos, no ítem de referência, ter sempre presente que o comunista é nosso principal

aliado mas, embora alardeie o Partido Comunista ter forças para fazer a Revolução Libertadora, o P.C.B. nada mais é que um Movimento dividido em várias frentes internas em luta aberta entre si pelo poder absoluto e pela vitória de uma das facções e que se fragmentou.

7. 2 - Esse é o grande erro que tem como principal fator a atuação negativa do camarada Luiz Carlos Prestes, que vem dia a dia enfraquecendo a unidade partidária no outrora acêso e único Partido Comunista do Brasil.
7. 3 - As alas cindidas daquele Movimento, não nos auxiliarão uníssonas mas, pelo contrário, se uma delas se levanta, encontra não nossos ideais, mas à forma como estamos peleando por eles. São fracos e aburguesados esses camaradas chefiados pelos que vêm, em Moscou, o único Sol que poderá guiar o proletariado mundial à libertação Internacional. Fogem à luta como fogem à realidade e não perderão nada se a situação nacional perdurar por muitos anos ainda.
7. 4 - Mas não é nessa ala aburguesada que nos apoiaremos nessa luta sem tréguas contra o capitalismo internacional e contra a escravidão nacional ao imperialismo norte-americano. Existe uma ala mais poderosa que, dia a dia, está se elevando no conceito do proletariado marxista, seguidora dos ideais de Mao Tse tung, de Stalin e que são, em última análise, os de Marx e Engels. É nessa ala, hoje muito mais poderosa que a de Moscou, que iremos buscar a fonte de potencialidade material e militar para a luta de Libertação Nacional. E ela, felizmente, está, totalmente coêsa, ao nosso lado, pois têm a mesma férrea decisão que a nossa, os seus militantes.
7. 5 - Por tática, diante de alguns companheiros que não encare o comunismo com sentimentos agradáveis, devemos afirmar que os comunistas, compreendendo nossos ideais e com eles se entrosando, nos darão, no momento de luta

aberta, o seu fraternal apoio, a sua decidida colaboração.

7. 6 - Os Comandos Regionais ficam, desde já, autorizados a entrar em contato imediato — resguardadas as naturais cautelas para evitar a reação e a imprensa a sôlido do imperialismo “yanque” — com os camaradas dos Comitês Comunistas, a fim de que, unidos, possam melhor traçar os planos para a Libertação Nacional. Mapas esquematizando os pontos e objetivos a serem atingidos e destruídos no dia da Libertação, deverão ser uma das tarefas, afora outros mistéres que, certamente, os experimentados camaradas do PC indicarão para aquêle momento decisivo.

8. - *GUARDA E JULGAMENTO DOS PRISIONEIROS*

8. 1 - Devemos instruir os Grupos dos Onze Companheiros para missões especiais de prisão, guarda e julgamento sumário dos prisioneiros de guerra.
8. 2 - Para essa tarefa de suma importância, deverão ser escolhidos companheiros de condição humilde mas, entretanto, de férreas e arraigadas condições de ódio aos poderosos e aos ricos, a fim de que não discutam ordens severas que poderão ser conhecidas no momento da luta de Libertação.
8. 3 - Êstes grupos dos Onze Companheiros terão como finalidade primordial, deter, em todo o seu raio de ação, municípios, vilas, distritos e povoados, tôdas as autoridades públicas, tais como Juiz de Direito, Prefeito, Delegado de Polícia, Vereadores, Presidente da Câmara, Políticos influentes e outras personalidades que por acaso estejam dentro de sua esfera de atribuição e limites de ação, recolhendo-os a locais apropriados, preferentemente no meio do mato, sob guarda armada e permanente.
8. 4 - Está claro que às autoridades que com o Movimento de Libertação Nacional cooperarem

deverão ser prestigiadas e a elas dado tódo o apoio.

8. 5 - No caso de derrota do nosso Movimento, o que é improvável, mas não impossível, dado a certas características da situação nacional, e temos que ser verdadeiros em todos os nossos contatos com os Comandos Regionais e esta é uma informação para uso sòmente de alguns companheiros de absoluta e máxima confiança, os reféns deverão ser sumária e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem seus aprisionadores e não lutem, posteriormente, para sua condenação e destruição.
8. 6 - Estas instruções sôbre os autênticos Comandos Revolucionários que representarão os integrantes dos Grupos dos Onze Companheiros encarregados da tarefa de suma importância e gravidade que é a de deter, guardar e eliminar os antirevolucionários, e os anti-povo, aos quais poderão se juntar os latifundiários e grandes proprietários, deverão ser guardados sòmente de memória, destruídas, por separação de todo complexo dessas I.B., a fim de evitar-se o seu conhecimento por quem delas não deva saber.

9. - *PSEUDÔNIMO DOS INTEGRANTES DOS G.11*

9. 1 - Os companheiros dos Grupos dos Onze deverão ter, cada qual um pseudônimo, sòmente conhecido por seu próprio Grupo. Não devem ter papéis comprometedores, nem quaisquer documentos que possam vir a personificá-los como integrantes dos Grupos dos Onze, até o momento em que possam vir à luz os nossos heróicos Soldados da Libertação Nacional.

10. - *CONSIDERAÇÃO FINAL*

10. 1 - É extremamente necessário que todos saibam a responsabilidade que, do momento em que tomarem conhecimento total destas Instru-

ções Secretas, passará a pesar sôbre seus ombros.

10. 2 - Por outro lado, desnecessário se torna qualquer preocupação para após o momento da Vitória Final. Todos os planos já estão traçados e o Brasil alcançará, dentro em pouco, seus gloriosos destinos, ao lado de tôdas as Nações Livres do Mundo.

10. 3 - Que todos e cada um saibam cumprir com o seu dever, atendendo ao chamamento que a pária lhes faz para a Luta pela Libertação Nacional, sem medir esforços, conseqüências ou percalços, é o que espera o seu

COMANDANTE SUPREMO”.

Instruções mais detalhadas foram emitidas posteriormente. Nos Arquivos de Leonel Brizola foi encontrada documentação que estabelece pormenorizadamente tôdas as bases técnicas e táticas da organização.

Essa documentação inicia-se por um estudo de denominação mais apropriada para o movimento concluindo por sugerir o título de “Comandos de Libertação Nacional (COLINA)”.

Seguem-se as delimitações das áreas de ação, os seus critérios e o zoneamento do território nacional em 7 regiões para atuação dêsses comandos. A região era dividida em províncias, estas em distritos que comportavam as unidades. (Grupos de Onze)

A estrutura administrativa nacional abrangia:

- 1 - Comandante Supremo (Leonel Brizola);
- 2 - Inspetores Nacionais e
- 3 - Conselheiros Regionais,

cujas atribuições eram detalhadamente especificadas.

Analogamente, o documento previa a organização de cada região que comportava:

- 1 - Comandante Regional
- 1 - Secretário Geral
- 1 - Chefe de Ação Sindical

- 1 - Chefe de Ação Estudantil
- 1 - Chefe de Ação Popular
- 1 - Chefe de Operações
- 1 - Chefe de Comunicações
- 2 - Conselheiros Nacionalistas efetivos e
- 2 - Conselheiros Nacionalistas suplentes.

A documentação estabelecia, a seguir, a organização distrital e unitária, definindo as atribuições de todos os seus componentes. Cada grupo de onze era composto de monitores com as seguintes indicações:

- Monitor-Chefe
- Monitor-Adjunto
- Monitor-Secretário
- Monitor-Unidade
- Monitor-Ataláia
- Monitor-Sindical
- Monitor-Segurança
- Monitor-Imprensa
- Monitor-Estudantil
- Monitor-Armada
- Monitor-Comunicações

Eram as seguintes as instruções gerais sobre “como organizar um grupo de onze companheiros (G.11)”:

“PRECAUÇÕES:

.....

2.

- 1.11 - Se possível, evite organizar grupos com familiares ou amigos íntimos;
- 1.12 - O ideal é encontrar um elemento de cada categoria profissional, apto a preencher cada uma das funções do Comando dos Onze;
- 1.13 - Em caso contrário, procure escolher elementos que, além das condições de lealdade e confiança aos ideais nacionalistas autênticos, possuam as características abaixo:
 - 1.13. 1 - Monitor-Chefe - Em geral o que teve a iniciativa de organizar o Grupo

- 1.13. 2 - Monitor-Adjunto - De confiança íntima do M-01;
- 1.13. 3 - Monitor-Secretário - Que saiba redigir e disponha de tempo livre durante o dia;
- 1.13. 4 - " Unidade - Que conheça bem a cidade e o município de preferência tendo condução própria;
- 1.13. 5 - " Ataláia - Que seja bom observador. De preferência militar;
- 1.13. 6 - " Sindical - Que pertença a um Sindicato ativo e lidere algum grupo importante de trabalhadores;
- 1.13. 7 - " Estudantil - Que atue na entidade estudantil local - com espírito de luta;
- 1.13. 8 - " Armada - Que seja ligado a militares em geral. De preferência militar - sargento para cima;
- 1.13. 9 - " Comunicações - Que entenda de telecomunicações;
- 1.13.10 - " Segurança - De boa resistência física. Pode ser um militar;
- 1.13.11 - " Imprensa - Que seja redator ou repórter de algum jornal local. Pode ser um escritor conhecido no lugar.

1.14 - Não sendo possível observar as sugestões 1.11 e 1.12 - procure fazer a escolha com critério e o pensamento voltado para o êxito do Comando dos Onze Companheiros;

1.15 - Organize um arquivo com o nome, o endereço e as aptidões de cada membro;

1.16 - Envie ao Comando Supremo, a relação do grupo formado, com nome, endereço e aptidões de cada membro;

- 1.17 - Mantenha contato permanente com os grupos profissionais locais. Promova debates sobre os objetivos dos G.11;
- 1.-18 - Incentive a formação de outros Grupos”.

A documentação previa ainda os formulários para fichas individuais, arquivos secretos e compromissos. Previa também os deveres gerais dos membros, o código de segurança e os deveres dos dirigentes. Transcreveremos a seguir êsses documentos:

“DEVERES DOS MEMBROS”

1. Cumprir suas tarefas com o máximo de rigor e dedicação;
2. Manter absoluto sigilo sobre instruções e ordens recebidas não as discutindo entre companheiros. Cada um saberá de seus deveres;
3. Não revelar, nunca, os locais de reunião de seu grupo - nem mesmo a familiares;
4. Ouvir a programação política da Rádio Mayrink Veiga, nos horários indicados - para acompanhar a orientação e as instruções que serão dadas com regularidade;
5. Infiltrar-se nos grupos reacionários locais e sondar suas idéias políticas e seus planos - comunicando o que souber ao Monitor Chefe do seu Grupo;
6. Não discutir senhas nem códigos usados pelo grupo a que pertence;
7. Memorizar as instruções recebidas ou anotá-las em código, para garantir a máxima segurança na ação de seu grupo;
8. Lutar, por palavras e atos, contra os trustes, contra o Imperialismo Internacional, contra o Colonialismo e contra a espoliação estrangeira feita por corporações norte-americanas e aliadas;
9. Combater a norte-americanização de nossa vida cultural, política e econômica;
10. Arregimentar novos companheiros - respeitadas as precauções e com base nos princípios políticos defendidos pelos Comandos de Libertação Nacional (COLINA).

"CÓDIGO DE SEGURANÇA" "COSE"

Este Código de Segurança (COSE) é citado na fôlha 6 do SUBSÍDIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS COMANDOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL. (cinco linhas ilegíveis), informações ou recados referentes aos Comandos de Libertação Nacional.

4. Não revele o local das reuniões de seu grupo ou de outros companheiros - nem mesmo para os membros de seu grupo. É obrigação de cada um conhecer e memorizar as ordens e instruções dadas.
5. Anote tudo o que ouvir ou ver relativo aos Comandos de Libertação Nacional, especialmente quando proceder dos grupos antipovo e reacionários em geral. Relate o assunto a seu dirigente;
6. Até as piadas têm sua importância. Não as despreze;
7. Só convide para participar dos Grupos dos Onze Companheiros - quem tiver idéias políticas comprovadamente iguais às que nós defendemos; não faça concessões sentimentais;
8. Não dê recomendações verbais ou escritas - quando se tratar de apresentar um novo companheiro. Leve-o pessoalmente, ao seu dirigente.
9. Confira, sempre, as senhas e códigos que lhe forem comunicados para qualquer ação. Havendo dúvidas, consulte seu dirigente. Enganos podem ser fatais.
10. Em caso de grave crise política - não se deixe prender - Vá para os locais indicados pelo seu comando e prepare-se para qualquer eventualidade.
11. Ao transmitir informações para o Comandante Supremo, use linguagem em código e não se deixe identificar a não ser através da senha em uso pelo seu grupo".

DEVERES DOS DIRIGENTES

1. Prestar absoluta e total lealdade e obediência ao Conselho Supremo de Libertação (CONSUL);
2. Cumprir rigorosamente, as instruções recebidas;

3. Manter severa vigilância em sua jurisdição para evitar infiltrações de inimigos entre os seus comandados;
4. Alternar, sempre, os locais de reunião de seu grupo e fazendo as convocações sempre em código ou através de senhas;
5. Manter sob rigoroso contrôlo os arquivos secretos e os dados sigilosos sôbre a organização e seus membros. Usar código.
6. Não discutir assuntos referentes aos planos dos Comandos de Libertação Nacional - exceto com as pessoas autorizadas e com as preocupações indicadas em cada caso;
7. Procurar organizar em sua jurisdição um esquema de rápida mobilização popular - para enfrentar golpistas, reacionários e grupos antipovo ou atender às ordens do Conselho Supremo de Libertação;
8. Estabelecer e organizar em rápido e efetivo sistema de comunicações com todos os escalões de sua área;
9. Procurar conhecer os pontos estratégicos de seu setor, tais como: pontes, estações de rádio, quartéis, arsenais, etc. - para, na eventualidade de golpes ou atividades antipovo - poder tomar medidas de neutralização;
10. Enviar relatórios semanais, ao Comandante Supremo, sôbre as atividades e as opiniões dos Grupos reacionários de sua área”.

Essas instruções, bastante minuciosas, parecem ter sido redigidas por pessoas experiente em redação militar. A própria designação numérica dos capítulos, ítems e sub-ítens segue as normas adotadas na Escola Superior de Guerra.

d. *Guerrilhas estrangeiras na faixa de fronteira*

A desarticulação de uma guerrilha boliviana por elementos do Comando Militar da Amazônia e o aprisionamento de uma guerrilha em treinamento na região de Campo Grande, em Mato Grosso permitiram a obtenção de informações sôbre a ação de grupos guerrilheiros na faixa fronteira do Brasil. O movimento de maior gra-

vidade é o das guerrilhas paraguaias que se adestram no Brasil para a paulatina infiltração de grupos revolucionários. Atuam no quadro da montagem de uma insurreição comunista que tenciona derrubar o Presidente Stroessner e instalar no Paraguai o segundo Estado comunista da América Latina.

Em volume especial dêsse Relatório apresentaremos todos os pormenores desta organização, cabendo no presente capítulo apenas alguns esclarecimentos gerais.

A estratégia da Guerra Revolucionária na América Latina, após o domínio de Cuba, orienta-se atualmente para a implantação de um outro núcleo comunista, agora no próprio continente sul-americano. As regiões mais favoráveis para êsse objetivo são o Uruguai, o Paraguai, e a Bolívia. No primeiro dêsses países, o comunismo internacional, já possui uma base, altamente desenvolvida. No Paraguai, os descontentamentos originados pela ditadura Stroessner vem criando um clima altamente favorável à insurreição popular.

Dentro dêsse ambiente uma organização de guerrilheiros, apoiada por todos os partidos comunistas latino-americanos desenvolvem centros clandestinos de adestramento de guerrilheiros, no Brasil, na Argentina, no Uruguai e na Bolívia, para a formação de grupos que deverão comandar a revolução comunista no Paraguai.

No Brasil êsses grupos localizaram-se em Mato Grosso, no oeste do Paraná e Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a uma certa distância da fronteira em virtude das necessidades de segurança. Os grupos são constituídos de paraguaios e alguns brasileiros. Muitos de seus integrantes possuem cursos de guerrilhas em Cuba. Comunistas brasileiros apoiam essa organização fornecendo facilidades e suprimentos, inclusive tratamento médico gratuito, suprimentos de víveres, remédios e materiais de toda a natureza. O armamento e as munições provêm de Cuba e de outros países e é contrabandeado para o Brasil.

A instrução militar e política dos grupos de guerrilheiros é rigorosa, abrangendo tiro real e adestramento em marcha e emboscadas. Os centros de instrução localizam-se em geral em sítios ou fazendas de difíceis acesso, onde os guerrilheiros trabalham como camponeses. Na maioria dos casos os proprietários dêsses locais ignoram a verdadeira identidade dêsses elementos.

A formação de um guerrilheiro demanda cêrca de três anos de treinamento intensivo e exige um espírito de sacrifício e uma resistência física excepcionais.

Muitos homens não resistem e desertam. A delação é punida com a pena de morte. Antes de ingressar para as guerrilhas, os homens são doutrinados, testados e submetidos a juramento.

Após completada a formação, os guerrilheiros penetram no Paraguai, disfarçados em camponeses. Não levam armamento e nada que os possam comprometer.

Avalia-se que já existem no interior do Paraguai várias dezenas de grupos de guerrilheiros altamente adestrados.

Êsses grupos são motivados pelo propósito da libertação do país contra a ditadura de Stroessner. Declaram saber que, ao ser implantado o socialismo no Paraguai, o país estará sujeito à intervenção estrangeira. Dizem, entretanto, que estão preparados para essa hipótese e que em sua luta contarão com o apoio de todos, os comunistas latino-americanos.

As manifestações de guerrilhas que vêm surgindo no Brasil, dentro do quadro geral da Guerra Revolucionária Comunista inspiram-se principalmente nos exemplos da China e do Vietnam, cujas condições se assemelham às existentes na América Latina. Mao Tse tung é a fonte principal da doutrina da luta irregular que denominam "a guerra do povo".

O problema tende a agravar-se. Sua solução não é simples pois não se pode limitar apenas ao território nacional onde os fatôres já são bastantes complexos. Abrange todo um continente cujas condições sociais criaram uma verdadeira mentalidade tradicional contra a submissão e às restrições da liberdade que as ditaduras e a exploração econômica sempre incendiaram em contradições extremamente explosivas.

A ÚNICA LINHA DE DEFESA INEXPUGNÁVEL
CONTRA O COMUNISMO INTERNACIONAL É AQUE-
LA QUE SE FORMA PELA ASSOCIAÇÃO DAS CONS-
CIÊNCIAS LIVRES E ESCLARECIDAS DOS CIDA-
DÃOS.

Rio de Janeiro, maio de 1966

**ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS DA
COMPANHIA LIVORTE INDUSTRIAL
RUA ENGENHO NÔVO, 369 — RIO DE JANEIRO
PARA
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO-EDITÔRA**

(PARA DOBRAR E COLAR)

SECRETARIA GERAL DO EXÉRCITO

N.º

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

SEC CONTRÔLE DE ASSINATURA

ATUALIZAÇÃO DE ENDERÊÇO

Informo a seguinte alteração de enderêço:

Nome:

Pôsto ou graduação

ENDERÊÇO ANTIGO:

Rua ou Unidade

Cidade, Estado ou Região Militar

ENDERÊÇO ATUAL:

Rua ou Unidade

Cidade, Estado ou Região Militar

Data,

.....
(Assinatura)

Observação: Solicita-se aos representantes o preenchimento da presente e encaminhamento a esta Biblioteca, logo que tomem conhecimento de qualquer alteração.

PREENCHA E PONHA NO CORREIO



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Diretor da Biblioteca do Exército

Praça Duque de Caxias

Rio de Janeiro

ISENTO DE SÊLO
(Decreto-lei n.º 1 955 —
de 1 Fev 940)

ESTADO DA GUANABARA

ATUALIZAÇÃO DE ENDEREÇO



Biblioteca
do Exército
Editora

Vol. Pub. 52-257

1967